



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Revista de Estudos Demográficos nº51-52

Edição 2013

FICHA TÉCNICA:

Título

Revista de Estudos Demográficos

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

150 exemplares

ISSN 1645-5657

Depósito legal n.º: 185856/02

Periodicidade Semestral

Preço

€ 18,00 (IVA incluído)

DIREÇÃO EDITORIAL:

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística I.P.

Editores Adjuntos:

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística I.P.

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Conselho Editorial:

Alfredo Bruto da Costa - Universidade Católica, Lisboa

Ana Nunes de Almeida - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

António Barreto - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística I.P.

Gilberta Rocha - Universidade dos Açores

Joaquim Manuel Nazareth - Centro de Estudos da População,
Economia e Sociedade (CEPESE), Porto

Jorge Arroiteia - Universidade de Aveiro

Karin Wall - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da
Empresa (ISCTE), Lisboa

Leston Bandeira - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e
Emprego (ISCTE), Lisboa

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística I.P.

Secretária:

Liliana Martins - Instituto Nacional de Estatística I.P.

Os pontos de vista expressos nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a opinião do Instituto Nacional de Estatística. Por questões de arredondamento, os totais de alguns quadros podem não corresponder à soma das parcelas.



Apoio | ao cliente

808 201 808

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2013 *

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

Apresentação

A Revista de Estudos Demográficos (RED) reeditada em Novembro de 2002 após um interregno de quase dez anos, tem, desde então, dois números anuais, sendo um, o do primeiro semestre, temático e o do segundo semestre generalista.

O número 51 da RED, previsto para junho de 2012, foi programado para divulgar os estudos elaborados com base nas comunicações apresentadas no Seminário *“Portugal (des) continuidades demográficas – uma análise a partir dos Resultados Preliminares dos Censos 2011”* organizado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) e pela Associação Portuguesa de Demografia (APD) e realizado a 25 de Outubro de 2011. Nesta Conferência, investigadores científicos em Demografia analisaram os Resultados Preliminares dos Censos 2011. Fortes atrasos na entrega dos estudos por parte de alguns autores inviabilizaram a saída atempada do número da RED dedicado aos Resultados Preliminares dos Censos 2011 e levaram a equacionar a sua não publicação pois o apuramento dos dados definitivos dos Censos 2011 tinha, entretanto ocorrido. Com o objetivo de preservar o testemunho das conclusões encontradas sobre a dinâmica populacional a partir dos Resultados Preliminares decidiu-se avançar com um volume duplo da RED dedicado aos Censos 2001, alargando a análise aos resultados definitivos.

Assim, o presente volume agrega os números 51 e 52 da RED e é composto por duas partes. A primeira parte aborda os Resultados Definitivos, começa por caracterizar a população e as famílias a residir em Portugal à data dos Censos 2011, desenvolvendo aspetos ligados à dimensão, estrutura e níveis de envelhecimento da população residente, o estado civil e as formas de conjugalidade; o nível de escolaridade e as condições socioeconómica; a população com nacionalidade estrangeira e as famílias. Segue-se a análise dos resultados do Inquérito de Qualidade dos Censos 2011 (IQ), que possibilita aferir a qualidade da informação censitária, com um breve resumo da metodologia e dos resultados do inquérito. Finalmente, um artigo que evidencia a importância da cartografia como suporte à recolha de dados nas operações censitárias, em particular a produção da “Base Geográfica de Referência de Informação” (BGRI 2011) para os Censos 2011 que permitiu ao INE consolidar e desenvolver uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE).

A segunda parte incide sobre os Resultados Preliminares dos Censos 2011 e a sua estrutura decorre da adotada no Seminário de apresentação dos mesmos. Inicia-se com o enquadramento da execução dos recenseamentos da população e habitação de 2011 em Portugal e a caracterização dos aspetos evolutivos da população, dos alojamentos, dos edifícios e das famílias, a nível nacional. Seguem-se cinco estudos que procuram identificar as heterogeneidades demográficas a nível regional nas seguintes zonas geográficas: Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; Sul; Norte e Centro Litoral; e Norte e Centro Interior.

Os nossos agradecimentos endereçam-se às autoras e aos autores dos artigos que integram este número da revista, estendem-se aos membros do Conselho Editorial e a outros especialistas que connosco colaboraram, dando sugestões que permitiram melhorar os trabalhos divulgados.

Ao público, que nos tem acompanhado e incentivado, enviamos o nosso pedido de desculpas pelo atraso registado na divulgação da Revista de Estudos Demográficos.

Maria José Carrilho

Editora Chefe

novembro 2013

Índice

Artigo 1º

Caracterização da população e das famílias a residir em Portugal, com base nos Censos 2011 5

Characterization of population and households living in Portugal, based on 2011 Census

Artigo 2º

Inquérito de Qualidade dos Censos 2011 – Algumas notas sobre independência e metodologia 39

Census Quality Survey – Some notes on independence and methodology

Artigo 3º

A Infraestrutura de Dados Espaciais do Instituto Nacional de Estatística 55

Statistics Portugal, Spatial Data Infrastructure

Artigo 4º

Os Resultados Preliminares dos Censos 2011 73

The preliminary data of 2011 Census

Artigo 5º

A População das Regiões Insulares dos Açores e da Madeira em 2011 85

The Islands of the Azores and Madeira: Population in 2011

Artigo 6º

2011 SUL: Quantos somos? Onde vivemos? 107

South: How many are we? Where do we live?

Artigo 7º

PORTUGAL (des)continuidades demográficas - Norte e Centro litoral 2011 139

Portugal demographic - (dis)continuities in 2011 - North and Central coastal Regions

Artigo 8º

PORTUGAL (des)continuidades demográficas - Norte e Centro Interior 2011 169

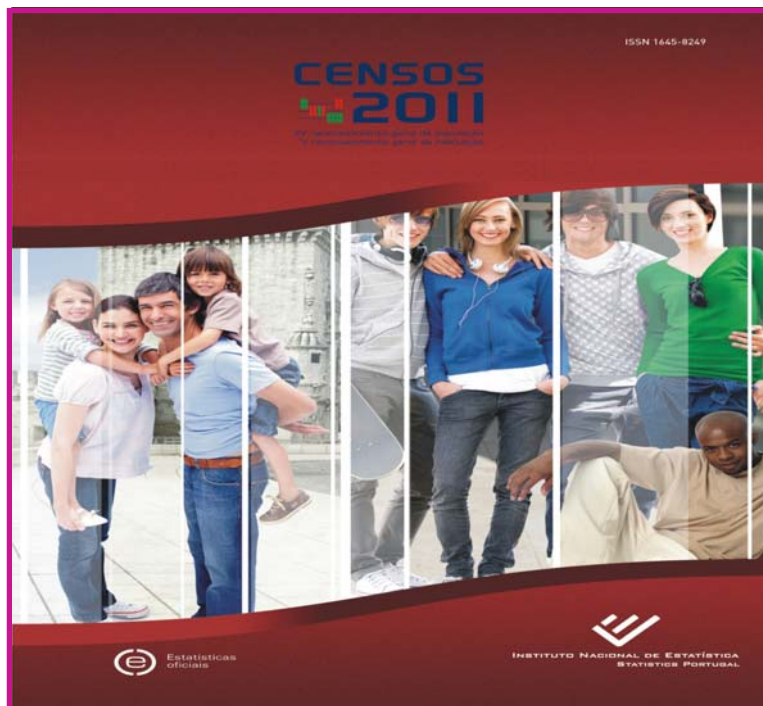
Portugal demographic - (dis)continuities in 2011. North and Inner Central Regions

Lista dos artigos divulgados

Revistas de Estudos Demográficos dos números 32 a 50 207

Demographic Studies Review from no. 32 to 50

Artigo 1º_ página 5



Caracterização da população e das famílias a residir em Portugal, com base nos Censos 2011¹

Este artigo foi baseado no Destaque dos Resultados Definitivos dos Censos 2011, divulgado pelo INE em 20 de Novembro de 2012.

¹ A geografia utilizada é a versão 2002 das NUTS (Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos).

Autor: GC – Gabinete dos Censos 2021

Resumo:

Este artigo pretende caracterizar a população e as famílias a residir em Portugal, com base nos Censos 2011. A análise aos resultados definitivos foi desenvolvida segundo várias temáticas: população residente; população de nacionalidade estrangeira; estado civil e conjugalidade; nível de escolaridade; caracterização socioeconómica; famílias.

Palavras Chave: Censos 2011, população residente, famílias.

Abstract:

This paper attempts to characterize the population and households living in Portugal, based on 2011 Census. The analysis of the final results was developed according to various themes: resident population, foreign population, marital status and conjugality, educational level, socio-economic characterization; households.

Key words: 2011 Census, resident population, households.

Characterization of population and households living in Portugal, based on 2011 Census

Introdução

Os resultados dos Censos 2011 foram disponibilizados em 3 fases. Em Junho de 2011, cerca de 4 meses após o momento censitário (21 de Março de 2011), foram divulgados os Resultados Preliminares dos Censos 2011, que constituíram os primeiros resultados. Estes dados foram apurados muito antes da conclusão de todo o processo de tratamento e validação da informação recolhida e destinavam-se essencialmente a oferecer uma antevisão da evolução de alguns indicadores, por comparação com os Censos 2001. A sua divulgação esteve limitada a totalizadores de 6 variáveis: edifícios, alojamentos, famílias, população residente e presente, por sexo. Esta informação foi disponibilizada até ao nível de secção estatística.

Os Resultados Provisórios foram divulgados em Dezembro de 2011. Após o tratamento e validação completa de todos os dados, os Resultados Definitivos dos Censos 2011 foram disponibilizados em Novembro de 2012. Em relação ao total da população residente a diferença, ao nível nacional, entre os Resultados Preliminares e os Definitivos foi de apenas 6 325 indivíduos.

Com base nos Resultados Definitivos, este estudo pretende caracterizar, sob diversas temáticas, a população e famílias a residir em Portugal à data do momento censitário dos Censos 2011. Está organizado em 7 secções. A secção 1 analisa a população residente em termos de evolução (entre 2001 e 2011) e a sua estrutura etária. Nesta secção identificam-se e analisam-se também alguns indicadores demográficos da população como a idade média, índice de envelhecimento, índice de longevidade, índice de rejuvenescimento da população ativa e índice de sustentabilidade potencial. Na secção 2 caracteriza-se a população estrangeira residente em Portugal. Na secção 3 observa-se o estado civil e a conjugalidade. Na secção 4 destaca-se o nível de escolaridade da população residente. Na secção 5 elabora-se uma caracterização socioeconómica da população. Na secção 6 analisam-se as famílias residentes em Portugal. Finalmente, na secção 7 apresentam-se as principais conclusões.

1. População residente

De acordo com os Resultados Definitivos dos Censos 2011, a população residente em Portugal, era de 10 562 178 pessoas (Quadro 1). Tal como em 2001, a proporção de mulheres (52,2%) continua superior à dos homens e até se reforçou.

1.1 Evolução 2001-2011

Entre 2001 e 2011, verificou-se um crescimento de 2% da população residente (206 061 pessoas) que resulta predominantemente de um saldo migratório positivo de 188 652, uma vez que o saldo natural (número de nascimentos com vida menos o número de óbitos) contribuiu com apenas 17 409 pessoas para esta variação.

A nível regional, em 2011, a região do Alentejo voltou a perder população (cerca de 2,5%, ou seja 19 283 pessoas) face a 2001, bem como a região Centro, cuja população recuou sensivelmente 1%. A Região Norte manteve praticamente a população que tinha na última década. Apresentaram saldo positivo as restantes regiões NUTS II: a região do Algarve (+14%), as Regiões Autónomas (R.A.) dos Açores (+2%) e da Madeira (9%) e a região de Lisboa (+6%).

Entre 1991 e 2001, 171 municípios tinham perdido população. Na última década, entre 2001 e 2011, o número de municípios cuja população decresceu subiu para 198, continuando a assistir-se à perda de população nos municípios do interior e ao efeito de concentração da população nos municípios do litoral.

Tal como se verifica pela Figura 1, os 10 municípios que ganharam mais população apresentaram crescimentos diferenciados e podem dividir-se em 3 grupos. No Grupo 1, com crescimentos acima dos 40%, incluíram-se: Santa Cruz (44,7%) na R.A. da Madeira e Mafra (41,1%). No Grupo 2, com crescimentos entre 30% e 40%:

Quadro 1

População residente em 2001 e 2011				
Portugal	2001		2011	
	Nº	%	Nº	%
População residente	10 356 117	100,0	10 562 178	100,0
Homens	5 000 141	48,3	5 046 600	47,8
Mulheres	5 355 976	51,7	5 515 578	52,2

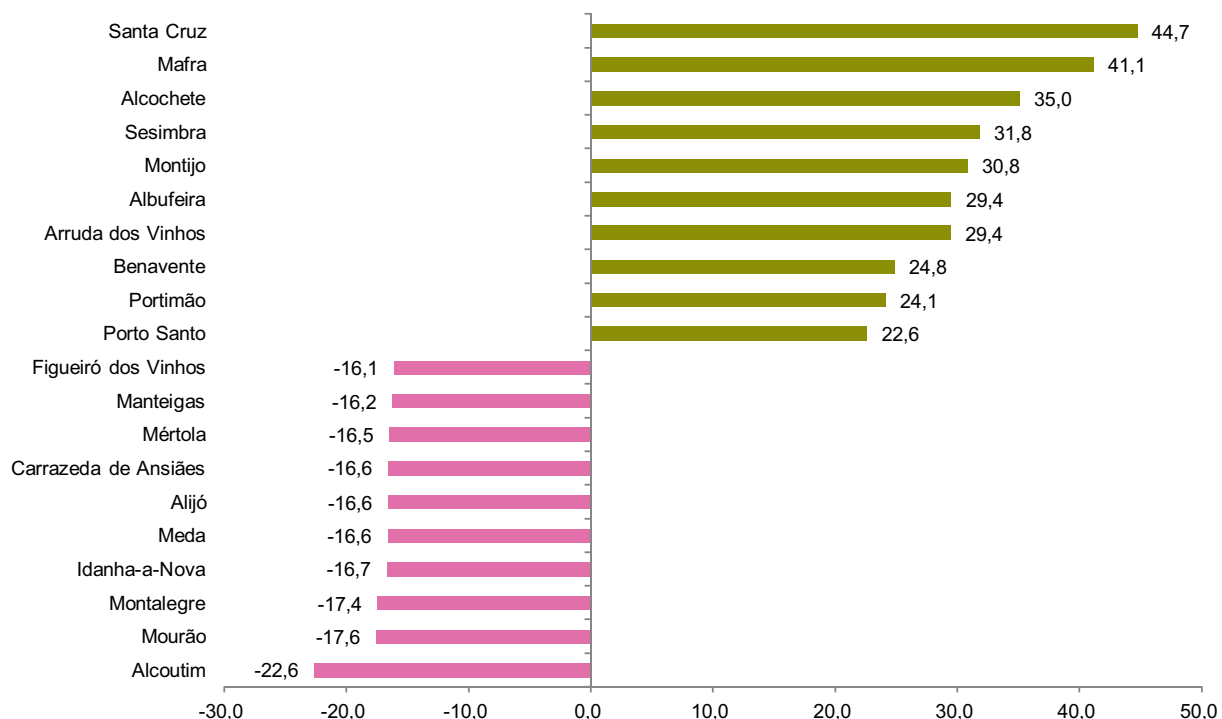
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Censos 2011

Alcochete (35,0%), Sesimbra (31,8%) e Montijo (30,8%). No Grupo 3, com crescimentos entre 20% e 30%: Albufeira (29,4%), Arruda dos Vinhos (29,4%), Benavente (24,8%), Portimão (24,1%) e Porto Santo (22,6%).

Os 10 Municípios que perderam mais população também apresentaram crescimentos variados e podem dividir-se em 2 grupos. No Grupo 1, com um decréscimo superior a 20%, encontrava-se o Município de Alcoutim (-22,6%). No Grupo 2, com quedas entre 10% e 20%, incluíram-se: Mourão (-17,6%), Montalegre (-17,4%), Idanha-a-Nova (-16,7%), Meda (-16,6%), Alijó (-16,6%), Carrazeda de Ansiães (-16,6%), Mértola (-16,5%), Manteigas (-16,2%) e Figueiró dos Vinhos (-16,1%).

Figura 1

Variação da população residente (%), entre 2001 e 2011, para os 10 municípios com maiores e menores crescimentos



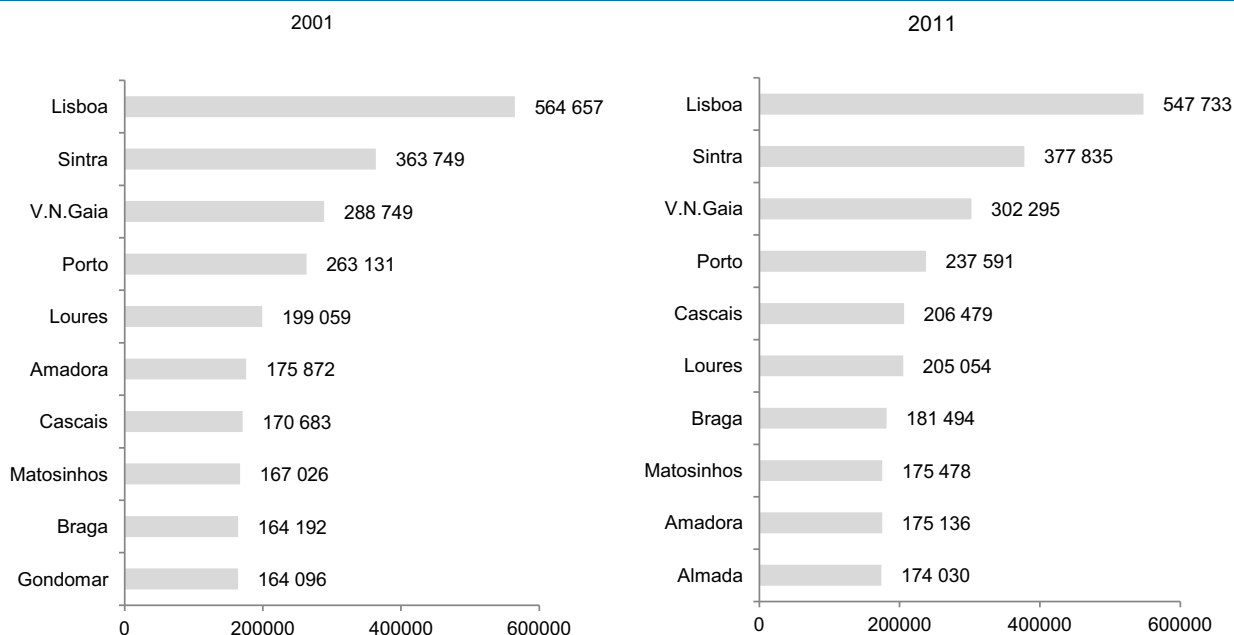
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

De acordo com os Censos 2011, cerca de 50% da população residente concentrava-se em 33 municípios do país. No sub-grupo dos 10 municípios mais populosos, 6 localizavam-se na região de Lisboa e 4 na região Norte. O ranking dos municípios, pelo número de indivíduos residentes, alterou-se em relação a 2001 (Figura 2):

- * Lisboa, Sintra, Vila Nova de Gaia e Porto mantiveram-se nas quatro primeiras posições;
- * O município de Gondomar deixou de integrar o grupo;
- * Almada passou a integrar o grupo;
- * Cascais reforçou a sua posição, tendo passado para 5º lugar, agora à frente de Loures e da Amadora;
- * Braga ultrapassou Matosinhos no rank.

Figura 2

Os 10 municípios com mais população residente (Nº.) em 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

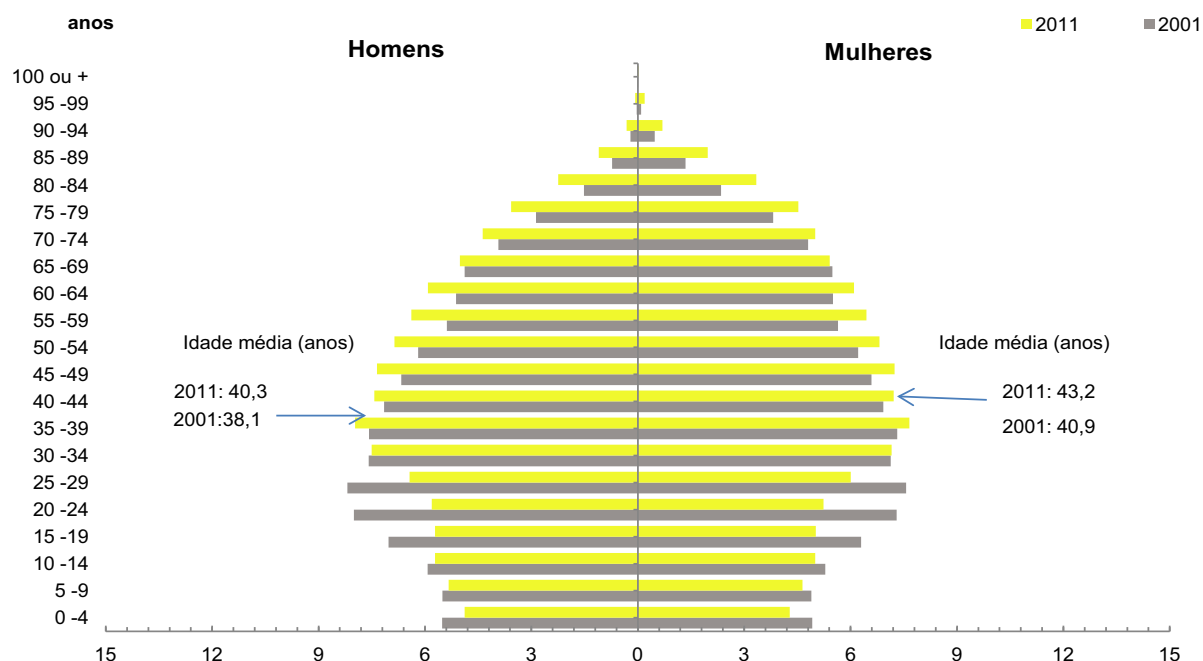
Do conjunto dos 10 municípios mais populosos do país, 7 ganharam população em relação aos Censos anteriores. As variações de população residente 2001-2011, verificadas nestes municípios, podem dividir-se em 3 grupos. No Grupo 1, com crescimentos acima dos 10%, incluem-se: Cascais (21%) e Braga (10,5%). No Grupo 2, com crescimentos entre 5% e 10%: Almada (8,2%) e Matosinhos (5,1%). No Grupo 3, com crescimentos inferiores a 5%: Vila Nova de Gaia (4,7%), Sintra (3,9%) e Loures (3%). Os municípios que perderam população foram: Porto (-9,7%), Lisboa (-3,0%) e Amadora (-0,5%).

1.2 Estrutura etária

A estrutura etária da população acentuou os desequilíbrios já evidenciados na década passada. Diminuiu a base da pirâmide, correspondente à população mais jovem, e alargou-se o topo, com o aumento da população mais idosa (Figura 3).

Figura 3

Estrutura etária da população residente (%), por sexo, 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Verificou-se que Portugal perdeu população em todos os grupos etários quinquenais entre os 0-29 anos (Quadro 2). A população entre os 30 e os 69 anos cresceu 9% e, para idades superiores a 69 anos, o crescimento foi da ordem dos 26%. Verifica-se que a percentagem de jovens (com menos de 15 anos) recuou para 15% e de idosos (65 ou mais anos) cresceu para 19% do total da população.

1.3 Indicadores demográficos

Como se referiu anteriormente, a estrutura etária da população residente em Portugal, destacou o processo de envelhecimento demográfico ocorrido na última década.

O envelhecimento demográfico da população é uma realidade à escala mundial. A Europa, já designada por continente grisalho, é uma das regiões mais envelhecidas do mundo e Portugal, no contexto europeu, é um dos países que observa um maior envelhecimento demográfico.

Este resulta da diminuição da mortalidade e do consequente aumento da esperança média de vida, mas também da redução da natalidade, que está bem evidente em Portugal através da diminuição dos níveis de fecundidade. A entrada de população estrangeira na última década em Portugal, sobretudo em idade ativa, contribuiu para atenuar ligeiramente este processo, mas não foi suficiente para o inverter.

O fenómeno do envelhecimento da população tem marcadamente reflexos de âmbito sócio-económico com impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade, bem como através da adoção de novos estilos de vida por parte da sociedade.

Os indicadores demográficos, atualizados à luz dos Censos 2011, refletem o ritmo de crescimento da população idosa no total da população.

Quadro 2

Estrutura etária da população residente, por sexo, 2001 e 2011

Portugal	2001		2011	
	Nº	%	Nº	%
Estrutura etária				
0-14 anos	1 656 602	16,0	1 572 329	14,9
15-24 anos	1 479 587	14,3	1 147 315	10,9
25-64 anos	5 526 435	53,4	5 832 470	55,2
65 ou mais anos	1 693 493	16,4	2 010 064	19,0

Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Censos 2011

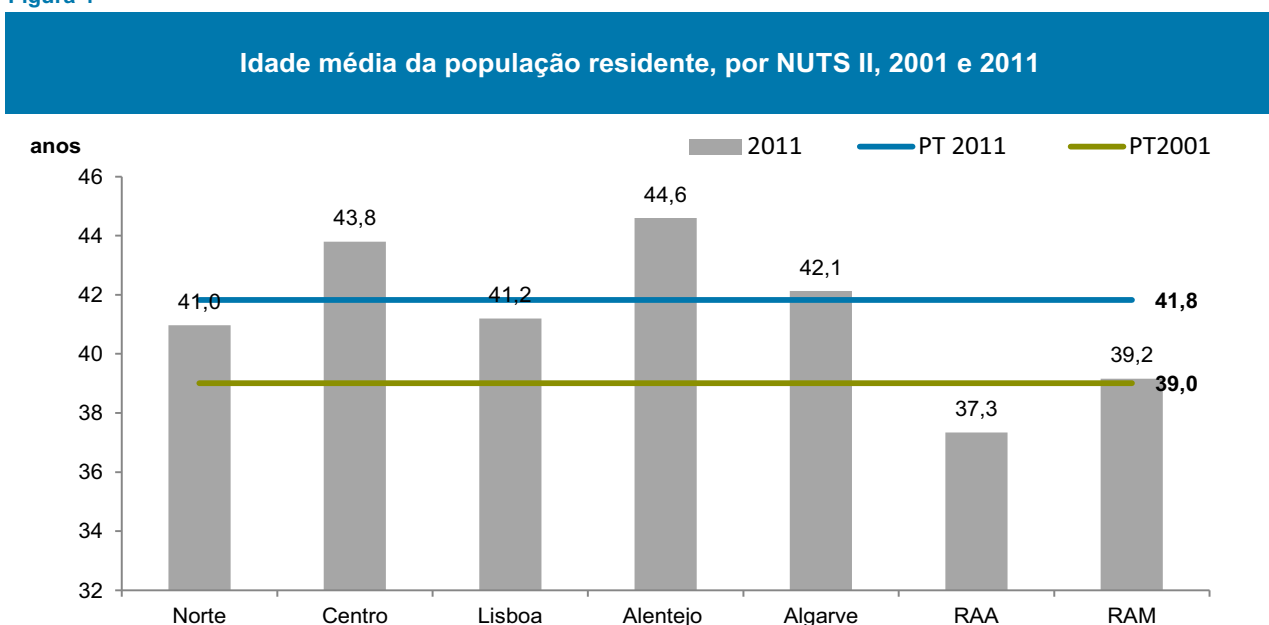
Idade Média

A idade média da população residente em Portugal, de acordo com os Censos 2011, aumentou cerca de 3 anos na última década, fixando-se em 41,8 anos (Figura 4). A idade média das mulheres (43,2 anos) continua a ser superior em cerca de 3 anos à dos homens (40,3 anos), reflexo da sua maior longevidade. Este facto está diretamente relacionado com a maior preponderância das mulheres no grupo etário da população idosa.

O aumento da idade média da população tem uma representação generalizada em todo o país. Contudo subsistem contrastes entre as regiões e territórios. É na região do Alentejo que a idade média da população apresenta o valor mais elevado com 44,6 anos, cerca de três anos acima da média nacional. A população da região Centro apresenta igualmente uma idade média superior em 2 anos à média do país. Este facto encontra maior expressão nos territórios do interior, marcadamente habitados por população idosa e por fenómenos de despovoamento dos quais resultam a redução dos efeitos de população mais jovem.

É nas R. A. dos Açores e da Madeira que a população é mais nova. Na Região do Açores, a idade média da população é inferior em 4,5 anos à média do país e na Região da Madeira é de 2,6 anos.

Figura 4



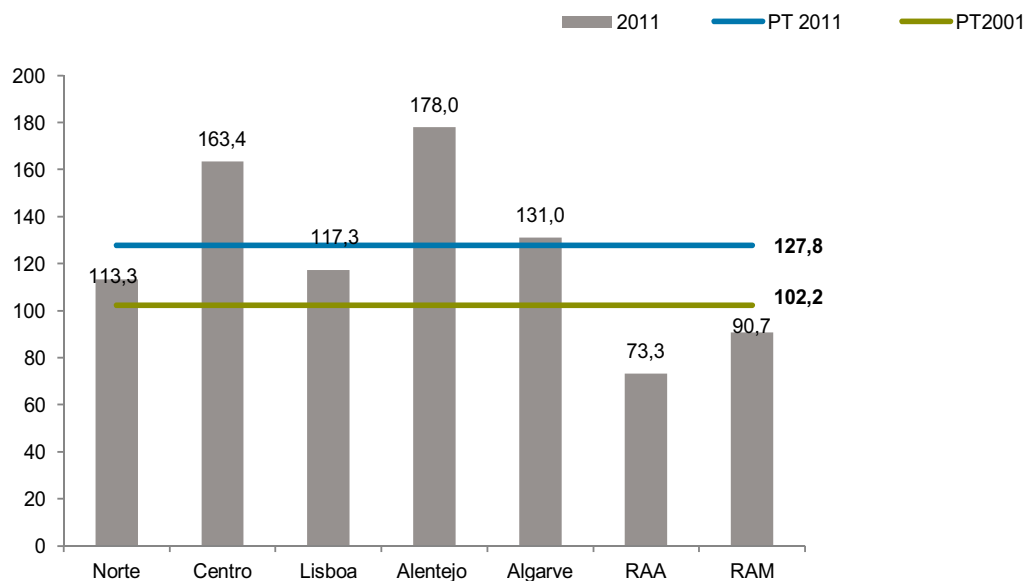
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Índice de envelhecimento

Em 2011, o índice de envelhecimento da população era de 128, o que significa que por cada 100 jovens (com menos de 15 anos) existiam 128 idosos (com 65 ou mais anos) (Figura 5). Tal como a idade média, as Regiões Autónomas apresentavam os índices de envelhecimento mais baixos do país, respetivamente 73 para a R.A. dos Açores e 91 para a R.A. da Madeira. Estas eram as únicas regiões do país com mais jovens do que idosos. No polo oposto encontravam-se as regiões do Centro e Alentejo, como as regiões mais envelhecidas, com índices de 163 e 178, respetivamente.

Figura 5

Índice de envelhecimento, por NUTS II, 2001 e 2011

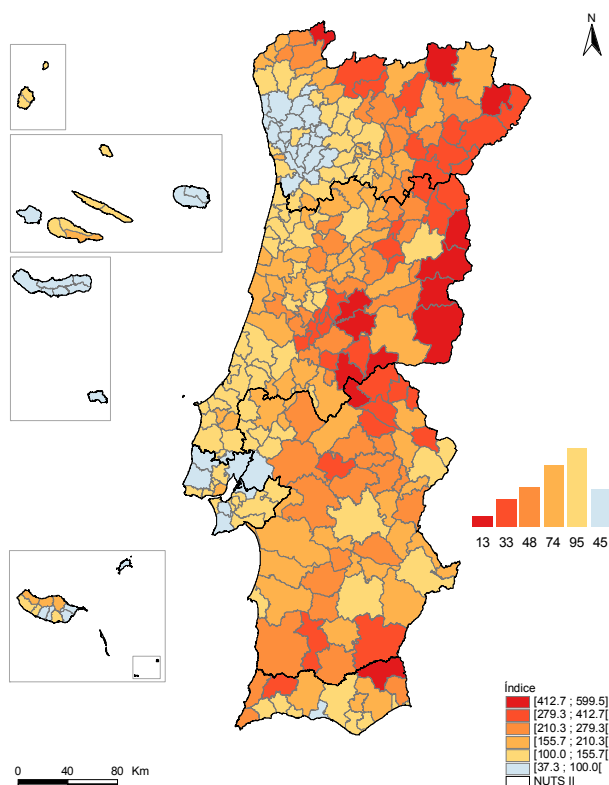


Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

O envelhecimento da população é um fenómeno que não se circunscreve apenas ao interior do país, mas alastrou-se à generalidade do território. Todavia é nas regiões do interior do país, que se assistiu a um maior agravamento deste fenómeno consequência também da perda de população mais jovem verificada na última década.

Figura 6

Índice de envelhecimento, Município, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Se analisarmos o Índice de envelhecimento, ao nível de município, verificou-se que apenas 46 municípios apresentavam valores inferiores a 100. Ribeira Grande (37) e Lagoa (48) na R. A. Açores bem como Câmara de Lobos (49) na R.A. Madeira eram os municípios com os valores mais baixos deste indicador (Figura 6). No extremo oposto, apresentavam os valores mais elevados os municípios de Vila Velha de Ródão (585), Pampilhosa da Serra (591) e Penamacor (600), todos na região Centro.

Índice de longevidade

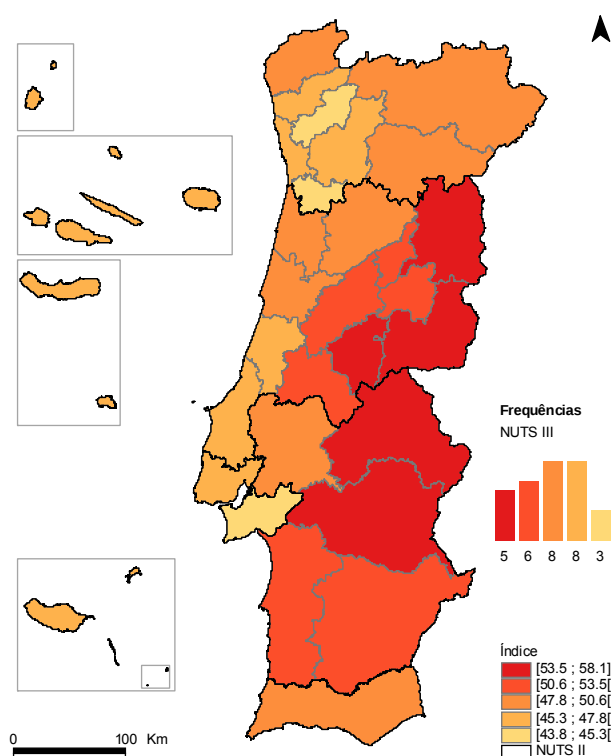
O índice de longevidade, que relaciona a população com 75 ou mais anos com o total da população idosa com 65 ou mais anos era, em 2011, de 48, face a 41 em 2001 e 39 em 1991. O aumento da esperança média de vida reflete bem a forma como este indicador tem vindo a progredir nas últimas décadas.

Em termos regionais, Lisboa apresentou o índice mais baixo (46), sendo o Alentejo a única região cujo índice ultrapassou 50, o que significa que a maior parte da sua população idosa tinha 75 ou mais anos.

Pelas sub-regiões NUTS III (Figura 7) verifica-se que, em regra, o interior do país tem índices de longevidade superiores ao litoral. Destaca-se o Pinhal Interior Sul com cerca de 55 e o Alto Alentejo com 54.

Figura 7

Índice de longevidade, por NUTS III, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Índice de rejuvenescimento da população ativa

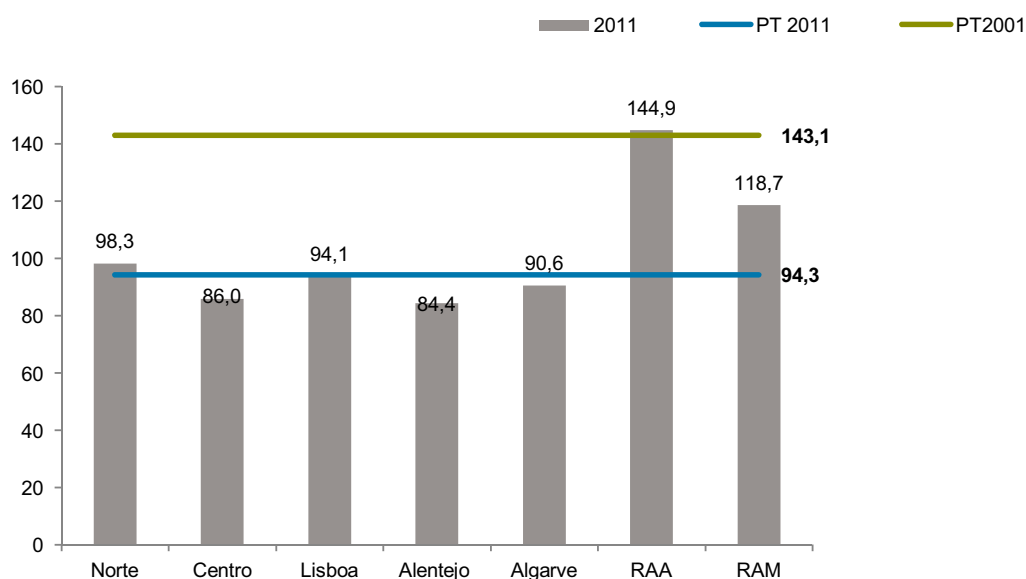
O retrato demográfico do país configura desafios imediatos e futuros em termos de sustentabilidade demográfica do território mas também nos planos da vida social e económica. No mercado de trabalho são colocados problemas de renovação e disponibilidade de efetivos para trabalhar e na sustentabilidade dos sistemas de proteção social e nos serviços de saúde haverá impacto decorrente também do envelhecimento demográfico da população.

A análise das repercussões na população ativa podem ser observadas tendo em conta a evolução dos índices de rejuvenescimento da população em idade ativa e do índice de sustentabilidade potencial. A representação espacial por regiões destes indicadores é semelhante. Os territórios do interior da região Centro e do nordeste transmontano, evidenciam índices muito inferiores aos observados no litoral ou em torno das grandes áreas urbanas. As regiões autónomas contrastam com o padrão nacional, uma vez que apresentam os indicadores mais elevados do país.

O índice de rejuvenescimento da população ativa era de aproximadamente 94, em 2011, o que significa que, potencialmente, por cada 100 pessoas que saíam do mercado de trabalho, entravam apenas 94 (Figura 8). Este indicador agravou-se significativamente na última década, face à década anterior, em que atingiu 143, quando o número de pessoas a entrar no mercado de trabalho era significativamente superior ao número de pessoas que saía. Em 2011 só as Regiões Autónomas apresentaram índices de rejuvenescimento superiores a 100.

Figura 8

Índice de rejuvenescimento da população ativa, por NUTS II, 2001 e 2011

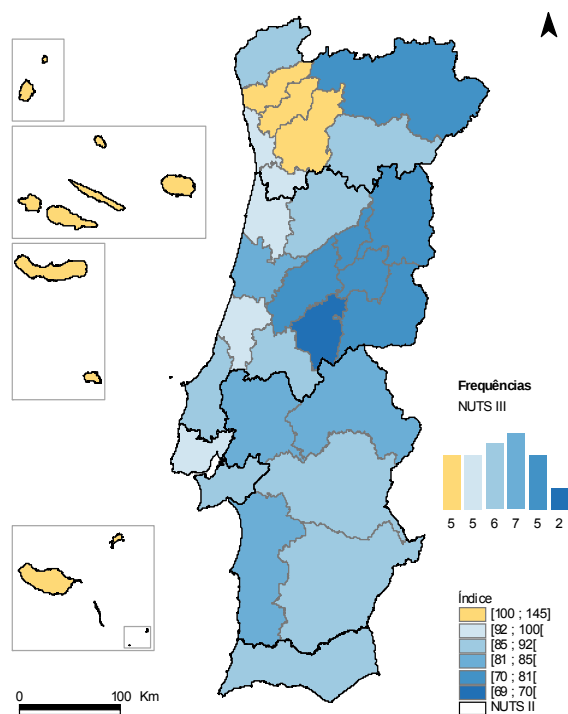


Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Apenas 5 das 30 sub-regiões NUTS III apresentam índices de rejuvenescimento acima de 100, como as Regiões Autónomas, e das sub-regiões do Cávado, Ave e Tâmega, na região Norte (Figura 9).

Figura 9

Índice de rejuvenescimento da população ativa, por NUTS III, 2001 e 2011



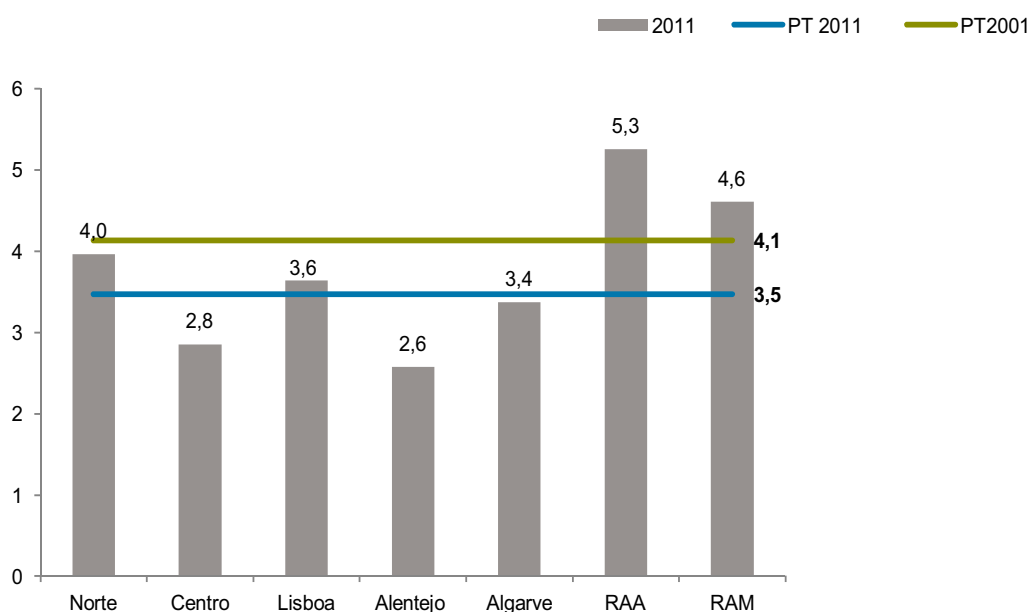
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Índice de sustentabilidade potencial

Como se referiu atrás, a análise do índice de sustentabilidade complementa a leitura anterior. Numa década, o número de indivíduos em idade ativa, por cada indivíduo idoso, passou de 4,1 em 2001, para 3,5 em 2011 (Figura 10). As Regiões Autónomas apresentaram os índices de sustentabilidade mais elevados: 5,3 para os Açores e 4,6 para a Madeira. No Alentejo e o Centro registaram-se os índices mais baixos, respetivamente 2,6 e 2,8.

Figura 10

Índice de sustentabilidade potencial, por NUTS II, 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

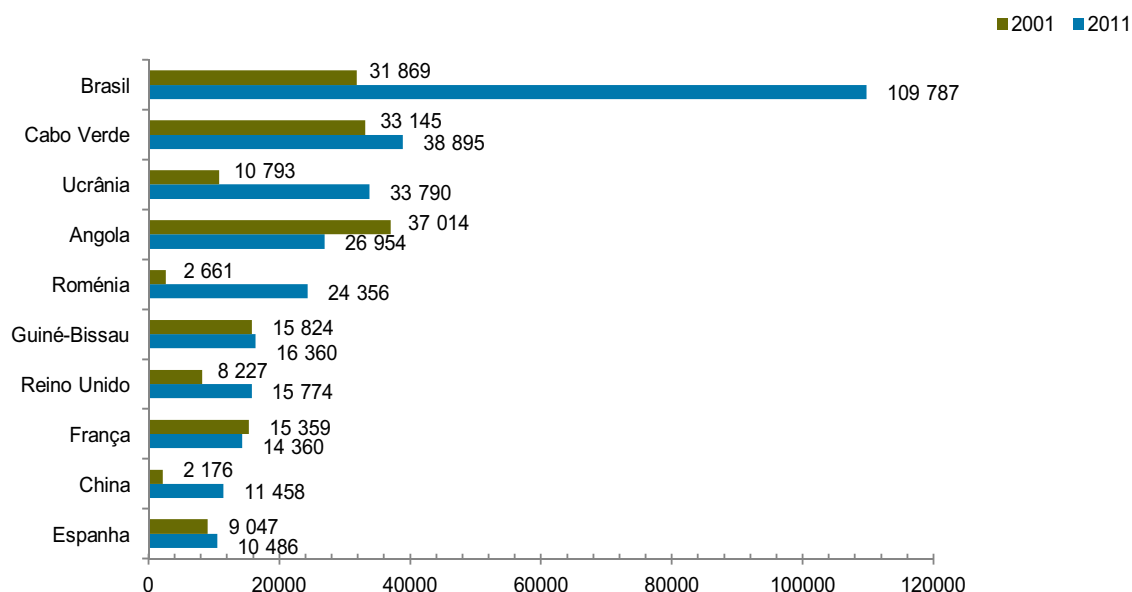
2. População de nacionalidade estrangeira

À data da realização dos Censos 2011, residiam em Portugal 394 496 pessoas de nacionalidade estrangeira, o que representava cerca de 3,7% do total da população residente. A maior comunidade estrangeira residente em Portugal era a brasileira, com 109 787 pessoas (cerca de 28%), seguindo-se a cabo-verdiana, com 38 895 (10%). A comunidade ucraniana detinha a terceira posição mais representada em Portugal, com 9%. De realçar a perda de importância relativa da população com nacionalidade angolana, a primeira em 2001, com 16% da população estrangeira residente em Portugal, para apenas 7% em 2011, valor que a arrastou para o 7º lugar.

Destaca-se a significativa subida da população com nacionalidade romena e chinesa (de 2 661 para 24 356 e de 2 176 para 11 458, respetivamente) bem como o acréscimo das nacionalidades brasileira (244,5%) e ucraniana (213,1%) que mais do que duplicaram os efetivos no último período intercensitário.

Figura 11

Principais nacionalidades da população estrangeira residente (Nº.) em Portugal, 2001 e 2011



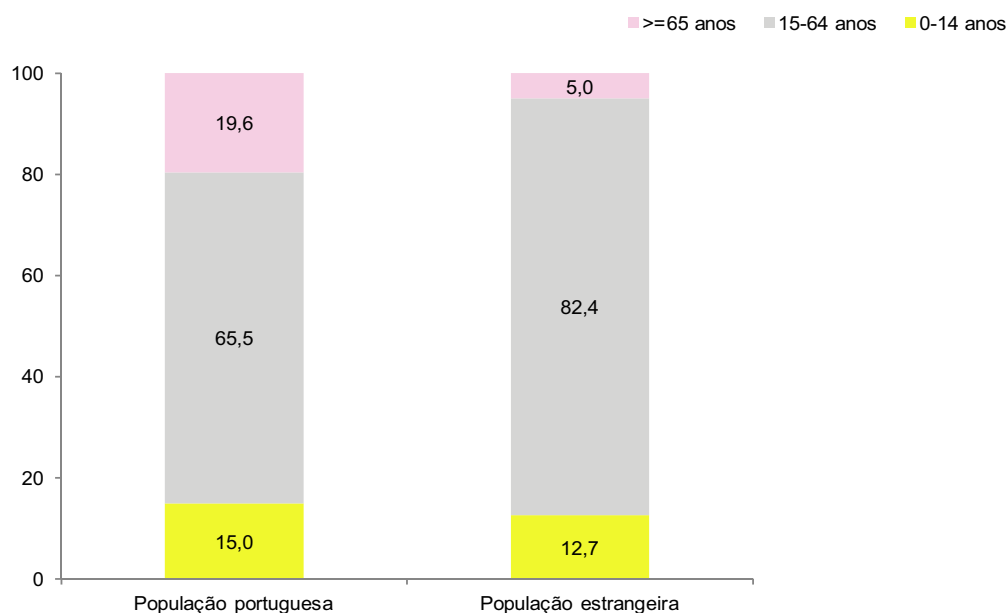
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

A estrutura etária da população estrangeira difere significativamente da estrutura da população portuguesa. De facto, na população estrangeira o maior grupo situa-se na população em idade ativa (15-64 anos), com 82,4%, enquanto na população nacional este grupo representa 65,5%, situação que decorre dos motivos económicos que impulsionam a vinda desta população (Figura 12).

Adicionalmente, a população estrangeira idosa representa apenas 5,0%, contra 19,6% da população residente em Portugal.

Figura 12

População portuguesa e estrangeira (%) por grupo etário, 2011



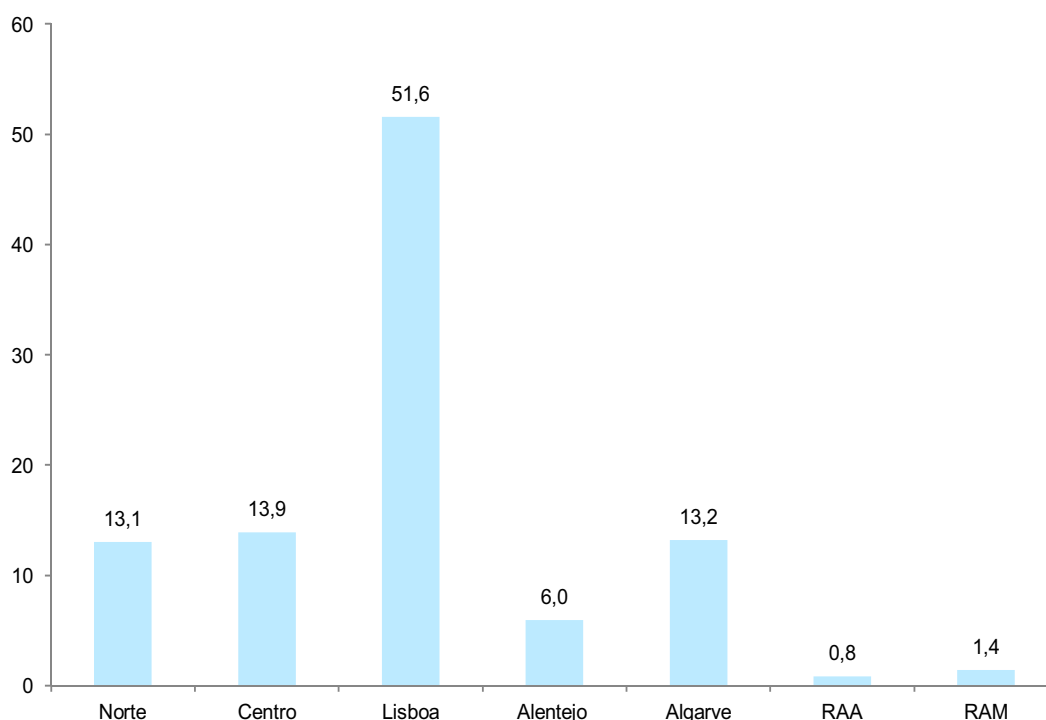
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

A população estrangeira era, em 2011, bastante mais jovem do que a portuguesa, com uma idade média de 34,2 anos, face a 42,1 da portuguesa.

Em termos de distribuição geográfica, a Região de Lisboa concentrava mais de metade dos estrangeiros residentes em Portugal (51,6%), seguindo-se as regiões do Norte, Centro e Algarve todas com pesos na ordem dos 13%. As regiões com menos estrangeiros residentes eram as R.A. dos Açores e da Madeira onde residiam apenas 0,8% e 1,4% de estrangeiros (Figura 13).

Figura 13

População estrangeira residente em Portugal (%), por NUTS II, 2011

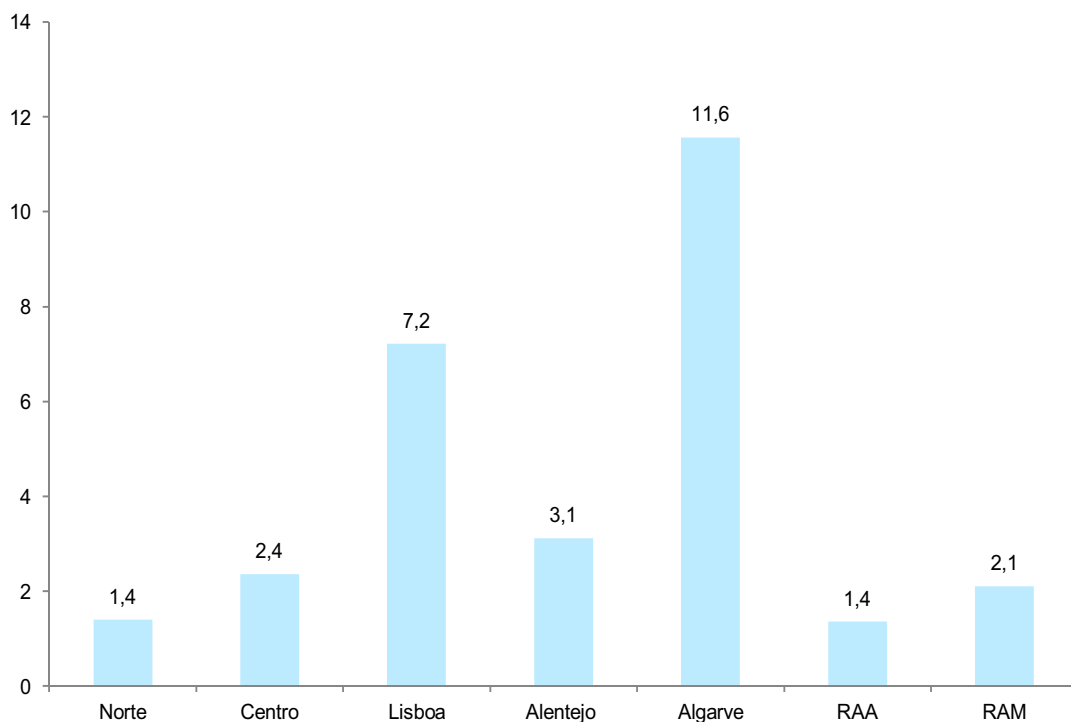


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Analisando a importância relativa dos estrangeiros face à população regional, verifica-se que era no Algarve que a população estrangeira tinha maior peso, representando cerca de 11,6% da população da região; seguia-se Lisboa, com 7,2%, o Alentejo com 3%, e a R.A. da Madeira e a região Centro, ambas com valores da ordem dos 2%. Na R.A. dos Açores e na Região Norte a população estrangeira correspondia, respetivamente, 1,4% e 1,3% da sua população (Figura 14).

Figura 14

Importância relativa da população estrangeira na população residente(%), por NUTS II, 2011

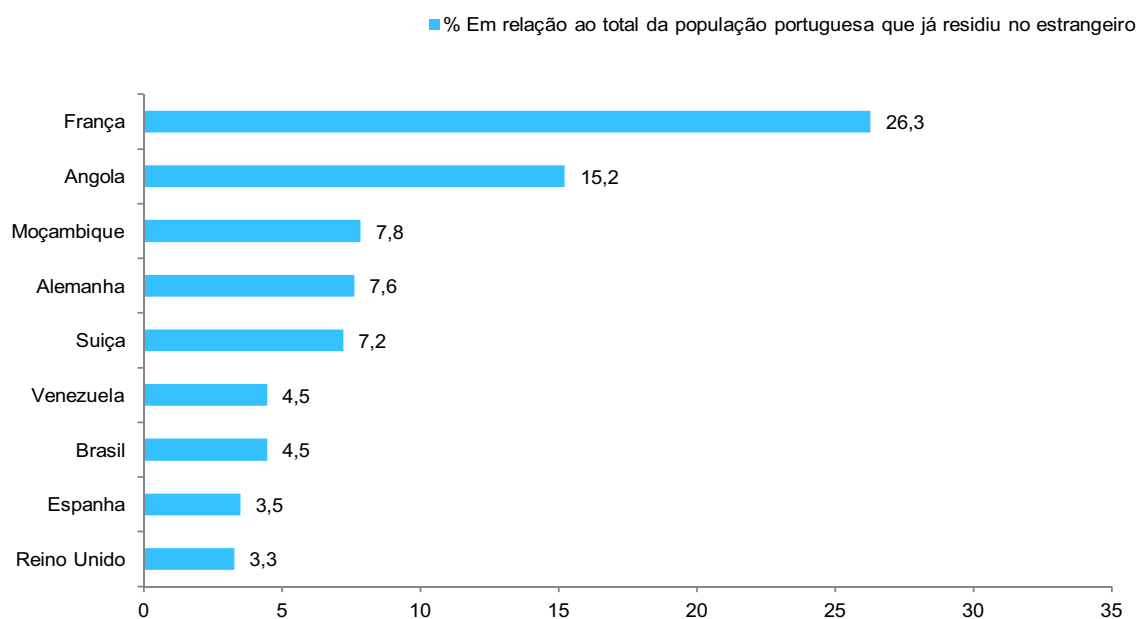


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Cerca de 1,5 milhões de portugueses/as que viviam em Portugal em 2011 já tinham residido no estrangeiro, por um período contínuo de pelo menos um ano, tendo entretanto regressado a Portugal. Este valor é o reflexo da importância que o fenómeno emigratório teve na sociedade portuguesa ao longo das últimas quatro décadas.

Figura 15

População de nacionalidade portuguesa que já residiu no estrangeiro (%), por último país de residência, 2011



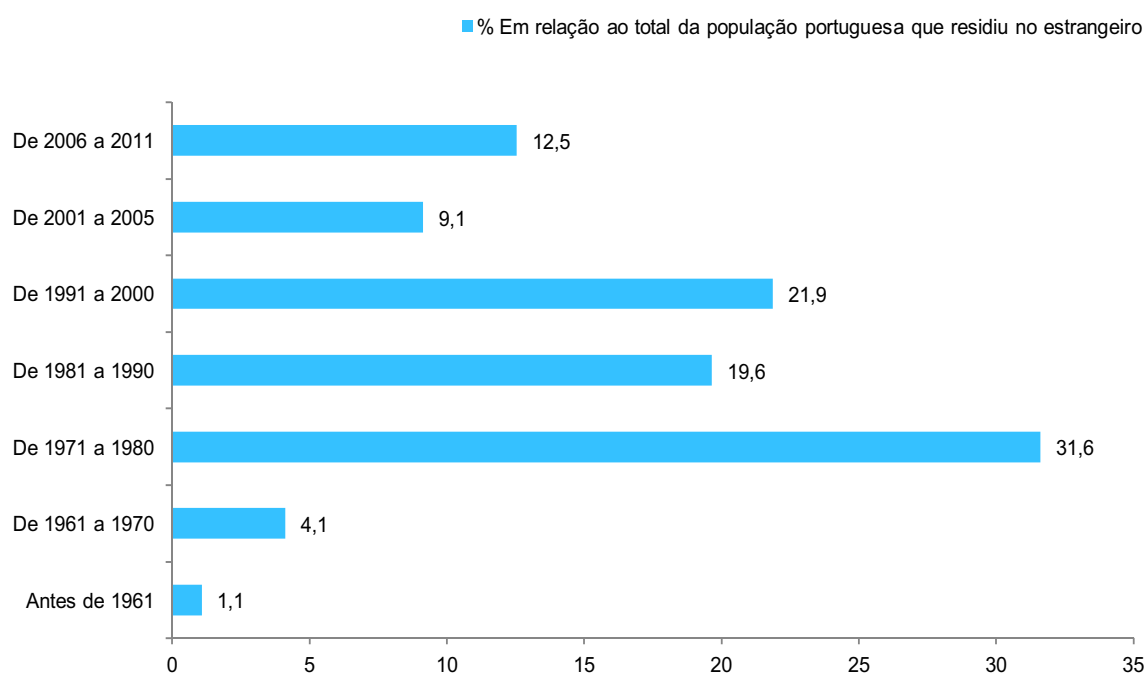
Fonte: INE, I.P., Censos 2011

De acordo com a Figura 15, os países de proveniência, mais representativos desta população, são França, com 26,3% e Angola com 15,2%, seguindo-se-lhes Moçambique (7,8%), Alemanha (7,6%) e Suíça (7,2%). Neste conjunto é possível identificar por um lado alguns dos países de destino tradicional da emigração portuguesa e, por outro, o retorno decorrente do processo de descolonização.

De facto, foi durante o período 1971-1980 que se registou o regresso de maior número de emigrantes a Portugal, intimamente relacionado com o retorno de cidadãos portugueses das ex-colónias (Figura 16). Uma segunda vaga no regresso da população emigrante a Portugal, ocorreu durante as décadas de 80 e 90, principalmente associada à emigração tradicional.

Figura 16

População de nacionalidade portuguesa que já residiu no estrangeiro (%), por ano de regresso a Portugal, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

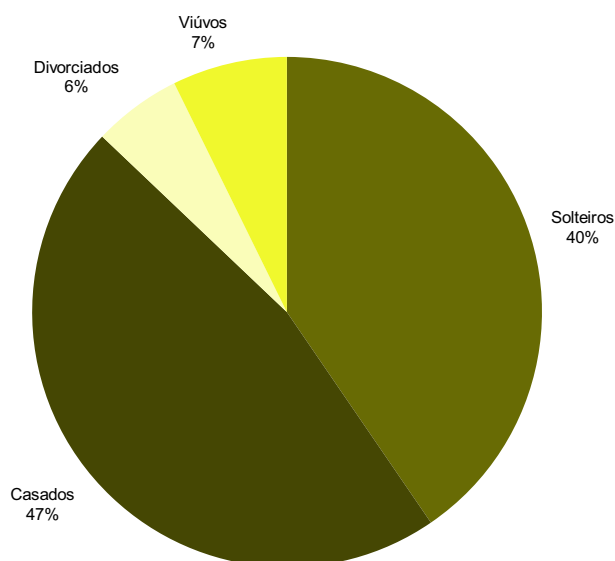
3. Estado civil e conjugalidade

Nas últimas décadas, Portugal, à semelhança de outros países europeus, tem assistido a alterações significativas nos padrões de conjugalidade e de nupcialidade. O aumento do casamento civil em detrimento do religioso, a subida do número de divórcios, o crescimento significativo dos nascimentos fora do casamento e a existência de novas formas de conjugalidade são reveladores destas alterações.

Analisando o estado civil da população recenseada nos Censos 2011, verificava-se que cerca de 47% era casada (Figura 17). O grupo dos/as solteiros/as representava 40% e os viúvos/as e divorciados/as representavam respetivamente 7% e 6%.

Figura 17

Estado civil legal da população residente, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

A análise do estado civil por sexo evidencia algumas diferenças entre homens e mulheres. As mais significativas referem-se ao estado civil Viúvo, com maior representatividade nas mulheres (11% contra 3% dos homens) e ao estado civil Solteiro, onde há uma maior representação masculina (38% das mulheres versus 44% dos homens). Também no estado civil Casado há algumas diferenças, 45% das mulheres são casadas enquanto nos homens esse valor era de 48%.

Estas diferenças podem ser explicadas pela maior esperança de vida das mulheres e pela tendência que os homens têm em regressar mais rapidamente à situação de casado.

Em 2011, embora as uniões conjugais continuassem a ser maioritariamente formalizadas através do casamento (cerca de 87%), as uniões de facto representavam já cerca de 13% do total (Figura 18). Em 2001 o peso das uniões de facto era de apenas 7%.

Apesar de a união de facto não ser uma situação conjugal recente em Portugal, este tipo de relacionamento conjugal tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, sendo que praticamente duplicou na última década. Por outro lado, deixou de ser uma situação conjugal específica de uma determinada região ou contexto social para se generalizar um pouco por todo o país.

Em 2011, era na região do Algarve que as uniões de facto assumiam maior expressão representando cerca de 21% das uniões conjugais. Seguiam-se a região de Lisboa próximo de 20% e o Alentejo com 14%. O valor mais baixo, perto de 9%, registava-se na região Norte, evidenciando assim uma maior formalidade conjugal.

Figura 18

Proporção da população que vive em união de facto (%), por NUTS II, 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

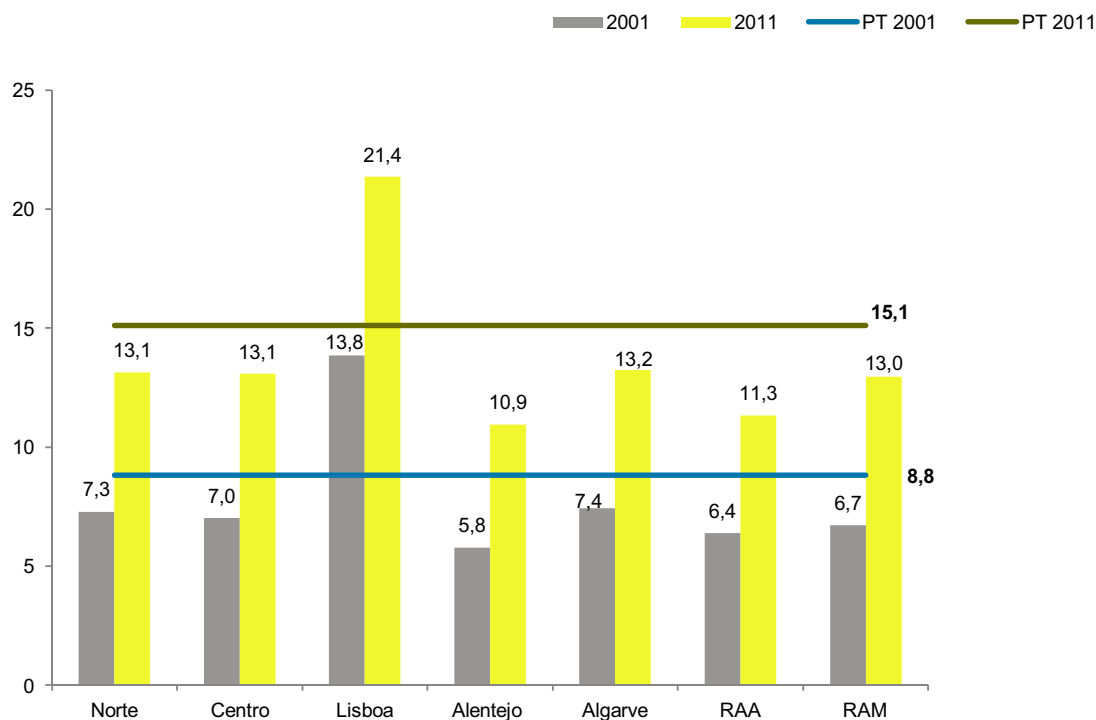
4. Nível de escolaridade

Na última década, o país registou um aumento no nível de escolaridade da população, expresso pelo aumento substancial da população com ensino superior e ensino secundário. A população com ensino superior completo passou de cerca de 9% em 2001 para 15% em 2011, tendo o número de diplomados quase duplicado e atingido 1 244 742. Esta população é constituída maioritariamente por mulheres, 60%, revelando uma clara feminização da população com ensino superior.

Em termos geográficos, a região de Lisboa com cerca de 21%, era a que reunia maior número de diplomados, seguindo-se-lhe as regiões Norte, Centro, Algarve e R.A. da Madeira com valores na ordem dos 13% (Figura 19). O Alentejo e a R. A. dos Açores eram as regiões que apresentavam as menores proporções, cerca de 11%.

Figura 19

Proporção da população com ensino superior completo(%), em 2001 e 2011

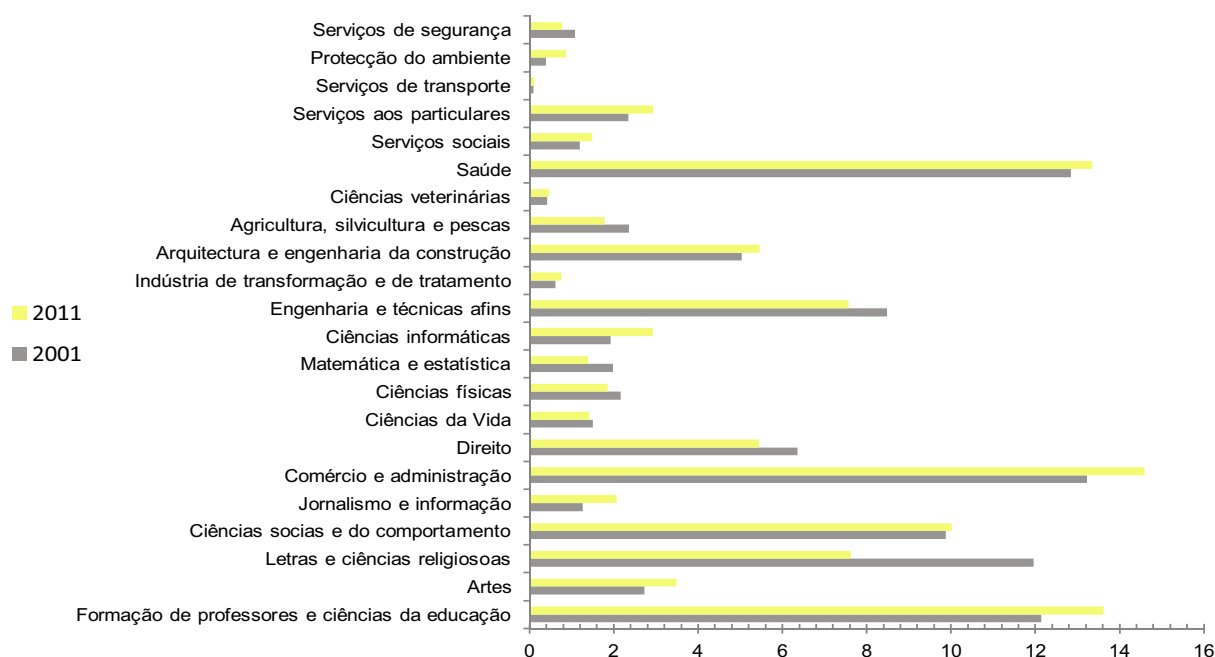


Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

Analisando as áreas de formação da população com ensino superior, verificou-se que mais de 50% se concentravam em 4 grandes áreas de estudo: Comércio e Administração (14,6%), Formação de professores/as (13,6%), Saúde (13,4%) e Ciências sociais (10,0%), facto que representa algumas modificações face à situação registada em 2001 (Figura 20). Assistiu-se na última década ao reforço da importância dos cursos nas áreas de Saúde, Ciências informáticas e Formação de professores, tendo recuado as áreas das Letras e Ciências religiosas, Direito e Agricultura.

Figura 20

População com ensino superior(%), por áreas de estudo, em 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

De acordo com o Quadro 3, as mulheres eram predominantes na maior parte das áreas de estudo. As exceções verificavam-se nos serviços de segurança e de transportes, com respetivamente, 89,8% e 74,2% de licenciados homens, nas áreas da engenharia (78,9%), das ciências informáticas (75,6%), da arquitetura (67,5%) e agricultura (59,0%).

Na população feminina predominavam as diplomadas em Formação de Professores/as, Saúde, Comércio e Administração, Ciências Sociais, Letras e Ciências Religiosas e Direito.

Quadro 3

População com ensino superior completo, por áreas de estudo e sexo em 2011						
Áreas de estudo	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	169 514	13,6	23 321	4,8	146 193	19,4
ARTES	43 475	3,5	17 170	3,5	26 305	3,5
LETRAS E CIÊNCIAS RELIGIOSAS	94 839	7,6	24 839	5,1	70 000	9,3
CIÊNCIAS SOCIAIS E DO COMPORTAMENTO	124 662	10,0	44 450	9,1	80 212	10,6
JORNALISMO E INFORMAÇÃO	25 635	2,1	8 080	1,6	17 555	2,3
COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO	181 646	14,6	77 844	15,9	103 802	13,8
DIREITO	67 798	5,4	29 747	6,1	38 051	5,0
CIÊNCIAS DA VIDA	17 679	1,4	4 761	1,0	12 918	1,7
CIÊNCIAS FÍSICAS	23 059	1,9	9 179	1,9	13 880	1,8
MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA	17 366	1,4	5 455	1,1	11 911	1,6
CIÊNCIAS INFORMÁTICAS	36 382	2,9	27 496	5,6	8 886	1,2
ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS	94 134	7,6	74 248	15,1	19 886	2,6
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DE TRATAMENTO	9 443	0,8	3 526	0,7	5 917	0,8
ARQUITECTURA E ENGENHARIA DA CONSTRUÇÃO	67 986	5,5	45 874	9,4	22 112	2,9
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	22 145	1,8	13 068	2,7	9 077	1,2
CIÊNCIAS VETERINÁRIAS	5 751	0,5	2 531	0,5	3 220	0,4
SAÚDE	166 276	13,4	46 435	9,5	119 841	15,9
SERVIÇOS SOCIAIS	18 506	1,5	1 453	0,3	17 053	2,3
SERVIÇOS AOS PARTICULARES	36 626	2,9	17 632	3,6	18 994	2,5
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	1 440	0,1	1 069	0,2	371	0,0
PROTECÇÃO DO AMBIENTE	10 765	0,9	3 589	0,7	7 176	1,0
SERVIÇOS DE SEGURANÇA	9 615	0,8	8 638	1,8	977	0,1
Total	1 244 742	100,0	490 405	100,0	754 337	100,0

Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Na última década, assistiu-se a um aumento significativo da população com 15 ou mais anos que completou pelo menos o 9º ano de escolaridade. Em 2011, este indicador alcançou cerca de 50% da população do correspondente grupo etário, correspondendo a um acréscimo de 12 pontos percentuais face a 2001 (Figura 21).

Apenas nas regiões de Lisboa e do Algarve este indicador apresenta valores acima da média nacional. Nas restantes regiões, a proporção da população que completou no mínimo o 9º ano de escolaridade varia entre os cerca de 42% na R. A. dos Açores e os 46% na região Centro.

Figura 21

Proporção da população com 15 ou mais anos(%), com pelo menos o 9º ano, por NUTS II, 2001 e 2011



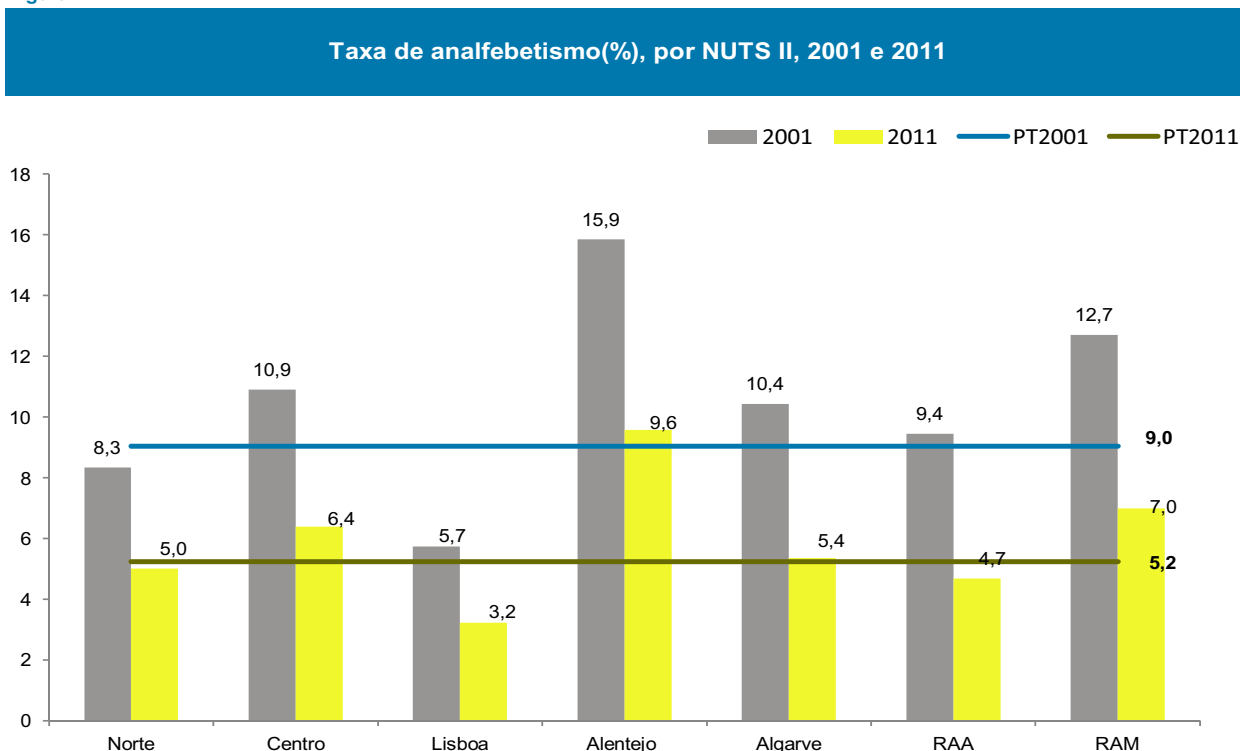
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

A taxa de analfabetismo recuou de forma significativa nas últimas décadas, passando de cerca de 11% em 1991, para 9,0% em 2001 e 5,2% em 2011 (Figura 22). Ainda assim, Portugal, no contexto europeu é um dos países com os valores mais elevados neste indicador.

Este fenómeno estava sobretudo representado na população idosa, cerca de 79% dos analfabetos tinha mais de 65 anos, e nas mulheres. Em 2011, a taxa de analfabetismo das mulheres era de 6,8% enquanto nos homens se situava nos 3,8%.

A distribuição geográfica da população analfabeta registava grandes assimetrias regionais. Lisboa, com 3,2% observava a taxa de analfabetismo mais baixa, enquanto o valor mais elevado se encontrava na região do Alentejo com 9,6%.

Figura 22



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

No Quadro 4 apresenta-se uma síntese dos principais indicadores, associados ao nível de escolaridade da população residente, que permitem constatar a evolução positiva entre 2001 e 2011.

Quadro 4

Alguns indicadores sobre o nível de escolaridade (%) 2001 e 2011		
Indicadores	2001	2011
Taxa de Analfabetismo	9,03	5,23
Proporção de Crianças 3-5 anos a frequentar o Ensino Pré-Escolar	52,28	73,49
Proporção da População com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo	18,03	10,39
Proporção de Jovens 18-24 anos que completou no máximo o 3º Ciclo (9º ano) e que não estão a estudar	33,37	22,08
Proporção de Jovens 20-24 anos que completou pelo menos o Ensino Secundário	44,04	60,8
Proporção da População 30-34 anos que completou o Ensino Superior	14,22	28,62
Proporção da População com 15 ou mais anos que completou pelo menos o 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	37,95	49,6
Proporção da População com 18 ou mais anos que completou pelo menos o Ensino Secundário	22,67	31,69
Proporção da População com 23 ou mais anos que completou o Ensino Superior	8,81	15,11

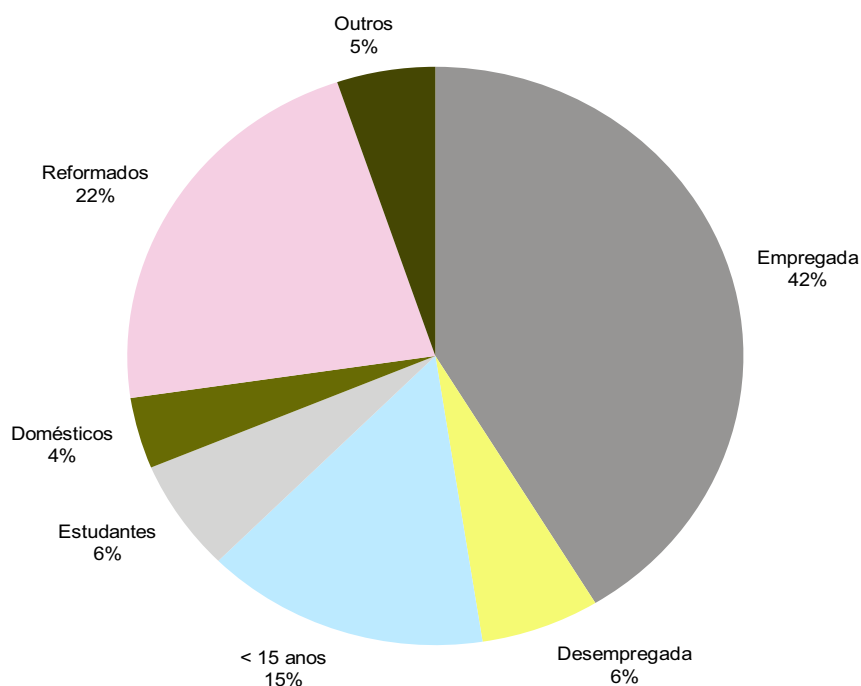
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

5. Caracterização socioeconómica

Perante a atividade económica, em 2011, cerca de 42% da população total encontrava-se na situação de empregada, 6% na condição de desempregada e 52% na situação de inatividade. A população reformada e a população com menos de 15 anos representavam, respetivamente, cerca de 32% e 29% do total da população em situação de inatividade. Os restantes 29% abrangiam a população com menos de 15 anos, estudantes com 15 ou mais anos, domésticos/as e outros (Figura 23).

Figura 23

Condição perante a atividade económica da população residente, em 2011

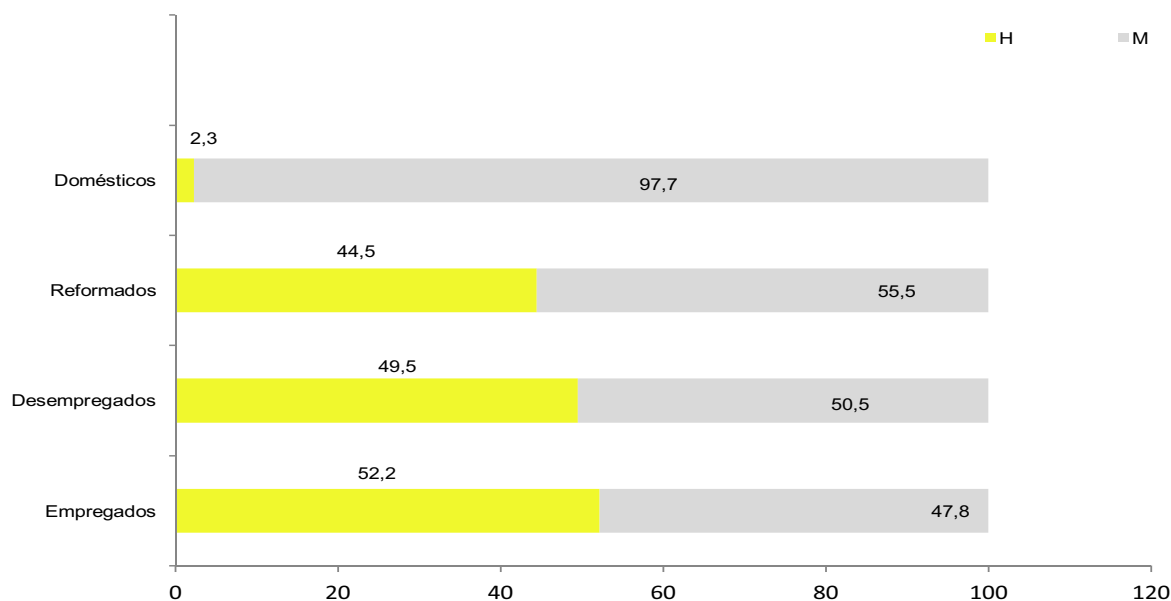


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Verificaram-se diferenças na representação dos homens e das mulheres nos grupos que compõem a condição perante a atividade económica: A população empregada apresentava cerca de 52% de homens e 48% de mulheres; Na população reformada/pensionista verificava-se o contrário, com as mulheres a predominarem com 51% face aos 49% dos homens; Na população “domésticos” havia cerca de 2% de homens e 98% de mulheres (Figura 24).

Figura 24

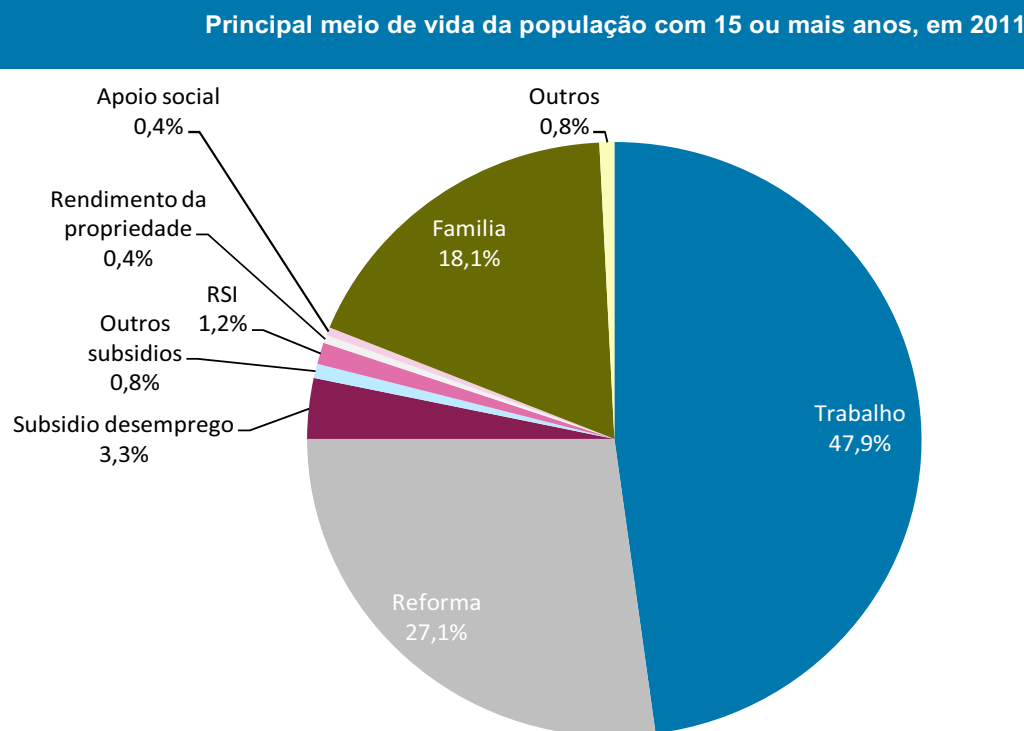
Condição perante a atividade económica(%), segundo o sexo, em 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

De acordo com os resultados dos Censos 2011, para quase 48% da população residente, com 15 ou mais anos, a principal fonte de rendimento nos 12 meses que antecederam o momento censitário foi o trabalho, seguindo-se as pensões e reformas para 27% da população. Cerca de 18% da população com 15 e mais anos vivia a cargo da família. O Subsídio de Desemprego e o Rendimento Social de Inserção foram, respetivamente, a principal fonte de rendimento para 3,3% e 1,1% da população residente com 15 ou mais anos (Figura 25).

Figura 25

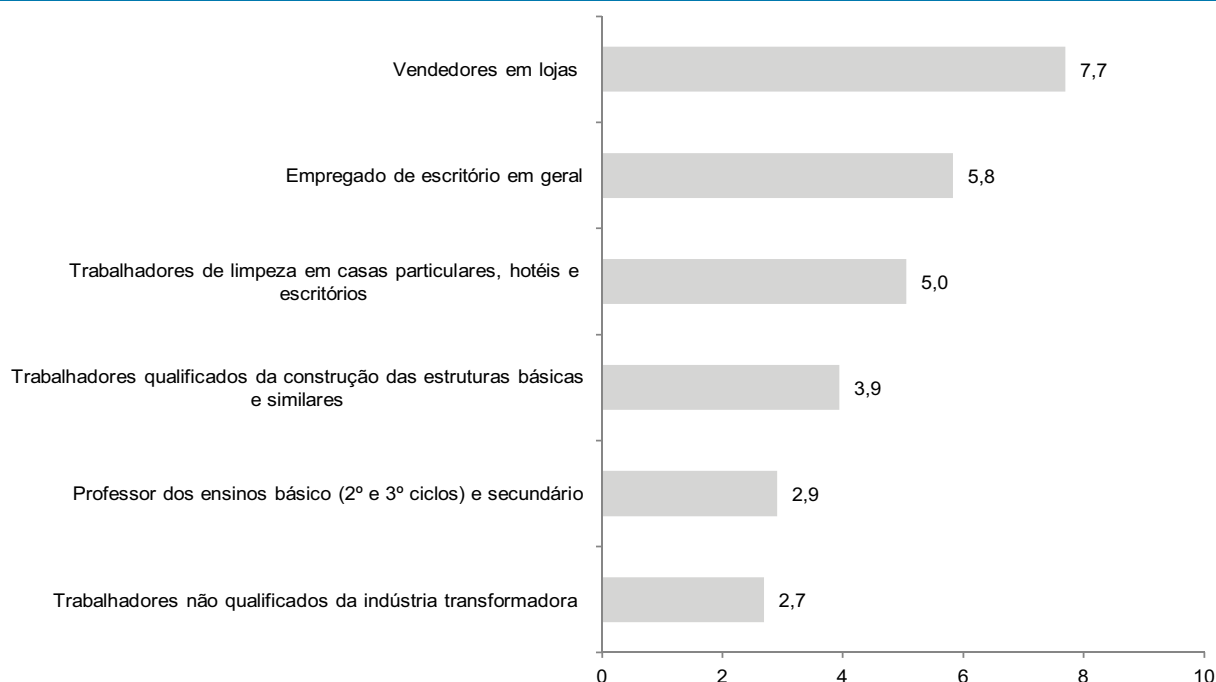


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Os resultados dos Censos 2011 registaram 4 361 187 pessoas empregadas, das quais, a população empregada em Portugal era de 4 361 187 pessoas, sendo 52,2% homens e 47,8% mulheres. A maior parte da população (81,2%) trabalhava por conta de outrem. Cerca de 18% dos/as trabalhadores/as por conta de outrem cumpriam um horário semanal de 45 ou mais horas e perto de 8% de menos de 30 horas. Vendedores/as em lojas, empregados/as de escritório, trabalhadores/as de limpeza e da construção e professores/as do ensino básico e secundário representavam um quarto da população empregada (Figura 26).

Figura 26

Principais subgrupos de profissões (%) da população empregada, em 2011



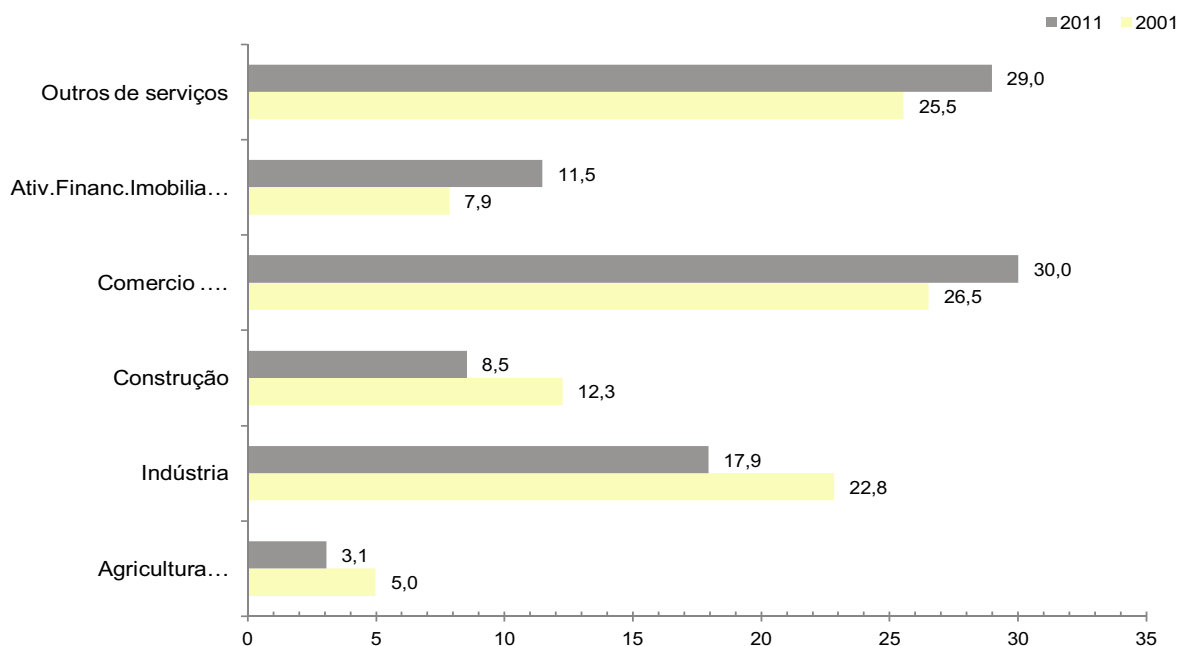
Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Quase 70% do emprego estava alocado às atividades de serviços. Neste sector, os grupos de atividade económica “comércio, alojamento, transportes e comunicações” com 30% e “outras atividades de serviços” com 29% eram os que mais pessoas empregavam. As atividades financeiras, imobiliárias e serviços às empresas concentravam cerca de 11% do emprego (Figura 27).

O emprego na indústria e a construção civil recuou entre 2001 e 2011 representando, neste último ano, respetivamente cerca de 18% e 9% da mão-de-obra total empregada. A agricultura e pescas voltaram a perder importância e detinham representavam, em 2011, apenas 3% da população empregada.

Figura 27

População empregada (%), segundo os principais grupos de atividade, em 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

6. Famílias

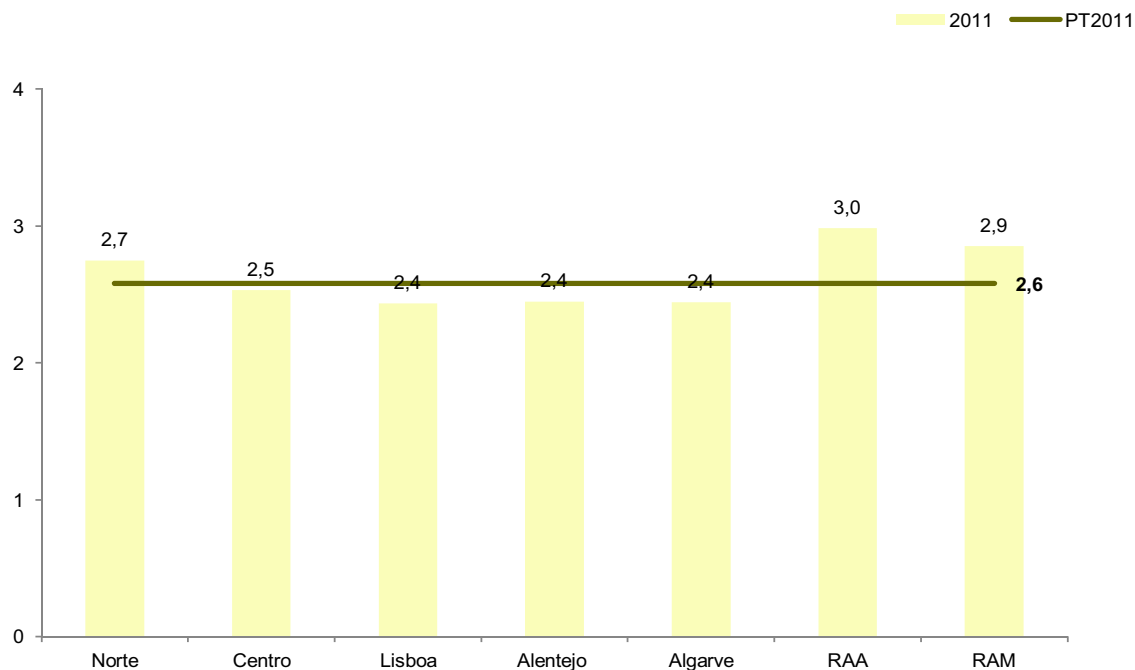
Na última década, acentuaram-se as transformações que se vinham verificando ao nível da família e do lugar que esta ocupa na sociedade. A constituição da família, o seu funcionamento, a forma como evolui, o seu eventual desmembramento ou reconstituição traduz não só os efeitos dos processos de transformação global mas também os efeitos de um dinamismo e características próprias. Misturam-se elementos do passado e do presente, cujo resultado, reflete-se de forma muito variada, por vezes rápida, outras vezes lenta.

Entre 2001 e 2011, o número de famílias clássicas aumentou cerca de 11%, atingindo as 4 043 726. Esta evolução decorre não só do crescimento da população, mas também da influência de outros fatores sociodemográficos, como as alterações nos padrões de nupcialidade, a divorcialidade e a fecundidade, bem como do aumento da esperança média de vida que concorrem para as mudanças verificadas ao nível das estruturas familiares.

Evidencia-se a diminuição da dimensão média da família a par com o aumento do número de pessoas que vivem sós e com o decréscimo das famílias numerosas. A dimensão média das famílias recuou de 2,8 em 2001 para 2,6, em 2011. As R.A. dos Açores e da Madeira e a região Norte, com 3,0 pessoas por família, apresentavam os valores mais elevados. Lisboa, Alentejo e Algarve tinham as famílias menos numerosas, com 2,4 elementos (Figura 28).

Figura 28

Dimensão média das famílias (Nº), por NUTS II, em 2011

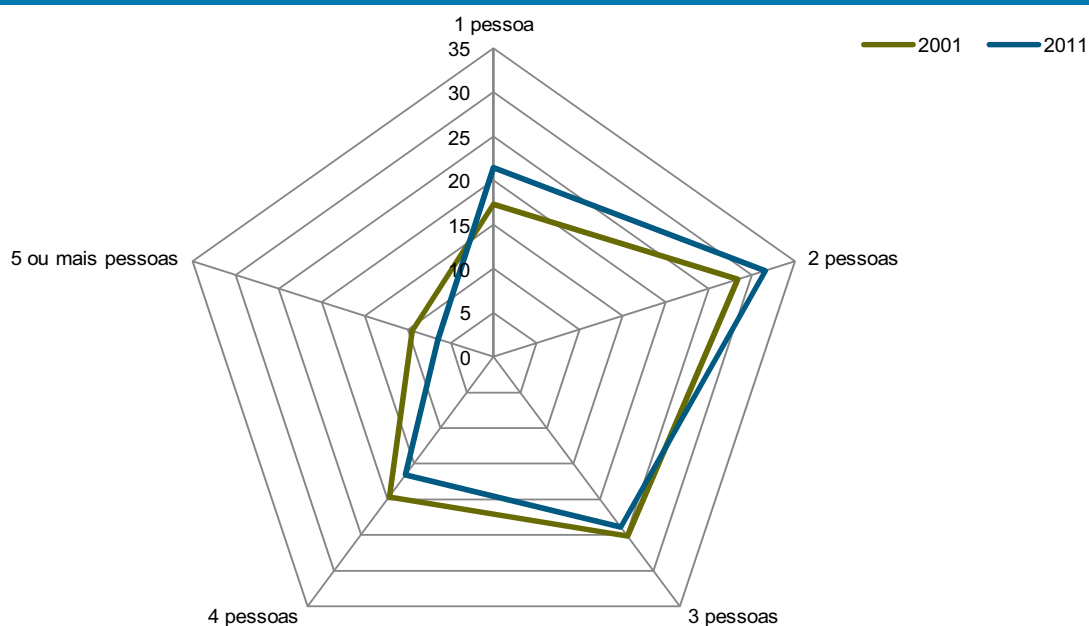


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

As famílias clássicas constituídas por uma só pessoa correspondiam, em 2011, quase a 21% do total de famílias, tendo o seu número vindo a aumentar nas últimas décadas. Em 2011, foram recenseadas 866 827 famílias unipessoais, contra as 631 762 apuradas em 2001. O número de famílias unipessoais constituídas por uma pessoa idosa representava a maior parte das famílias unipessoais e correspondia a cerca de 10% do total de famílias clássicas (Figura 29). As famílias unipessoais concentravam-se, predominantemente, nos territórios do interior, em geral com índices de envelhecimento mais elevados. A evolução do número de pessoas a viver sós deve-se principalmente ao progressivo envelhecimento da população portuguesa, mas também, embora de forma muito ténue, ao surgimento de novas formas de arquitetura da vida familiar e doméstica, sobretudo entre as camadas da população mais jovem e que conduzem a uma individualização.

Figura 29

Dimensão média das famílias (%), em 2001 e 2011



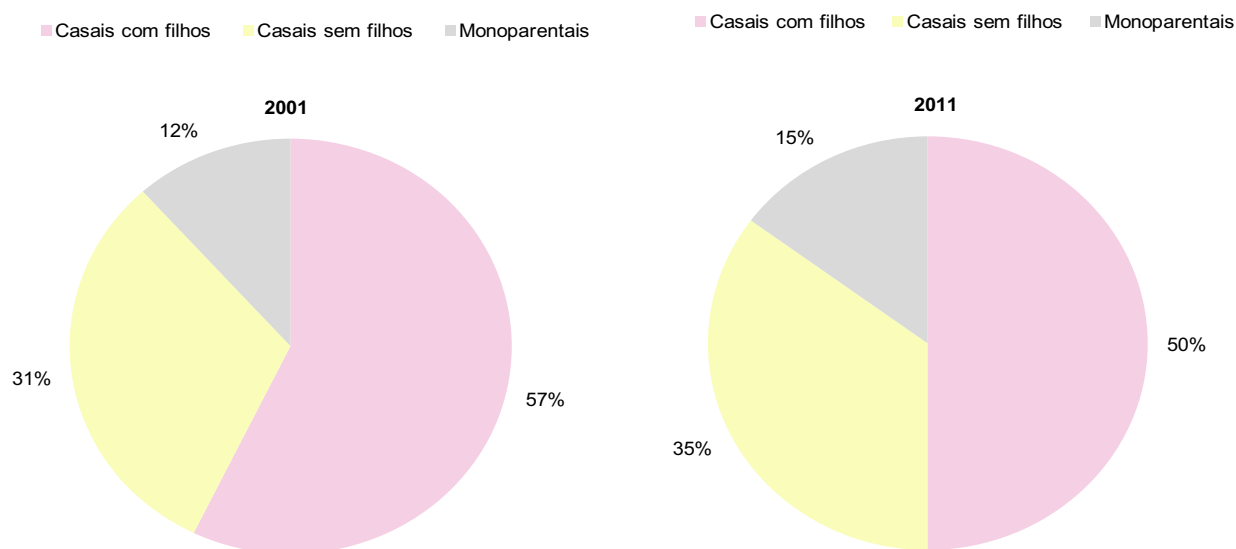
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

A estrutura familiar predominante continuava a ser a de “casal com filhos”, apesar de perder importância relativa; o ciclo de vida familiar perde o seu carácter de previsibilidade: a constituição de uma família (casal) e o nascimento de filhos dentro do casamento. Acentua-se a tendência para o aumento dos casais sem filhos em detrimento dos casais com filhos, que pode estar relacionada com a descida da fecundidade, com o adiamento da decisão de maternidade, com o envelhecimento da população, ou, de outra forma, os casais esperam mais tempo antes de terem filhos e posteriormente, após a saída dos filhos de casa, ficam mais tempo sozinhos.

Em 2011 o número de núcleos familiares “casal com filhos” era de 1 614 290, em queda face ao registado em 2001, em que estes núcleos eram 1 740 522 (Figura 30).

Figura 30

Núcleos familiares segundo o tipo de núcleo, em 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

A proporção de casais com filhos, 50% em 2011, recuou cerca de 7 pp na última década. Esta proporção não se verificou apenas na região Norte e nas Regiões Autónomas, onde a proporção de núcleos familiares “casais com filhos” se situava acima de 50%. Outras realidades, outros tipos de família, outros modelos passam a estar mais presentes: Núcleos familiares monoparentais aumentam significativamente. Em 2011, foram recenseados 480 443 núcleos familiares monoparentais, o que representa um crescimento de cerca de 36% face a 2001.

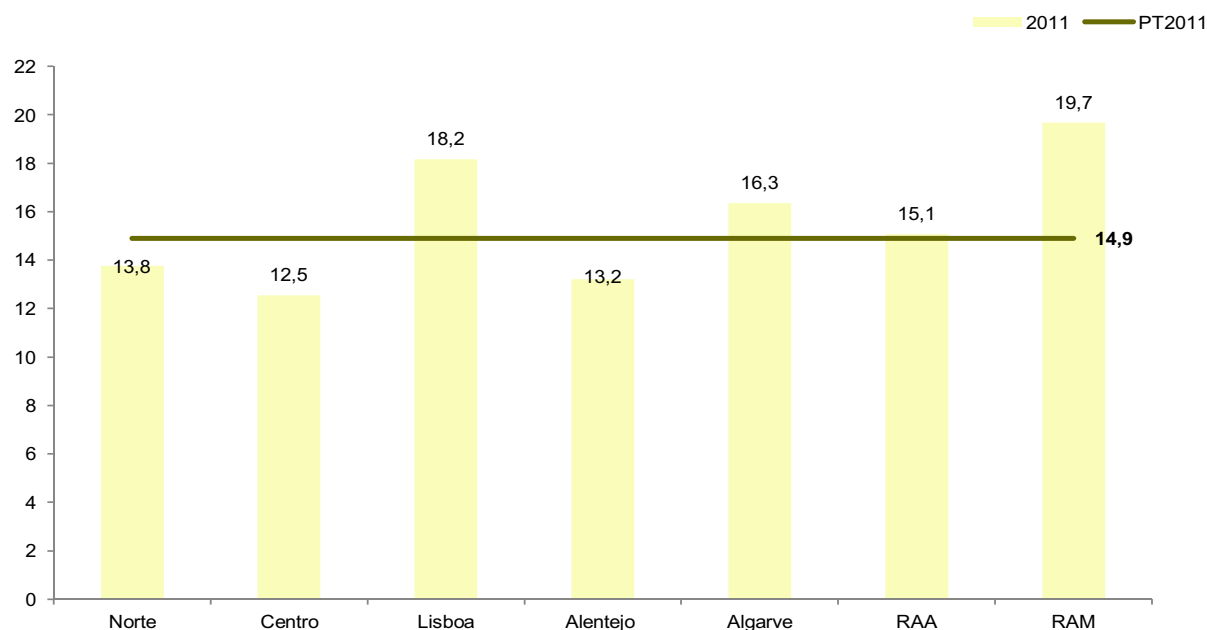
O aumento da proporção de núcleos familiares monoparentais, no total de núcleos familiares, revela a alteração do modelo de vivência familiar que tem vindo a operar-se na sociedade portuguesa nos últimos anos. Esta alteração não é um sinónimo de crise de valores, desvalorização das relações familiares, nem mesmo o fim da família, é apenas a alteração do conceito de família tradicional considerado ao longo de muitas décadas.

À semelhança do que se verificara ao longo da década de 90, os núcleos monoparentais constituídos por mãe com filhos continuam, na primeira década do milénio, a prevalecer face ao número de núcleos de pai com filhos, representando mais de 86% do total de núcleos monoparentais (416 343 e 64 100 respetivamente).

Em termos regionais, a R.A. da Madeira apresentava 20% do total de núcleos familiares monoparentais, a proporção mais elevada do País, seguindo-se-lhe Lisboa, com 18% (Figura 31).

Figura 31

Proporção de núcleos monoparentais no total de núcleos (%), por NUTS II, em 2011



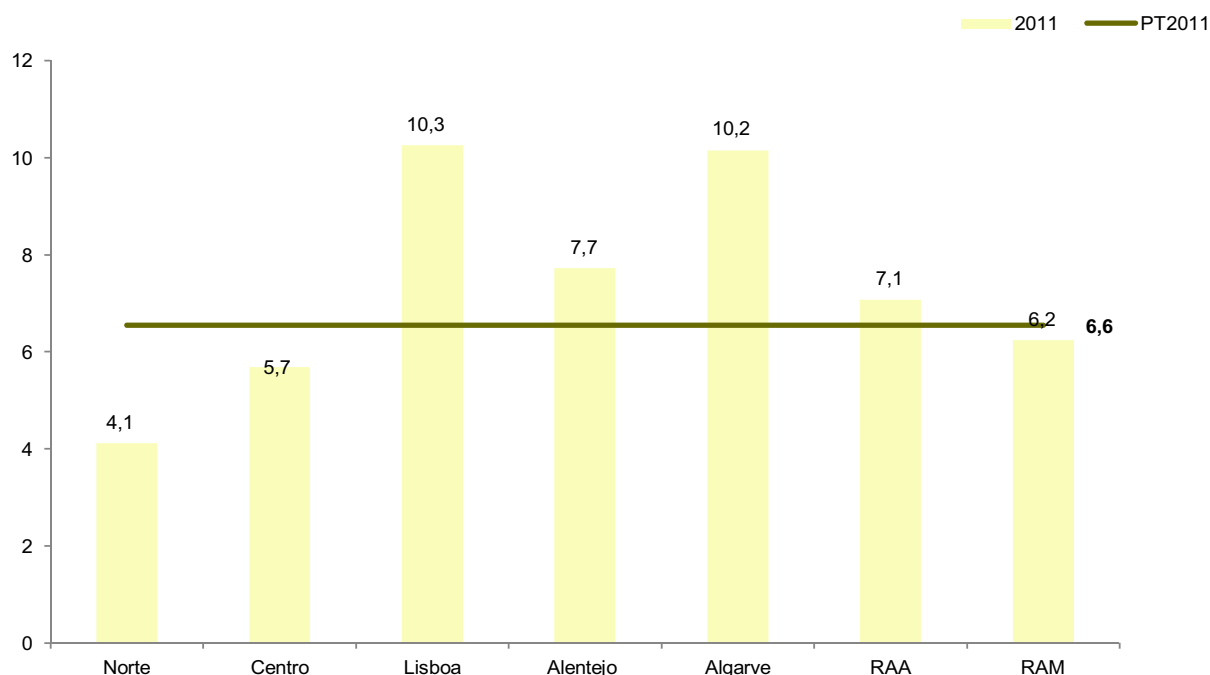
Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Núcleos familiares reconstituídos (famílias recompostas) mais que duplicam, provavelmente consequência direta da subida dos divórcios: a junção dos “meus, teus e nossos” tornou-se uma realidade muito comum. Em 2011, o número de núcleos familiares reconstituídos ascendeu a 105 764, o que representa um crescimento muito significativo em relação a 2001 (46 786). São predominantemente constituídos por uma mãe com filhos e um padrasto. Este crescimento revela também a emergência das novas formas de organização familiar, em resultado dos padrões recentes de nupcialidade e fecundidade. Os núcleos familiares reconstituídos representam cerca de 7% do total dos núcleos familiares de casais com filhos.

Não há dúvida que “recompor uma família” é uma realidade mais disseminada atualmente: a importância relativa dos núcleos familiares reconstituídos aumentou em todas as regiões, oscilando este acréscimo entre 2,6 pontos percentuais na região Norte e 6,0 na região de Lisboa. É nas regiões do Algarve e de Lisboa que se verificava a maior incidência deste tipo de organização da família, com cerca de 10%. Na região Norte os núcleos familiares reconstituídos representavam apenas 4% (Figura 32).

Figura 32

Núcleos reconstituídos(%), por NUTS II, em 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

7. Conclusões

Apresenta-se uma síntese dos principais Resultados Definitivos dos Censos 2011, referenciados ao dia 21 de Março de 2011.

À data do momento censitário a população residente em Portugal ascendia a 10 562 178 indivíduos, correspondendo a 52,2% de mulheres.

A percentagem de jovens, com menos de 15 anos, recuou de 16% em 2001 para 15% em 2011 devido à baixa de fecundidade enquanto a de idosos, com 65 ou mais anos, aumentou de 16% para 19%, em resultado do acréscimo da longevidade. Consequência direta da estrutura demográfica do país, o índice de envelhecimento (jovens com menos de 15 anos por cada 100 pessoas idosas com 65 ou mais anos) subiu de 102, em 2001, para 128 em 2011.

A população estrangeira residente em Portugal era de 394 496 cidadãos. A nacionalidade brasileira, com cerca de 28%, representava a maior comunidade estrangeira.

Cerca de 47% da população recenseada era casada. O grupo dos/as solteiros/as representava 40% e os viúvos/as e divorciados/as representavam respetivamente 7% e 6%.

Embora em 2011 as uniões conjugais continuassem a ser maioritariamente formalizadas através do casamento (87%), as uniões de facto já representavam cerca de 13% do total face a 7% em 2001.

Na educação, Portugal progrediu muito nas últimas décadas. A proporção da população com ensino superior completo atingiu 15% e pela 1ª vez alcançou os 50% na proporção da população com pelo menos o 9º ano de escolaridade.

No mercado de trabalho, 42 % da população estava empregada. Os homens representavam 52% dos empregados e as mulheres 48%. As atividades dos serviços concentravam 70% da população empregada, a indústria 18%, a construção civil 9% e a agricultura 3%.

O número de famílias clássicas aumentou para 4 043 726, mas diminuiu o número médio de pessoas por família para 2,6. O número de famílias unipessoais constituídas por uma pessoa idosa cresceu significativamente face aos Censos 2001.

No período intercensitário, os núcleos familiares monoparentais registaram um forte acréscimo, cerca de 36%, e os núcleos familiares recompostos mais do que duplicaram.



*Inquérito de
Qualidade dos
Censos 2011 –
Algumas notas
sobre
independência e
metodologia*

Autor: João C. Farrajota Leal

joao.farrajota@ine.pt

Resumo:

Os resultados do Inquérito de Qualidade dos Censos 2011 (IQ) permitem aos utilizadores da informação censitária aferir o grau de fiabilidade desta informação. Neste artigo, em paralelo com a apresentação de um breve resumo da metodologia e dos resultados do IQ, analisam-se os possíveis efeitos de algumas opções metodológicas no grau de independência do IQ face aos Censos.

Palavras Chave: Qualidade dos dados, erros de cobertura, erros de conteúdo, resultados, metodologia, amostra, independência.

Abstract:

The results of the 2011 Census Quality Survey allow the users to evaluate census data. This article includes a brief presentation of the methodology and the results. It can also be found a brief analysis about the effect of some methodological options on the independence between census and quality survey.

Key words: Data quality, coverage errors, content errors, results, methodology, sample, independence.

*Census Quality Survey –
Some notes on
independence and
methodology*

Introdução

No seguimento dos programas de avaliação da qualidade desenvolvidos em anteriores operações censitárias, designadamente em 1991 e 2001, no âmbito dos Censos 2011 foi preparado e executado um Inquérito de Qualidade (IQ).

O objetivo deste artigo é, complementando a informação já divulgada, analisar algumas questões relacionadas com a independência entre as duas operações (Censos e IQ). São abordados temas como os recursos envolvidos, os procedimentos de recolha e os calendários de execução. Estas questões, de ordem metodológica ou operacional podem, de alguma forma, ter influência no rigor do cálculo dos indicadores resultantes dos inquéritos de qualidade.

Na parte final, para melhor situar o leitor, é feita uma breve apresentação da metodologia do IQ, assim como dos principais resultados, aspetos que podem ser consultados com mais detalhe na publicação editada pelo INE em maio de 2013, específica sobre o IQ Censos 2011. Alguns indicadores de qualidade foram também divulgados acompanhando a publicação dos resultados censitários – provisórios em dezembro de 2011 e definitivos em novembro de 2012.

Os indicadores obtidos através do IQ Censos 2011 (cobertura e conteúdo) comprovam a boa qualidade dos resultados da operação censitária.

Os níveis estimados para as taxas de cobertura estão, de uma forma geral, em linha com indicadores idênticos conhecidos para outros países, relativos a diversos anos de referência. Apenas em 2014 deverão ser conhecidos os dados de 2011 para o conjunto dos Estados membros da União Europeia, nos termos do Regulamento nº 1151/2010 da Comissão, de 8 de dezembro de 2010.

1 - Independência entre os Censos e o Inquérito de Qualidade

Neste capítulo apresentam-se, em síntese, os principais temas que envolveram trabalho específico no âmbito da preparação do IQ Censos 2011, visando a afirmação de uma política de independência técnica e metodológica relativamente à operação censitária. No final, antes de se passar ao ponto 2, retiram-se algumas conclusões gerais sobre as opções descritas.

1.1 – Recursos humanos envolvidos

O INE tem provas dadas, ao longo de várias décadas, da sua capacidade para executar com grande rigor e profissionalismo as operações censitárias. Tem também demonstrado uma preocupação constante em melhorar os processos, destacando-se a leitura ótica, a georreferenciação e a recolha pela Internet.

Ainda assim, foi decidido que a responsabilidade técnica e metodológica do IQ Censos 2011 fosse atribuída a uma entidade independente e externa ao INE (ISEGI, Universidade Nova), selecionada através de concurso público. Os aspetos operacionais relacionados com o trabalho de campo ficaram sob a responsabilidade do INE.

Também no IQ Censos 2001 a mesma entidade (ISEGI) participou na operação, embora com funções restritas ao apoio metodológico.

Foi decidido que a equipa de recolha de dados no IQ Censos 2011 fosse totalmente independente da equipa de recolha de dados dos Censos. Estando em causa a utilização de um corpo de supervisores e de entrevistadores totalizando algumas centenas de elementos, colocou-se a questão de como operacionalizar o seu recrutamento e formação.

No IQ Censos 2001, as equipas de recolha foram selecionadas entre os recenseadores com melhor desempenho, os quais executaram o IQ em áreas geográficas distintas do trabalho efetuado nos Censos. Em 2011, para além da utilização de alguns supervisores do quadro do INE (não envolvidos nos Censos), foi feito um recrutamento específico (alguns supervisores e todos os entrevistadores) para o IQ Censos, com recurso (sempre que possível) a elementos já com experiência, obtida noutras operações estatísticas do INE. Alguns aspetos dificultaram esta decisão, apesar de, no final, a mesma se ter mostrado adequada.

Um dos principais problemas resultou do fato de, para melhor conciliar os calendários de recrutamento, seleção e formação com o prazo previsto para início da recolha de dados no IQ Censos, não ser possível (como ocorre noutros inquéritos) conhecer a amostra de secções estatísticas com uma antecedência razoável. De forma a garantir a independência entre as duas operações, as secções estatísticas da amostra só foram conhecidas pelas equipas de recolha de dados depois do recenseamento estar concluído em cada área. Ainda assim, foi possível conciliar esta opção com a identificação (no plano metodológico) do número de secções onde viria a incidir a amostra, por grandes áreas geográficas (NUTS 3). Este procedimento permitiu avançar na preparação do recrutamento dos supervisores e entrevistadores, embora numa versão a corrigir na fase em que a amostra foi sendo progressivamente conhecida.

1.2 - Identificação de edifícios e de alojamentos. Cartografia

Os Censos 2011 incluíram, pela primeira vez, uma componente de atividade que permitiu a georreferenciação dos edifícios recenseados. Este fato foi chamado à reflexão sobre como executar a recolha de dados no IQ Censos de forma a garantir, em simultâneo,

a) A independência das duas operações estatísticas

b) A ligação dos códigos utilizados em cada operação, para posterior emparelhamento dos respetivos dados.

Quadro 1

Número de unidades envolvidas nos Censos e no Inquérito de Qualidade, Portugal		
Unidade estatística	Censos 2011(*)	IQ Censos 2011
Edifício	3 538 656	63 000
Alojamento	5 866 002	104 000
Família	4 069 710	10 700
Indivíduo	10 430 253	28 250

(*) Unidades estatísticas efetivamente abrangidas pelo Inquérito de Qualidade, tendo em consideração a respetiva metodologia.

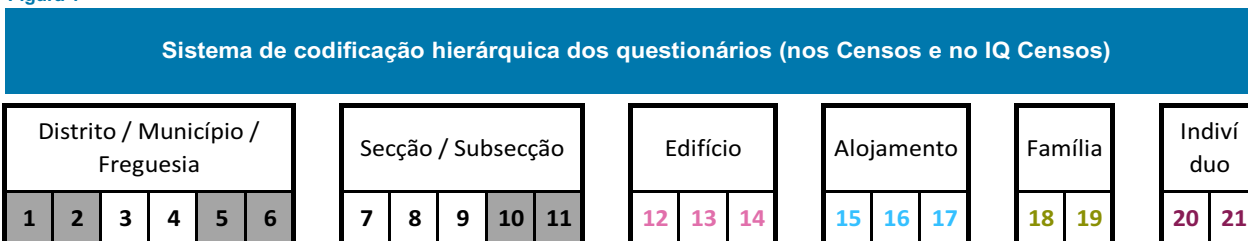
Fonte: Censos 2011 / Inquérito de Qualidade - Metodologia e resultados.

A criação de condições para o emparelhamento foi indispensável para que, para cada unidade estatística concreta observada nos Censos (edifício, alojamento familiar, família clássica, indivíduo residente), a equipa de emparelhamento, a trabalhar na fase final do IQ, pudesse assinalar uma das alternativas: corretamente recenseada / erradamente omitida / erradamente recenseada. Deve referir-se o grande volume de dados envolvidos no processo de emparelhamento, fase de grande importância para o cálculo dos indicadores de qualidade:

O emparelhamento de dados implica a classificação de cada unidade recenseada, face à existência (ou não) do correspondente par no inquérito de qualidade.

O sistema de codificação hierárquica dos questionários (nos Censos e no IQ Censos), a seguir ilustrado, foi, naturalmente, um apoio decisivo nos trabalhos de emparelhamento.

Figura 1



Fonte: Censos 2011 / Inquérito de Qualidade - Metodologia e resultados.

No IQ Censos 2001, um dos instrumentos base para o trabalho executado pelos entrevistadores foi uma lista dos alojamentos recenseados na operação principal (nas secções da amostra). Foi assim possível ligar, sem dificuldade, os códigos de identificação da grande maioria das unidades estatísticas observadas em 2001 no IQ Censos. O que então se pretendeu foi que, na lista que o INE lhe forneceu (resultante do trabalho do recenseador), o entrevistador do IQ confirmasse ou corrigisse a informação de base.

Porém, na preparação do IQ Censos 2011, questionou-se o fato deste procedimento poder influenciar o entrevistador.

Para se procurar salvaguardar uma maior independência entre os Censos 2011 e o IQ Censos, na fase piloto o entrevistador apenas levou para o terreno a cartografia que, como no caso do recenseador, apoia a delimitação de cada área de trabalho. Apesar de o recenseador assinalar na cartografia (e na correspondente versão digital) os edifícios que recenseou, no piloto do IQ Censos o entrevistador não teve acesso a essa identificação. O entrevistador preparou a sua própria versão de edifícios recenseados, com posterior digitalização dos pontos respetivos. A ligação entre os códigos de edifício (e os correspondentes códigos de alojamento, família e indivíduo), no Censos e no IQ Censos, foi efetuada com recurso às coordenadas geográficas de cada um dos pontos de edifício assinalados nas duas cartas (pelo recenseador e pelo entrevistador), virgens à partida.

Na versão definitiva do IQ Censos 2011, foi tomada uma opção intermédia face às alternativas descritas acima. Assim, o entrevistador não teve acesso à listagem de alojamentos identificados pelo recenseador mas, na cartografia que lhe foi facultada, estavam à partida assinalados os pontos de edifício registados no âmbito dos Censos. Face aos edifícios antes identificados pelo recenseador, o entrevistador do IQ Censos 2011 (tendo em conta o novo recenseamento que executou) procedeu à sua confirmação ou anulação; identificou também eventuais unidades adicionais, não assinaladas pelo recenseador.

1.3 - Procedimentos de recolha

Os Censos 2011 utilizaram um modo misto de recolha de dados, que incluiu o autopreenchimento dos questionários em papel, a entrevista com apoio de questionários em papel ou o autopreenchimento dos questionários na Internet. Como pode existir alguma influência do modo de recolha de dados na comparabilidade dos resultados de duas operações estatísticas, colocou-se a questão da razoabilidade de se procurar, no IQ Censos, reproduzir este modo misto ou, em alternativa, privilegiar a eficácia e qualidade da recolha no IQ Censos.

Dado que se considerou ser virtualmente impossível implementar o referido modo misto, a opção tomada foi de, no Inquérito de Qualidade, a recolha de dados utilizar unicamente a entrevista pessoal, com o apoio de questionários em papel (procedimento idêntico ao adotado em 2001). A responsabilidade pelo registo informático dos dados recolhidos em papel foi atribuída aos entrevistadores (que o fizeram na respetiva residência, utilizando computador portátil e aplicação informática facultados pelo INE). Foi desta forma assegurado o modo de recolha de dados que, neste tipo de operação estatística e tendo em conta as características dos questionários, melhor garantiu a obtenção de dados de qualidade.

Uma questão central na defesa da independência do inquérito de qualidade face aos Censos (e assim apoiar a credibilidade dos indicadores que dele resultam) relacionou-se com a necessidade de evitar que o recenseador tivesse conhecimento da realização do IQ Censos na sua área de trabalho. Sem essa garantia, as áreas objeto do IQ Censos poderiam registar um nível de atenção especial (diferente do ocorrido no resto do país) por parte dos intervenientes na operação censitária, tendendo a enviesar os resultados.

Por outro lado, dado que a maioria das variáveis recolhidas por qualquer destas operações se refere a um pré-determinado momento censitário (21 de março de 2011), a qualidade dos dados dependia também da proximidade da recolha relativamente a esse momento.

A amostra do IQ (290 secções estatísticas) representa apenas cerca de 2% do total de secções existentes no país. Assim, foi possível estabelecer procedimentos específicos para articulação do prazo de conclusão do trabalho censitário em cada área, com o conhecimento das áreas da amostra e com o prazo de início da recolha do inquérito de qualidade em cada uma delas.

Esses procedimentos traduziram-se, no essencial, no seguinte:

Nas freguesias com cinco ou mais secções estatísticas, a recolha de dados do IQ Censos numa determinada secção da amostra iniciou-se quando se considerou como terminada a correspondente recolha nos Censos.

Nas restantes freguesias, a recolha de dados do IQ Censos apenas se iniciou quando a recolha dos Censos terminou em toda a freguesia.

Foi positivo o efeito que este procedimento teve na otimização do calendário de recolha do inquérito de qualidade. Foram assim minimizadas as dificuldades resultantes da decisão de fazer equivaler o conceito de “secção terminada” ao de “secção com questionários chegados ao Centro de Processamento, em Lisboa”.

1.4 – Conclusões

Dos pontos anteriores conclui-se que algumas diferenças metodológicas, entre 2001 e 2011, tiveram consequências relativamente ao nível de independência entre as duas operações estatísticas – Censos e IQ Censos – em matérias como os recursos envolvidos ou os procedimentos de recolha de dados.

Não é possível confirmar (e ainda menos quantificar) se as opções metodológicas e organizativas assumidas no IQ Censos 2011 tiveram ou não influência nas diferenças que alguns indicadores de qualidade registaram face aos correspondentes indicadores de 2001.

Ainda assim, os principais indicadores de qualidade (designadamente as taxas de cobertura relativas aos indivíduos residentes) assumem em 2011 níveis mais “naturais” do que em edições anteriores; acresce que estas taxas de cobertura estão em linha com a experiência conhecida de vários outros países, matéria a aprofundar quando estiverem disponíveis os dados equivalentes para o conjunto dos Estados membros da União Europeia.

No quadro seguinte, apresentam-se as taxas de cobertura (líquidas), para as unidades estatísticas observadas, estimadas para cada um dos três últimos recenseamentos:

Quadro 2

Taxas de cobertura líquidas (%), IQ Censos, Portugal

Unidade estatística	1991	2001	2011
Edifício	99,1	99,7	101,3
Alojamento	99,4	99,5	101,4
Família	99,2	101,1	96,4
Indivíduo	99,0	100,7	97,5

Fonte: INE, I.P., Censos de 1991, 2001 e 2011

Nos três exercícios indicados verificam-se, relativamente à unidade “Indivíduo residente”, duas taxas abaixo dos 100% e uma taxa ligeiramente acima deste nível.

No que respeita às unidades “Edifício” e “Alojamento”, dadas as suas características, é natural a existência de taxas de cobertura acima ou abaixo dos 100%. Em 2011, as taxas de cobertura estimadas para estas unidades (respetivamente 101,3 e 101,4) terão resultado, pelo menos em parte, de diferenças na interpretação dos

conceitos correspondentes, por parte do recenseador (Censos) e do entrevistador (IQ).

Já no que se refere às unidades “Família” e “Indivíduo”, será menos natural a existência de taxas muito próximas (ou mesmo acima) de 100%, dada a dificuldade de contacto com alguns segmentos da população. Em 2011, este fator, associado à dimensão do parque de residências secundárias nas regiões de Lisboa e do Algarve, tem provavelmente forte ligação com as baixas taxas de cobertura verificadas nestas regiões.

2 - Breve apresentação da metodologia do IQ Censos 2011

2.1 - Populações em estudo

Por questões de operacionalidade, foi decidido restringir as unidades estatísticas a observar no Inquérito de Qualidade às que se especificam de seguida:

Edifício, ocupado com pelo menos um alojamento familiar clássico ou alojamento familiar não clássico¹;

Alojamento familiar, clássico e não clássico;

Família clássica, residente em alojamento familiar clássico e não clássico;

Indivíduo, residente em alojamento familiar clássico e não clássico.

¹ Alojamento familiar não clássico refere-se à modalidade “barraca / casa rudimentar de madeira”.

Na ínfima parte de unidades estatísticas excluídas do IQ Censos 2011 encontram-se:

Edifícios ocupados unicamente com alojamentos coletivos²; alojamentos coletivos; alojamentos em “outro local habitado”; famílias institucionais; famílias clássicas residentes em alojamentos em “outro local habitado”; indivíduos sem-abrigo; indivíduos membros do corpo diplomático e suas famílias residentes no estrangeiro; indivíduos embarcados; indivíduos residentes em alojamentos coletivos; indivíduos residentes em alojamentos em “outro local habitado”; indivíduos presentes.

No quadro seguinte apresenta-se a relação entre as unidades estatísticas recenseadas e as unidades estatísticas abrangidas pelo Inquérito de Qualidade.

Quadro 3

Unidades estatísticas abrangidas pelo Inquérito de Qualidade			
Unidade estatística	Nº. de unidades recenseadas	Unidades abrangidas pelo Inquérito de Qualidade	
		Nº.	%
Edifício	3 544 389	3 538 656	99,8
Alojamento	5 878 756	5 866 002	99,8
Família	4 074 696	4 069 710	99,9
Indivíduo	10 562 178	10 430 253	98,8

Fonte: Censos 2011 / Inquérito de Qualidade - Metodologia e resultados.

2.2 - Questionários

A contagem das unidades estatísticas e a caracterização das populações em estudo foi apoiada, na operação censitária, com a utilização de quatro questionários principais, sendo um referente a cada população (Questionário de Edifício, de Alojamento Familiar, de Família e Individual). Cada um desses questionários compreende um número significativo de questões. Parte das questões incluídas em cada questionário resultam de recomendações internacionais ou de regulamentos da União Europeia. Outras questões procuram responder a necessidades de utilizadores nacionais, consultados através do Conselho Superior de Estatística.

No IQ Censos 2011 mantiveram-se os quatro questionários principais (Edifício, Alojamento Familiar, Família e Individual) e os mesmos conceitos dos Censos 2011, com restrição do número de questões às obrigatórias em termos de regulamentação comunitária (cerca de 50% do total das questões colocadas nos questionários dos Censos 2011). No IQ Censos 2001 foram utilizados questionários iguais aos da operação principal.

A capa de edifício foi preenchida pelo entrevistador, embora nalguns casos possa ter havido necessidade de contacto com o ocupante ou vizinho. Após o preenchimento da capa de edifício, o contacto com cada família comportou a resposta a um questionário de alojamento familiar, um questionário de família e tantos questionários individuais quantos os elementos que a compõem. Os questionários de alojamento, de família e individual foram também preenchidos pelo entrevistador, com base nas respostas às perguntas formuladas ao representante da família (e a cada um dos membros da família com 15 ou mais anos, quando presentes).

2.3 - Amostragem

O IQ Censos 2011 é um inquérito por amostragem que abrange todo o território nacional, sendo representativo ao nível de NUTSII (com coeficientes de variação controlados a priori), para o seguinte conjunto de variáveis: alojamento, família clássica, indivíduo residente, população ativa, população empregada, população residente com 20 ou mais anos de idade, população residente por grupo etário decenal entre os 20 e os 70 anos, nível de instrução (1.º, 2.º e 3.º Ciclos) e sectores de atividade (Secundário e Terciário). A amostra foi primeiramente estratificada por NUTSII, o que permite garantir a obtenção de resultados fiáveis, pelo menos para o nível nacional e para as regiões NUTSII.

² Nos alojamentos coletivos encontram-se hotéis, prisões, lares, hospitais, entre outros.

Tendo em conta o duplo objetivo de medição dos erros de cobertura e dos erros de conteúdo, a amostra foi selecionada, em cada estrato, através de um método multi-etápico, com seleção sistemática, de probabilidades desiguais proporcionais às variáveis auxiliares população residente e número de alojamentos. Face aos objetivos definidos acima, na primeira etapa deste método foram selecionadas freguesias, na segunda etapa foram selecionadas secções estatísticas e na terceira etapa foram selecionados alojamentos familiares.

As probabilidades de inclusão nas várias etapas de amostragem recorreram a estimativas da população residente por freguesia (da responsabilidade do INE e do ISCTE, no âmbito da preparação do “Sistema de Indicadores de Alerta” para os Censos 2011), referentes ao momento da operação censitária, bem como a contagens do número de alojamentos, efetuadas nas freguesias selecionadas para a amostra, na fase de distribuição dos questionários da operação Censos 2011.

Quadro 4

Dimensões populacionais e amostras de secções estatísticas e de alojamentos, por NUTS II				
Estrato (NUTS II)	Secções estatísticas (Nº.)		Alojamentos familiares (Nº.)	
	Universo	Amostra	Recenseados	Amostra
Portugal	18 074	290	5 866 152	10 600
Norte	5 992	42	1 847 784	1 427
Centro	4 335	33	1 445 343	1 417
Lisboa	4 521	40	1 485 795	2 049
Alentejo	1 473	32	470 284	747
Algarve	1 016	84	378 349	2 727
R. A. Açores	342	36	109 439	1 333
R. A. Madeira	395	23	129 158	900

Fonte: Censos 2011 / Inquérito de Qualidade - Metodologia e resultados.

Para se avaliarem os erros de cobertura das unidades estatísticas “Edifício” e “Alojamento Familiar” foram selecionadas 290 secções estatísticas de um total de mais de 18.000 secções existentes no território nacional, as quais representam cerca de 1,8% do total de alojamentos familiares recenseados nos Censos 2011. Para esse efeito, cada secção estatística selecionada para a amostra foi percorrida exaustivamente de forma a se obter o verdadeiro total de edifícios e de unidades de alojamento. Foram exaustivamente verificados, quanto à correta inclusão ou incorreta omissão no recenseamento, cerca de 63.000 edifícios e 104.000 alojamentos. Todos os edifícios da amostra de secções, corretamente recenseados, foram observados relativamente às suas características, o que permitiu avaliar os erros de conteúdo dessa unidade estatística com base na observação do mencionado total de edifícios (63.000).

Para avaliar os erros de cobertura relativamente às unidades estatísticas “Família Clássica” e “Indivíduo Residente”, bem como para a avaliação dos erros de conteúdo das unidades estatísticas “Alojamento Familiar”, “Família Clássica” e “Indivíduo Residente”, foram selecionados, na terceira etapa de seleção da amostra, cerca de 10% dos alojamentos das 290 secções estatísticas, num total de 10.600 alojamentos. Nestes alojamentos, procedeu-se a uma reobservação de todas as unidades estatísticas a eles afetas (reobservação de características do alojamento e de todas as famílias e indivíduos nele residentes), por referência ao momento censitário, e posterior comparação com a informação do recenseamento recolhida para o mesmo alojamento. Nesta etapa foram observadas cerca de 10.700 famílias e 28.250 indivíduos.

2.4 - Indicadores de avaliação

2.4.1 - Erros de cobertura

A quantificação dos erros de cobertura fez-se comparando os dados inicialmente recolhidos pelo recenseador com os dados posteriormente recolhidos pelo entrevistador do Inquérito de Qualidade, sobre a mesma unidade estatística e para o mesmo período de referência. As diferenças encontradas na comparação das contagens

resultantes dos Censos com as estimativas produzidas através dos dados recolhidos pelo IQ Censos 2011 foram consideradas erros cometidos no recenseamento nas respetivas unidades estatísticas.

As medidas de cobertura resultam da contagem de unidades estatísticas corretamente recenseadas, erradamente omitidas ou erradamente incluídas.

Os principais indicadores de avaliação dos erros de cobertura são a Taxa de Cobertura Líquida e a Diferença Bruta. A Taxa de Cobertura Líquida é definida como o índice obtido com base na Diferença Líquida. A diferença líquida corresponde à diferença entre o número de unidades recenseadas (unidades corretamente recenseadas + unidades erradamente incluídas) e o número de unidades que deveriam ter sido recenseadas (unidades corretamente recenseadas + unidades erradamente omitidas), i.e., à diferença entre o que foi recenseado e o que deveria ter sido:

$$\text{Taxa de Cobertura Líquida (\%)} = 100 + \text{Diferença Líquida}$$

$$\text{Diferença Líquida (\%)} = [(n.^{\circ} \text{ de unidades estatísticas erradamente incluídas} - n.^{\circ} \text{ de unidades estatísticas erradamente omitidas}) / n.^{\circ} \text{ de unidades estatísticas recenseadas}] \times 100$$

A Diferença Bruta é definida como o valor obtido com base na soma dos erros ocorridos no processo de recenseamento (unidades estatísticas recenseadas indevidamente e unidades estatísticas que não foram recenseadas mas que deveriam ter sido):

$$\text{Diferença Bruta (\%)} = [(n.^{\circ} \text{ de unidades estatísticas erradamente incluídas} + n.^{\circ} \text{ de unidades estatísticas erradamente omitidas}) / n.^{\circ} \text{ de unidades estatísticas recenseadas}] \times 100$$

Esta diferença pode ser decomposta nas duas componentes (inclusões erradas e omissões erradas):

$$\text{Diferença Bruta (inclusões erradas) (\%)} = [n.^{\circ} \text{ de unidades estatísticas erradamente incluídas} / n.^{\circ} \text{ de unidades estatísticas recenseadas}] \times 100$$

$$\text{Diferença Bruta (omissões erradas) (\%)} = [n.^{\circ} \text{ de unidades estatísticas erradamente omitidas} / n.^{\circ} \text{ de unidades estatísticas recenseadas}] \times 100$$

2.4.2 - Erros de conteúdo

Os erros de conteúdo resultam de falhas no preenchimento dos questionários, referentes às diferentes unidades estatísticas no recenseamento, as quais podem afetar a qualidade da caracterização das populações em estudo.

A quantificação dos erros de conteúdo, à semelhança dos erros de cobertura, fez-se pela comparação dos dados recolhidos pelo recenseador nos Censos com os dados recolhidos pelo entrevistador no IQ Censos 2011, sobre a mesma unidade estatística e para o mesmo período de referência.

Pode definir-se o principal indicador de avaliação dos erros de conteúdo, denominado por Índice de Consistência Global (ICG):

$$ICG = \frac{\sum_j n_{jj}}{n} \times 100$$

O Índice de Consistência Global representa a percentagem de unidades estatísticas classificadas na mesma modalidade nos Censos e no IQ Censos, em relação ao total de unidades comuns às duas operações estatísticas. Este índice assume o valor 100 se todas as unidades estatísticas se classificarem de igual modo nas duas operações estatísticas, e assume o valor zero se nenhuma unidade estatística se classificar de igual modo nas duas operações estatísticas.

Outro indicador de avaliação dos erros de conteúdo, igualmente importante, pode ser definido em função do desvio líquido da resposta obtida no recenseamento face à medida no Inquérito de Qualidade, o qual é denominado por Índice de Consistência Líquida (ICL):

$$ICL = \left(1 - \frac{\sum_j |n_{j.} - n_{.j}|}{n} \right) \times 100$$

Este índice corresponde ao complemento para 100 da percentagem de unidades estatísticas que não estão classificadas nas mesmas modalidades das distribuições marginais de uma variável nos Censos e no IQ Censos. Este índice só assume o valor 100 se as distribuições marginais forem iguais nas duas operações. Note-se que numa situação em que nem todas as unidades estatísticas se classificam de igual modo nas modalidades de uma variável nas duas operações estatísticas, os erros de classificação podem compensar-se totalmente entre modalidades.

Em termos globais, o ICG pode ser entendido como uma medida do erro bruto de conteúdo, enquanto o ICL pode ser entendido como uma medida do erro líquido. Ambos são interpretados da mesma forma: quanto mais próximo de 100, menor é o erro de conteúdo associado a uma determinada variável.

3 - *Resumo dos principais resultados*

As principais conclusões que se retiram da execução do projeto IQ Censos 2011 são:

1. Apesar das dificuldades metodológicas e operacionais inerentes a uma operação deste tipo, os principais objetivos foram atingidos e cumpridos os prazos previstos.
2. A dimensão dos erros apurados através do IQ relativamente aos Censos 2011, permite qualificar os resultados censitários como de boa qualidade, atentas as diferenças nalguns indicadores, que se resumem seguidamente.

Indicadores de cobertura:

Estima-se que, na execução dos Censos, tenha havido uma sobrecobertura na contagem das unidades estatísticas “Edifício” (+ 1,3%) e “Alojamento” (+ 1,4%) e uma subcobertura na contagem das unidades estatísticas “Família” (- 3,6%) e “Indivíduo” (- 2,5%).

Indicadores de conteúdo:

De uma forma geral, estima-se como boa a qualidade das variáveis observadas nos Censos. Destacam-se os seguintes casos, pela positiva e pela negativa, medidos através do índice de consistência global (ICG) e do índice de consistência líquida (ICL):

- a) Edifício: “Nº de alojamentos do edifício” (ICG = 94,1 / ICL = 98,4) e “Época de construção ou reconstrução do edifício” (ICG = 30,9 / ICL = 96,0).
- b) Alojamento: “Tipo de alojamento” (ICG = 99,9 / ICL = 99,9) e “Área útil do alojamento” (ICG = 42,1 / ICL = 90,3).
- c) Indivíduo: “Sexo” (ICG = 99,0 / ICL = 99,9) e “Nível de ensino completo” (ICG = 69,8 / ICL = 85,4).

Anexos

Anexos

Anexo 1

Taxas de cobertura líquidas, diferenças brutas e erros padrão relativos para a unidade estatística Edifício, por NUTSII							
Edifícios	Unidade ^(a)	Taxa de cobertura líquida		Diferença bruta			
NUTS II		%	Erro padrão	%	Erro padrão	Inclusões erradas ^(b)	Omissões erradas ^(c)
						%	
Portugal	3 538 656	101,3	0,5	7,3	0,7	4,3	3,0
Norte	1 208 433	101,5	0,7	7,1	1,0	4,3	2,8
Centro	1 110 504	101,1	1,4	8,4	1,7	4,8	3,6
Lisboa	44 818	101,3	0,9	5,7	0,8	3,5	2,2
Alentejo	383 246	100,6	1,3	6,6	1,4	3,6	3,0
Algarve	198 007	102,1	1,1	8,8	1,3	5,4	3,4
R. A. Açores	98 597	101,2	0,4	4,1	1,5	2,7	1,4
R. A. Madeira	91 689	101,8	0,8	7,9	1,8	4,9	3,0

^(a)Valores relativos às unidades estatísticas efetivamente abrangidas pelo Inquérito de Qualidade.

^(b)Diferença bruta devida à inclusão de unidades estatísticas que foram recenseadas mas não deveriam ter sido.

^(c)Diferença bruta devida à omissão de unidades estatísticas que deveriam ter sido recenseadas.

Fonte: Censos 2011 / Inquérito de Qualidade - Metodologia e resultados.

Anexo 2

Taxas de cobertura líquidas, diferenças brutas e erros padrão relativos para a unidade estatística Alojamento Familiar, por NUTSII							
Alojamentos familiares	Unidade ^(a)	Taxa de cobertura líquida		Diferença bruta			
NUTS II		%	Erro padrão	%	Erro padrão	Inclusões erradas ^(b)	Omissões erradas ^(c)
						%	
Portugal	5 866 002	101,4	0,4	8,8	0,6	5,1	3,7
Norte	1 847 766	101,5	0,5	8,7	1,1	5,1	3,6
Centro	1 445 306	101,8	1,2	10,0	1,4	5,9	4,1
Lisboa	1 485 775	101,2	0,8	7,4	1,2	4,3	3,1
Alentejo	470 257	100,2	1,1	10,7	1,6	5,5	5,2
Algarve	378 305	101,3	0,7	9,6	0,9	5,4	4,2
R. A. Açores	109 436	102,7	0,6	6,3	1,4	4,5	1,8
R. A. Madeira	129 157	100,9	0,5	7,6	1,8	4,3	3,3

^(a)Valores relativos às unidades estatísticas efetivamente abrangidas pelo Inquérito de Qualidade.

^(b)Diferença bruta devida à inclusão de unidades estatísticas que foram recenseadas mas não deveriam ter sido.

^(c)Diferença bruta devida à omissão de unidades estatísticas que deveriam ter sido recenseadas.

Fonte: Censos 2011 / Inquérito de Qualidade - Metodologia e resultados.

Anexo 3

Taxas de cobertura líquidas, diferenças brutas e erros padrão relativos para a unidade estatística Família Clássica, por NUTSII							
Família clássica	Unidade ^(a)	Taxa de cobertura líquida		Diferença bruta			
NUTS II		%	Erro padrão	%	Erro padrão	Inclusões erradas ^(b)	Omissões erradas ^(c)
						%	
Portugal	4 069 710	96,4	0,7	6,4	0,6	1,4	5,0
Norte	1 339 988	97,6	0,8	5,3	0,9	1,4	3,9
Centro	913 668	98,2	0,7	4,8	0,9	1,5	3,3
Lisboa	1 150 152	93,6	1,7	8,4	1,6	1,0	7,4
Alentejo	304 522	97,7	0,9	5,8	1,0	1,8	4,0
Algarve	186 125	93,2	1,1	11,3	1,2	2,3	9,0
R. A. Açores	82 220	96,8	0,8	6,1	1,0	1,4	4,7
R. A. Madeira	93 035	98,6	0,7	3,4	0,8	1,0	2,4

^(a)Valores relativos às unidades estatísticas efetivamente abrangidas pelo Inquérito de Qualidade.

^(b)Diferença bruta devida à inclusão de unidades estatísticas que foram recenseadas mas não deveriam ter sido.

^(c)Diferença bruta devida à omissão de unidades estatísticas que deveriam ter sido recenseadas.

Fonte: Censos 2011 / Inquérito de Qualidade - Metodologia e resultados.

Anexo 4

Taxas de cobertura líquidas, diferenças brutas e erros padrão relativos para a unidade estatística Indivíduo Residente, por NUTSII							
Indivíduos residentes	Unidade ^(a)	Taxa de cobertura líquida		Diferença bruta			
NUTS II		%	Erro padrão	%	Erro padrão	Inclusões erradas ^(b)	Omissões erradas ^(c)
						%	
Portugal	10 430 253	97,5	0,7	7,6	0,7	2,5	5,1
Norte	3 655 071	98,8	0,8	6,3	0,8	2,6	3,7
Centro	2 288 914	99,5	0,6	6,3	0,9	2,9	3,4
Lisboa	2 791 071	93,8	2,0	10,2	2,1	2,0	8,2
Alentejo	741 116	98,9	1,0	6,4	1,1	2,7	3,7
Algarve	446 061	94,4	1,1	11,8	1,1	3,1	8,7
R. A. Açores	243 533	98,0	1,1	8,8	1,3	3,4	5,4
R. A. Madeira	264 487	99,6	0,7	4,6	1,0	2,1	2,5

^(a)Valores relativos às unidades estatísticas efetivamente abrangidas pelo Inquérito de Qualidade.

^(b)Diferença bruta devida à inclusão de unidades estatísticas que foram recenseadas mas não deveriam ter sido.

^(c)Diferença bruta devida à omissão de unidades estatísticas que deveriam ter sido recenseadas.

Fonte: Censos 2011 / Inquérito de Qualidade - Metodologia e resultados.

Anexo 5

Índice de Consistência Global e Índice de Consistência Líquida da unidade estatística Edifício		
Variável	ICG	ICL
Tipo de edifício	75,1	78,7
Número de alojamentos do edifício	94,1	98,4
Época de construção ou reconstrução do edifício	30,9	96,0

Fonte: Censos 2011 / Inquérito de Qualidade - Metodologia e resultados.

Anexo 6

Índice de Consistência Global e Índice de Consistência Líquida da unidade estatística Alojamento familiar		
Variável	ICG	ICL
Tipo de alojamento	99,9	99,9
Forma de ocupação do alojamento	96,1	92,5
Possui água canalizada	94,7	98,6
Possui retrete	98,4	99,1
Instalações de banho ou duche	98,5	99,0
Tipo de aquecimento disponível no alojamento	63,6	87,7
Área útil do alojamento	42,1	90,3
Número de divisões (excluindo a cozinha, casas de banho, corredores, despensas, marquises, varandas, divisões com menos de 4 m ² e divisões dedicadas exclusivamente a atividades económicas)	61,8	87,9
Condição de ocupação do alojamento	91,5	96,0

Fonte: Censos 2011 / Inquérito de Qualidade - Metodologia e resultados.

Anexo 7

Índice de Consistência Global e Índice de Consistência Líquida da unidade estatística Indivíduo residente		
Variável	ICG	ICL
Sexo	99,0	99,9
Residência habitual	97,7	98,1
Presença no alojamento no momento censitário	94,1	92,9
Estado civil legal	97,4	98,8
Vive com um companheiro(a) em união de facto	98,1	98,4
Relação de parentesco com o representante da família	86,1	97,7
Grupo etário quinquenal	95,7	99,3
Grupo etário decenal	97,7	99,7
Grupo etário decenal por sexo	96,9	99,4
Naturalidade	84,0	94,4
Nacionalidade	97,8	99,4
Residência fora de Portugal por um período contínuo de pelo menos um ano	94,8	98,3
Local de residência em 31 de Dezembro de 2009	91,2	92,4
Nível de ensino completo	69,8	85,4
Local de trabalho ou estudo	77,6	95,2
Trabalho na semana de 14 a 20 de março	91,8	95,0
Situação das pessoas que não trabalharam na semana de 14 a 20 de março	82,8	93,9
Alguma vez trabalhou	82,3	97,2
Procura ou tem procurado emprego	82,6	86,1
Disponibilidade para começar a trabalhar na semana de 14 a 20 de março	87,4	91,5
Modo como exerce a profissão	82,2	82,9
Número de pessoas que trabalha habitualmente na empresa ou organismo onde exerce a profissão	51,6	91,4

Fonte: Censos 2011 / Inquérito de Qualidade - Metodologia e resultados.



Autora: Ana Maria Santos

ana.santos@ine.pt

Statistics Portugal, Spatial
Data Infrastructure

Resumo:

O Instituto Nacional de Estatística (INE) utiliza desde 1981 a cartografia como suporte à recolha de dados nas operações censitárias. Em 1995, iniciou a preparação da infraestrutura cartográfica de suporte aos Censos 2001 - "Base Geográfica de Referência de Informação" (BGR 2001), sustentada num Sistema de Informação Geográfica. Desde 2006, com a produção da BGR 2011 para os Censos 2011, o INE tem vindo a consolidar e a desenvolver a sua Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), num esforço permanente de criação de conjuntos de dados geográficos de âmbito nacional.

A IDE do INE, é nos dias de hoje uma ferramenta essencial para a recolha, organização, armazenamento e exploração dos dados geográficos de suporte à produção e divulgação da informação estatística oficial georreferenciada.

A adoção das disposições de execução e as regras de implementação da diretiva INSPIRE (INfrastructure for SPatial InfoRmation in Europe), constituem uma prioridade do Departamento de Metodologia e Sistemas de Informação do INE.

Palavras Chave: Infraestrutura de Dados Espaciais, Dados Geográficos, Diretiva INSPIRE e Informação Estatística Oficial.

Abstract:

Statistics Portugal (INE) has used maps since 1981 to support the data collection in census field operations. In 1995, INE started the preparation of the cartographic infrastructure to the 2001 Census - "Base Reference Geographical Information" (BGR 2001), supported by a Geographic Information System. Since 2006, with the production of BGR 2011 to the

2011 Census, INE has been consolidating and developing its Spatial Data Infrastructure (SDI), on an ongoing effort to create nationwide spatial data sets.

The Statistics Portugal SDI, is nowadays an essential tool for the collection, organization, storage, and exploration of spatial data to support the production and dissemination of georeferenced official statistical information.

The adoption of the implementing rules and data specifications of the INSPIRE directive (Infrastructure for Spatial Information in Europe), is a priority of INE's Department of Methodology and Information Systems.

Key words: Spatial Data Infrastructure, Geographical Data, INSPIRE Directive and Information Official Statistics.

1. Introdução

Este documento pretende caracterizar a Infraestrutura de Dados Espaciais do Instituto Nacional de Estatística (INE) com enfoque nos conjuntos de dados geográficos que a integram e em particular na Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI), suporte geográfico à realização das operações censitárias de 1991, 2001 e a 2011 e difusão da respetiva informação.

O termo Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) ou “Spatial Data Infrastructure” (SDI), é normalmente utilizado para designar um conjunto de dados geográficos, tecnologias, normas, políticas e instituições, nomeadamente as organizações produtoras de cartografia, que promovem a disponibilidade e o acesso a dados geoespaciais.

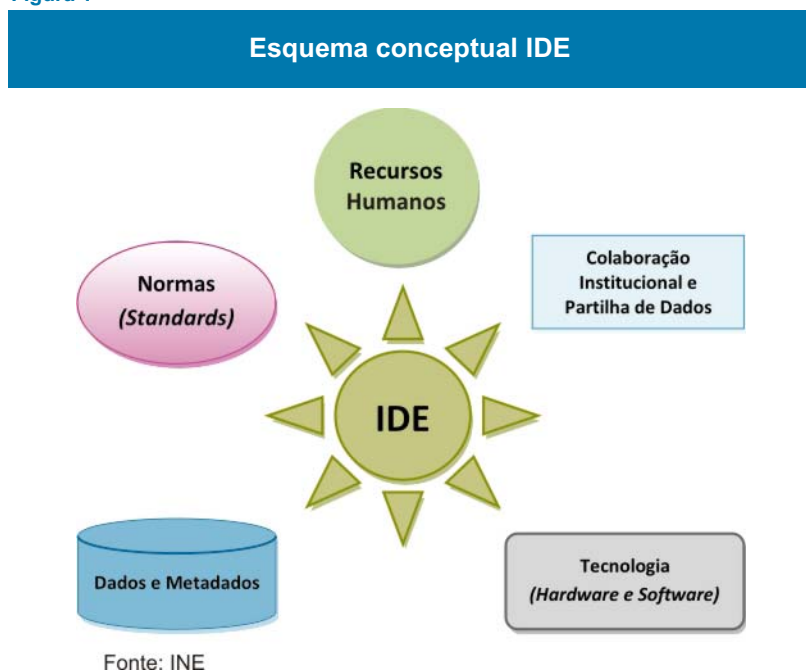
As IDE são desenvolvidas maioritariamente na Internet para facilitar o acesso, consulta e partilha de informação espacial. Tal como qualquer outra infraestrutura, para poder ser eficiente deve funcionar a nível nacional, regional e local.

A IDE do INE é nos dias de hoje uma ferramenta essencial para a recolha, organização, armazenamento e exploração dos dados geográficos de suporte à produção e difusão da informação estatística oficial georreferenciada, fornecendo serviços de acesso à informação geoespacial através de aplicações web que permitem a sua visualização, consulta e descarregamento.

2. Abordagem conceptual

A IDE do INE integra vários componentes:

Figura 1



2.1 Recursos Humanos

O Serviço de Georreferenciação (GEO), integrado no Departamento de Metodologia e Sistemas de Informação, é constituído por uma equipa multidisciplinar de cerca de 25 técnicos distribuídos pelas 5 delegações regionais do INE.

É esta equipa que trata, compatibiliza, analisa e edita a informação geográfica dos diversos conjuntos de dados geográficos da IDE do INE e desenvolve componentes aplicativos SIG.

Os técnicos do Serviço de Georreferenciação, estabelecem contactos com outras entidades, principalmente com os municípios das áreas territoriais de sua intervenção, tendo em vista a cooperação institucional e a partilha de informação, no âmbito da informação geográfica e da produção estatística.

2.2 Tecnologia

A IDE do INE está assente sobretudo em tecnologia ESRI. O esquema tecnológico SIG assenta sobre uma base de dados relacional empresarial, em Oracle e ArcSDE.

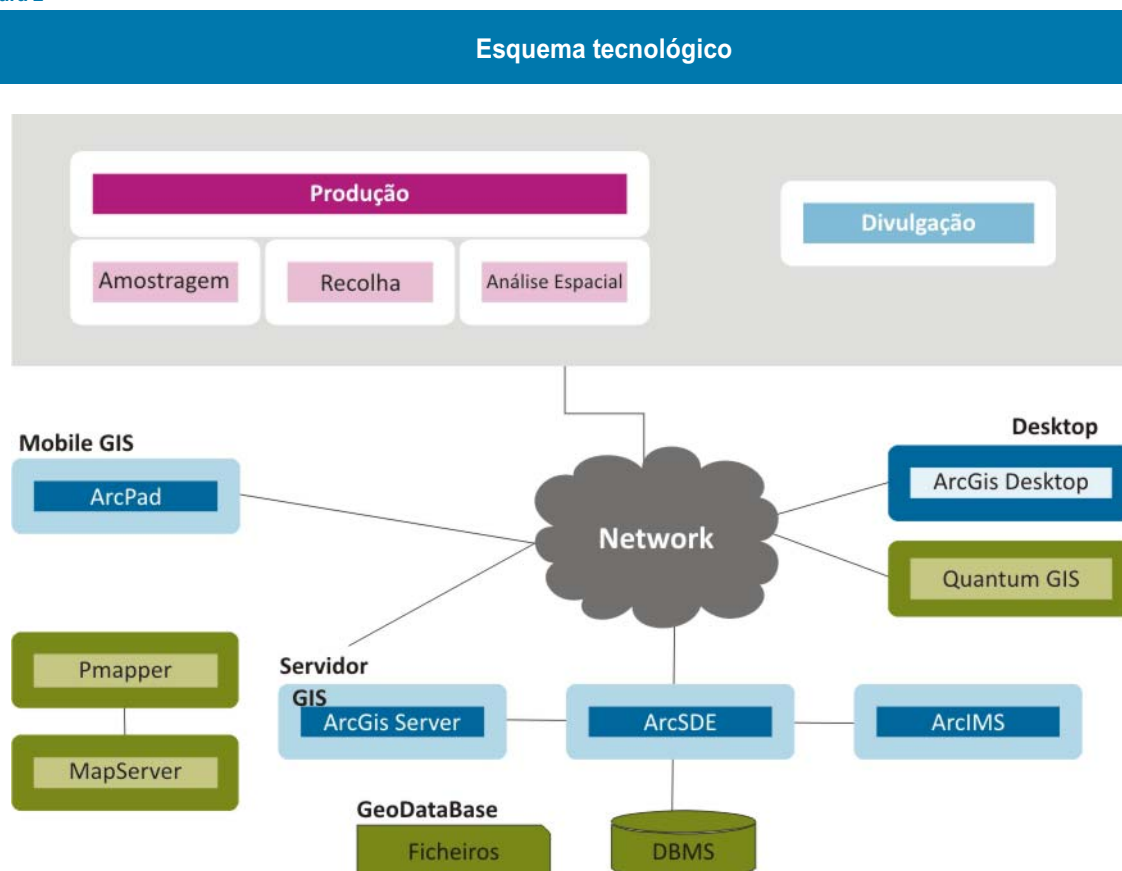
O ArcSDE é um produto que permite gerir e armazenar informação geográfica, em ambiente integrado, numa base de dados geográfica, acessível a toda a organização e facilmente publicável na Internet, se necessário. Esta base de dados pode ser acedida diretamente por utilizadores Desktop com ArcGIS para análise espacial ou criação de cartografia temática, ou indiretamente, de uma forma segura, na Internet com aplicações ou serviços de mapas desenvolvidos em ArcGIS Server, ou com aplicações móveis (PDA, Tablets ou Smart Phones) que poderão estar ou não conectadas à base de dados.

Nos últimos anos, o desenvolvimento e a crescente utilização de formatos abertos, permitiu a introdução no esquema tecnológico da IDE do INE, de ferramentas SIG Open Source, que não pertencem à família de produtos ESRI, mas que atualmente já comunicam entre si.

Ao nível de servidor destaca-se o MapServer, desenvolvido nos anos 90 pela Universidade do Minesota. É uma plataforma open source que permite publicar informação espacial e aplicações interativas SIG na Internet. A versão mais recente (6.2.1 de Abril de 2013) permite implementar serviços de mapas de acordo com a diretiva Europeia Inspire (Diretiva 2007/2/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Março de 2007)

Ao nível Desktop, o Quantum GIS tem ocasionalmente permitido substituir ou apoiar as tarefas desenvolvidas em ArcGIS. O Quantum GIS (muitas vezes abreviado QGIS) é uma multiplataforma livre e open source de sistemas de informação geográfica de código aberto. Permite a visualização, edição e possui capacidades de análise espacial de informação geográfica.

Figura 2



Fonte: INE

2.3 Dados, Metadados e Serviços

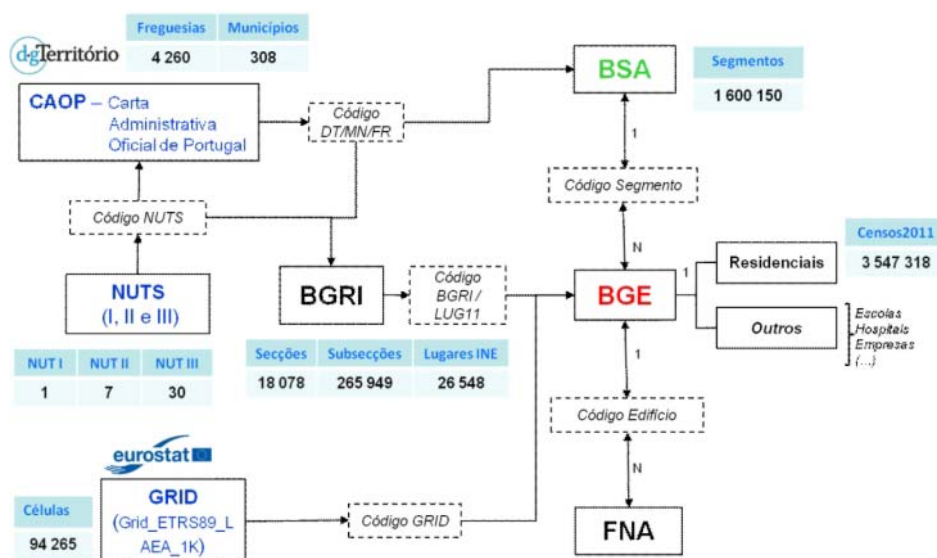
A IDE do INE é constituída por vários conjuntos de dados geográficos, de natureza pontual, linear e poligonal, relacionados entre si:

- i. Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP);
- ii. Nomenclaturas de Unidades Territoriais (NUTS);
- iii. Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI);
- iv. Base Geográfica de Edifícios (BGE);
- v. Base de Segmentos de Arruamentos (BSA);
- vi. GRID Europeia 1Km2 (Grid_ETRS89_LAEA_1K);
- vii. Dados de contexto e dados auxiliares

Os conjuntos de dados geográficos estão devidamente descritos e documentados por um perfil de metadados standard.

Figura 3

Conjuntos de dados Geográficos - Esquema relacional simplificado



Fonte: INE

Dos diversos conjuntos de dados geográficos que compõem a IDE do INE destacam-se a BGRI 2011 e a BGE que constituem a geografia de referência dos Censos 2011 e sobre os quais nos debruçaremos mais em pormenor explicando o seu processo de construção.

- i. Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP)

A CAOP corresponde à carta oficial da divisão administrativa do país em distritos, municípios e freguesias. A Direção Geral do Território (DGT) é a entidade responsável pela sua execução e publicação. O INE é a entidade responsável pela atribuição dos códigos oficiais de distrito, freguesia e município, do Código da Divisão Administrativa. A DGT publica anualmente, no seu sítio da internet (<http://www.igeo.pt/produtos/cadastro/caop/inicial.htm>), pelo menos uma versão atualizada da CAOP.

ii. Nomenclaturas de Unidades Territoriais (NUTS)

Nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade Europeia. A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados Membros em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos. A nomenclatura NUTS é hierárquica. Subdivide cada Estado-Membro em unidades territoriais de nível NUTS 1, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais de nível NUTS 2, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais de nível NUTS 3. A aplicação das NUTS é obrigatória no âmbito da recolha e compilação de informação estatística de natureza económica e demográfica realizada no contexto das competências e atribuições dos serviços públicos, integrados ou não nos Sistemas Estatísticos Nacionais.

iii. Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI)

A Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI) constitui a componente primordial da IDE do INE e, como tal, encontra-se nesta fase consolidada. Serviu de suporte à realização das operações censitárias de 1991, 2001 e a 2011 e à difusão da respetiva informação.

Base geográfica de natureza poligonal, com uma estrutura hierárquica que integra objetos geográficos desde o âmbito de maior desagregação, até ao nível nacional, a BGRI divide hierarquicamente cada unidade administrativa de base, a freguesia, em pequenas áreas estatísticas homogéneas - secções e subsecções estatísticas. A BGRI delimita ainda no território nacional os lugares censitários (lugar INE).

Subsecção Estatística – Unidade territorial que identifica a mais pequena área homogénea de construção ou não, existente dentro da secção estatística. Corresponde ao quarteirão nas áreas urbanas, ao lugar ou parte do lugar nas áreas rurais, ou a áreas residuais que podem conter ou não alojamentos (isolados).

Secção Estatística – Unidade territorial correspondente a uma área contínua de uma única freguesia com cerca de 300 alojamentos (dimensionamento) destinados à habitação. De acordo com a densidade de alojamentos familiares, as secções estatísticas classificam-se em: a) concentradas: todas as subsecções estatísticas da secção são constituídas por quarteirões; b) dispersas: todas as subsecções estatísticas da secção são constituídas por lugares não divididos em quarteirões e/ou alojamentos isolados; c) mistas concentradas: a maior parte das subsecções estatísticas da secção são constituídas por quarteirões; d) mistas/dispersas: a maior parte das subsecções estatísticas da secção são constituídas por lugares não divididos em quarteirões ou alojamentos isolados.

Lugar INE – Aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.

Sendo certo que a BGRI constitui essencialmente uma infraestrutura de suporte à realização de operações de recolha, de âmbito censitário, é também um poderoso instrumento de difusão da informação, registando-se pela sua disponibilidade evidentes benefícios institucionais e de cidadania.

Em cada momento censitário o processo de atualização da BGRI tem recorrido às melhores fontes de informação disponíveis para a sua definição antecipada, identificando-se tipicamente (i) ortofotocartografia de âmbito nacional detida pela atual Direção-Geral do Território (DGT), (ii) cartografia 1:25 000 cedida pelo Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), (iii) base de eixos de via comercial adquirida pelo INE em 2007, (iv) Carta Administrativa Oficial de Portugal 2010 (CAOP 2010) do Instituto Geográfico Português (IGP), (v) ortofotocartografia e os eixos de via fornecidos pela Direção Regional de Informação Geográfica e Ordenamento do Território para a Região Autónoma da Madeira (DRIGOT-RAM), (vi) ortofotocartografia da Secretaria Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos da Região Autónoma dos Açores (SRCTE-RAA), (vii) ortofotocartografia e a cartografia disponibilizada pelas respetivas Câmaras Municipais, (viii) o trabalho de gabinete e de campo efetuado em parceria com as Câmaras Municipais, (ix) a consensualização de limites administrativos e estatísticos para fins estatísticos com as Autarquias Locais e (x) os contributos obtidos a partir do trabalho de campo efetuado no âmbito das respetivas operações censitárias.

Quadro 1

Conteúdos e características (atributos) - BGRI		
Nome	Tipo de dados	Descrição
OBJECTID	Object ID (numérico/inteiro)	Atributo numérico "mantido" pelos <i>software</i> e que garante a identificação única para cada registo
DTMN11	texto	Código de Município - Atributo alfanumerico de dimensão 4. Atributo que permite estabelecer a ligação á entidade NUT's
FR11	texto	Código de Freguesia - atributo alfanumérico de dimensão 2. Identifica a freguesia dentro de cada município de 01 a n
SEC11	texto	Código de Secção - atributo alfanumérico de dimensão 3. Identifica a secção dentro de cada freguesia de 001 a n
SS11	texto	Código de subsecção - atributo alfanumérico de dimensão 2. Identifica a subsecção dentro de cada secção de 01 a n
BGRI11	texto	Código de subsecção que identifica de modo único a subsecção no contexto nacional. É constituído por 11 dígitos que resultam da junção de (DTMN11&FR11&SEC11&SS11)
LUG11	texto	Código de Lugar - atributo alfanumérico de dimensão 6. Identifica o lugar estatístico, de modo único, a nível nacional de 000001 a n
LUG11DESIG	texto	Designação do Lugar estatístico
SHAPE_AREA	numerico/double	Atributo numérico "mantido" pelos <i>software</i> e que corresponde ao valor da área em metros quadrados da subsecção
SHAPE_LEN	numerico/double	Atributo numérico "mantido" pelos <i>software</i> e que corresponde ao valor do perímetro em metros da subsecção
OBJECTID	numérico/inteiro	Atributo numérico "mantido" pelos <i>software</i> e garante a identificação única para cada registo
DTMN11	texto	Código de Município - Atributo alfanumerico de dimensão 4. Atributo que permite estabelecer a ligação á entidade NUT's
DTMN11DESIG	texto	Designação do Município
NUTS1_02	texto	Código de NUTS I - atributo alfanumérico de dimensão 1. Identifica o país estatístico a nível da União Europeia (versão de 2002)
NUTS2_02	texto	Código de NUTS I - atributo alfanumérico de dimensão 2. Identifica a região de NUTS II dentro da NUTS I (versão de 2002)
NUTS3_02	texto	Código de NUTS I - atributo alfanumérico de dimensão 3. Identifica a região de NUTS III dentro da NUTS II (versão de 2002)
SHAPE_AREA	numerico/double	Atributo numérico "mantido" pelos <i>software</i> e que corresponde ao valor da área em metros quadrados do município
SHAPE_LEN	numerico/double	Atributo numérico "mantido" pelos <i>software</i> e que corresponde ao valor do perímetro em metros lineares do município

Fonte: INE

A construção da BGRI 2011, decorreu entre 2007 e 2011 e foi realizada pelo INE em conjunto com os municípios de acordo com um protocolo de colaboração celebrado. O processo foi dividido em várias fases:

- 1ª Edição dos limites de Subsecção, Secção e Lugares INE – edição de linhas (BASELINE 2011);
- Validação local da BGRI 2011 Preliminar, junto das autarquias locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia);
- 2ª Edição dos limites de Subsecção, Secção e Lugares INE - edição de linhas (BASELINE 2011);
- Geração da BGRI 2011
 - geração dos polígonos das Subsecções
 - classificação dos Lugares
 - geração dos polígonos das Secções

A edição das linhas dos limites de Subsecção, Secção e Lugar INE (BASELINE 2011) e a constituição dos respetivos polígonos da BGRI 2011 foram efetuadas com o recurso a uma aplicação web ArcGis Server, sobre uma base de dados espaciais versionada centralizada no INE.

A opção pela edição centralizada, via web, por oposição à edição local em cada município, permitiu:

- A edição simultânea por vários utilizadores de diversas entidades;
- A conformidade dos dados editados com o modelo de dados da BGRI2011 do INE;
- A consolidação imediata dos dados editados no DataSet de edição;
- A implementação de rotinas globais de controlo de qualidade;
- A redução do tempo a despendido associado à edição dos dados geográficos.

A cartografia de base utilizada para a edição da BGRI 2011 incluiu:

- CAOP v2010 – em vigor à data dos Censos 2011;
- Base geográfica de segmentos eixos de via – base geográfica comercial adquirida pelo INE à empresa Geoglobal para a construção da BGRI 2011;
- Rede Ferroviária Nacional;
- Rede Hidrográfica;
- Ortofotocartografia – Cobertura 2007 do Instituto Geográfico Português;
- Limites de lugar da BGRI 2001;
- Limites dos Perímetros Urbanos dos Planos Diretores Municipais (PDM);
- Cartografia municipal de eixos de via e respetiva toponímia;
- Dados do licenciamento municipal do Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas (SIOU) – para delimitação das secções estatísticas.

a. 1ª Edição dos limites de Subsecção, Secção e Lugar INE – edição de linhas (BASELINE 2011)

A construção da BGRI 2011 iniciou-se com uma 1ª edição da BASELINE 2011 para a constituição das linhas correspondentes aos limites das Subsecções estatísticas, das Secções estatísticas e dos Lugares INE.

A BASELINE 2011 é composta por uma mescla de linhas que representam infraestruturas ou elementos naturais existentes no terreno - segmentos de eixos de via rodoviária, linhas férreas, linhas de água, linhas que representam outros limites (muros, vedações, limites de propriedades ou de culturas vegetais, etc.).

Para além destas foram ainda editadas linhas imaginárias que não têm uma representação física no terreno. As linhas imaginárias foram utilizadas somente em último recurso principalmente para a definição dos limites dos Lugares INE - ex. limites dos Perímetros Urbanos Municipais que correspondem a buffers, ou áreas de servidão, de estradas, linhas férreas ou outras infraestruturas.

Após a 1ª fase de edição foi gerada, a partir das linhas da BASELINE 2011, uma versão preliminar da BGRI 2011, com os respetivos polígonos de Subsecção, Secção e Lugar, para validação por parte das autarquias locais.

Para a constituição da versão preliminar da BGRI 2011, os Lugares INE e as Secções estatísticas foram aferidos a partir dos respetivos limites da BGRI 2001 calibrados com dados municipais auxiliares - os limites dos perímetros urbanos das novas versões dos PDM's e dados do licenciamento municipal provenientes do SIOU.

b. Validação local da BGRI 2011 Preliminar, junto das autarquias locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia)

A versão preliminar da BGRI 2011 foi validada localmente pelas Juntas de Freguesia e pelas Câmaras Municipais fundamentalmente para ajustar os limites dos Lugares INE e analisar a delimitação das Secções estatísticas à luz da dinâmica urbanística municipal.

A validação local permitiu adequar os perímetros dos Lugares INE às especificidades locais de povoamento e preveniu o sub ou sobredimensionamento das Secções estatísticas. As Subsecções foram igualmente validadas mas apenas para a delimitação de algumas áreas específicas para as quais os municípios consideraram útil a recolha de dados estatísticos para esse nível de desagregação geográfica.

Na maioria dos municípios a BGRI 2011 foi validada com recurso a ficheiros shapefile. Através do técnico do INE da delegação regional da área do município procedeu-se ao envio da versão preliminar da BGRI 2011 para atualização/edição, em formato shapefile.

Os interlocutores municipais com o apoio técnico do INE e a colaboração dos órgãos municipais efetuaram as alterações consideradas pertinentes, procedendo ao seu reenvio para sancionamento final

Nalguns casos foi possível editar os limites da BGRI 2011 nas próprias sessões de validação e incorporar as alterações propostas pelos autarcas e interlocutores municipais na BASELINE 2011, em tempo real, através da aplicação web de edição.

c. 2ª Edição dos limites de Subsecção, Secção e Lugar INE - edição de linhas (BASELINE 2011);

Seguiu-se uma fase de 2ª edição da BGRI 2011 para a incorporação das alterações aos limites das Subsecções estatísticas e dos Lugares INE e para o dimensionamento das Secções estatísticas decorrentes da validação local.

A 2ª edição decorreu exatamente nos mesmos moldes da 1ª edição – edição sobre as linhas da BASELINE 2011, dos novos limites das Subsecções estatísticas, Secções estatísticas e dos Lugares INE.

d. Geração da BGRI 2011

Tal como a edição das linhas da BASELINE 2011, a geração dos polígonos de Subsecção e a constituição dos Lugares INE, foi efetuada através da aplicação web de edição da BGRI 2011.

A geração da BGRI 2011 decorreu em 3 etapas:

- Geração dos polígonos – futuras Subsecções estatísticas - a partir das BASELINE 2011;
- Atribuição de código de lugar e designação aos polígonos integrados nos perímetros de Lugar INE;
- Geração das Secções Estatísticas (área de trabalho de um recenseador);
- Geração das Subsecções estatísticas com atribuição do respetivo código.

Os polígonos da BGRI 2011 foram gerados a partir das linhas da BASELINE 2011 classificadas como limite de Subsecção ou de Lugar INE. Após a sua constituição, estes foram classificados com o código e designação do Lugar INE onde se inserem.

As Secções estatísticas foram geradas pelo Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação (ISEGI) da Universidade Nova de Lisboa, com base no valor estimado pelo GEO do nº de alojamentos por polígono, através de um algoritmo que desenhou um Seccionamento estatístico otimizado segundo vários critérios – dimensionamento médio de cerca de 300 alojamentos, (não devendo exceder os 350 nem ser inferior a 280), características de povoamento: subsecções “urbanas” (em Lugares INE) e “rurais” (em áreas Residuais/alojamentos isolados), área das Secções, etc. - tendo em vista um equilíbrio e homogeneização das áreas de trabalho de cada recenseador.

Após esta fase, procedeu-se à atribuição dos códigos de Subsecção estatística e concluiu-se o processo de construção da BGRI 2011.

Os polígonos dos Lugares INE foram gerados pela agregação das Subsecções do mesmo Lugar INE.

iv. Base Geográfica de Edifícios (BGE)

A Base Geográfica de Edifícios (BGE), criada pelo INE durante o XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação - Censos 2011, corresponde a um conjunto de dados geográficos de natureza pontual de âmbito nacional.

A BGE é uma das componentes da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) do INE, correspondendo ao Tema 2 – Edifícios, do anexo III da diretiva europeia INSPIRE.

A primeira versão da BGE, que corresponde ao momento censitário, 7 Março 2011, integra 3.547.318 edifícios residenciais recenseados nos Censos 2011 em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A georreferenciação dos edifícios da BGE ocorreu, durante a operação de recenseamento, em dois momentos distintos:

– Em campo sobre as cartas Panorâmicas de Secção ou Pormenor de Lugar;

Figura 4

Carta Panorâmica de Secção Estatística



Fonte: INE

– Em gabinete através da aplicação SIG Web de georreferenciação dos edifícios dos Censos 2011 – GeoEdif.

Nos trabalhos de campo os recenseadores identificaram os edifícios nos suportes cartográficos analógicos: Cartas Panorâmicas de Secção e Pormenor de Lugar, atribuindo um nº de ordem sobre cada edifício recenseado.

Posteriormente, através da aplicação SIG Web de georreferenciação de edifícios – GEOEdif – os pontos dos edifícios e respetivos nºs de ordem, assinalados no campo, foram objeto de digitalização.

À semelhança da aplicação web de edição da BGRI 2011, os pontos dos edifícios da BGE foram editados via web sobre uma única base de dados espacial versionada centralizada no INE.

As vantagens deste método de edição foram igualmente idênticas às da edição da BGRI 2011:

- A edição simultânea por vários utilizadores/recenseadores;
- A conformidade dos dados editados com o modelo de dados da BGE do INE (em conformidade com o modelo de dados INSPIRE para o tema dos Edifícios);
- A consolidação imediata dos dados editados no DataSet de edição;
- A implementação de rotinas globais de controlo de qualidade;
- A redução do tempo a despendido associado à edição dos dados geográficos.

Figura 5



Fonte: INE

Os sistemas de referência geodésicos das coordenadas da BGE são os seguintes:

- Portugal Continental – PT-TM06/ETRS89
- Regiões Autónomas - PTR08-UTM/ITRF93
- * Zona 25N - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores (EPSG:5014)
- * Zona 26N - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores (EPSG:5015)
- * Zona 28N - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens (EPSG:5016)

Como referido anteriormente, o modelo de dados da BGE está em conformidade com o modelo de dados do tema INSPIRE III.2 - Edifícios . Para além dos requisitos obrigatórios da diretiva, contém alguns campos exclusivos do INE no âmbito da sua IDE e da produção estatística nacional.

Quadro 2

Conteúdos e características (atributos) - BGE		
Nome	Tipo de dados	Descrição
inicioVigenciaEdificio	Date	Data do início do edifício no EDIFICADO (não é a data de construção)
fimVigenciaEdificio	Date	Data do fim do edifício no EDIFICADO (não é a data de construção)
condicaoDaConstrucao	Short Integer	Lista de valores codificados da "CondiçãoDaConstrução"
dataDeConstrucao	Date	Data de construção do Edifício
dataDeDemolicao:	Date	Data de demolição do Edifício
dataDeRenovacao	Date	Data de renovação do Edifício
externalReference	Short Integer	Classificação fonte dos dadosFonte / Dominio ""
Reference	String	Código de edifício, Fue
nome	String 100	Nome do edifício
usoAtual	varchar(5)	Lista de valores codificados "UsoAtual"
InteresseEspecifico	Short Integer	Lista de valores codificados "InteresseEspecifico"
numeroDeUnidadesDeEdificios	Short Integer	Nº de unidades de edifícios (Complexos de Edifícios)
numeroDeAlojamentos	Short Integer	Nº de unidades de Alojamentos do Edifício
numeroDePisosAcimaSolo	Short Integer	Nº de pisos acima do Solo do Edifício
materialDa Fachada	Short Integer	Lista de valores codificados "MaterialDaFachada"
materialDaCobertura	Short Integer	Lista de valores codificados "MaterialDaCobertura"
materialDa Estrutura	Short Integer	Lista de valores codificados "MaterialDaEstrutura"
tipoDeCobertura	Short Integer	Lista de valores codificados "TipoDeCobertura"
DTMNFR	varchar(6)	Código DTMNFR
XCOORD	varchar(9)	Latitude em sistema métrico - coordenadas retangulares
YCOORD	varchar(9)	Longitude em sistema métrico - coordenadas retangulares
LATITUDE_M	Double	Latitude em sistema métrico - coordenadas geográficas
LONGITUDE_M	Double	Longitude em sistema métrico - coordenadas geográficas
InspiredID	String(30)	Name Space_Identifier_W057880S0007903 Namespace_ID: PT_INE_III2
Tipo_Coord	Short Integer	0- real; 1-ficticio
GRD1K_InspireID	char(15)	Código da GRID do EUROSTAT
nuts_3	char(4)	Código NUT 3
COD_VIAARTERIA	char(10)	Código da Artéria da BSA
COD_TR_VIAARTERIA	char(6)	Código do troço da Artéria da BSA
COD_EPSG	Long Integer	Código do Sistema de Coordenadas

Fonte: INE

Nem todos os campos do modelo de dados são de preenchimento obrigatório. Existem campos de preenchimento automático e de preenchimento pelo INE.

A BGE, possibilita a comparação dos resultados entre as diversas malhas poligonais utilizadas para a referência da informação censitária - a BGRI 2011, a BGRI 2001 e a BGRE 1991 e abre perspectivas para apropriação de dados administrativos no âmbito do processo estatístico.

A BGE será periodicamente atualizada em conjunto com as Câmaras Municipais através do Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas (SIU), cuja nova regulamentação torna obrigatória, já a partir de 2013, a georreferenciação de todos os edifícios licenciados e demolidos.

Num futuro próximo pretende-se ainda integrar, nesta base de edifícios os , equipamentos públicos e privados de utilização coletiva (escolas, hospitais, instalações desportivas, etc.) e edifícios não residenciais (edifícios de escritórios, de comércio e industriais).

v. Base de Segmentos de Arruamentos (BSA)

A Base de Segmentos de Arruamentos (BSA) é uma base geográfica de natureza linear que contém os troços dos eixos de via rodoviários do território nacional, independentemente de constituírem ou não limites da BGRI, com identificação de Números de Polícia nas extremidades e atributos de localização ao Código Postal e à Freguesia. A BSA provém da base de eixos de via comercial adquirida pelo INE, em 2007, no âmbito da construção da BGRI 2011.

Quadro 3

Conteúdos e características (atributos) - BSA		
Nome	Tipo de dados	Descrição
VIAID	Text (13)	Código da Artéria
TROCOVIAID	Text (15)	Código do Troço da Artéria
TIPOLIMBGRI	Short Integer	lista de valores codificados "TipoLimBGRI" - tipo de limite BGRI
TPART	Text (10)	lista de valores codificados "TPART" - tipo de artéria
DESIGART	Text (100)	Designação da Artéria
ARTERIA	Text (110)	Concatenação TPART + DESIGART
NOMEALT	Text (100)	Nome Alternativo da Artéria
R_CP4	Text (4)	Código postal 4 dígitos à Direita da Artéria
R_CP3	Text (3)	Código postal 3 dígitos à Direita da Artéria
L_CP4	Text (4)	Código postal 4 dígitos à Esquerda da Artéria
L_CP3	Text (3)	Código postal 3 dígitos à Esquerda da Artéria
RMIN_LOTE	Text (10)	Nº Polícia min à Direita da Artéria
RMAX_LOTE	Text (10)	Nº Polícia máx à Direita da Artéria
LMIN_LOTE	Text (10)	Nº Polícia min à Esquerda da Artéria
LMAX_LOTE	Text (10)	Nº Polícia máx à Esquerda da Artéria
FONTEGEO	Short Integer	Fonte da Geometria
FONTEALFA	Short Integer	Fonte Alfanumérica
FONTEOBS	Text (255)	Fonte - Observações
CLASEFUN	Text (8)	lista de valores codificados "classeFuncional"
VELOCIDADEVIA	Short Integer	lista de valores codificados "velocidadeVia"
DATAINICIOBSA	Date	Vigência da Artéria - Data de inserção na BSA
DATAFIMBSA	Date	Vigência da Artéria - Data de fim na BSA
OBSERVACOES	Text (255)	Observações Genéricas
TIPOLIMCAOP	Short Integer	Tipo de Limite CAOP
EDITAVELGEO	Short Integer	lista de valores booleanos "Editável/Não Editável"
EDITADO	Short Integer	lista de valores booleanos "Editado/Não Editado"
VALIDADO	Short Integer	lista de valores booleanos "Validado/Não Validado"
DATAVALIDACAO	Date	Data de Validação
CODDTMNFR_R	Text (6)	Código DTMNFR à Direita da Artéria
CODDTMNFR_L	Text (6)	Código DTMNFR à Esquerda da Artéria
CODLUG11_R	Text (6)	Código Lugar INE à Direita da Artéria
CODLUG11_L	Text (6)	Código Lugar INE à Esquerda da Artéria
LENGHT_M	Double	Extensão da Artéria em Metros

Fonte: INE

Desde então, a BSA, é continuamente editada e complementada quer na correção da geometria e topónimos dos eixos de via de base quer na integração de novos eixos de via provenientes das instituições responsáveis pela gestão da rede rodoviária nacional, nomeadamente do Instituto Nacional de Infraestruturas Rodoviárias (InIR), dos Municípios e no tratamento de informação obtida a partir da operação censitária de 2011.

A BSA constitui uma infraestrutura de suporte à consolidação de outras componentes da IDE do INE, nomeadamente no que se refere à BGRI e à BGE, assim como aos processos de normalização e espacialização do endereço

vi. GRID Europeia 1Km2 (Grid_ETRS89_LAEA_1K)

A GRID Europeia 1Km2 (Grid_ETRS89_LAEA_1K) do Eurostat foi construída no âmbito do Projeto ESSnet GEOSTAT - representing census data in a European population grid dataset.

A Grid_ETRS89_LAEA_1K (<http://www.efgs.info/data/eurogrid>) foi integrada na IDE do INE e, embora ainda não seja uma geografia oficial para a disseminação de informação estatística, já é utilizada no seu processo de produção, nomeadamente no desenho de bases de amostragem para os diversos inquéritos que o INE realiza às famílias.

O INE pretende explorar todas as potencialidades da geografia da Grid_ETRS89_LAEA_1K na produção e difusão de informação estatística.

vii. Dados de contexto e dados auxiliares

A IDE do INE integra conjuntos de dados geográficos de contexto ou de carácter auxiliar em formato digital raster e vetorial, a diversas escalas e de diferentes épocas.

Dos dados de contexto destacam-se os Ortofotomapas (cobertura IGP 2007). Os dados auxiliares constituem um repositório de cartografia variada que inclui, entre outras, as Cartas Militares do Instituto Geográfico do Exército e Cartografia de diversos municípios.

Metadados

Os conjuntos de dados geográficos da IDE que correspondem a temas dos anexos da Diretiva INSPIRE e sobre os quais o INE é formalmente responsável, como os edifícios da BGE as unidades estatísticas da BGRI e a toponímia dos Lugares INE, estão devidamente documentados através do perfil nacional de metadados do SNIG e de acordo com as especificações da diretiva INSPIRE relativa aos metadados.

Serviços e aplicações

O INE programou e desenvolveu um conjunto de serviços e aplicações interativas SIG para suporte à produção estatística, difusão de dados geoestatísticos e criação de mapas temáticos.

Existem, no portal oficial do INE (www.ine.pt), serviços e aplicações interativas de visualização, consulta e descarregamento de dados geoestatísticos:

* Aplicação interativa dos censos 2011 – serviço de visualização e descarregamento

Na página do portal exclusivamente dedicada aos censos 2011 (http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao) é possível visualizar e consultar os resultados definitivos através de uma aplicação SIG interativa e descarregar o ficheiro síntese e a respetiva geografia (formato shapefile) de um município, de uma região ou de todo o país;

* Aplicação interativa de mapas temáticos – serviço de visualização, consulta e descarregamento.

Na página do portal dedicada à informação geográfica (<http://mapas.ine.pt/map.phtml>) é possível visualizar, consultar e imprimir mapas temáticos. Nesta página é ainda possível descarregar o ficheiro síntese e a respetiva geografia (em shapefile) dos Censos 1991, 2001 e 2011.

O INE desenvolveu ainda aplicações Web SIG de suporte à produção estatística e à recolha de dados – Geo Planeamento e Geo Amostras. Estas aplicações, que foram desenvolvidas utilizando o software ArcGis Api for Flex (open source), têm como objetivo apoiar a gestão do trabalho de campo e otimizar a recolha de informação.

A aplicação Geo Planeamento permite, entre outras funcionalidades, analisar a dispersão de uma amostra e selecionar os entrevistadores de campo em função da distância aos alojamentos a inquirir.

A aplicação Geo Amostras permite que os entrevistadores de campo do INE pesquisem as moradas dos alojamentos que devem inquirir e consultem a sua localização num mapa, extraíam as coordenadas geográficas e, com o recurso a um GPS, definam um trajeto que minimize as distâncias a percorrer.

O INE desenvolveu ainda um módulo geográfico SIG WEB que integra a nova aplicação de recolha de dados do Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas - SIOU, destinado à recolha da componente geográfica da informação estatística.

2.4 Colaboração Institucional

A IDE do INE integra bases geográficas de âmbito nacional. A colaboração institucional, a interoperabilidade e a partilha de dados, com os diversos produtores da informação geográfica de base ou temática, é o pilar fundamental na estratégia definida pelo INE para atualização destas bases geográficas.

O INE mantém, desde há várias décadas, uma estreita relação de colaboração com os municípios portugueses. Esta relação, impulsionada a cada momento censitário, com a construção e atualização da infraestrutura geográfica de suporte à realização dos recenseamentos da população e habitação, tem vindo a ser aprofundada e alargada.

Os municípios, como entidades responsáveis pelo licenciamento urbanístico e pela atribuição de toponímia de arruamentos e n.ºs de polícia, são os grandes produtores nacionais de informação geográfica ao nível do edificado e das moradas, informação essencial para a atualização e manutenção das bases geográficas da IDE.

Quadro 4

Rede INSPIRE PT – Grupos de trabalho	
GT01	I.1 Sistemas de referência
	I.2 Sistemas de quadrículas geográficas
	I.3 Toponímia
	II.1 Altitude
GT02	I.4 Unidades administrativas
	I.5 Endereços
	III.1 Unidades estatísticas
	III.10 Distribuição da população - Demografia
GT03	I.6 Prédios
	III.2 Edifícios
GT08	III.5 Saúde humana e segurança
GTT	Metadados e Serviços

Fonte: INE

No âmbito da colaboração institucional, de realçar igualmente a relação de cooperação para a partilha de informação geográfica, existente entre o INE e um conjunto alargado de outras entidades, designadamente no âmbito da Rede INSPIRE PT e do Conselho Superior de Estatística, em particular as instituições com assento na Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial (SPEBT)

No âmbito da implementação da diretiva INSPIRE o INE é uma das instituições que integra a Rede INSPIRE PT. Para além da participação no grupo de trabalho transversal (GTT), o INE participa em quatro dos onze grupos de trabalho temáticos, tem a responsabilidade de coordenação do GT02, que envolvem várias entidades nacionais responsáveis pela produção de Conjuntos de Dados Geográficos e Serviços para os diversos temas da diretiva.

O INE colabora ainda, em diversos projetos internacionais, com outras instituições de estatística europeias tendo em vista a harmonização dos métodos de produção de estatísticas através da utilização da informação geográfica e de análise espacial.

Enquadramento - Diretiva INSPIRE

O conceito de Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) tem enquadramento formal na Diretiva INSPIRE – Infrastructure for Spatial Information in the European Community (2007/2/EC) de 14 de Março, transposta para o quadro legal nacional pelo Decreto-Lei nº. 180/2009 de 7 de Agosto.

Quadro 5

Rede INSPIRE PT – Grupos de trabalho					
Anexo	Tema / Anexo	Instituições responsáveis	Descrição do tema	Calendário metadados	Calendário implementação
I	I.3 Toponímia	IGP, IGEOE, IH, INE , INAG, APA, CTT	Denominações das zonas, regiões, localidades, cidades, subúrbios, pequenas cidades ou povoações, ou de qualquer entidade geográfica ou topográfica de interesse público ou histórico.	3 de Dezembro de 2010	Novos: Junho 2012 Existentes: Junho 2017
I	I.5 Endereços	INE , CIM, CTT	Localização de propriedades com base em identificadores de endereço, em regra, o nome da rua, o número da porta e o código postal.	3 de Dezembro de 2010	Novos: Junho 2012 Existentes: Junho 2017
III	III.1 Unidades estatísticas	IGP, INE , CTT	Unidades para fins de divulgação ou utilização da informação estatística.	3 de Dezembro de 2013	Novos: Janeiro 2015** Existentes: 30 de Maio de 2019
III	III.2 Edifícios	IGP, IGEOE, INE , IHRU, DGCI	Localização geográfica dos edifícios.	3 de Dezembro de 2013	Novos: Janeiro 2015 Existentes: 30 de Maio de 2019
III	III.5 Saúde humana e segurança	INEM, DGS, ACSS, INE	Distribuição geográfica da dominância de patologias (alergias, cancro, doenças respiratórias, etc.), informações que indiquem o efeito da qualidade do ambiente sobre a saúde (biomarcadores, declínio da fertilidade, epidemias) ou sobre o bem-estar dos seres humanos (fadiga, tensão, stress, etc.) de forma direta (poluição do ar, produtos químicos, empobrecimento da camada de ozono, ruído, etc.) ou indireta (alimentação, organismos geneticamente modificados, etc.).	3 de Dezembro de 2013	Novos: Janeiro 2015** Existentes: 30 de Maio de 2019
III	III.10 Distribuição da população - Demografia	INE	Distribuição geográfica da população, incluindo características demográficas e níveis de atividade, agregada por quadrícula, região, unidade administrativa ou outra unidade analítica.	3 de Dezembro de 2013	Novos: Janeiro 2015** Existentes: 30 de Maio de 2019

Fonte: INE

A Diretiva incide sobre a informação geográfica considerada relevante no âmbito da IDE Europeia e detida por entidades do sector público ao nível dos Estados Membros, identificando um conjunto de 34 temas, distribuídos por 3 anexos de acordo com a respetiva prioridade no que respeita ao calendário de implementação.

O INE tem responsabilidades formais, emanadas pelo Ponto de Contacto Nacional do INSPIRE - a Direção Geral do Território (ex. Instituto Geográfico Português), na construção, disponibilização e manutenção de componentes de vários temas INSPIRE, nomeadamente:

2.5 Normas

A IDE do INE foi desenvolvida de acordo com os normativos legais em vigor, nomeadamente a diretiva INSPIRE.

A criação, formatação, organização e documentação dos conjuntos de dados geográficos e dos serviços de partilha e disseminação seguem as normas e os standards emanados pelos documentos que estabelecem as disposições de execução e regras de implementação da diretiva INSPIRE.

Estas normas irão garantir a interoperabilidade e a partilha dos conjuntos de dados geográficos comuns de diversas instituições nacionais e internacionais.

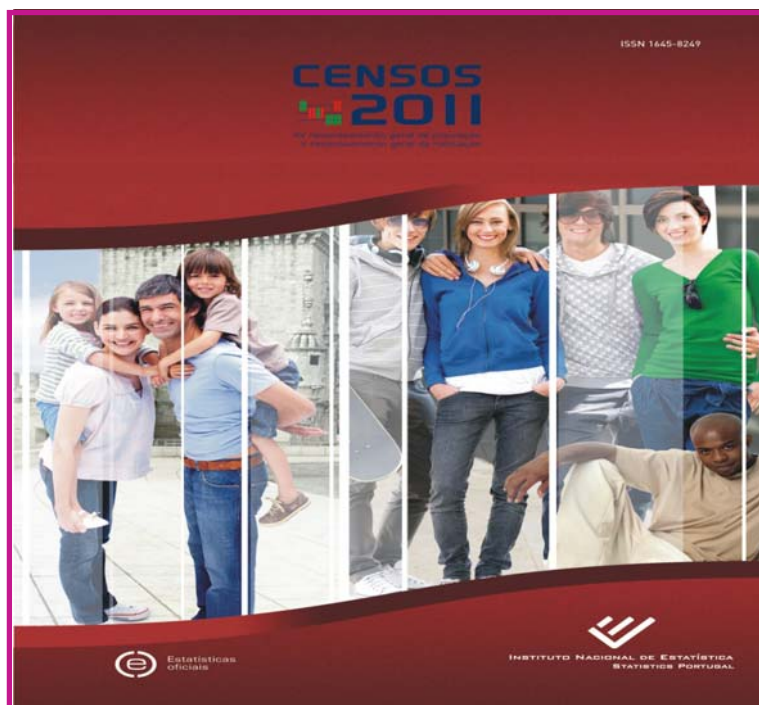
Na IDE do INE já estão criados, em conformidade com as normas e as disposições da diretiva INSPIRE, os conjuntos de dados geográficos e respetivos metadados da BGE e toponímia dos Lugares.

3. Notas Finais

O conceito de Infraestrutura de Dados Espaciais para fins estatísticos (IDESTAT) tem enquadramento formal na Diretiva INSPIRE – Infrastructure for Spatial Information in the European Community (2007/2/EC) de 14 de Março, transposta para o quadro legal nacional pelo Decreto Lei nº. 180/2009 de 7 de Agosto.

Da componente de dados desta infraestrutura destacam-se as bases de dados geográficas descritas, que correspondem a componentes de vários temas INSPIRE, sobre os quais o INE tem responsabilidade.

Os Resultados Preliminares dos Censos 2011



Autor: Fernando Simões Casimiro

Coordenador do Gabinete dos Censos do Instituto Nacional de Estatística

fernando.casimiro@ine.pt

Resumo:

O presente trabalho aborda o enquadramento da execução dos recenseamentos da população e habitação de 2011 em Portugal. Destacam-se as opções fundamentais quanto à utilização da internet para a resposta aos questionários, a geocodificação dos edifícios durante o processo de recolha dos dados no terreno e o programa de difusão, com particular destaque para a disponibilização dos resultados preliminares.

A taxa de resposta pela internet foi de 50,5 % da população residente recenseada. A georeferenciação das coordenadas dos edifícios foi integralmente realizada e constitui um dos maiores potenciadores da utilização da informação censitária, incluindo a que foi produzida desde 1981.

Os resultados preliminares apontam para crescimentos generalizados das várias unidades estatísticas, de acordo com o seguinte: a população residente aumentou 1,9%; as famílias cresceram 11,6%, os alojamentos 16,3% e os edifícios 12,4%. Estes crescimentos acentuaram a concentração da população no litoral e perdas significativas no interior do País.

Palavras Chave: Recenseamentos da População e Habitação; Censos 2011; Resposta pela internet; Geocodificação de Edifícios.

The preliminary data of
2011 Census

Abstract:

This paper tackles the framework used to carry out the 2011 population and housing censuses in Portugal. It highlights the fundamental options regarding the use of internet to fill in the questionnaires, the buildings geocoding during the fieldwork and the dissemination program, in particular the dissemination of preliminary results.

The response rate by internet reached 50,5% of resident population. Geocoding of residential buildings was fully carried out and this information provides a very strong potential on the use of censuses data, including the comparison with the previous since 1981.

Preliminary results of 2011 census point out to a generalised increase in the main data at the national level: resident population increased 1,9%; households increased 11,6%, as well as housing units by 16,3% and residential building by 12,4%. These growings have intensified the concentration of population in the coast line while the inland reached significant losses of population.

Key words: Population and Housing Censuses; 2011 Census; Internet Responses; Building Geocoding.

1. Introdução

Os recenseamentos da população e da habitação são operações estatísticas censitárias que se realizam, em Portugal, com uma regularidade maioritariamente decenal, desde 1864. Estes recenseamentos sempre foram objeto de recomendações internacionais que visam a sua harmonização de conteúdo, tanto no que se refere às variáveis a observar como aos respetivos conceitos.

Deste modo, os Censos 2011 (XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação) dão seguimento a esta série censitária, embora o conteúdo alargado e autonomizado do recenseamento da habitação apenas tenha começado em 1970.

Os Censos 2011 foram realizados de acordo com o seguinte enquadramento legal e organizativo:

* Dado que estas operações censitárias exigem uma forte organização e participação das estruturas da Administração Central, Regional e Local, torna-se necessária a publicação de legislação específica que estabeleça as normas de funcionamento e articulação destas estruturas; assim, foi publicado o Decreto-Lei nº 226/2009 de 14 de Setembro o qual estabelece as regras a que devem obedecer a preparação e execução dos Censos 2011;

* Paralelamente à legislação nacional, também a União Europeia optou por publicar um conjunto de regulamentos (763/2008, 1201/2009, 519/2010 e 1151/2010) que estabelece as normas europeias de harmonização do conteúdo a observar, difusão de resultados e respetivos relatórios de qualidade;

* O momento censitário foi definido para o dia 21 de Março de 2011, em estreita articulação com a série censitária nacional e com os regulamentos comunitários indicados anteriormente.

O programa de Difusão dos Censos 2011 estabelece um calendário específico para a disponibilização dos resultados censitários estruturados em preliminares, provisórios e definitivos. Assim, a difusão dos preliminares estava prevista até 4 meses após o momento censitário e ocorreu em 30 de Junho de 2011, o que corresponde a uma antecipação de cerca de 20 dias.

O presente trabalho resulta da apresentação que o autor fez, sobre os resultados preliminares dos Censos 2011, a nível nacional, na Conferência organizada pelo Instituto Nacional de Estatística e pela Associação Portuguesa de Demografia, no dia 25 de Outubro de 2011.

2. Novidades estruturais na execução dos Censos 2011

Desde o início da conceção deste recenseamento que se estabeleceu a necessidade de os executar assumindo a incorporação de dois procedimentos claramente associados a inovação tecnológica: a possibilidade da resposta através da internet e a codificação das coordenadas geográficas, em suporte digital, para cada edifício recenseado. Estes procedimentos permitiam facilitar a respostas das pessoas que possuem acesso à internet e valorizam significativamente os resultados censitários na componente da informação georreferenciada dado que com as coordenadas dos edifícios pode-se associar toda a restante informação sobre a habitação e a população.

2.1 A resposta pela Internet

A possibilidade de resposta pela internet existia para todos os alojamentos clássicos de residência habitual com apenas uma família lá residente. De salientar também que os resultados da resposta pela internet não pressupõem que a resposta tenha sido feita pelos próprios na sua própria residência: os códigos entregues em cada alojamento permitiam que a resposta fosse feita por outra pessoa em qualquer computador com acesso à internet, desde que a família assim o quisesse. Além disso o INE instalou computadores com acesso à internet nas maiores freguesias do País, de modo a tornar possível que as pessoas que se dirigiam a essas freguesias pudessem ter o apoio dos coordenadores e recenseadores na resposta através da internet.

Quadro 1

Número de respostas pela Internet	
Respostas / Alojamentos pela Internet Regiões NUTS II	Nº. de Alojamentos
Norte	851 359
Centro	364 999
Lisboa	465 002
Alentejo	103 334
Algarve	81 549
Região Autónoma dos Açores	35 568
Região Autónoma da Madeira	64 749
Total	1 966 560

Fonte: INE, I.P., Resultados Preliminares dos Censos 2011

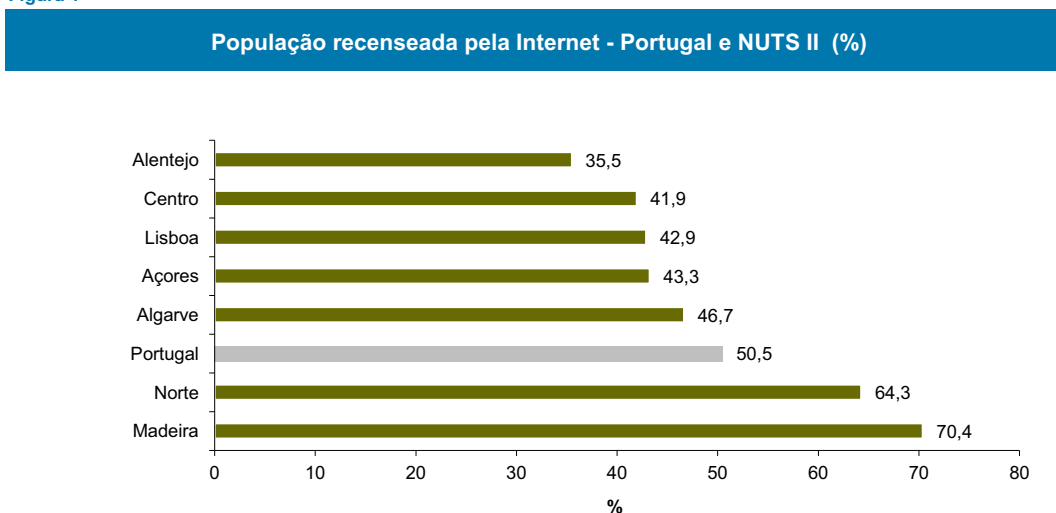
A resposta pela internet decorreu entre os dias 21 de Março e 12 de Abril de 2011.

De acordo com o quadro 1, responderam pela internet 1 966 560 alojamentos correspondentes a 5 330 305 pessoas residentes. O Norte e Lisboa foram as regiões que mais contribuíram para estes valores absolutos, embora o Norte apareça bastante destacado com 851 359 alojamentos.

A taxa de resposta pela internet, com base na população residente recenseada, foi de 50,5% a nível nacional.

Destacam-se a R.A. da Madeira e o Norte com 70,4% e 64,3% respetivamente. As regiões do Alentejo e Centro foram as tiveram menores taxas de resposta pela internet.

Figura 1



Fonte: INE, I.P., Resultados Preliminares dos Censos 2011

2.20 A recolha das coordenadas geográficas dos edifícios

A recolha das coordenadas geográficas dos edifícios constituiu um processo fortemente inovador e de enormes potencialidades na utilização dos resultados dos Censos 2011, pelo facto de referenciar toda a informação com pontos inseridos em cartografia digital de grande pormenor.

Como se pode verificar na figura 2, cada edifício recenseado em cada subsecção estatística está identificado com um número que suporta não só a identificação do edifício como também a do alojamento, famílias e pessoas lá recenseadas. Para além disso existem as moradas constituídas pelos números de porta, nomes de rua e código postal que permitem o acompanhamento da evolução da ocupação de cada edifício seja através de novas operações estatísticas ou da utilização de ficheiros administrativos que utilizem identificadores como a morada ou as coordenadas geográficas.

Figura 2



Fonte: INE, I.P.

3. Os grandes números de Portugal em 2011

Portugal, em 2011, tinha 10 555 853 residentes, 4 079 577 famílias, 5 879 845 alojamentos e 3 550 823 alojamentos

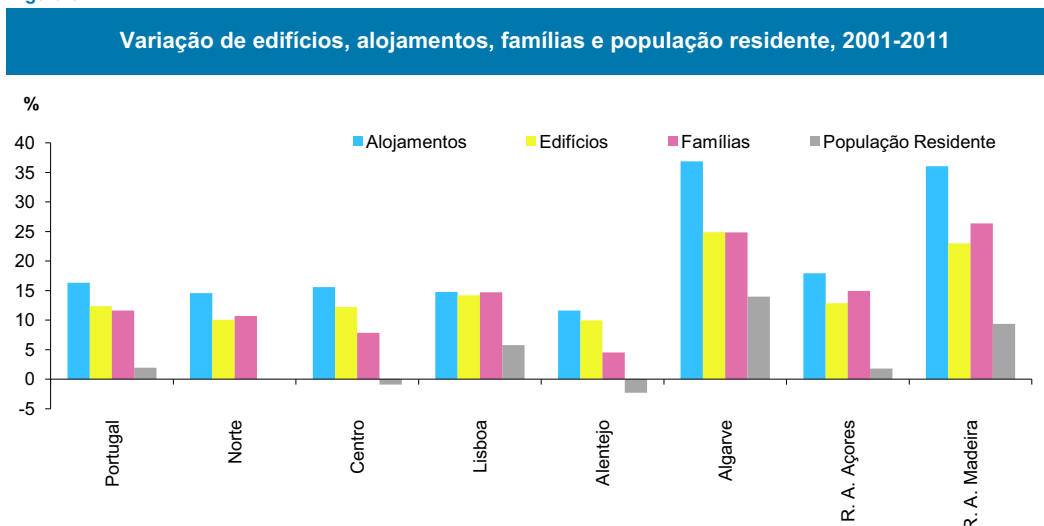
A distribuição regional da população e da habitação por NUTS II mostra que as regiões com maior dinâmica de crescimento são o Algarve, Lisboa e R.A. Madeira.

Quadro 2

Censos 2011 - Resultados preliminares por NUTS II e respectiva variação														
NUTS II	2011 (Dados preliminares)							Variação(%)						
	População				Famílias	Alojamentos	Edifícios	População				Famílias	Alojamentos	Edifícios
	Residente		Presente					Residente		Presente				
	HM	H	HM	H				HM	H	HM	H			
Portugal	10 555 853	5 052 240	10 476 291	4 980 003	4 079 577	5 879 845	3 550 823	1,9	1,0	3,2	2,4	11,6	16,3	12,4
Norte	3 689 713	1 769 482	3 641 412	1 728 877	1 341 445	1 849 181	1 210 720	0,1	-0,8	1,3	0,5	10,7	14,6	10,0
Centro	2 327 026	1 112 257	2 301 447	1 090 373	0 914 716	1 450 268	1 113 420	-0,9	-1,7	-0,1	-0,9	7,8	15,6	12,2
Lisboa	2 815 851	1 334 637	2 783 318	1 312 975	1 154 904	1 486 927	450 574	5,8	4,6	8,0	7,1	14,7	14,7	14,2
Alentejo	758 739	367 720	749 766	361 931	306 207	472 831	384 791	-2,3	-3,1	-1,5	-2,2	4,5	11,6	10,0
Algarve	450 484	220 183	475 220	232 885	186 456	381 026	200 481	14,0	12,5	13,1	11,6	24,8	36,9	24,9
Açores	246 102	121 299	245 629	121 184	82 703	110 038	98 850	1,8	1,5	2,1	1,9	14,9	17,9	12,9
Madeira	267 938	126 662	279 499	131 778	93 146	129 574	91 987	9,4	9,9	11,3	11,3	26,4	36,0	23,0

Fonte: INE, I.P., Resultados Preliminares dos Censos 2011

Figura 3



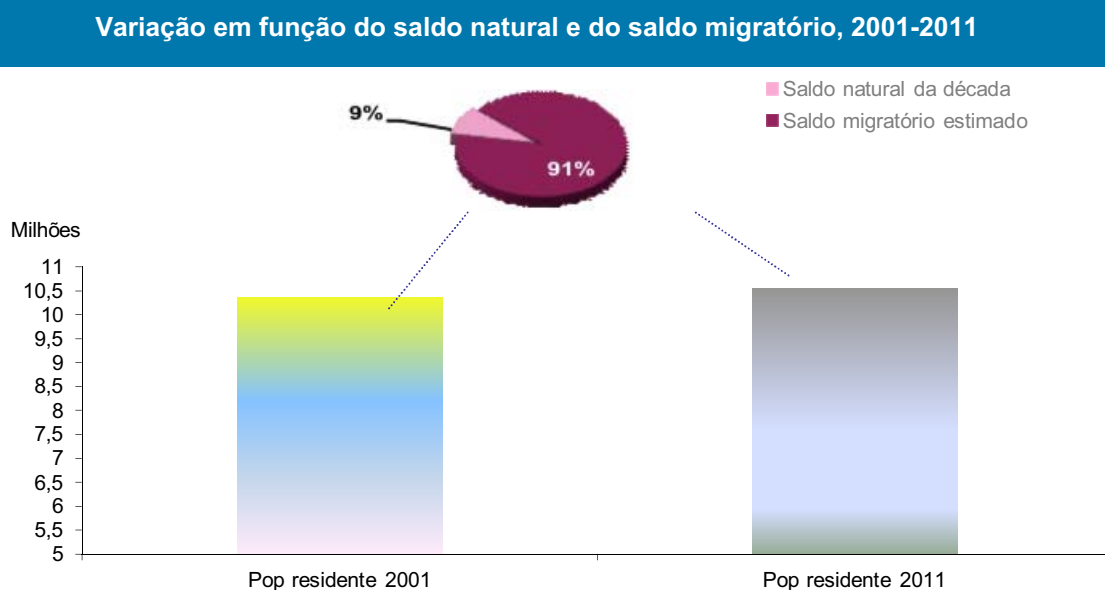
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e resultados Preliminares dos Censos 2011

Os crescimentos mais significativos observam-se nas regiões do Algarve e da R.A. Madeira, com particular destaque para os alojamentos (36,9 % e 36% respetivamente), associados também a importantes crescimentos das restantes unidades estatísticas (edifícios, famílias e população residente). Particular destaque para o crescimento da população residente no Algarve e na R.A. Madeira, respetivamente 14,0% e 9,4%.

3.1 A população e a família

O crescimento da população a nível nacional (cerca de 199 700 residentes) foi impulsionado sobretudo pela imigração, uma vez que o saldo natural da década não foi além de 17 600 pessoas.

Figura 4



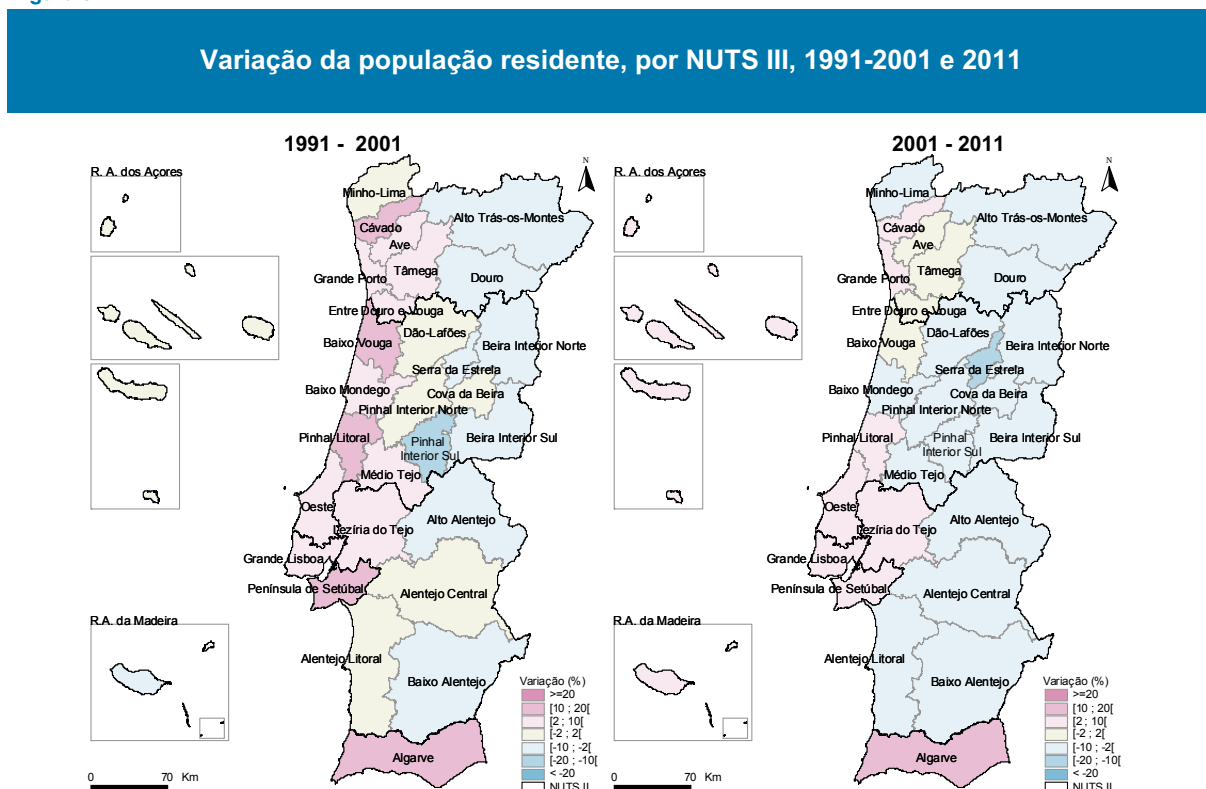
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

De acordo com a Figura, o saldo migratório estimado corresponde a cerca de 91% do crescimento populacional observado na última década, enquanto o saldo natural apenas é de 9%.

Continuamos a ser um país de imigração, uma vez que é esta que constitui a grande componente do crescimento populacional observado.

De salientar o fato dos questionários terem sido disponibilizados com a tradução para 4 línguas estrangeiras (russo, chinês, romeno e inglês); esta tradução, que apenas podia ser utilizada como instrução auxiliar para fazer o preenchimento dos questionários em português, pode ter ajudado muitas pessoas estrangeiras a perceber

Figura 5



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

melhor o conteúdo dos questionários e a fazer o respetivo preenchimento. Também deve ser tido em conta que o conceito de residência sofreu uma alteração importante: enquanto nos recenseamentos anteriores a população estrangeira que se encontrava no país há menos de um ano não podia ser considerada residente, em 2011 este conceito foi alterado pelas recomendações internacionais para, nas pessoas entradas há menos de um ano, fazer prevalecer a intenção de permanecer no país por um período igual ou superior a um ano; assim, qualquer pessoa estrangeira recém-chegada, com a intenção de permanecer um ano pelo menos, era considerada residente em Portugal.

Quando analisamos a evolução da população residente para os dois últimos períodos censitários a nível de NUTS III, a realidade torna-se mais evidente quanto à evolução da população. Tem estado subjacente a ideia que as perdas de população tenderiam a ficar pelo interior, mas já não é esta a realidade, como pode ser verificado nos cartogramas da figura 5.

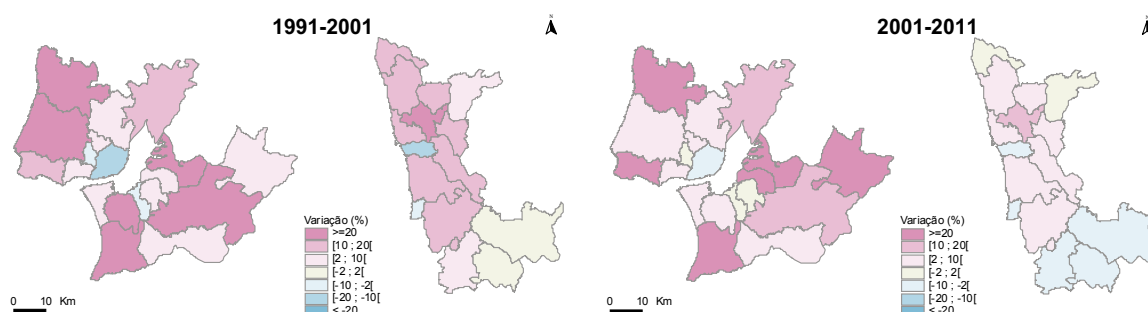
Entre 2001 e 2011 há um reforço da litoralização, mas concentrado nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no Algarve, bem como na R.A. Madeira, porque, na maioria das restantes regiões litorais, o efeito da litoralização ou se atenua (Pinhal Litoral, Baixo Vouga, Cávado), ou se inverte (Alentejo Litoral, Baixo Mondego e Minho-Lima).

Assim, a par da perda acrescida de população na faixa interior e central do Continente, também são cada vez mais evidentes as perdas de população que atingem o litoral, sobretudo no Alentejo, no Centro e no extremo norte do Norte.

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (AML e AMP) são hoje polos cada vez mais importantes de concentração da população em Portugal. Mas o “comportamento” dos municípios que as constituem não segue o mesmo padrão das áreas enquanto um todo. Há tendências que se acentuam e divergências que aparecem mais salientes, como se pode verificar na figura 6.

Figura 6

Varição da população residente, na Área Metropolitana de Lisboa, 1991-2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

Quando comparamos a evolução entre 1991 e 2001 verifica-se que as perdas de população estão a atenuar-se como é o caso das “capitais” (Lisboa e Porto) e dos municípios envolventes destas que já tinham iniciado o processo de estabilização ou ligeiras quebras da população como é o caso da Amadora, Barreiro e Moita na AML. Na AML também se salienta o facto de 5 municípios concentrarem crescimentos acima de 20% em 2011 (Mafra, Cascais, Sesimbra, Alcochete e Montijo) sendo que 4 destes (Mafra, Sesimbra, Alcochete e Montijo) também já tinham crescido acima de 20% em 2001.

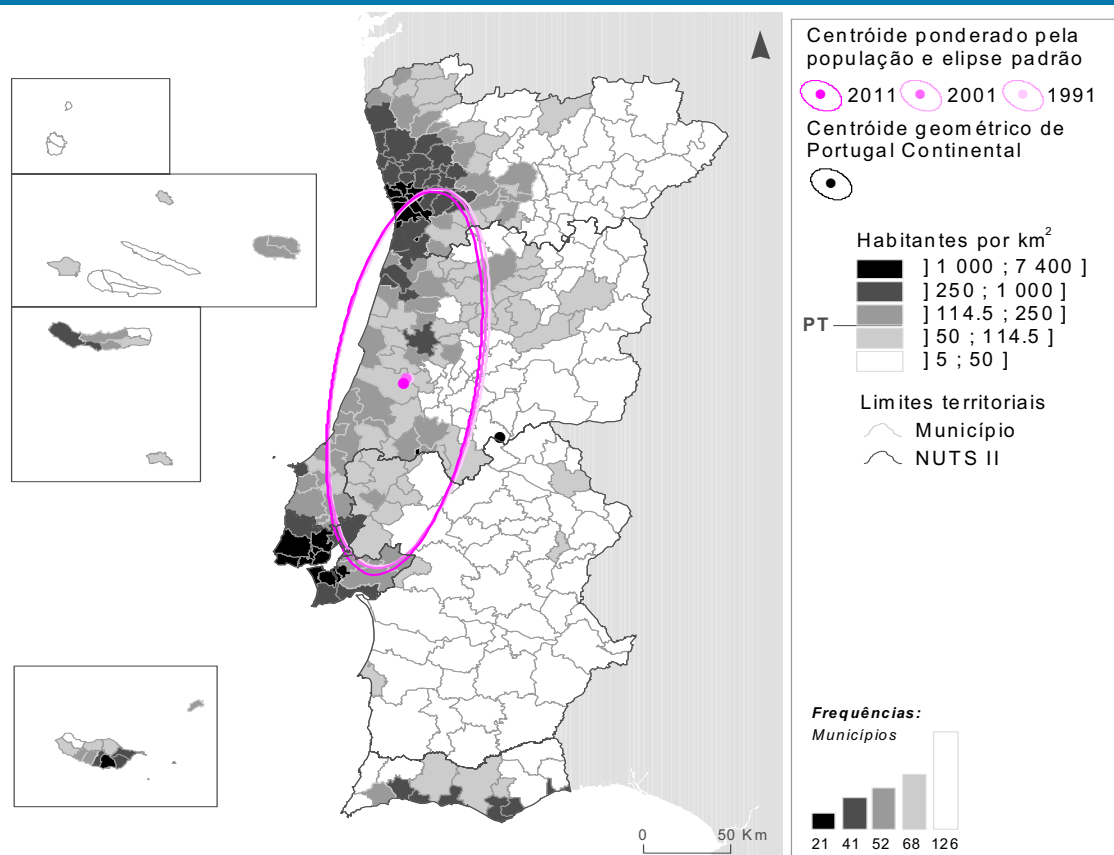
A dinâmica de crescimento populacional nos municípios da AMP foi bastante diferente da ocorrida na AML. O Município do Porto é o que perde mais população (-9,7%), mas também se registam perdas superiores a 2% em Espinho, Oliveira de Azeméis, Vale Cambra e Arouca, estes três últimos incluídos mais recentemente na AMP. O município que mais cresceu foi Maia, com 12,4%, pelo que nenhum município da AMP teve crescimentos acima de 20%.

A concentração da população nas áreas litorais do Continente tem um efeito continuado sobre a ocupação populacional do território e pode ser medido através do cálculo do respetivo centróide. Esta medida mostra como

a deslocalização da população influencia de forma continuada a deslocação do centróide, como poderemos verificar na figura 7.

Figura 7

Concentração da população nas áreas litorais do Continente



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

Se a população estivesse distribuída de forma equilibrada por todo o território, o centróide da distribuição da população deveria assumir a posição marcada pelo ponto negro localizado no centro do Continente na confluência das regiões Centro e Alentejo. Contudo a localização do centróide da elipse padrão assinalada a rosa mostra claramente uma deslocação continuada ao longo das últimas décadas.

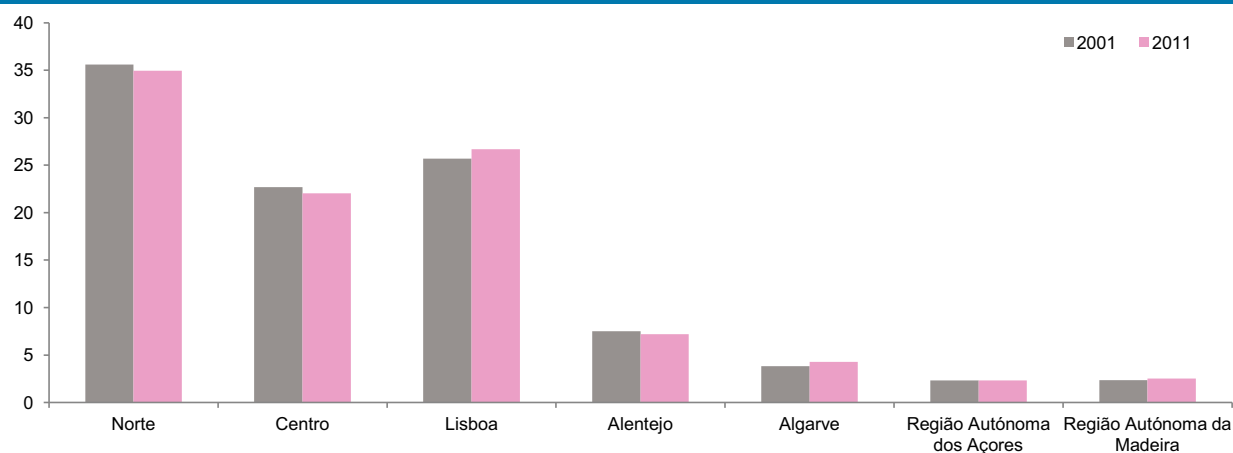
Entre 1991 e 2011 observa-se uma deslocação do centróide ponderado pela população residente em Portugal Continental no sentido SW, resultante, em grande medida, do aumento populacional que se observou nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa e nos municípios do Algarve.

Enquanto entre 1991 e 2001 a deslocação do centróide se faz, sobretudo, no sentido E-W, a deslocação entre 2001 e 2011 revela, de forma mais saliente, uma oposição entre a dinâmica populacional verificada a Norte e a Sul do território continental, sobretudo pelo fato de ter havido um crescimento populacional significativo da região de Lisboa e Algarve contra a estabilização do Norte e decréscimo populacional da região Centro.

Apesar da evolução continuada da população quanto à sua deslocalização, a importância relativa da população por regiões NUTS II ainda se mantém relativamente estável em relação a 2001, ou seja, tanto os crescimentos como os decréscimos, apesar de significativos nalgumas regiões como o Algarve e a R.A. Madeira.

Figura 8

Evolução do valor relativo da população residente pro NUTS II - 2001-2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

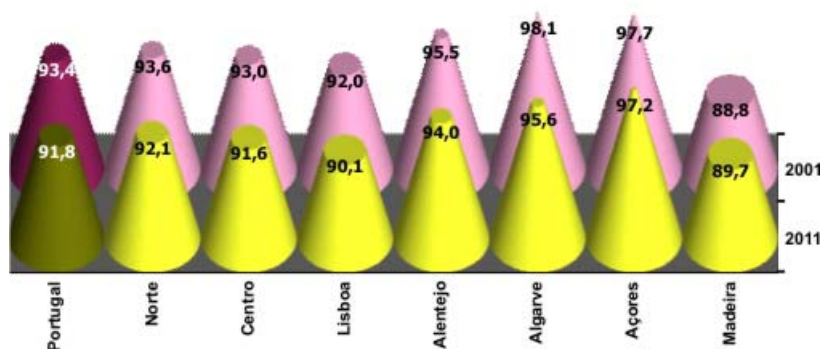
De acordo com a Figura 8, a importância da população residente em cada região NUTS II mantém-se relativamente estável, pois embora tenha havido variações importantes nalgumas regiões o valor da respetiva população tem uma dimensão que não é significativamente afetada no seu peso a nível nacional. Assim, há acréscimos ligeiros em Lisboa (+0,97 pontos percentuais-pp), Algarve (+0,45pp) e R.A. Madeira (+0,17pp) e decréscimos também ligeiros em 3 das restantes regiões: Norte (-0,65pp), Centro (-0,63pp), Alentejo (-0,31pp). A R. A. Açores mantém o mesmo valor.

A relação de masculinidade é uma medida demográfica que avalia o número de homens por cada 100 mulheres e é utilizada para avaliar o equilíbrio de uma determinada população em função do género.

A relação de masculinidade tem vindo a decrescer sucessivamente ao longo das últimas décadas devido sobretudo à menor esperança de vida da população masculina e aos movimentos migratórios que têm sido mais intensos nos homens do que nas mulheres. Assim, na última década a evolução nacional deste indicador mantém a tendência de descida do passado, passando de 93 homens por cada 100 mulheres em 2001, para 92 em 2011.

Figura 9

Relação masculinidade



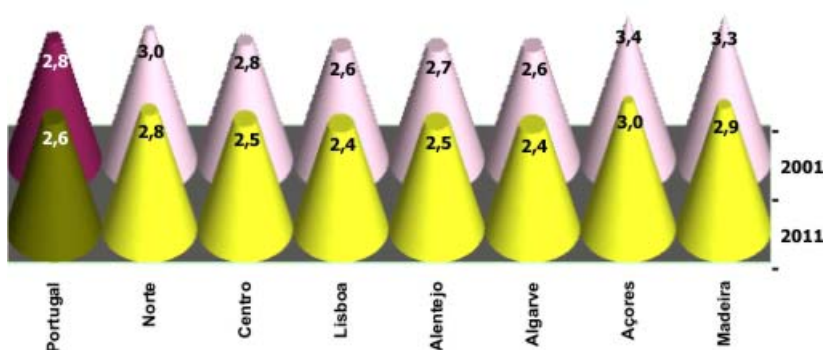
Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

A maioria das regiões NUTS II segue a tendência nacional de descida da relação de masculinidade entre um e dois pontos; a R.A. Madeira tem uma evolução ao contrário da nacional e das restantes regiões, pelo fato da relação de masculinidade aumentar um ponto em relação a 2001.

A dimensão média familiar também segue também a tendência das últimas décadas, no sentido de que as famílias são cada vez mais pequenas. Assim, a dimensão média familiar entre 2001 e 2011 passou de 2,8 pessoas por família para 2,6, conforme se pode verificar no Figura 10.

Figura 10

Nº. Médio de pessoas por família



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

A menor dimensão média familiar encontra-se em Lisboa e no Algarve, com 2,4 pessoas em ambas, enquanto a maior dimensão é a da R.A. Açores com 3,0 pessoas.

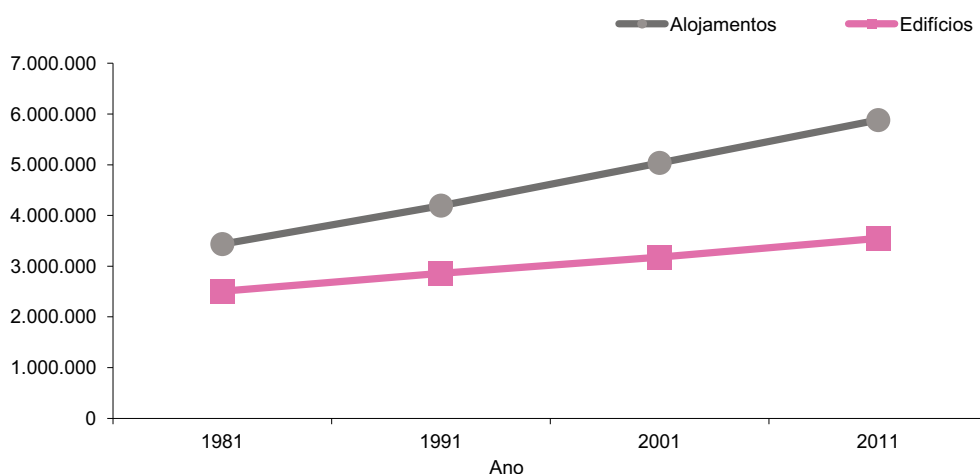
A evolução deste indicador a nível regional segue a mesma tendência nacional em todas as regiões, embora de forma mais acentuada numa do que noutras: as Regiões Autónomas são as que têm maior quebra na dimensão média familiar, com 4 décimas em cada uma.

3.2 A habitação e a sua relação com a população

A população e a habitação são duas componentes da atividade estatística que estão intimamente relacionadas, sobretudo pelo facto de que a habitação só tem razão de ser se houver população que a utilize. Daí que os desequilíbrios na relação, entre a população e a ocupação do parque habitacional disponível, tem sempre

Figura 11

Evolução de Alojamentos e Edifícios, 1981-2011



Fonte: INE, I.P., Censos 1981, 1991 e 2001, Resultados Preliminares dos Censos 2011

consequências que se repercutem na vivência quotidiana, em termos de conforto das famílias, racionalidade na oferta e procura de habitação, deslocações pendulares, etc.

A habitação tem vindo a crescer muito acima do crescimento da população nos últimos 30 anos. Os alojamentos passaram de cerca de 3,44 milhões em 1981 para cerca de 5,88 milhões em 2011, enquanto a população passou de 9,83 milhões para 10,56 milhões no mesmo período.

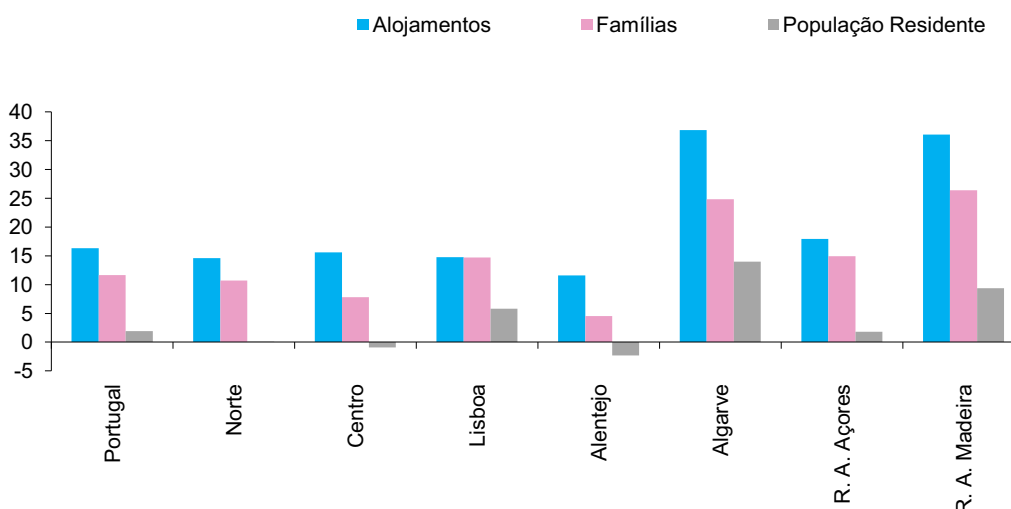
Os alojamentos e os edifícios constituem pois os maiores crescimentos protagonizados nestas décadas, como pode ser observado no Figura 11.

O crescimento dos edifícios é inferior ao dos alojamentos porque a dimensão média dos edifícios, em número de alojamentos, tem vindo a aumentar constantemente, passando de 1,37 em 1981 para 1,66 em 2011.

Contudo, se verificarmos a variação de alojamentos, famílias e população residente na última década (Figura 12), facilmente se percebe que estes crescimentos de alojamentos acontecem em todas as regiões, até com variações negativas na população.

Figura 12

Variação dos alojamentos, famílias e população residente entre 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

O número de alojamentos cresce em todas as regiões, correspondendo a mais 824.923 alojamentos do que em 2001.

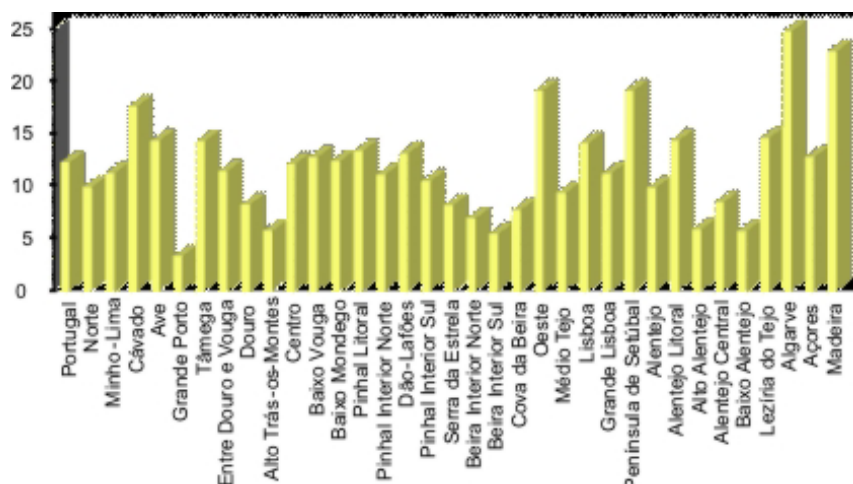
A par dos crescimentos dos alojamentos, superiores a 36% verificados no Algarve e na R.A. Madeira, temos também crescimentos de cerca de 15% no Norte e no Centro, onde a população praticamente estabilizou e até decresceu ligeiramente, nas respetivas regiões.

De notar também que o crescimento dos alojamentos é superior ao das famílias em todas as regiões, exceto a de Lisboa na qual é rigorosamente igual. Assim, a nível nacional prevalece um crescimento dos alojamentos de 16,3% contra um crescimento das famílias de 11,3%, o que faz crescer inevitavelmente o parque habitacional de utilização sazonal ou vago.

Os edifícios cresceram 12,4% na última década. Contudo, se observarmos com um pouco mais de pormenor (Figura 13) a ocupação do território que o crescimento dos edifícios permite a nível de NUTS III, então constata-se que todas estas sub-regiões apresentam crescimentos dos edifícios.

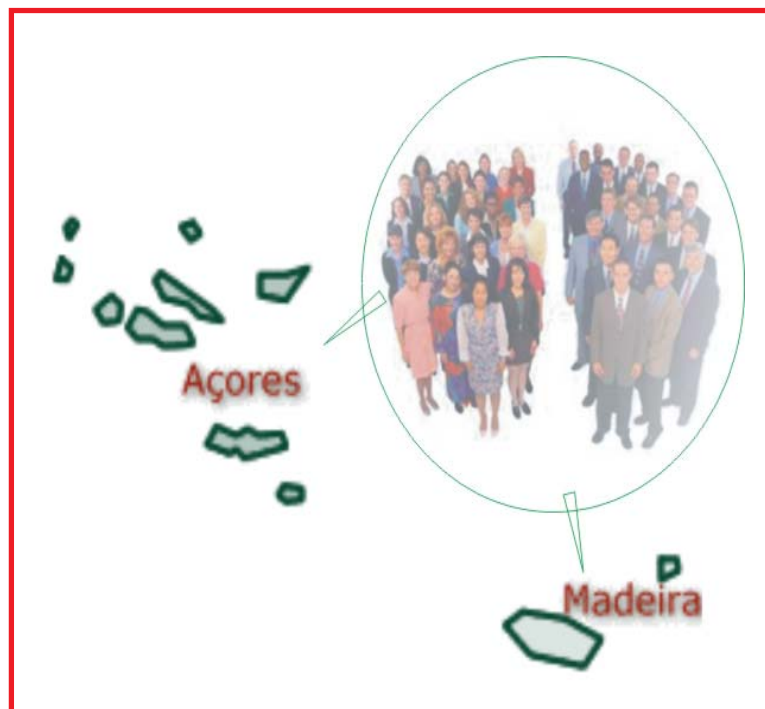
Figura 13

Variação de Edifícios por NUTS III, 2001-2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e Resultados Preliminares dos Censos 2011

Claro que se salientam os picos do Algarve e da R.A. Madeira, mas percebe-se como todas as NUTS III contribuíram para uma ocupação mais intensa do território. O Grande Porto é a sub-região que menos contribuiu para esta ocupação crescente do território pelo parque habitacional, embora também aqui este crescimento tenha sido de 3,4%



*A População das
Regiões
Insulares dos
Açores e da
Madeira em
2011*

Autora: Gilberta Pavão Nunes Rocha

grocha@uac.pt

Resumo:

Apresentamos uma análise da evolução demográfica recente dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, enquadradas no contexto da sua especificidade de regiões insulares. Realça-se as diferenças decorrentes das suas dimensões geográficas e diversidade interna, tanto a nível das ilhas, como dos municípios. Nas tendências populacionais dos dois arquipélagos observamos fundamentos distintos no seu crescimento, sendo que no primeiro caso é globalmente preponderante o movimento natural e no segundo o movimento migratório, factos que influenciam as suas dimensões familiares.

Palavras Chave: Ilhas, crescimento demográfico, movimentos natural e migratório, família.

Abstract:

We present a demographic evolution of the Azores and Madeira in the last years, framed in the context of their specificity as island regions. Highlights the differences from their geographical size and internal diversity, both within the islands, such as municipalities. We see distinct grounds in the population trends in each archipelago. In the Azores it is globally prominent natural movement and in Madeira the migration one, which has an important influence in their family size.

Key words: Islands, demographic growth, natural and migratory movements, family.

*The Islands of the
Azores and Madeira:
Population in 2011*

Tendo em conta os resultados preliminares do Censo de 2011 pretendemos apresentar a evolução recente da população dos Açores e da Madeira, duas regiões insulares que em 1976 viram consagrados os seus Estatutos de Regiões Autónomas. Justificaram-nos, em grande parte, a descontinuidade territorial face ao continente português e o consequente processo histórico e identitário, que configura igualmente as respetivas dinâmicas demográficas. Neste contexto, podemos encontrar elementos que caracterizam as tendências e permanências das regiões insulares, em especial quando se refere a sua pequena dimensão, o seu caráter por vezes periférico e os constrangimentos que daí decorrem para o desenvolvimento. (Baldacchino, 2007; King, 2010)

Ainda assim, as duas regiões registam diferenças muito significativas entre si, não só pela distância ao centro do poder político e económico nacional, de enorme relevância no passado, mas que se faz sentir ainda no presente, como pela homogeneidade interna da região madeirense, com duas ilhas num total de 798 Km², que não encontra, com efeito, correspondência na dos Açores, com as suas 9 ilhas que ocupam uma área de 2 322 Km². Neste sentido, após uma breve apresentação conjunta, faremos a análise de cada uma delas, cuja junção será retomada na conclusão. Centrar-nos-emos, fundamentalmente, na evolução dos efetivos populacionais, mas faremos ainda uma breve referência à dimensão familiar e aos alojamentos.

Nos últimos três momentos censitários - 1991, 2001 e 2011 - verifica-se que a Madeira regista um volume populacional sempre superior ao dos Açores, que em 2011 corresponde, respetivamente a 2,5% e 2,3% do total da população portuguesa¹. Esta diferença no número de habitantes, da ordem dos 21 000 residentes em 2011, atinge ainda outro significado quando se observa a Densidade Populacional Bruta, pois na Madeira esta apresenta quantitativos que são mais do triplo dos verificados nos Açores. Não podemos, assim, deixar de sublinhar a forte pressão demográfica existente no primeiro daqueles arquipélagos, também bastante superior à observada no conjunto nacional, com 107 Km², mas que, no entanto, não é muito distinta da de outras regiões insulares, designadamente das regiões ultraperiféricas da União Europeia - RUP, como é exemplo as Canárias com 282,5 Km² em 2009.

As desigualdades até agora referidas entre as duas regiões alargam-se quando observamos as tendências de crescimento populacional, pois enquanto nos Açores este se faz ao longo dos últimos vinte anos, ou seja, nos dois últimos dois períodos intercensitários, já na Madeira o forte acréscimo da última década é antecedido por um declínio não negligenciável durante os anos noventa. De sublinhar, igualmente, a diferença nos movimentos que o determinam. Conforme se pode constatar no Quadro 2, não só a Taxa de Crescimento Efetivo é bastante mais elevada na região madeirense, como nesta a responsabilidade do acréscimo cabe ao movimento migratório, contrariamente ao que acontece na região açoriana, cujo baixo crescimento efetivo depende unicamente de um movimento natural positivo. Ou seja, se os Açores têm na última década um crescimento demográfico relativamente insipiente, este deve-se a níveis de natalidade que superam os da mortalidade, sem que a região pareça conseguir afirmar-se como território atrativo para acolher novos residentes, tendência que parecia vir a acontecer desde o ano 2000 no que respeita aos estrangeiros (Rocha e outros, 2009). Já na Madeira passa-se o inverso, sendo que o aumento populacional dos últimos dez anos deve-se fundamentalmente à sua capacidade de atração por via dos movimentos migratórios, registando um movimento natural muito baixo, com uma taxa inferior a 1%.

Quadro 1

Evolução da população e densidade populacional por regiões, 1991; 2001 e 2011			
POPULAÇÃO	1991	2001	2011
AÇORES	237 795	241 763	246 102
MADEIRA	253 426	245 011	267 938
DENSIDADE	1991	2001	2011
AÇORES	102,4	104,1	106
MADEIRA	317,5	307	335,7

Fonte: INE, Censos da População 1991 e 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

¹ Esta não é a situação em todos os momentos censitários passados, pois só a partir de 1981 os Açores passam a registar uma população residente inferior à do arquipélago da Madeira.

Quadro 2

Saldos dos movimentos natural, migratório e efectivo, por regiões, 2001 - 2011

	Saldo Natural	Saldo Migratório	Crescimento Efectivo	Taxa de Crescimento Efectivo (%)	Taxa de Crescimento Natural (%)	Taxa de Crescimento Migratório (%)
AÇORES	4 783	-444	4 339	1,79	1,98	-0,18
MADEIRA	2 023	20 904	22 927	9,36	0,83	8,53

Fonte: INE, Resultados Preliminares do Censo de 2011

Neste contexto diferenciado na evolução demográfica recente, centrar-nos-emos em seguida, como anteriormente referimos, numa análise mais pormenorizada da evolução da população de cada um dos arquipélagos, das suas ilhas e municípios, dando especial realce ao último período intercensitário².

1 - OS AÇORES

A diferença entre os volumes populacionais das várias ilhas é o primeiro aspeto a sublinhar, com São Miguel a deter mais de metade da população do arquipélago, numa especificidade que encontra alguma correspondência na observada na Terceira, também sem outra ilha que se lhe assemelhe, embora tenha um quantitativo bem menor, inferior a 50% do de São Miguel; São Jorge com valores ainda mais baixos, com menos de 10 000 habitantes, cerca de 15 vezes menor do que esta última ilha e o Corvo com pouco mais de 400 habitantes. Por seu lado, o Faial e o Pico registam volumes populacionais que são relativamente semelhantes entre si, da ordem dos 15 000 residentes, podendo, de algum modo, dizer-se o mesmo no que respeita ao grupo formado por Santa Maria, Graciosa e Flores, ilhas com uma população que oscila entre os 3 500 e os 5 500 indivíduos.

Quadro 3

Evolução da população dos Açores, por ilha, 1991, 2001 e 2011

	1991	2001	2011
AÇORES	237 795	241 763	246 102
Santa Maria	5 922	5 578	5 547
São Miguel	125 915	131 609	137 699
Terceira	55 706	55 833	56 062
Graciosa	5 189	4 780	4 393
São Jorge	10 219	9 674	8 998
Pico	15 202	14 806	14 144
Faial	14 920	15 063	15 038
Flores	4 329	3 995	3 791
Corvo	393	425	430

Fonte: INE, Censos da População 1991, 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

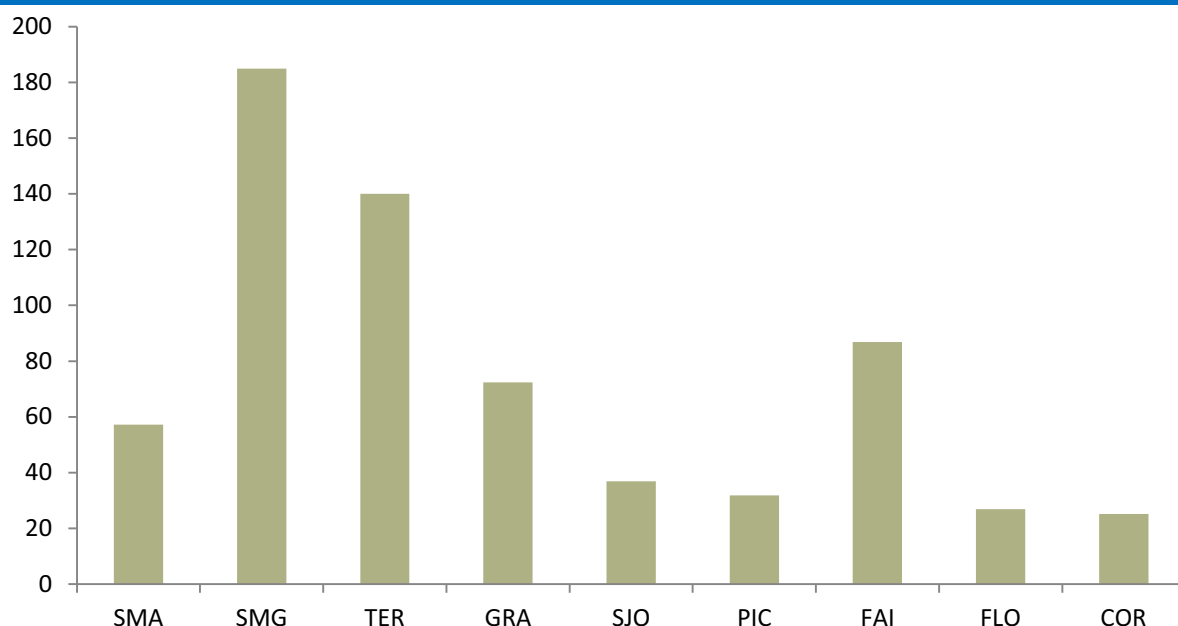
Esta diferenciação encontra a sua primeira justificação na dimensão geográfica, que é bastante distinta, embora não encontremos uma total correspondência entre a importância relativa do volume populacional e as superfícies das ilhas e, consequentemente, densidades populacionais brutas bastante desiguais, que apresentamos para o ano de 2011 (Figura 1). Todavia, a tendência de crescimento nestes anos de 1991 a 2001 e desta data para 2011 é igualmente distinta, verificando-se que o aumento respeita unicamente às ilhas de São Miguel, Terceira e Corvo. A concentração demográfica nas ilhas de maior volume e densidade populacional é, no entanto, uma realidade já antiga, que acompanha todo o período censitário (Rocha e Ferreira, 2010; Rocha, 2012). Com efeito, entre os anos de 1864 e de 2011, independentemente das alterações verificadas no seu interior - que em alguns é mais bastante expressiva - o aumento nas primeiras é de 31% para São Miguel, 22,5% na Terceira e de -5,4% em Santa Maria, enquanto as restantes registam declínios oscilam entre os 42% e os

64%. Neste sentido, a evolução observada no Corvo tem alguma especificidade, pois o acréscimo da sua população é recente, observável desde 1981, mas que ainda assim é cerca de metade do que detinha no século XIX e primeiras décadas da centúria passada (Rocha, 1991).

² No caso dos Açores, sobre o qual temos vindo a trabalhar há já largos anos, temos condições de avançar com explicações que mais dificilmente acontecerão na Madeira, seja porque ó pontualmente o fizemos, como por desconhecermos bibliografia similar de enquadramento social em muitos dos fenómenos analisados, com exceção dos estudos demográficos realizados por Isabel Tiago de Oliveira.

Figura 1

Densidade populacional nos Açores, por ilha, em 2011



Fonte: INE, Resultados Preliminares do Censo de 2011

Se a geografia, quer no respeito à dimensão territorial e orografia nos ajudam a compreender a diversidade populacional, quer em termos de volume, quer de densidade demográfica, a ela se deve juntar todo um processo histórico de desenvolvimento das ilhas que é diferenciado, não obstante tendências gerais comuns a todo o arquipélago, com a mobilidade, em especial a emigração, a ter um papel determinante (Rocha, 1991; Rocha, 2008; Rocha e Ferreira, 2008; Rocha e Ferreira, 2010).

A especificidade das suas localizações no contexto do arquipélago joga igualmente um papel determinante nas relações nacionais e internacionais que as ilhas estabelecem nos vários momentos históricos, configurando aumentos e declínios da população específicos, de que são um bom exemplo o forte aumento da população da ilha de Santa Maria, e mesmo da Terceira, nos anos quarenta do século XX, decorrentes da construção dos aeroportos internacionais de apoio aos aliados durante a 2ª guerra mundial, com repercussões demográficas que se estenderam na primeira daquelas ilhas até à atualidade. De modo semelhante se pode considerar a viragem de oitocentos no destino emigratório do sul para o norte do continente americano nas ilhas do grupo central – o triângulo Faial, Pico e São Jorge – que posteriormente se estenderam às restantes ilhas e que influenciaram toda a dinâmica emigratória açoriana, com efeitos significativos nas respetivas estruturas etárias e de sexo, em especial durante a segunda metade do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX, mas que contribuíram precocemente para acentuar o declínio e o envelhecimento demográfico que caracterizam algumas das ilhas no período mais recente.

Devemos ainda salientar, ainda que também de um modo breve, todo um enquadramento político e administrativo, de passado mais ou menos recente, que não se confina às alterações do processo autonómico que teve lugar em meados dos anos setenta do século passado. Se a institucionalização do regime autonómico pôs fim à existência dos distritos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada³, nos quais se localizavam as respetivas cidades capitais - os únicos centros urbanos à época - estas mantiveram o seu protagonismo na distribuição adotada para os diversos representantes e estrutura territorial do poder político⁴, facto que não deixa de influenciar a mobilidade interna observada nos anos subsequentes.

3 Ex-distrito de Angra do Heroísmo: ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge; ex-distrito da Horta: ilhas Faial, Pico, Flores e Corvo; ex-distrito de Ponta Delgada: ilhas de São Miguel e Santa Maria.

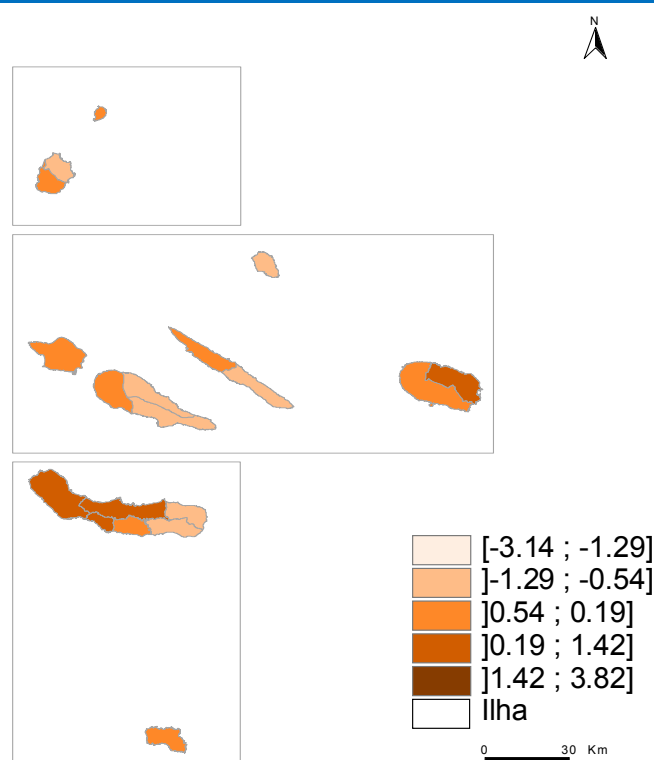
4 Na cidade de Angra do Heroísmo está a residência oficial do Represente da República (anteriormente Ministro da República); na Horta fica localizada a Assembleia Legislativa Regional; em Ponta Delgada a Presidência do Governo Regional, sendo que estas três cidades acolhem diferentes Secretarias Regionais.

Assim, além da singularidade de cada uma das ilhas, verificamos que não existe também uma homogeneidade no seu interior, dada a diversidade de situações de cada um dos seus municípios⁵. Observando os ritmos de crescimento⁶, constata-se não só os aumentos anteriormente assinalados para a última década, nos quais sobressaem o conjunto das ilhas de São Miguel, Terceira e Corvo, mas também a importância que a proximidade aos vários centros regionais tem no crescimento ou no declínio populacional dos vários municípios. Ressaltam, desde logo, os da Povoação e Nordeste, na ilha de São Miguel, os que mais distam do principal centro urbano, a cidade de Ponta Delgada no município do mesmo nome, cujas taxas, negativas, não encontram paralelo nos restantes municípios da ilha, antes se assemelham a outros das ilhas Graciosa, Pico, São Jorge ou Flores, cujo declínio, tal como o envelhecimento demográfico, há muito se faz sentir (Rocha e outros, 2008; Rocha e Ferreira, 2008).

Na mesma ilha de São Miguel realça-se o acréscimo da população do município da Ribeira Grande, com uma taxa de crescimento efetivo excecionalmente elevada, da ordem dos 12%, sendo que é nele que se localiza o outro centro urbano da ilha, com a cidade com o mesmo nome, de criação bem mais recente – 1981. É também nesta data que, na Terceira, a Vila da Praia da Vitória passa a cidade, sendo que o seu município apresenta na última década uma taxa de crescimento superior ao do outro município da ilha, onde se localiza a mais antiga cidade - Angra do Heroísmo. Se, como já afirmámos, o aumento e a concentração populacional nestas duas ilhas de maior dimensão e mais densamente povoadas, é um fenómeno antigo, já o mesmo não podemos dizer dos ritmos de crescimento no período de 2001 para 2011, no qual aumentam significativamente os municípios com centros urbanos relativamente recentes, evolução que cremos não poder ser dissociada da melhoria nas acessibilidades e no dinamismo económico que lhe tem estado associado.

Figura 2

População residente: taxa de crescimento anual médio por município - HM



Fonte: INE, Censo da População de 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

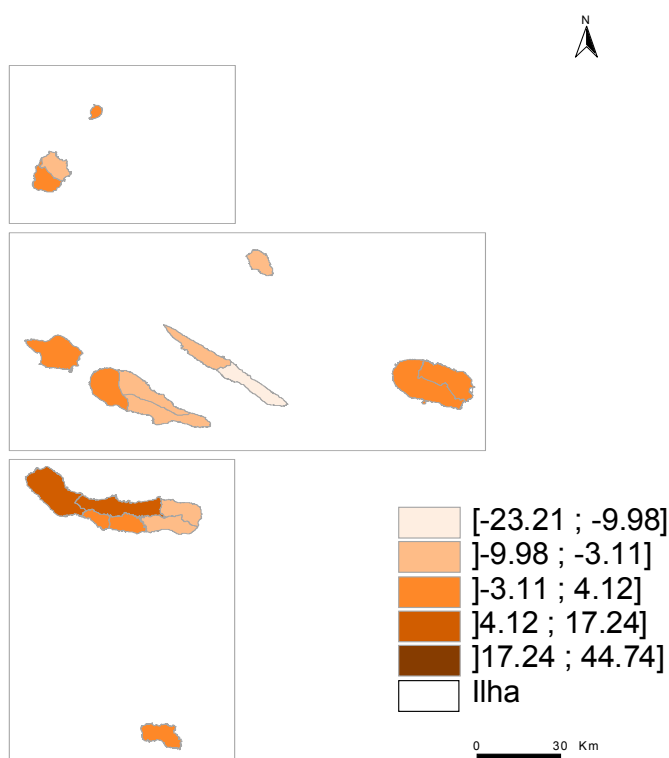
5 De sublinhar que há ilhas que são simultaneamente municípios (ilha de Santa Maria, município de Vila do Porto; ilha Graciosa, município de Santa Cruz; Ilha do Faial, município da Horta; ilha do Corvo, município de Vila Nova do Corvo) e que esta divisão não está associada unicamente à dimensão geográfica e demográfica, havendo ilhas com maior dimensão em qualquer uma destas vertentes que só têm um município e outras menores com mais do que um, facto que não deixa de se repercutir numa análise baseada em quantitativos reduzidos.

6 Confere Anexo I

As designadas ilhas do triângulo, pela sua proximidade geográfica estabelecem relações mais intensas e frequentes entre si, em especial a ilha do Faial, com o seu único município – a Horta, com o da Madalena na ilha do Pico e estes com o das Velas na ilha de São Jorge. Ainda que bastante atenuados estes não detêm os valores negativos que encontramos nos outros municípios da respetivas ilhas, como as das Lajes e São Roque, no Pico ou da Calheta em São Jorge, com maior distância à cidade da Horta e ao eixo de proximidade e de relacionamento que este tem com o município da Madalena, também ele facilitado por transportes mais frequentes.

Figura 3

Evolução da densidade populacional por município



Fonte: INE, Censo da População de 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

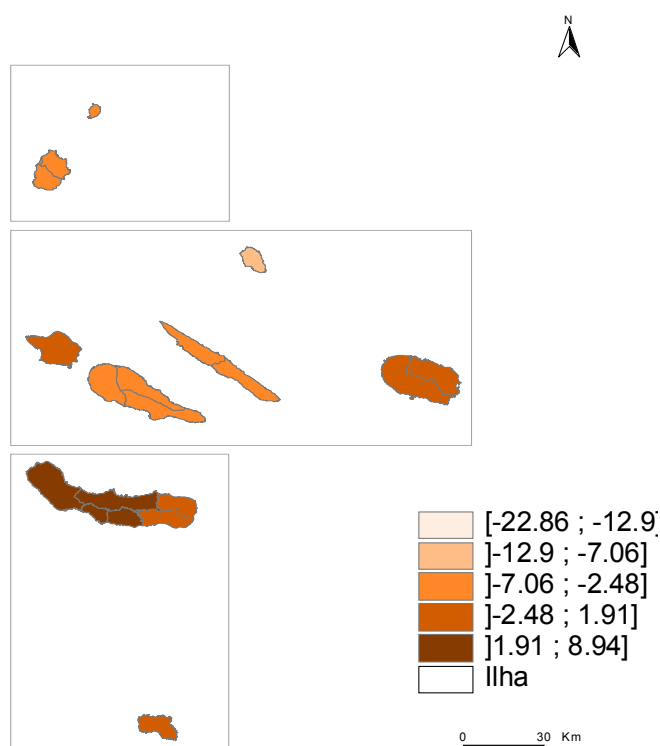
O mesmo efeito polarizador não parece existir no que respeita à ligação tradicional da Graciosa à Terceira, o mesmo acontecendo com o município da Calheta na zona este de São Jorge, sendo que estas eram as três ilhas que formavam o então distrito de Angra do Heroísmo, mas que não têm a proximidade geográfica anteriormente sublinhada para o Faial e Pico.

A exceção do Corvo (e até mesmo das Flores) não pode ser dissociada da pequenez territorial (17 km²) e volume demográfico e consequente inadequação ou reservas de interpretação dos indicadores demográficos, bem como à vontade política de a dotar com os serviços que permitem minimizar as diferenças com as populações das outras ilhas do arquipélago.

Olhando agora para o Crescimento Natural, a diversidade apresenta contornos não muito distintos, quer na comparação entre as ilhas, quer no seu interior, onde apenas em São Miguel surgem contrastes internos, apresentando os municípios da Povoação e Nordeste taxas negativas, mas que ainda assim são idênticas às observadas nas ilhas de Santa Maria, Terceira e Faial, isto é, inferiores aos valores encontrados para as restantes, em especial para a Graciosa, aquela em que o excesso do número de óbitos face aos nascimentos é mais significativo⁷.

Figura 4

População residente: taxa de crescimento natural - HM

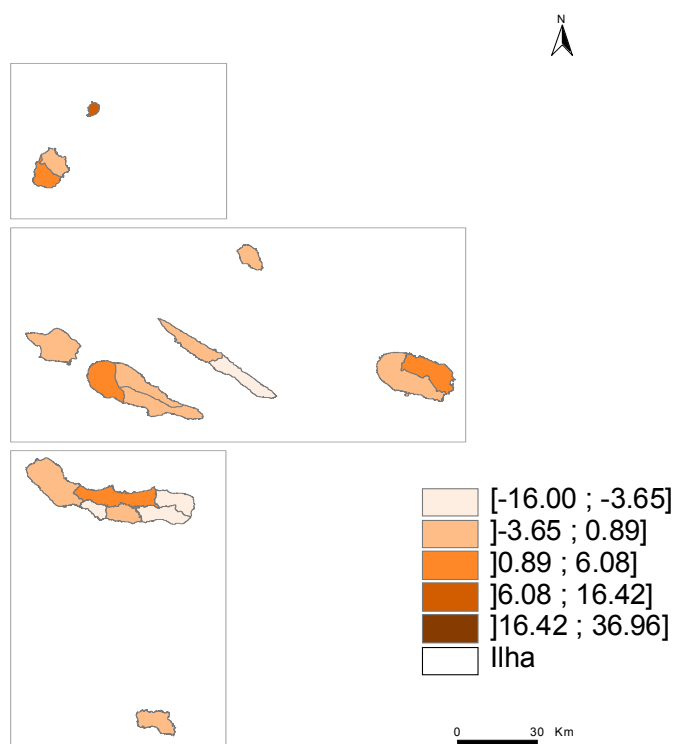


Fonte: INE, Censo da População de 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

Assim, o movimento natural positivo que identifica o arquipélago dos Açores - com uma taxa de 1,9% - no contexto nacional e muito especialmente na comparação com a Madeira, respeita quase que exclusivamente à ilha de São Miguel e aos seus municípios de Lagoa (6,8%), Ponta Delgada (4,2%), Ribeira Grande (8,9%) e Vila Franca do Campo (2,9%) e, ainda que com um valor mais baixo, o da Praia da Vitória (1%) na ilha Terceira. A sua representatividade numérica no conjunto justifica esta análise mais pormenorizada, que não sobressai na comparação regional (NUT II) na qual a especificidade de cada uma das parcelas não é visível. Se esta é uma situação válida para todas as regiões do país, não deixa de ser particularmente válida quando a descontinuidade e a dispersão territorial se impõem, isto é, quando estamos em presença de uma região insular. Dizer que é nos Açores que o movimento natural é mais expressivo, é um facto real mas que não permite uma cabal compreensão da sua sociedade, melhor das suas sociedades e das suas possibilidades de desenvolvimento. Como vimos respeita unicamente a 5 municípios, 4 dos quais na mesma ilha.

Figura 5

População residente: taxa de crescimento migratório - HM



Fonte: INE, Censo da População de 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

Atendendo agora ao movimento migratório verifica-se que ele é, entre 2001 e 2011, em termos globais, atenuadamente negativo, com uma taxa de $-0,18\%$, como vimos anteriormente⁸. Assim acontece nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge e em todos os respetivos municípios. No Corvo e em Santa Cruz das Flores, os quantitativos são da ordem dos 5% e 7%, respetivamente, situação que cremos não poder ser dissociada da pequenez de efetivos, como acima sublinhamos. De realçar as evoluções observadas nos municípios da Ribeira Grande (São Miguel), da Praia da Vitória (Terceira) e da Madalena (Pico), que registam Taxas de Crescimento Migratório expressivas, das mais elevadas - se excetuarmos os casos anteriormente referidos nas Flores e no Corvo – sendo que nos dois primeiros casos o seus crescimentos naturais são igualmente positivos, embora no caso do município micalense o valor para este último seja mais expressivo. Ou seja, alia uma diferença positivamente significativa entre os nascimentos e os óbitos e uma atração migratória, também positiva ainda que comparativamente mais ténue. Já na Praia da Vitória, a preponderância respeita mais à mobilidade do que ao movimento natural, em ambos as situações com valores inferiores aos registados pela Ribeira Grande. Na Madalena, a atração demográfica resultante de uma mobilidade positiva é, no entanto, bastante inferior à perda de população decorrente do excesso de óbitos face aos nascimentos.

De destacar ainda os fracos crescimentos apresentados pelos municípios da Horta e de Ponta Delgada, de 0,4% e 0,2%, respetivamente, mas que ainda assim superiores ao de Angra do Heroísmo, com uma diminuição de $-1,6\%$, já que estes acolhem as cidades mais antigas, ex-capitais de distrito, aspeto que consideramos importante, mas cuja compreensão apela para uma análise por freguesia, que não está nos objetivos do presente estudo. Não podemos também deixar de sublinhar que é nos concelhos da Povoação, Nordeste e Lagoa, em São Miguel, que as taxas negativas são mais expressivas, configurando uma ilha de contrastes que se acentuam.

A diferenciação por sexo é em 2011 equilibrada, conforme se pode observar na Figura 6, dentro dos padrões de referência, situação que se enquadra numa região e ilhas onde a mobilidade tem uma importância reduzida. No

entanto, ela encontra algumas exceções, pouco expressivas nos municípios da Ribeira Grande, com um quantitativo de 102% e Santa Cruz das Flores, com 107%, mas principalmente no Corvo, com 126%, ilha que uma vez mais evidencia a sua particularidade e a interferência que nela detêm as alterações consequentes aos seus reduzidos efetivos populacionais. Ainda assim, verificamos uma situação em que os homens são em maior número do que as mulheres, facto provavelmente resultante dos efeitos da mobilidade de entrada, preponderantemente masculina.

Esta diversidade demográfica, em termos sincrónicos e diacrónicos, não pode deixar de se repercutir na dimensão média da família que em 2011 é bastante distinta nas várias ilhas, de onde sobressai novamente a de São Miguel, em especial nos municípios de Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, com um quantitativo muito mais elevado, que justifica o posicionamento da região no contexto nacional, situação que também não é recente, não obstante o declínio generalizado quando comparado com passados mais ou menos recuados e que se estende igualmente á diversidade na estrutura etária e de sexo dos seus agregados familiares. (Rocha e outros, 2008).

Figura 6

Relação de masculinidade da população dos Açores, por município na ilha, em 2011

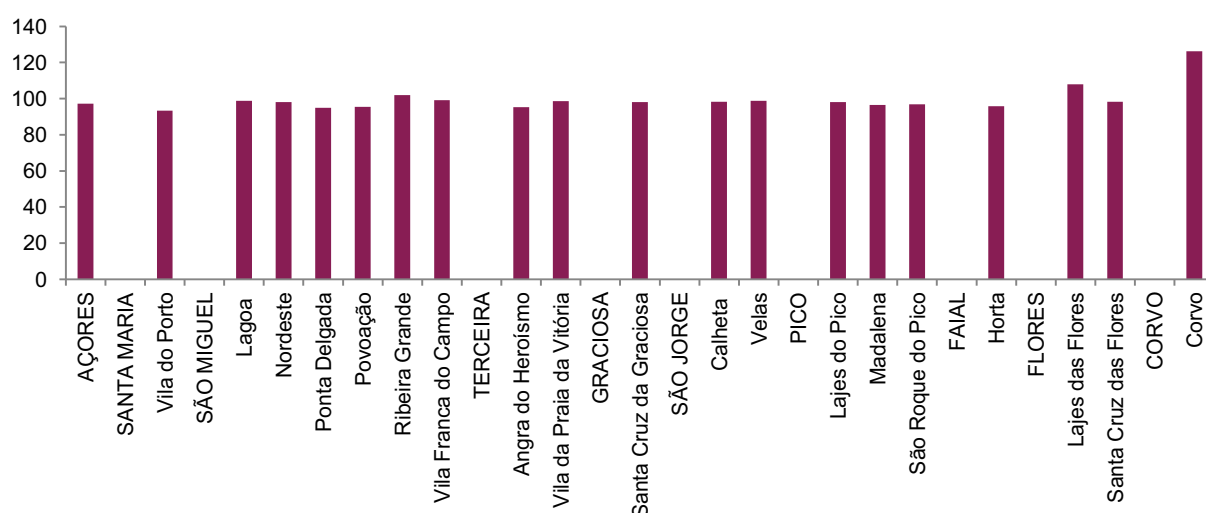
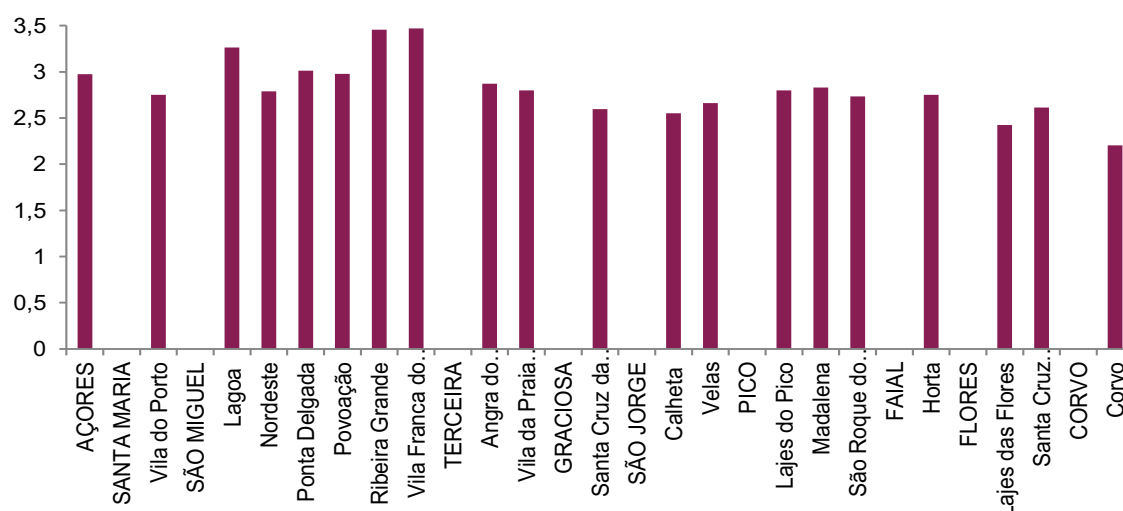


Figura 7

Dimensão média da família nos Açores, por município, na ilha, em 2011

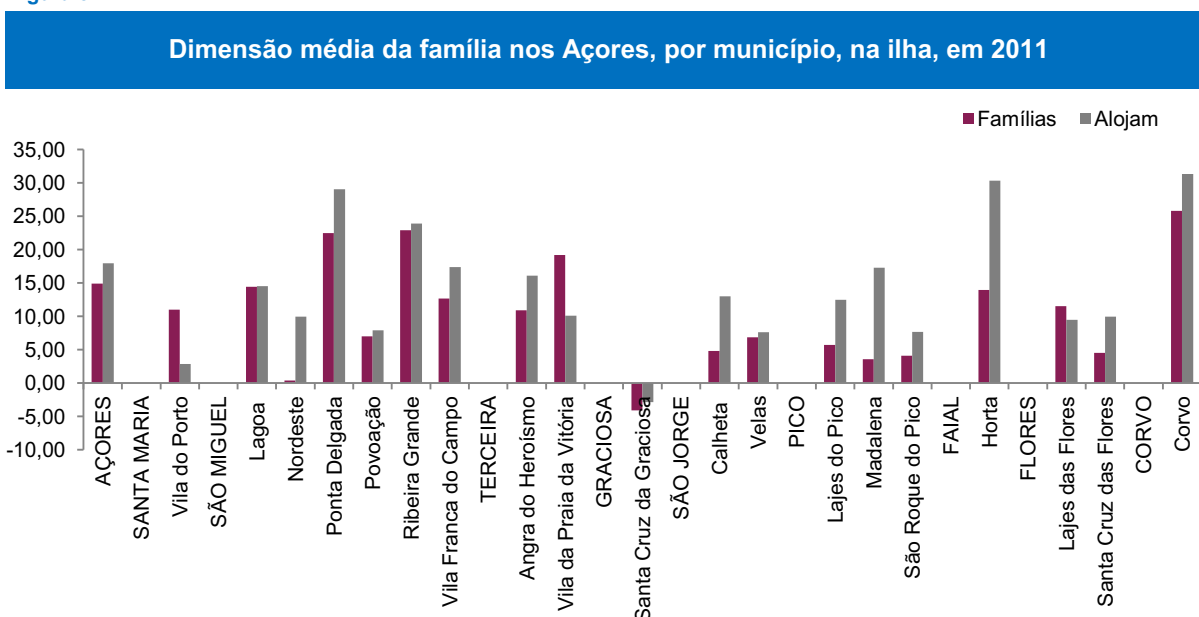


Fonte: INE, Resultados Preliminares do Censo de 2011

Se compararmos a evolução das famílias e dos alojamentos no último período censitário, constata-se que na maior parte dos casos estes cresceram mais do que as primeiras, ainda que com variações distintas, sendo

exceção Vila Porto e Praia da Vitória, este com um crescimento elevado, como vimos. Se uma comparação mais aprofundada depende de informação estatística que ainda não está disponível, julgamos legítimo afirmar que estas evoluções confirmam padrões de modernidade e melhoria nas condições de vida das respetivas populações.

Figura 8



Fonte: INE, Censo da População de 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

A tendência demográfica recente explicita, ainda, muitas das desigualdades já observadas nas diversas ilhas em períodos anteriores, que se estendem e aprofundam a muitos dos seus municípios, configurando uma região insular plural, que só em alguns casos parece inverter um passado de maior estagnação populacional.

2 - A MADEIRA

O contexto político nacional do arquipélago da Madeira é o de uma Região Autónoma desde 1976, que surge na sequência de um anterior distrito do Funchal, com sede na capital do mesmo nome, englobando as ilhas da Madeira e de Porto Santo, com dimensões geográficas e populacionais muito distintas, que, de algum modo, podemos comparar com ex-distrito de Ponta Delgada e as suas ilhas de São Miguel e Santa Maria. Com efeito, além de terem superfícies relativamente similares, algumas análises demográficas de Portugal, de âmbito distrital, realizadas no passado, identificam algumas similitudes entre estes ex-distritos (Nazareth, 1979; Bandeira, 1996), o mesmo acontecendo, posteriormente, no que respeita às ilhas de São Miguel e da Madeira se consideramos neste caso os estudos realizados por Isabel Tiago de Oliveira (Oliveira, 2004; 1999; 1997). Todavia, a diferença entre as duas ilhas da região madeirenses é ainda mais acentuada do que nas duas ilhas açorianas, com Porto Santo a deter um volume demográfico extremamente baixo, inferior ao da maioria dos concelhos da ilha da Madeira, mas cuja distância não é muito elevada, pelo menos se comparada com dispersão geográfica existente nos Açores.

Estamos, assim, em presença de uma região insular, com uma localização que não dista tanto do continente português e dos seus centros de decisão política e económica, sem grande dispersão geográfica e, consequentemente, com maiores facilidades de relacionamento entre as suas duas ilhas que a compõem, configurando uma situação de insularidade menos complexa e, porventura, menos acentuada do que a existente nos Açores. Neste sentido, a análise centrada na identificação da singularidade de cada uma das ilhas não pode ter a mesma relevância que demos no ponto anterior, justificando uma apresentação centrada fundamentalmente nos seus municípios.

Quadro 4

Evolução da população das ilhas e municípios da madeira em 1991, 2001 e 2011

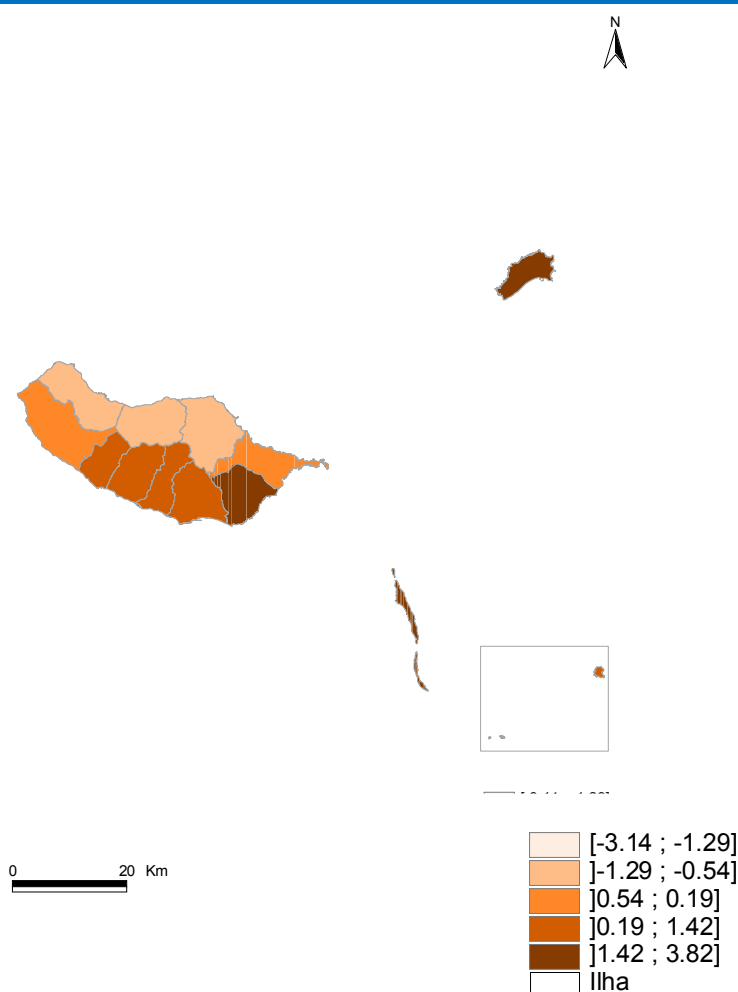
	1991	2001	2011
RAM	253 426	245 011	267 938
MADEIRA	248 720	240 537	262 456
Calheta	13 005	11 946	11 519
Câmara de Lobos	31 476	34 614	35 659
Funchal	115 403	103 961	112 015
Machico	22 016	21 747	21 803
Ponta do Sol	8 756	8 125	8 853
Porto Moniz	3 432	2 927	2 711
Ribeira Brava	13 170	12 494	13 362
Santa Cruz	23 465	29 721	43 018
Santana	10 302	8 804	7 795
São Vicente	7 695	6 198	5 721
PORTO SANTO	4 706	4 474	5 482

Fonte: INE, Censos da População de 1991 e 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

O crescimento do volume populacional regional na última década é bastante significativo, superior a 20 000 habitantes, mas que se fica por um quantitativo inferior, da ordem dos 13 000, quando comparamos com o aumento verificado entre 1991 e 2011, devido ao declínio registado nos anos noventa do século passado. Estes valores globais, determinados naturalmente pela preponderância da ilha da Madeira, têm correspondência na tendência observada na de Porto Santo e do seu único município, o que não acontece nos da Calheta, Porto Moniz, Santana e São Vicente naquela ilha, cujos declínios são uma constante nestes dois períodos. De salientar ainda a importância relativa do município do Funchal, que detém 42,7% da população do total da ilha e de 41,8% do conjunto da região em 2011, mas cujos valores em 1991 eram da ordem dos 46%.

Figura 9

População residente: taxa de crescimento anual médio por município - HM

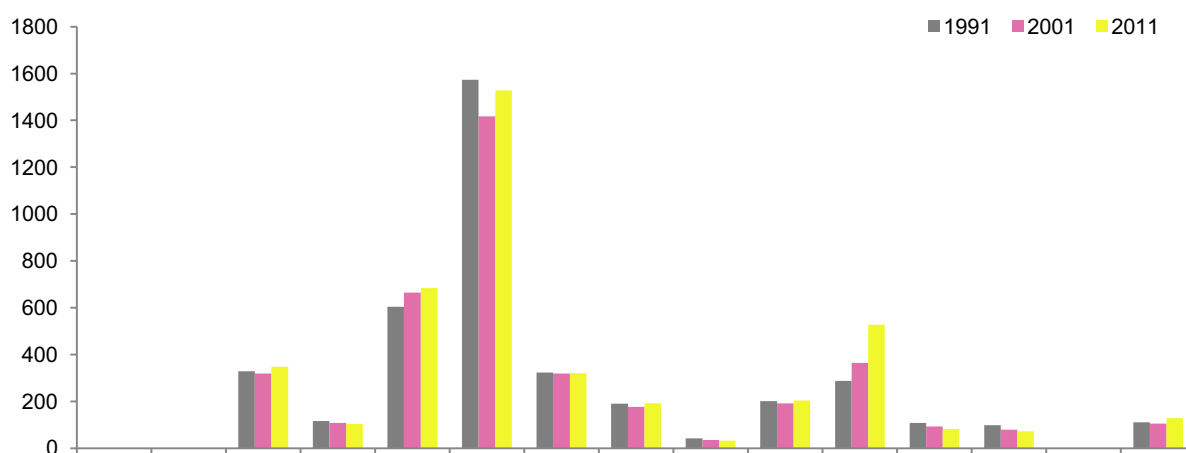


Fonte: INE, Censos da População de 1991 e 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

Uma análise dos ritmos de crescimento na primeira década deste século permite verificar evoluções diferenciadas e geograficamente bem localizadas, com taxas bastante elevadas, na ilha de Porto Santo e também no município de Santa Cruz, que confina a oeste com o do Funchal, que aumenta em mais de 40%. Em sentido inverso, temos os que registam taxas negativas e que se situam na costa norte da ilha da Madeira, designadamente os municípios de Porto Moniz, São Vicente e Santana. Observamos uma evolução de crescimento muito ténue nos que se situam nos extremos da ilha, Calheta a oeste e Machico a este, sobressaindo um aumento populacional mais consistente nos restantes municípios da costa sul: Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Ponta do Sol⁹.

Figura 10

Evolução da densidade populacional nas ilhas e municípios da Madeira - 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos da População de 1991 e 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

A dicotomia entre as costas norte e sul da ilha madeirense é antiga, embora na sua permanência possamos encontrar algumas diferenças face a um passado recente, que cremos fica bem evidenciada se atendermos à evolução das respetivas densidades populacionais. Com efeito, conforme se pode constatar na Figura 10, a elevada pressão demográfica regional, que assinalámos no início, superior a 300 habitantes por km², é uma realidade que respeita quase que exclusivamente ao município do Funchal, cuja ligeira atenuação dos anos mais recentes não lhe retira a excecionalidade dos cerca de 1500 habitantes por km². É, ainda que a uma grande distância, acompanhado pelos que lhe confinam, em primeiro lugar, Câmara de Lobos a este, com mais de 600 habitantes por km² e, mais recente, Santa Cruz a oeste, que passa de menos de 300 em 1991, para mais de 520 habitantes por km² em 2011. Independentemente de aspetos da orografia, que aqui não são considerados, e que poderão estar na base de algumas destas enormes desigualdades, não podemos deixar de sublinhar as diferenças face aos restantes municípios, principalmente Porto Moniz e Calheta, o primeiro que passa de 41 para 33 habitantes por km² e o segundo de 98 para 73 habitantes por km² entre 1991 e 2011. Configura-se, assim, uma distribuição territorial de enorme desigualdade cuja tendência de centra no município do Funchal, onde se localiza a cidade do mesmo nome e que nos últimos anos se expande para os espaços que se lhe confinam.

Situando agora a nossa análise no movimento natural, cujo valor global regional é bastante reduzido, ainda que positivo, a disparidade continua a existir, ainda que menor do que a nível do crescimento efetivo, com valores positivos elevados na ilha do Porto Santo (4,1%) e, principalmente, nos municípios limítrofes do Funchal: Câmara de Lobos, com uma taxa de 6,5% e Santa Cruz com 7,8%, enquanto em todos os outros se observa um maior número óbitos do que nascimentos. De sublinhar os já referidos municípios da costa norte – Porto Moniz, Santana e São Vicente, com quantitativos que oscilam entre -10,3%, no primeiro caso e os cerca de -7%, nos segundos¹⁰.

9 Confere Anexo II

10 Confere Anexo II

Figura 11

População residente: taxa de crescimento natural - HM

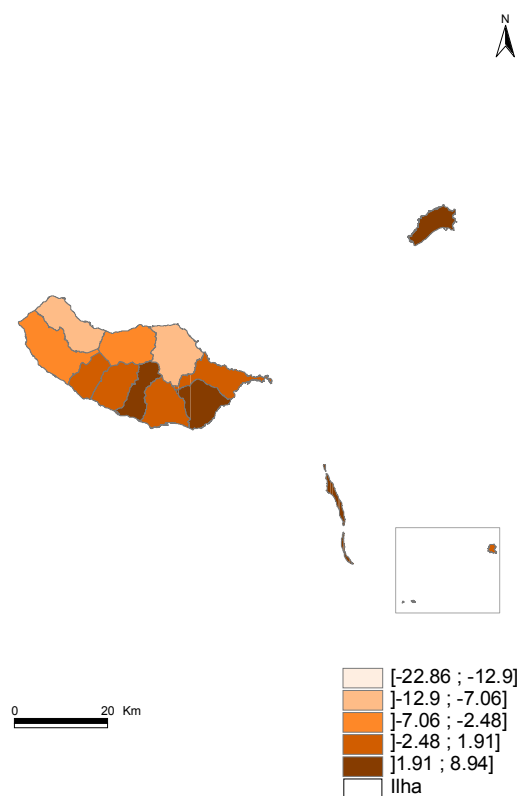
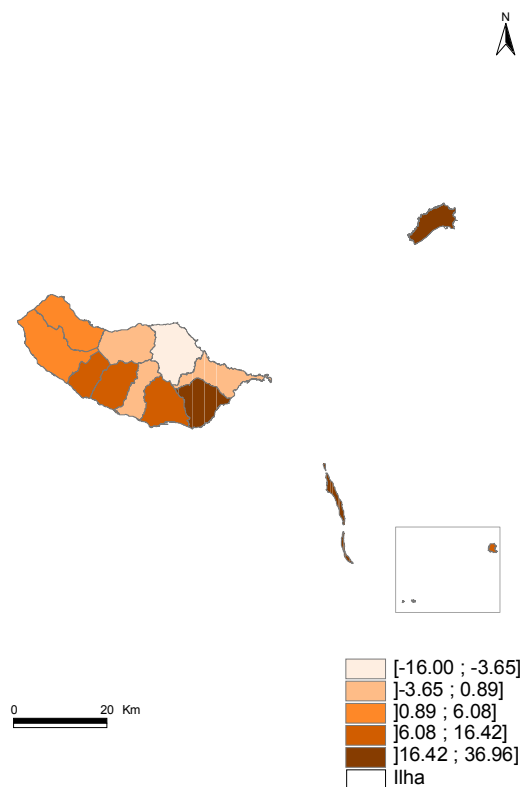


Figura 12

População residente: taxa de crescimento migratório - HM



Fonte: INE, Censo da População de 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

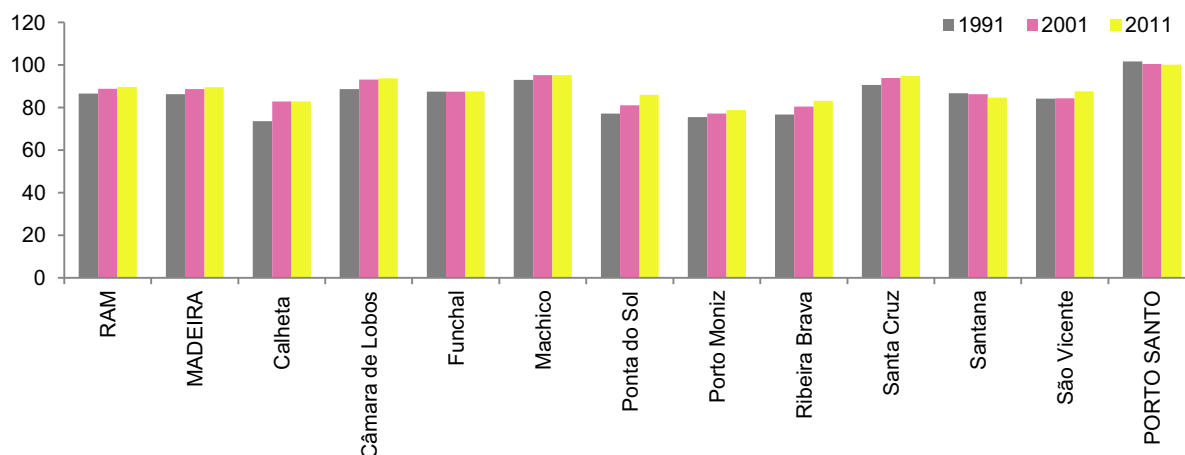
No que respeita ao movimento migratório, de que depende em maior parte o acréscimo populacional verificado na última década, a desigualdade é ainda mais expressiva, desde logo pelo elevado valor do município de Santa Cruz, com uma taxa de 36%, que não encontra semelhança em mais nenhum, pois mesmo na ilha de Porto Santo o quantitativo é cerca de metade, da ordem dos 18%. Os municípios do Funchal, Ponta do Sol e Ribeira Brava, na costa sul da ilha da Madeira registam aumentos em valor semelhante ao verificado para o conjunto do arquipélago, facto que não acontece com Câmara de Lobos, com uma taxa negativa e que assim consubstancia uma situação excecional, isto é, um município com um aumento unicamente dependente do movimento natural, que é expressivo. A sua proximidade ao Funchal, com que confina surge, assim, com efeitos bem distintos daqueles que observam no de Santa Cruz.¹¹

No que respeita à Relação de Masculinidade, verifica-se que, a par da generalizada melhoria entre 1991 e 2011, que em alguns se limita à última década do século passado, se assiste ainda a valores relativamente desequilibrados da ordem dos 80% em alguns dos municípios, precisamente aqueles que registavam Taxas de Crescimento Efetivo negativas ou fracas e baixas densidades populacionais, como são os casos de Calheta e Porto Moniz, mas que estão também presentes em outros de acréscimo mais expressivo como a Ribeira Brava e Ponta do Sol. Mesmo no Funchal os quantitativos não são muito elevados, sendo a grande exceção a ilha de Porto Santo.

¹¹ Confere Anexo II

Figura 13

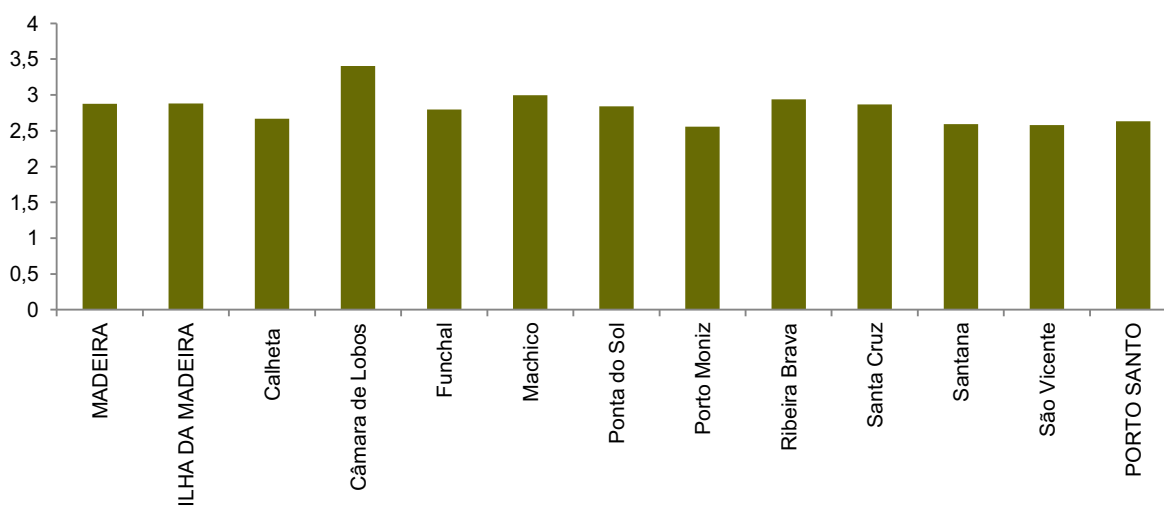
Evolução da relação de masculinidade das ilhas e municípios da Madeira - 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos da População de 1991 e 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011

Figura 14

Dimensão média da família na Madeira por ilha e município em 2011

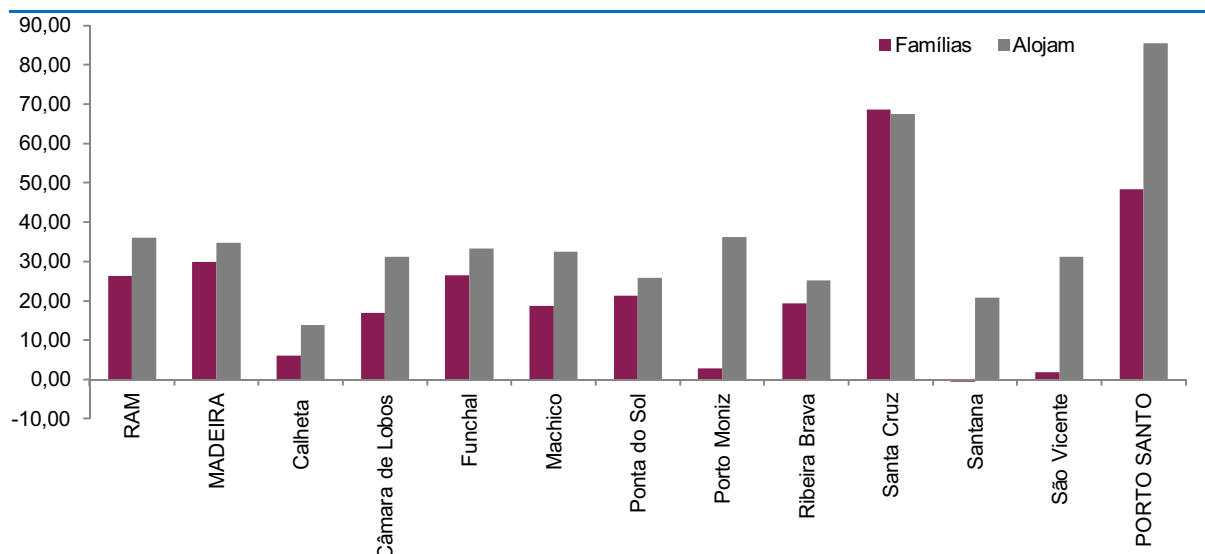


Fonte: INE, Resultados Preliminares do Censo de 2011

A singularidade de Câmara de Lobos e da importância que nele detém o movimento natural, está bem evidenciada na Figura 14, no qual apresentamos a dimensão média da família, de 3,4 indivíduos. Mesmo os municípios da Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico registam quantitativos bastante mais baixos de 2,9 e 3 indivíduos, enquanto a maioria se fica pelos 2,6.

Figura 15

Variação percentual das famílias e dos alojamentos na Madeira por ilha e município 2001 - 2011



Fonte: INE, Resultados Preliminares do Censo de 2011

A evolução do número de famílias e de alojamentos justificam uma análise mais pormenorizada, designadamente destes últimos, que no último período intercensitário apresentam ritmos de crescimento particularmente elevados, ainda que distintos entre si. Destacam-se os casos de Porto Santo e Santa Cruz, com respetivamente, 85,5%

Quadro 5

Grupos de crescimento populacional nas ilhas e nos municípios dos Açores e da Madeira de 2001 a 2011

Grupos de crescimento	Taxas de crescimento natural migratório (%)		Municípios
Crescimento moderado	TCN	+3,0	Santa Maria
	TCM	-0,5	Terceira
			Faial
			São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca)
Declínio acentuado			Madeira (Câmara de Lobos, Machico)
	TCN	-5,2	São Miguel (Nordeste e Povoação)
	TCM	-0,7	Graciosa
			S. Jorge
			Pico
			Flores
			Corvo
Crescimento acentuado			Madeira (Calheta, Porto Moniz, Santana, São Vicente)
	TCN	+0,6	Madeira (Funchal, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Porto Santo)
Crescimento muito acentuado	TCM	+11,0	
	TCN	+7,8	Santa Cruz
	TCM	+37,0	

Fonte: INE, Resultados Preliminares do Censo de 2011

e 67,5%. De sublinhar, no entanto, a tendência distinta observada neste último município, onde a evolução das famílias são superiores às dos alojamentos.

Uma análise global e comparada da evolução demográfica dos dois arquipélagos, as suas ilhas e municípios no período de 2001 a 2011, permite-nos considerar quatro zonas de homogeneidade: crescimento moderado; declínio acentuado; crescimento acentuado e muito acentuado, tendo em conta separadamente as taxas de crescimento natural e migratório.

No primeiro cluster, de crescimento moderado, fundamentalmente dependente do movimento natural, temos as ilhas açorianas de população mais jovem, de maior dimensão e mais densamente povoadas, como São Miguel e Terceira e até mesmo Faial, a que se acrescenta Santa Maria, que sendo uma em declínio demográfico distingue-se das outras que registam quebras mais acentuadas. A elas se acrescentam os municípios madeirenses de Câmara de Lobos e Machico, que configuram uma situação intermédia no respetivo contexto regional.

Um segundo cluster, de declínio acentuado, resultante em grande parte de um movimento natural negativamente expressivo, mas também com um movimento migratório preponderantemente de saídas, onde se englobam os dois municípios da ilha de São Miguel - Povoação e Nordeste - as restantes ilhas dos Açores e os municípios da costa norte da ilha da Madeira.

Um terceiro cluster, de crescimento acentuado, no qual se releva a importância da mobilidade, e que corresponde à generalidade dos municípios da costa sul da ilha da Madeira e à ilha de Porto Santo.

Um quarto cluster formado unicamente pelo município de Santa Cruz, a oeste do Funchal, com um crescimento muito elevado, que associa um elevado acréscimo do movimento natural a uma atração de novos residentes perfeitamente ímpar.

Da análise efetuada sobressai uma diferença, que entendemos ser significativa, na evolução demográfica das duas regiões insulares portuguesas, resultante em grande parte da geografia. Na Madeira, apesar da grande desigualdade entre as suas costas norte e sul, em especial no que respeita à forte densificação dos municípios que integram ou estão próximo do único centro urbano, parece existir menos constrangimentos ao crescimento e entrada na modernidade, ainda que esta se apresente relativamente tardia no contexto nacional e internacional, situação que não podemos dissociar da sua maior proximidade dos centros de decisão, principalmente, a nível económico, e consequente acessibilidade e facilidade nos transportes de pessoas e bens. Nos Açores, por seu lado, verificando-se igualmente um crescimento associado à dimensão e atração dos centros urbanos, nomeadamente os de criação mais recente, não têm conseguido ultrapassar os efeitos da sua vasta área e dispersão geográfica, que configuram uma mais expressiva insularidade.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

BALDACCHINO, Godfrey. (Ed.) (2007), *A World of Islands*, Charlottetown, University of Prince Edward Island, Institute of Island Studies.

Bandeira, Mário Leston, (1996) *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

KING, Russell (2010), "A geografia, as ilhas e as migrações numa era de mobilidade global", in Lucinda Fonseca (org) *Conferência Internacional - Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD): 27-62.

NAZARETH, J. Manuel (1979), *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais

OLIVEIRA, Isabel Tiago de (2004), "A Transição da Fecundidade nas ilhas da Madeira e de S. Miguel in *Revista de Demografia Histórica*, vol. XXII, Zaragoza, Associação de Demografia Histórica (ADEH): 85-104.

Oliveira, Isabel Tiago, 1999. "A ilha da Madeira. Transição demográfica e Emigração", *População e Sociedade*, 1999, n.º 5: 25-59.

OLIVEIRA, Isabel Tiago (1997), *Transição demográfica e emigração nas ilhas portuguesas*, Universidade Nova de Lisboa, FCSH (tese de mestrado, policopiada).

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (1991), *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX – Unidade. Permanência. Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (2008), "Crescimento da população e os novos destinos da emigração", in Matos, Artur T., Meneses, Avelino de F. de e Leite, J. G. Reis (Dirs.), *História dos Açores*, Vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura: 265-305.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes e FERREIRA, Eduardo (2008), "População e circulação de pessoas", in Matos, Artur T., Meneses, Avelino de F. de e Leite, J. G. Reis (Dirs.), *História dos Açores*, Vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura: 581-610.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, MEDEIROS, Octávio, FERREIRA, Eduardo (2009), *Perfis e Trajectórias dos Imigrantes nos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores/ Governo dos Açores, Direcção Regional das Comunidades.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (2008), "Famílias, Crianças e Jovens nos Açores" in Rocha, Gilberta P.N; Medeiros, Octávio H. R.; Diogo, Fernando; Diogo; Ana M., *Socializações Alternativas*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores:39-72.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes e FERREIRA, Eduardo (2010), "Territórios e dinâmicas migratórias nos Açores" in *Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais (CET)/ISCTE-IUL: 97-110.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, FERREIRA, Eduardo, MENDES, Derrick (2011) *Entre dois mundos - emigração e regresso aos Açores*, Ponta Delgada, Governo dos Açores - Direcção Regional das Comunidades/ Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (2012) "Concentração demográfica em espaço insular: os Açores, 1864-2011", in *Volume Especial da Associação de Demografia Histórica (ADEH)*, (no prelo)

Anexo I

Taxas de crescimento efetivo, natural e migratório nos Açores, por município, entre 2001 e 2011

	Taxa de Crescimento Efetivo	Taxa de Crescimento Natural	Taxa de Crescimento Migratório
Açores	1,79	1,98	-0,18
Vila do Porto	-0,56	0,00	-0,56
Lagoa	2,15	6,75	-4,60
Nordeste	-7,01	-1,68	-5,33
Ponta Delgada	4,39	4,15	0,24
Povoação	-6,13	-1,00	-5,13
Ribeira Grande	12,54	8,94	3,60
Vila Franca do Campo	0,94	2,89	-1,95
Angra do Heroísmo	-1,70	-0,11	-1,59
Vila da Praia da Vitória	4,12	1,00	3,12
Santa Cruz da Graciosa	-8,10	-7,34	-0,75
Calheta	-11,11	-2,85	-8,26
Velas	-4,00	-4,73	0,73
Lajes do Pico	-6,74	-6,29	-0,46
Madalena	-1,42	-4,34	2,92
São Roque do Pico	-6,48	-4,44	-2,04
Horta	-0,17	-0,57	0,40
Lajes das Flores	0,07	-5,19	5,26
Santa Cruz das Flores	-8,22	-4,61	-3,61
Corvo	1,18	-5,65	6,82

Fonte: INE, Resultados Preliminares do Censo de 2011

Anexo II

Taxas de crescimento efetivo, natural e migratório na Madeira, por município, entre 2001 e 2011

	Taxa de Crescimento Efetivo	Taxa de Crescimento Natural	Taxa de Crescimento Migratório
RA Madeira	9,36	0,83	8,53
Calheta	-3,57	-5,86	2,29
Câmara de Lobos	3,02	6,46	-3,44
Funchal	7,75	-0,65	8,40
Machico	0,26	0,49	-0,23
Ponta do Sol	8,96	-0,74	9,70
Porto Moniz	-7,38	-10,32	2,94
Ribeira Brava	6,95	-0,30	7,25
Santa Cruz	44,74	7,78	36,96
Santana	-11,46	-7,20	-4,26
São Vicente	-7,70	-6,49	-1,21
Porto Santo	22,53	4,09	18,44

Fonte: INE, Resultados Preliminares do Censo de 2011



2011 SUL:
Quantos somos?
Onde vivemos?

Autoras: Maria Filomena Mendes - mmendes@uevora.pt

Maria da Graça Magalhães - mgraca.magalhaes@ine.pt

Resumo:

Para efeitos de análise das actuais (des)continuidades demográficas reveladas pelos Censos 2011, o País foi subdividido em regiões com algum sentido demográfico em função das tendências verificadas nas últimas décadas: autonomizaram-se as regiões com características populacionais mais específicas (Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira); o restante território foi separado entre um Norte e Centro Litoral versus um Norte e Centro Interior; e, ainda, um Sul que abarca todo o espaço a sul do Tejo não abrangido pela Área Metropolitana de Lisboa.

O presente estudo ocupou-se desta última região. No vasto Sul, avalíamos a alteração ou continuidade das tendências passadas, nomeadamente, no respeitante ao crescimento da população, despovoamento, dinamismo endógeno e actividade de fluxos migratórios, capacidade de atractividade populacional das zonas urbanas em contraste com a das rurais. Observámos, igualmente, as diferenças nas variações do número e dimensão das famílias, de alojamentos e de edifícios registadas entre 2001 e 2011.

Finalmente, partindo do pressuposto de que o incremento ou declínio populacional resultam do efeito combinado dos comportamentos de natalidade e mortalidade compensados pelos (des)equilíbrios entre imigração e emigração, identificámos zonas territoriais com comportamentos similares entre si, em termos de crescimento natural e migratório.

Palavras Chave: Dinâmicas populacionais, declínio demográfico, despovoamento, Portugal, Sul, Alentejo, Algarve.

South: How many are
we? Where do we live?

Abstract:

For the purpose of the analysis of demographics (dis) continuities revealed by the 2011 Census in Portugal, the whole country was subdivided into different regions according to demographic trends showed in recent decades: firstly, the regions with more specific population characteristics (Metropolitan Areas of Lisbon and Oporto and the Azores and Madeira Islands), secondly, the remaining territory separated between a North and Central Coastal versus a Northern and Central Interior, and in addition a South that encompasses the entire south of the Tagus area not covered by Lisbon Metropolitan Region.

This study took up the latter region. In the vast South, we evaluated the change or continuation of past trends, particularly with regard to population, depopulation, dynamism and activity of endogenous migration flows, ability attractiveness of urban population in contrast to rural. We observed also the differences in variations in the number and size of households, housing and buildings recorded between 2001 and 2011.

Finally, assuming that the growth or population decline resulting from the combined effect of birth patterns and mortality offset by (un) balance between immigration and emigration, we have identified areas with territorial behaviours similar to each other in terms of natural growth and migration.

Key words: Population dynamics, demographic decline, depopulation, Portugal, South, Alentejo, Algarve.

INTRODUÇÃO

A análise aqui efectuada é meramente descritiva e pretende demonstrar como, a partir dos primeiros resultados dos Censos 2011, divulgados pelo INE três meses após o início da operação censitária como resultados preliminares, se pode extrair um vasto conhecimento não apenas sobre a situação demográfica em 2011, como também em relação à evolução do crescimento ou declínio da população, sua distribuição no espaço, estimação de comportamentos diferenciados, em termos de balanço entre nascimentos e óbitos, e de divergentes ou convergentes fluxos migratórios. Permite-nos ainda, um primeiro olhar sobre as mudanças ao nível do número de famílias, alojamentos e edifícios contabilizados neste último censo, uma vez que conjuntamente com o levantamento populacional se procedeu em simultâneo ao recenseamento da habitação.

É também nosso objectivo fomentar o interesse dos portugueses para as possibilidades de análise com base em toda a informação que o enorme manancial de dados recolhidos nesta colossal operação estatística possibilita, e para as leituras sobre a demografia portuguesa que a partir deles se tornam possíveis, de modo a melhor conhecermos a nossa população.

O facto de admitirmos que quer a informação recolhida, quer a metodologia de contagem são reguladas por um rigoroso controlo de qualidade, permite-nos esperar que os resultados da nossa análise venham a ser muito próximos dos efectuados a partir dos dados definitivos. A margem de erro deverá ser diminuta pelo que admitimos a fiabilidade e acuidade das nossas conclusões face aos resultados definitivos que foram disponibilizados no final de 2012.

Obviamente, as variáveis que poderão revelar-se explicativas das tendências agora observadas serão analisadas mais tarde, após a divulgação dos dados provisórios e definitivos que incluem informação detalhada sobre determinadas características dos indivíduos residentes no País, tais como a idade, o estado civil, o grau de instrução, a condição perante o trabalho, a naturalidade, entre outras. Acrescem a estas, informações fundamentais sobre os núcleos familiares, as famílias e as habitações.

Assim, neste estudo, identificaremos a situação da população em 2011 de acordo com os dados disponíveis à data, ou seja, em termos de população residente e população presente, densidade populacional, número de famílias, alojamentos e edifícios; assinalaremos as continuidades ou descontinuidades demográficas num dado território, em função do crescimento efectivo verificado ao longo da última década, enquanto resultado do balanço entre os efeitos da natalidade, mortalidade e migrações líquidas; estudaremos, para além do declínio, o despovoamento e as tendências de concentração populacional; avaliaremos os movimentos populacionais, segundo as tipologias rural-urbano; finalmente, terminaremos com uma abordagem muito simples das mudanças visíveis em termos agregados no respeitante às famílias, alojamentos e edifícios.

A análise será realizada num primeiro momento ao nível da região em estudo, sendo em seguida detalhada a níveis mais desagregados, NUTSII, NUTSIII1 e município.

No pressuposto de que através de procedimentos estatísticos podemos classificar, por identificação das semelhanças e dissemelhanças, as nossas observações, organizando posteriormente essa informação em grupos relativamente homogéneos, explorámos a possibilidade de encontrar agrupamentos de municípios que se agreguem em função de diferentes características de crescimento demográfico e se tornem independentes entre si.

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA EM 2011

a. População residente e população presente

Em 2011, a população residente em Portugal era, de acordo com os resultados preliminares dos censos, 10 555 853 habitantes, estando presentes no País, no momento censitário², apenas 10 476 291 indivíduos. Ou seja, 79 562 pessoas não estavam presentes aquando do recenseamento evidenciando assim uma diferença positiva entre a população residente e a população presente de aproximadamente 0,8%.

¹ NUTS 2002

² O momento censitário reportou-se às 0:00 horas do dia 20 de Março de 2011

A população portuguesa caracteriza-se por uma densidade populacional de 114 habitantes por km², constituindo 4 079 577 famílias, residindo em 5 879 845 alojamentos e ocupando 3 550 823 edifícios (ver Quadro 1).

Quadro 1

População residente, população presente, densidade populacional, famílias, alojamentos e edifícios no SUL, em 2011						
NUTS III	População residente	População presente	Densidade	Famílias	Alojamentos	Edifícios
Portugal	10 555 853	10 476 291	114	4 079 577	5 879 845	3 550 823
SUL	1 209 223	1 224 986	33	492 663	853 857	585 272
Alentejo	758 739	749 766	24	306 207	472 831	384 791
Alentejo Litoral	97 918	97 284	18	41 214	68 792	53 702
Alto Alentejo	118 858	117 245	19	48 076	81 974	68 420
Alentejo Central	167 528	166 833	23	67 997	99 280	80 315
Baixo Alentejo	126 602	125 292	15	50 999	85 018	75 111
Lezíria do Tejo	247 833	243 112	58	97 921	137 767	107 243
Algarve	450 484	475 220	90	186 456	381 026	200 481

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

A região que ao longo do estudo designamos por SUL é composta por duas grandes regiões, NUTS II, o Alentejo e o Algarve. Apenas a Região Alentejo se subdivide em NUTSIII, compreendendo 5 destas sub-regiões: Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo. No Algarve, o território abrangido pela NUTSIII coincide com o da NUTSII.

De acordo com os dados preliminares dos censos 2011, residiam a sul do país 1 209 223 habitantes, representando assim 11,5% da população nacional. A população presente à data do momento censitário era igual a 1 224 986 indivíduos. Contrariamente ao registado em Portugal, a população presente era superior à residente em 1,3%.

Em termos de NUTSII, no Alentejo, com uma população residente de 758 739 indivíduos, encontravam-se presentes apenas 749 766 habitantes, (uma diferença de - 8 973 habitantes). No Algarve residiam 450 484 habitantes e estavam presentes na região, à data dos censos, 475 220 indivíduos (+ 24 736).

A população residente no Alentejo, distribuía-se, por NUTSIII, entre o Alentejo Litoral, num total de 97 918 residentes, no Alto Alentejo, 118 858, no Alentejo Central, 167 528, no Baixo Alentejo, 126 602 e na Lezíria do Tejo, 247 833. Em todas as NUTSIII a população residente era superior à presente.

b. Densidade Populacional

O SUL ocupa uma área de 36601,71 km², o que corresponde a cerca de 40% (39,7) do território nacional e a 41,1% do território continental. Apesar de se estender por uma área tão vasta, esta região era bastante menos povoada, com uma densidade populacional de 33 habitantes por km² contrastando com a do País que, como referimos, atingia os 114 habitantes por km². Na região SUL a distribuição da população era ainda mais rarefeita no Alentejo, caracterizado por uma densidade de 24 hab/km², com valores que variavam entre 15 hab/km² no Baixo Alentejo e 58 hab/km² na Lezíria do Tejo.

Historicamente, toda a região Alentejo é fracamente povoada. Na verdade, em 2011, a densidade populacional no Baixo Alentejo era muito semelhante à registada no Alentejo Litoral, 18 hab/km², e do Alto Alentejo, 19 hab/km². Apenas o Alentejo Central apresentava uma densidade ligeiramente mais elevada e igual a 23 hab/km².

Porém, a região da Lezíria do Tejo, integrada na NUTSII Alentejo somente a partir de 2002, mostrou-se bastante diferente neste contexto, com uma densidade populacional alcançando mais do dobro em termos de número de habitantes por km² (58), sendo, igualmente, a região mais populosa de todo o Alentejo (247 833 habitantes).

Finalmente, registamos que, no que se refere ao SUL, a população encontrava-se claramente mais concentrada no Algarve, que apresentava, na mesma data, uma densidade de 90 hab/km².

c. Famílias, alojamentos e edifícios

O número de famílias na região em estudo era, em 2011, igual a 492 663, representando 12,1% do total nacional. Se quase meio milhão de famílias residiam no SUL, a sua repartição fazia-se entre aproximadamente 300 000 no Alentejo (62%) e cerca de 180 000 no Algarve (38%). Estas famílias distribuíam-se ainda, em função das diferentes NUTSIII, entre 41 214 no Alentejo Litoral (8,4%), 48 076 no Alto Alentejo (9,8%) e 50 999 no Baixo Alentejo (10,4%), ou seja, o número de famílias no Litoral, no Norte Alentejano e no Baixo Alentejo era muito similar; o Alentejo Central alojava um número superior de famílias, 67 997 famílias, representando 13,8%; e, na Lezíria do Tejo o número de famílias era ainda mais elevado, 97 921 correspondendo a 19,9% do total das famílias domiciliadas no SUL.

De acordo com o Quadro 1, em 2011, no SUL foram recenseados 853 857 alojamentos, 472 831 no Alentejo e 381 026 no Algarve.

Tendo sido recenseados em Portugal 3 550 823 edifícios, o SUL contava com 585 272 (cerca de 16,5%) distribuídos entre o Alentejo, 384 791 (10,8%) e o Algarve, 200 481 (5,7%).

No espaço do SUL, o Alentejo detinha em 2011, de acordo com os dados preliminares dos censos, 62% das famílias, 55% dos alojamentos e 66% dos edifícios; complementarmente, o Algarve detinha 38% das famílias, 45% dos alojamentos e 34% dos edifícios.

2 EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS – CRESCIMENTO VERSUS DECLÍNIO

2. 1. Evolução do crescimento da população residente entre 1991-2001-2011

No virar do século, entre os momentos censitários dos Censos 1991 e dos Censos 2001, que englobam a última década do século XX e a primeira do século XXI, o Alentejo reduziu a sua população em 23 592 residentes (tendo diminuído 5 746, entre os Censos 1991 e os Censos 2001, e 17 846, entre os Censos 2001 e os Censos 2011).

Conforme podemos constatar através dos dados do Quadro 2, com exceção da Lezíria do Tejo todas as restantes NUTSIII alentejanas perderam população, porém, de forma distinta, não apenas entre si, mas também entre ambas as décadas.

O Alto Alentejo perdeu 7 581 residentes no período intercensitário 1991-2001, a que corresponde a primeira das décadas em análise, e 8 168 no segundo período intercensitário 2001-2011, a que corresponde a segunda das décadas em análise. O Baixo Alentejo também diminuiu a sua população em ambos os períodos intercensitários, 7 915 e 8 503 residentes, respectivamente.

O Alentejo Litoral que tinha aumentado 1 457 residentes entre 1991 e 2001, diminuiu na primeira década do século XXI, 2 058 residentes.

Do mesmo modo, o Alentejo Central que tinha aumentado 430 residentes, diminuiu 6 118 entre os Censos de 2001 e os Censos de 2011.

A Lezíria do Tejo foi a única região do Alentejo que aumentou em ambas as décadas – 7 863 e 7 001, respectivamente – tendo aumentado um pouco mais na primeira.

O Algarve também aumentou nas duas primeiras décadas, 53 814 na primeira e 55 266 na segunda década.

Quadro 2

Crescimento da população residente entre 1991, 2001 e 2011			
	População residente em 2001 (HM)	1991-2001	2001-2011
Alentejo	758 739	-5 746	-17 846
Alentejo Litoral	97 918	1 457	-2 058
Alto Alentejo	118 858	-7 581	-8 168
Alentejo Central	167 528	430	-6 118
Baixo Alentejo	126 602	-7 915	-8 503
Lezíria do Tejo	247 833	7 863	7 001
Algarve	450 484	53 814	55 266
SUL	1 209 223	48 068	37 420

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; *Elaboração própria*

Da conjugação da evolução demográfica observada no Alentejo e no Algarve, o SUL teve um acréscimo na sua população residente superior na última década do Séc. XX (+ 48 068) ao da primeira do Séc. XXI (+ 37 420).

2. 2. Que (des)continuidades no SUL? - Variação da população residente entre 2001-2011

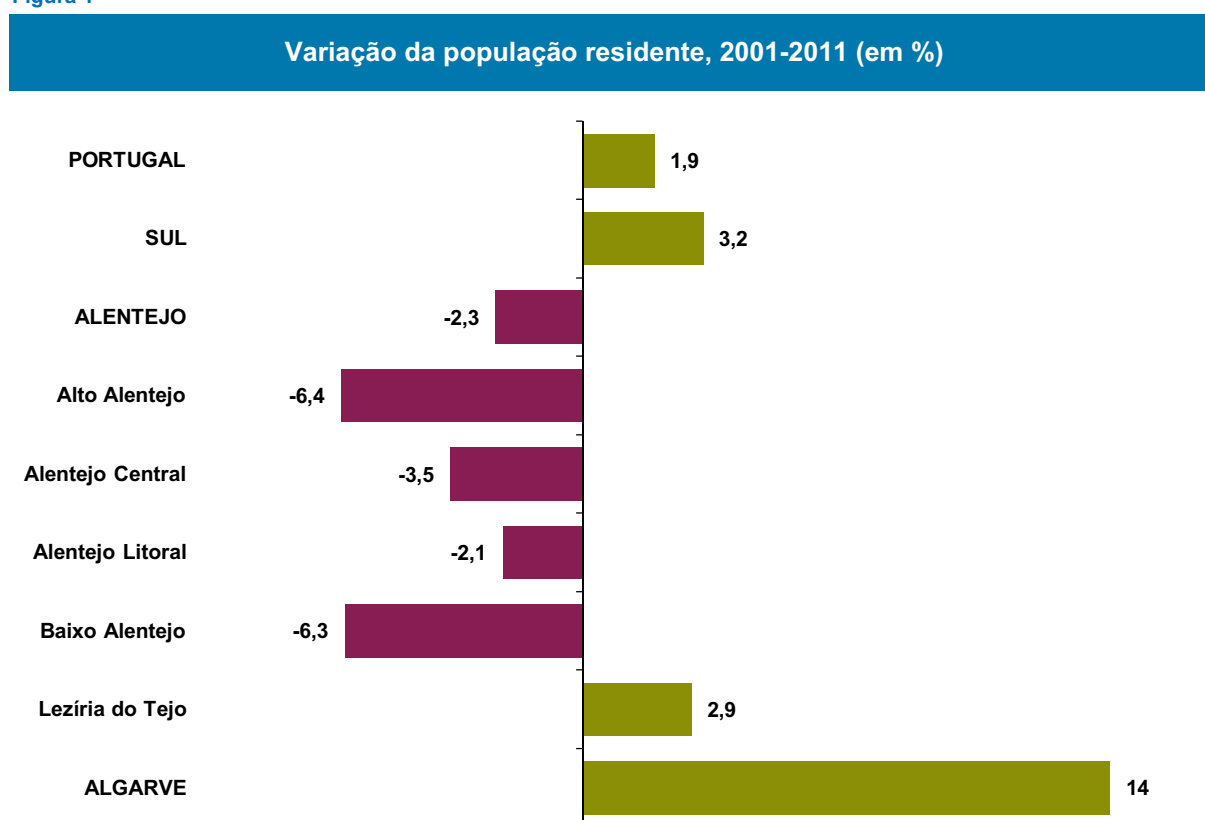
a. Taxa de crescimento efectivo entre 2001-2011

Em termos de variação percentual, entre os dois últimos recenseamentos, o Alentejo perdeu aproximadamente -2,3% da sua população residente. Não tendo a população variado de forma idêntica em todas as NUTSIII ao longo do período, assinalamos que: se o Alentejo Litoral perdeu cerca de -2,1% e o Alentejo Central -3,5%, já o Baixo e o Alto Alentejo perderam cerca de 6,3% e 6,4%, respectivamente. Inversamente, a Lezíria do Tejo aumentou a sua população em cerca de 2,9%.

O Algarve também aumentou a sua população em cerca de 14%.

A população residente em Portugal aumentou 1,9%. No SUL a população residente registou um acréscimo mais acentuado (3,2%) resultado de um aumento de 14% registado no Algarve e de um decréscimo de -2,3% no Alentejo, tal como anteriormente analisado (ver Figura 1).

Figura 1



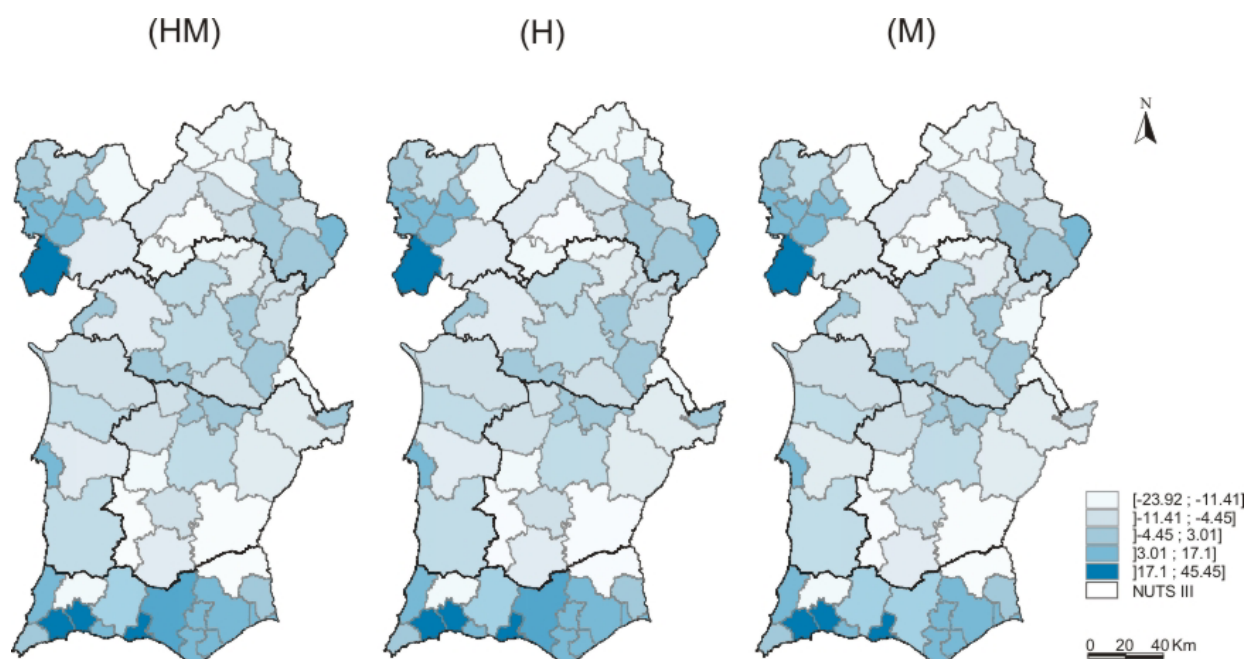
Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Mas, torna-se igualmente relevante perceber como é que esta tendência de crescimento ou declínio, assinalada ao longo da última década, se comportou a uma escala mais desagregada.

A Figura 2, mostra com clareza, ao nível de município, a evolução da taxa de crescimento efectivo verificado em todo o SUL, no período compreendido entre os dois recenseamentos; mostra ainda as diferenças encontradas entre a população masculina (H) e a feminina (M).

Figura 2

Taxa de crescimento efectivo, no SUL, entre 2001 e 2011



Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

Os 10 municípios que no SUL mais cresceram em valor absoluto foram Loulé (11 080), Portimão (11 000), Albufeira (9 114), Benavente (6 131), Faro (5 916), Lagos (5 357), Olhão (4 575), Silves (3 257), Lagoa (2 379) e Salvaterra de Magos (1 892). Destes municípios, 8 pertencem ao Algarve e 2 à Lezíria do Tejo (ver Quadro 3).

Quadro 3

Crescimento efectivo da população residente, entre 2001 e 2011, (os 10 municípios que mais cresceram)

Municípios	Crescimento efectivo (Nº.)
Loulé	11080
Portimão	11000
Albufeira	9114
Benavente	6131
Faro	5916
Lagos	5357
Olhão	4575
Silves	3257
Lagoa	2379
Salvaterra de Magos	1892

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Os 10 municípios que mais população perderam, também em termos absolutos, foram Ponte de Sôr (1 449), Mértola (1 423), Moura (1 404), Santarém (1 401), Coruche (1 401), Santiago do Cacém (1 385), Chamusca (1 368), Estremoz (1 344), Aljustrel (1 333) e Alcácer do Sal (1 307), como detalhado no Quadro 4.

Quadro 4

Crescimento efectivo da população residente, entre 2001 e 2011, (os 10 municípios que mais população perderam)

Municípios	Crescimento efectivo (Nº.)
Ponte de Sôr	-1 449
Mértola	-1 423
Moura	-1 404
Santarém	-1 401
Coruche	-1 401
Santiago do Cacém	-1 385
Chamusca	-1 368
Estremoz	-1 344
Aljustrel	-1 333
Alcácer do Sal	-1 307

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Pelo contrário, os 10 municípios cuja população mais diminuiu foram os municípios de Alcoutim (-23,2%), Mourão (-17,5%), Mértola (-16,3%), Gavião (-15,2%), Nisa (-14,4%), Mora (-13,5%), Monchique (-13,4%), Ourique (-13,1%), Crato (-12,9%) e Castelo de Vide (-12,8%), como mostra o Quadro 6.

Quadro 6

Taxa de crescimento efectivo da população residente, entre 2001 e 2011, (%) (os 10 municípios que mais população perderam)

Municípios	Taxa
Alcoutim	-23,21
Mourão	-17,46
Mértola	-16,33
Gavião	-15,18
Nisa	-14,39
Mora	-13,46
Monchique	-13,44
Ourique	-13,1
Crato	-12,93
Castelo de Vide	-12,81

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Todavia, em termos da taxa de crescimento efectivo entre 2001 e 2011, os 10 municípios que mais cresceram foram Albufeira (28,9%), Benavente (26,4%), Portimão (24,5%), Lagos (21,1%), Loulé (18,7%), Lagoa (11,5%), Aljezur (11,3%), Olhão (11,2%), Faro (10,2%) e Silves (9,6%), conforme Quadro 5.

Quadro 5

Taxa de crescimento efectivo da população residente, entre 2001 e 2011, (%) (os 10 municípios que mais cresceram)

Municípios	Taxa
Albufeira	28,89
Benavente	26,36
Portimão	24,54
Lagos	21,09
Loulé	18,73
Lagoa	11,52
Aljezur	11,27
Olhão	11,21
Faro	10,19
Silves	9,63

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Em resumo, na década de 2001-2011, Loulé, Portimão e Albufeira contribuíram com 56,4% para o ganho populacional da região do Algarve, conjuntamente com Faro, Lagos e Olhão representam com 85,1%.

Quanto ao Alentejo, os municípios de Benavente, Salvaterra de Magos e Almeirim contribuem com 53,1% para os ganhos de residentes na região.

No entanto, os municípios de Ponte de Sor, Mértola, Moura e Santiago do Cacém são, por si, responsáveis por 31,7% do declínio populacional da região; se a estes 4 municípios juntarmos os de Coruche, Chamusca e Santarém, já atingiremos 55,1% das perdas; finalmente, acrescentando Aljustrel, Estremoz, Alcácer do Sal, Nisa e Montemor-o-Novo, identificamos o conjunto de 12 municípios que contribuem para 90,1% da diminuição da população alentejana, entre os dois últimos recenseamentos.

b. Taxas de crescimento natural e migratório entre 2001-2011

O crescimento efectivo resulta da conjugação do saldo natural (diferença entre nascimentos e óbitos) e do saldo migratório (diferença entre imigrantes e emigrantes).

Portugal aumentou a sua população entre 2001 e 2011 em 199 736 indivíduos, 17 527 provenientes de um saldo natural positivo e 182 209 resultantes do crescimento migratório.

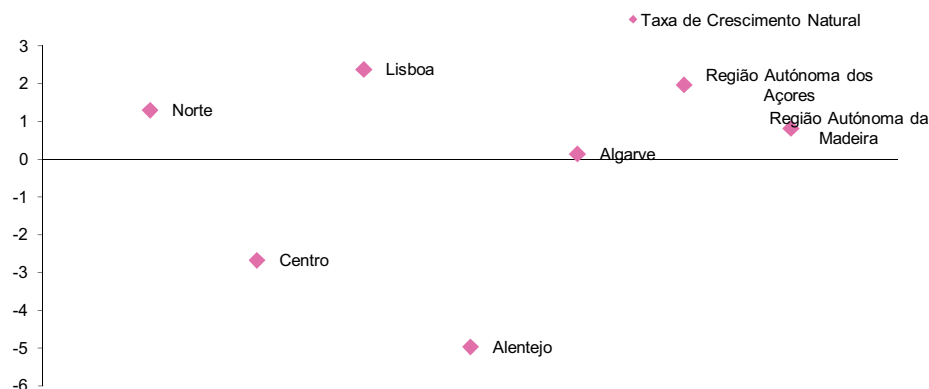
As regiões Norte (48 062), Lisboa (63 402) e Algarve (584) apresentaram um saldo natural positivo contrariamente às regiões do Centro (- 62 625) e Alentejo (- 38 511).

Também as Regiões Autónomas dos Açores (4 783) e da Madeira (2 023) apresentaram saldos positivos.

Em termos das taxas de crescimento natural (relacionadas com a população inicial, de 2001) os valores observados durante a última década mostraram que, no contexto nacional, a região Alentejo foi a que mais perdeu população (por via do saldo natural) e que o Algarve registou um valor ligeiramente positivo (ver Figura 3).

Figura 3

As regiões do SUL no conjunto das NUTSII, em função das taxas de crescimento natural observadas entre 2001 e 2011

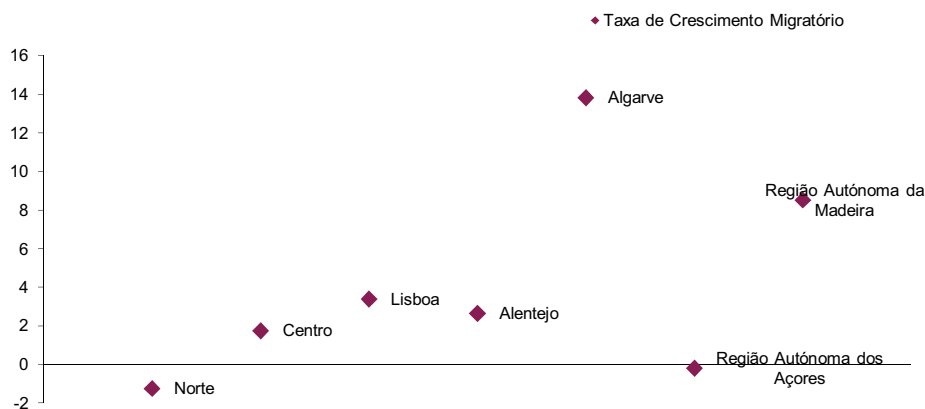


Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Em relação ao movimento migratório, apenas o Norte e a Região Autónoma dos Açores apresentaram um saldo negativo. Por outro lado, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira registaram os saldos migratórios mais elevados (ver Figura 4).

Figura 4

As regiões do SUL no conjunto das NUTSII, em função das taxas de crescimento migratório observadas entre 2001 e 2011

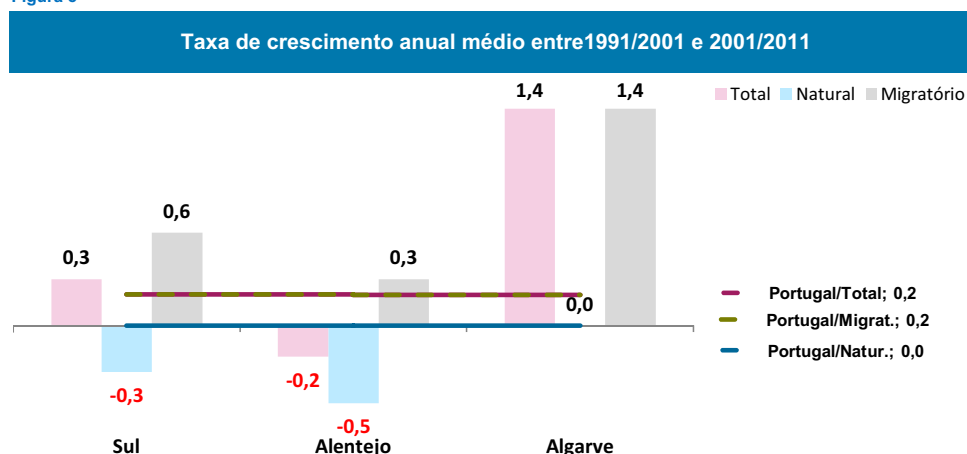


Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Em termos de taxas de crescimento migratório, o Alentejo teve um saldo migratório superior ao Centro mas inferior a Lisboa.

Portugal registou uma taxa de crescimento anual médio igual a 0,2%, quase da inteira responsabilidade do crescimento migratório (ver Figura 5).

Figura 5



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

No SUL, a taxa de crescimento anual médio foi mais elevada atingindo 0,3% no período entre os censos. Todavia, este crescimento ficou a dever-se exclusivamente ao crescimento migratório que se verificou na região, de cerca de 0,6%, já que, e em contraste, o crescimento natural foi negativo com um valor de -0,3%.

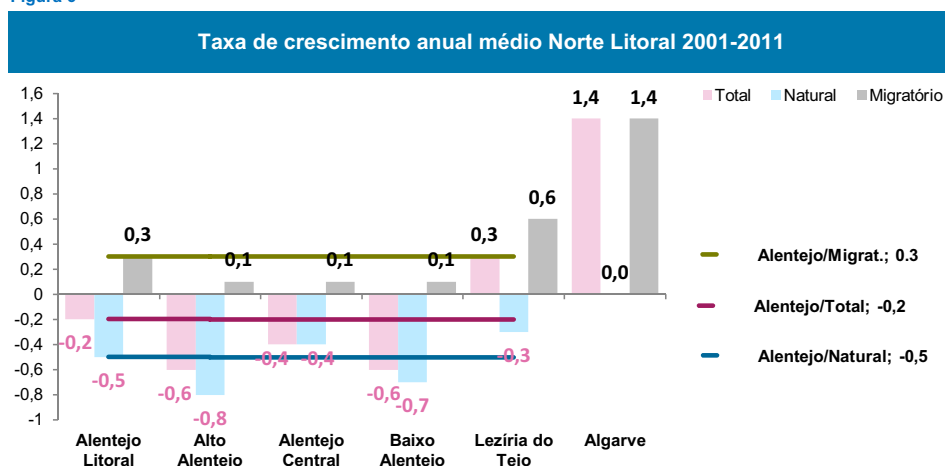
O Alentejo observou uma taxa de crescimento anual média negativa (-0,2%) devido exclusivamente ao seu crescimento natural negativo (-0,5%), dado que o crescimento migratório observado foi positivo (0,3%).

O Algarve apresentou a maior taxa de crescimento anual médio de todas as regiões em análise (1,4%) da responsabilidade quase total do crescimento migratório.

A Figura 6 mostra-nos em detalhe o comportamento das taxas de crescimento anual médio ao nível de NUTSIII. Em todas as sub-regiões, a taxa de crescimento migratória foi sempre positiva, com particular relevância para os casos do Alentejo Litoral e da Lezíria do Tejo. Porém, em todas as sub-regiões, as taxas de crescimento natural foram negativas, com maior incidência no Alto e no Baixo Alentejo.

Com exceção para o caso da Lezíria do Tejo, todo o restante Alentejo registou taxas de crescimento total, em média, por ano, negativas, variando entre -0,2% no Alentejo Litoral e -0,6% no Alto e no Baixo Alentejo.

Figura 6



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Em resumo, o SUL perdeu, devido ao movimento natural da população, 37 927 residentes, e ganhou, através do saldo migratório, 75 347, o que se traduziu num valor líquido de + 37 420 habitantes (ver Quadro 7).

Quadro 7

Evolução Demográfica no SUL, entre 2001 e 2011 (HM)

Região	Crescimento efectivo	Saldo natural	Saldo migratório
SUL	37 420	-37 927	75 347
ALENTEJO*	-24 847	-31 785	6 938
LEZÍRIA	7 001	-6 726	13 727
ALGARVE	55 266	584	54 682

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

* Alentejo sem a Lezíria do Tejo

O Alentejo sem a Lezíria perdeu 31 785 habitantes devido ao saldo natural negativo e compensou ligeiramente com um fluxo migratório positivo (+ 6 938), perdendo no total 24 847 residentes.

A Lezíria, por seu lado, apesar de perder 6 726 residentes pelo movimento natural, ganhou 13 727 pelo saldo migratório, donde resultou um ganho líquido de + 7 001 indivíduos.

O Algarve ganhou apenas 584 indivíduos através do saldo natural e acresceu 54 682 residentes pelo movimento migratório, originando um crescimento efectivo de 55 266 residentes.

Analisando as diferenças entre homens e mulheres podemos constatar que, embora a tendência geral seja idêntica, um saldo natural negativo e um crescimento efectivo garantido através do saldo migratório, no território a SUL, Alentejo, Lezíria e Algarve, existem algumas diferenças expressivas, no respeitante ao comportamento entre sexos (ver Quadros 8 e 9).

Quadro 8

Evolução Demográfica no SUL, entre 2001 e 2011 (Homens)

Região	Crescimento efectivo	Saldo natural	Saldo migratório
SUL	12 868	-21 612	34 480
ALENTEJO*	-14 294	-17 103	2 809
LEZÍRIA	2 704	-3 461	6 165
ALGARVE	24 458	-1 048	25 506

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

* Alentejo sem a Lezíria do Tejo

No caso dos homens, o saldo natural foi negativo em todas as regiões em análise, SUL (- 21 612), Alentejo (- 17 103), Lezíria (- 3 461) e Algarve (- 1 048). No que respeita ao saldo migratório a situação inverte-se e, para todas as regiões o saldo migratório foi positivo, com valores bastante significativos no SUL (+ 34 480) impulsionado pelo saldo observado na região algarvia (+ 25 506).

O saldo migratório registado no Alentejo (+ 2 809) foi nitidamente insuficiente para compensar o saldo natural extremamente negativo observado na última década (- 17 103).

No caso do sexo feminino, no Algarve, todos os tipos de crescimento foram positivos: natural (1 632), migratório (29 176) e, obviamente, efectivo (30 808).

Quadro 9

Evolução Demográfica no SUL, entre 2001 e 2011 (Mulheres)

Região	Crescimento efectivo	Saldo natural	Saldo migratório
SUL	24 552	-16 315	40 867
ALENTEJO*	-10 553	-14 682	4 129
LEZÍRIA	4 297	-3 265	7 562
ALGARVE	30 808	1 632	29 176

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

* Alentejo sem a Lezíria do Tejo

No Alentejo, tal como no caso dos homens, o saldo migratório positivo (+ 4 129) apenas compensou parcialmente a perda de população originada pelo movimento natural (- 14 682).

De notar que, em todas as sub-regiões, no respeitante às migrações líquidas, a entrada de mulheres (face à saída) superou a de homens, no SUL mais 18,5%, no Alentejo, a diferença foi de 47,0%, na Lezíria, 22,7% e no Algarve, 14,4%.

Numa análise a nível de municípios constata-se, de acordo com a Figura 7 que, de entre aqueles que mais ganharam pela acção conjunta de um saldo natural e de um saldo migratório positivo (quadrante superior direito) se destacam os municípios de Benavente, Albufeira e Portimão.

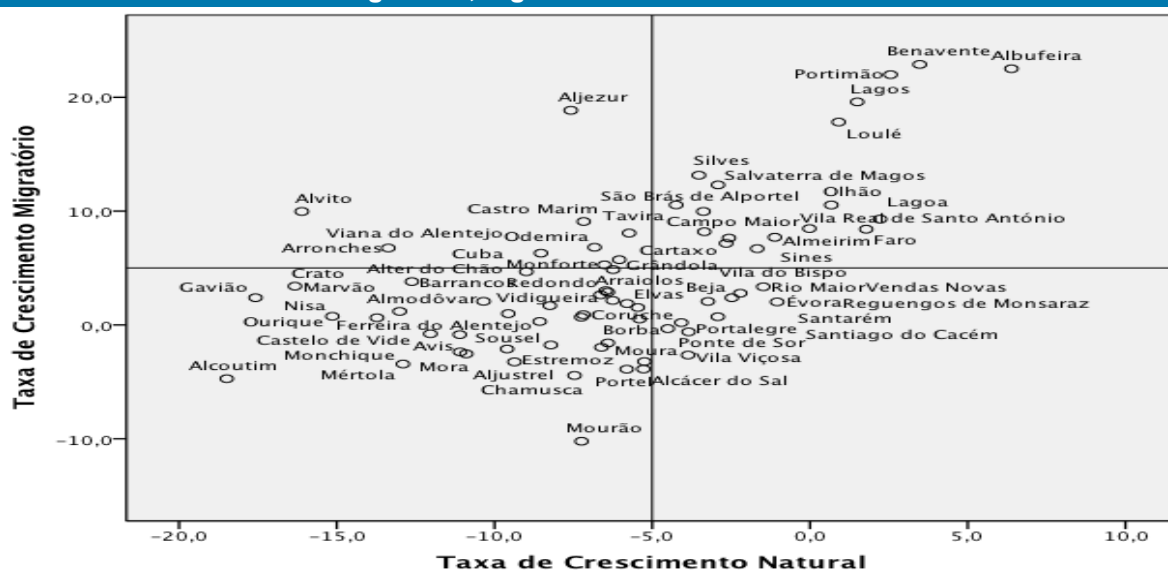
Podemos também verificar que a maior parte dos municípios se situava no quadrante superior esquerdo, caracterizado por saldos migratórios positivos acompanhados por saldos naturais negativos. Nesta situação particular, assinalamos o caso do município de Aljezur que, em termos de taxa de crescimento migratório, revelou um dos valores mais elevados.

Municípios como Mourão e Alcoutim, localizados no quadrante inferior esquerdo do gráfico, caracterizam-se por ambos os saldos, naturais e migratórios, se terem revelado negativos; Mourão apresentou o saldo migratório negativo com maior valor absoluto e Alcoutim ocupou idêntica posição em termos de saldo natural.

Não existe nenhum município localizado no quadrante inferior direito, ou seja, que simultaneamente tenha registado uma taxa de crescimento migratório negativa e uma taxa de crescimento natural positiva.

Figura 7

Diagrama de dispersão dos municípios do SUL, em função das taxas de crescimento natural e migratório, registadas entre 2001 e 2011

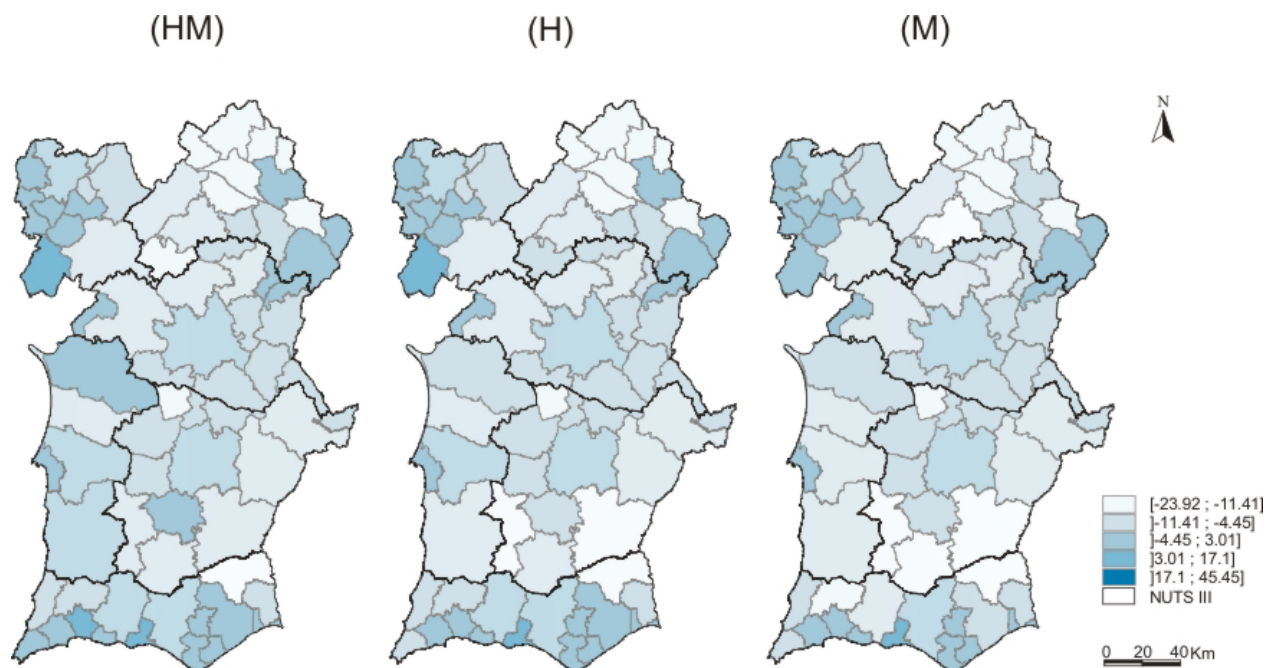


Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Podemos visualizar, através dos cartogramas a seguir apresentados, o comportamento dos diferentes municípios do SUL, entre 2001 e 2011, em termos de taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório para ambos os sexos, homens e mulheres em separado.

Figura 8

Taxa de crescimento natural, no SUL, entre 2001 e 2011

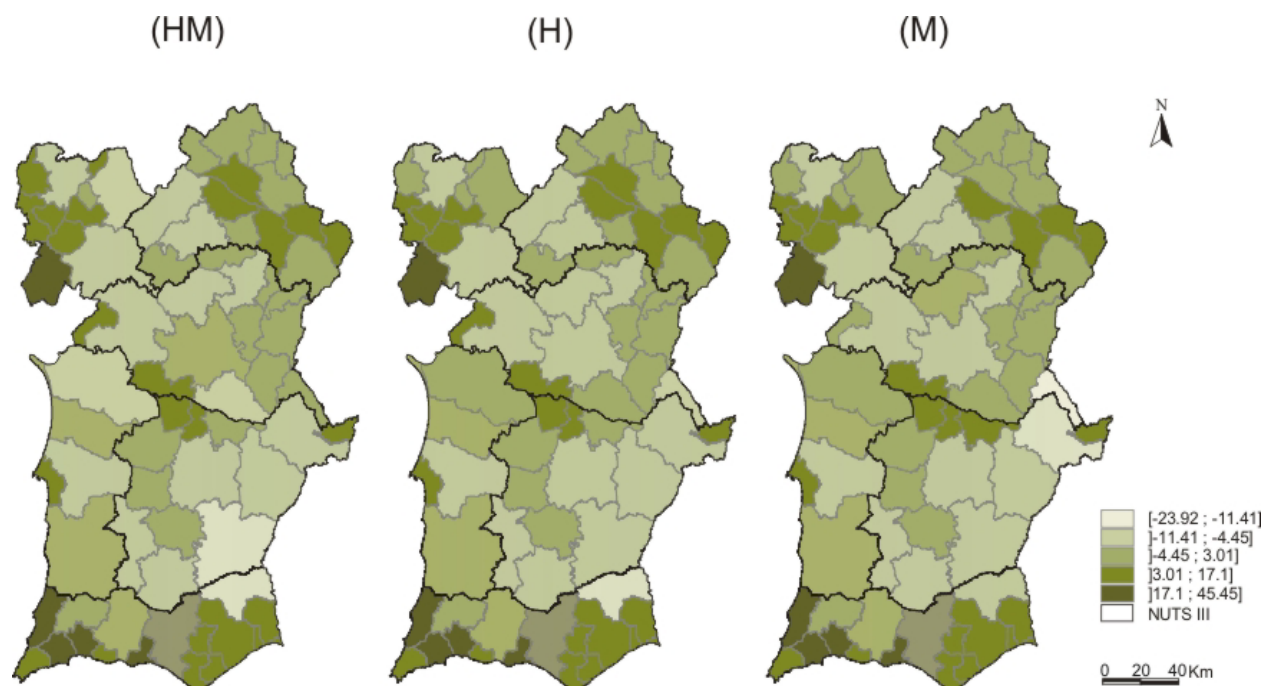


Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

2011 SUL: Quantos somos ? Onde vivemos ?

Figura 9

Taxa de crescimento migratório, no SUL, entre 2001 e 2011



Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

Em síntese, no respeitante às continuidades e descontinuidades demográficas do SUL, com base no crescimento efectivo, natural e migratório observado entre 2001 e 2011 ao nível municipal, constatámos que:

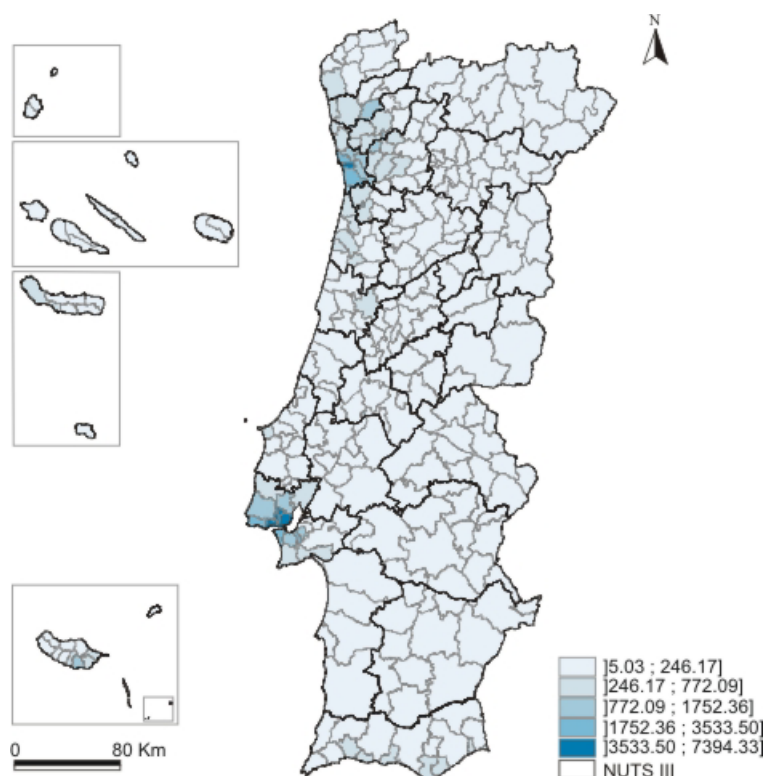
1. No Alentejo, em 58 municípios apenas 11 registaram em 2011, face a 2001, um crescimento na sua população residente: Sines (683), Campo Maior (406), Évora (554), Vendas Novas (218) e Viana do Alentejo (131); e, pertencentes à Lezíria do Tejo: Azambuja (939), Almeirim (1 446), Benavente (6 131), Cartaxo (1 185), Rio Maior (121) e Salvaterra de Magos (1 892).
2. Ainda em relação aos 58 municípios que compõem a região do Alentejo, apenas um município, Benavente, registou um saldo natural positivo;
3. Em todo o SUL somente 8 municípios registaram um saldo natural positivo;
4. Entre os 19 municípios que no SUL observaram um saldo migratório negativo apenas um município, Chamusca, pertence à Lezíria do Tejo e dois municípios ao Algarve, Alcoutim e Monchique.
5. No Algarve, 14 dos 16 municípios apresentaram um crescimento efectivo positivo: Albufeira (9 114), Aljezur (596), Castro Marim (126), Faro (5 916), Lagoa (2 379), Lagos (5 357), Loulé (11 080), Olhão (4 575), Portimão (11 000), São Brás de Alportel (661), Silves (3 257), Tavira (1 574) e Vila Real de Santo António (1 517).

3. Regiões do SUL: (Des) Povoamento entre 1991, 2001 e 2011

Em termos nacionais o SUL é, no geral, uma das regiões mais despovoadas do País, como podemos comprovar pelo cartograma abaixo onde se encontra representada a densidade populacional de todos os municípios de Portugal (ver Figura 10).

Figura 10

Densidade Populacional em Portugal em 2011



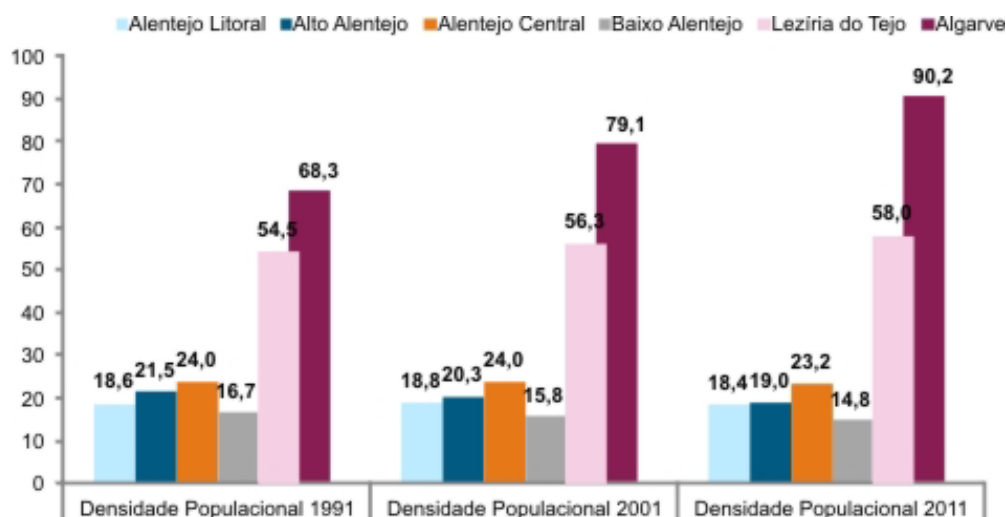
Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

A Figura 11 mostra-nos a evolução da densidade populacional de acordo com os três últimos recenseamentos.

Com excepção da Lezíria do Tejo e do Algarve o despovoamento aumenta de intensidade no período compreendido entre 1991, 2001 e 2011.

Figura 11

(Des) Povoamento nas regiões do SUL, 1991-2001-2011



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Enquanto na região do Algarve, a densidade populacional aumentou consideravelmente em ambas as décadas, todas as NUTSIII do Alentejo diminuíram de densidade populacional, com excepção da Lezíria do Tejo que também registou um aumento embora ligeiro.

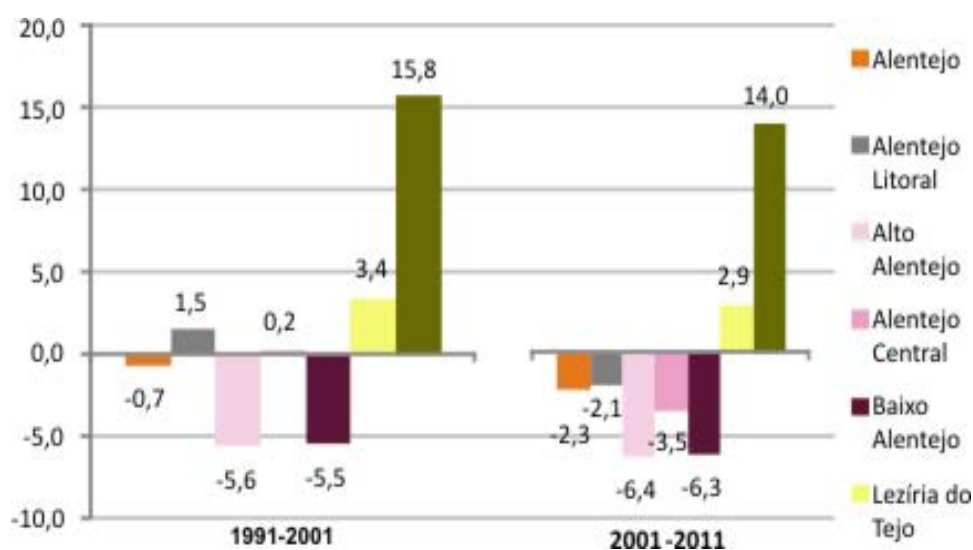
No entanto, os acréscimos na densidade populacional do Algarve (15,8%) e na Lezíria (3,4%), foram superiores na década de 90. Pelo contrário, o despovoamento das restantes NUTSIII do Alentejo foi superior na década de 2001-2011. O Alentejo Litoral e o Central, inverteram um ligeiro aumento da densidade registado na década de 90 (1,5% e 0,2%, respectivamente) e diminuíram a sua densidade populacional (-2,3% e -3,5%). As regiões que mais perderam na última década foram o Alto e o Baixo Alentejo (-6,4% e -6,3%) confirmando as perdas já registadas na década de 90 (-5,6% e -5,5%).

Na primeira década do Séc. XXI o despovoamento estendeu-se a todo o Alentejo.

A Figura 12, mostra a variação da densidade populacional, naqueles períodos, por NUTSIII.

Figura 12

Variação da densidade populacional no SUL, por NUTS III, nos períodos de 1991-2001 e 2001-2011



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

De acordo com o Quadro 10, em 2011, os 10 municípios com uma mais elevada densidade populacional estão maioritariamente localizados no Algarve, pertencendo 3 à Lezíria do Tejo.

Por oposição, de acordo com o Quadro 11, os municípios com menor densidade populacional encontram-se no Alentejo (Alto, Baixo e Litoral). No entanto, um município localizado no Algarve, Alcoutim, é o que apresentou entre todos a menor densidade populacional (5 hab/km²).

Quadro 11

Densidade populacional no SUL, nos 10 municípios com menor densidade, em 2011

Município	Habitantes/Km ²
Alcoutim	5,0
Mértola	5,6
Avis	7,6
Monforte	8,0
Ourique	8,1
Alcácer do Sal	8,7
Crato	9,5
Alvito	9,5
Mourão	9,6
Almodôvar	9,6

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Quadro 10

Densidade populacional no SUL, nos 10 municípios com maior densidade, em 2011

Município	Habitantes/Km ²
Olhão	317,9
Vila Real de Santo António	316,9
Faro	305,6
Portimão	289,0
Albufeira	261,0
Lagoa	144,4
Cartaxo	111,0
Lagos	105,4
Santarém	91,9
Almeirim	90,4

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

4. Evolução rural/urbano

Em 2009, o Conselho Superior de Estatística procedeu à revisão da tipologia de áreas urbanas anteriormente aprovadas, tendo sido proposta uma metodologia que permite distinguir no território nacional unidades homogéneas que reflectam, através de critérios objectivos, diferentes graus de urbanização do território para diferentes escalas territoriais. O INE definiu uma tipologia das áreas urbanas (versão de 2009), tipificando as freguesias de todo o país entre freguesias predominantemente urbanas³, mediantemente urbanas⁴ e predominantemente rurais⁵.

Na última década, o conjunto das freguesias predominantemente e mediantemente urbanas passou a representar um valor superior a 3/4 da população total residente no SUL, enquanto o número de habitantes das freguesias predominantemente rurais regrediu.

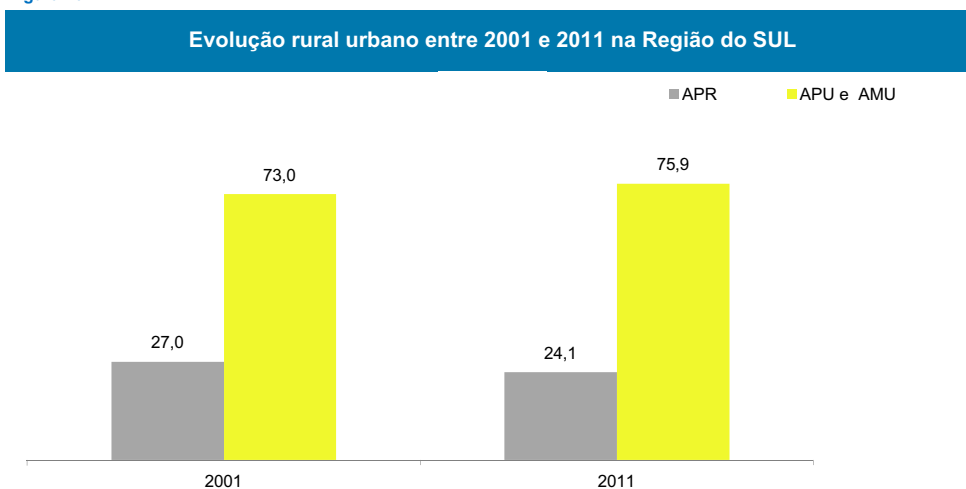
No SUL, as freguesias predominantemente rurais que representavam 27% em 2001 passaram a 24,1% em 2011; inversamente, as urbanas passaram de 73% a 75,9% (Figura 16).

Se, por um lado, a dimensão urbana é motivada pela proporção de residentes em meio urbano no Algarve e na Lezíria do Tejo, o maior contributo percentual para o aumento de residentes no espaço urbano (cerca de 4%) ficou a dever-se, sobretudo, à variação observada nos habitantes daquelas áreas registada no Alentejo (3,3%).

No Algarve, a população residente nas áreas predominantemente urbanas cresceu de 84,1% para 86% enquanto a rural diminuiu de 15,9% para 14% (Figura 17).

Em relação à Lezíria do Tejo, a proporção da população rural também se elevou de 72,9 para 75,3 com a complementar contracção da população rural de 27,1 para 24,7 (Figura 18).

Figura 13



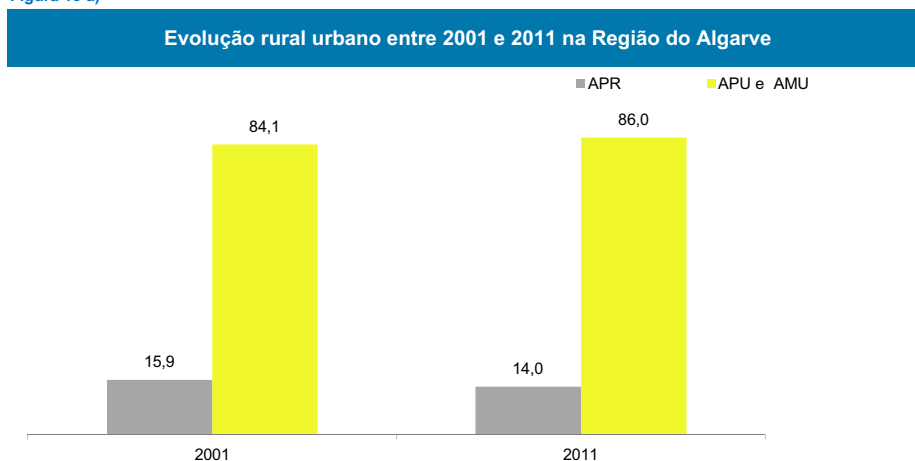
Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

3 Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

4 Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

5 Freguesias não classificadas como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediantemente Urbana".

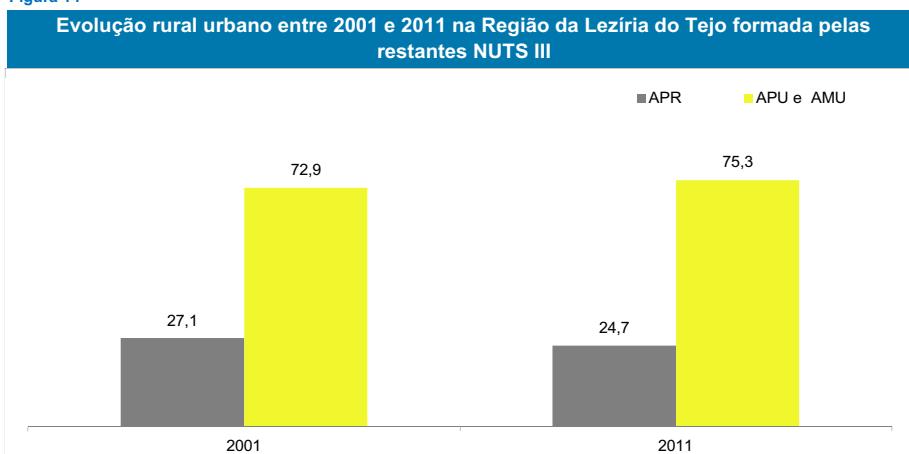
Figura 13 a)



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

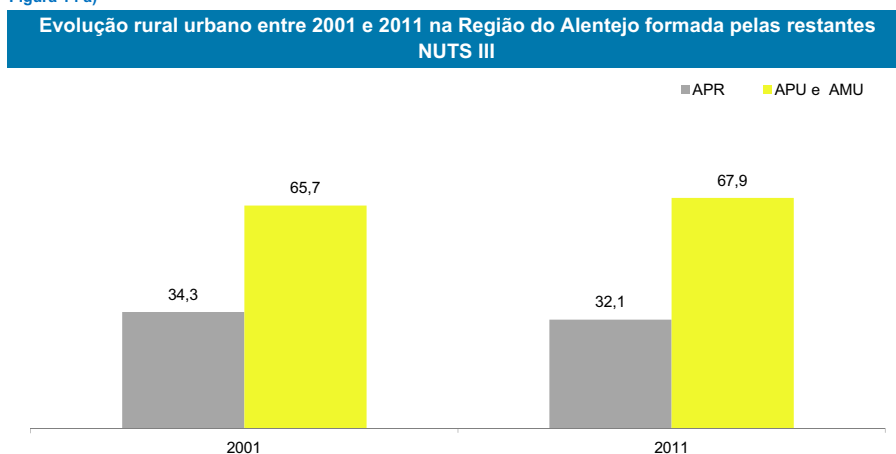
No caso do Alentejo (sem inclusão da Lezíria) o aumento da proporção de urbanos foi de 65,7% para 67,9% enquanto a proporção de rurais diminuiu de 34,3 para 32,1 (Figura 19)

Figura 14



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Figura 14 a)



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

O Alentejo, excluindo a Lezíria, continua a ser a região com maior proporção de residentes em espaço rural, dado que cerca de 1/3 ainda continua a residir em freguesias consideradas predominantemente rurais.

As regiões urbanas e as rurais estão cada vez mais interligadas formando um único sistema. As mudanças verificadas num destes tipos de regiões também afectam as outras. Para Schaeffer, Kahsai, and Jackson⁶ “isto é particularmente verdadeiro no caso do processo de urbanização que resultou numa massiva reestruturação económica rural e urbana e no realinhamento geográfico das fronteiras entre o rural e o urbano. Até meados do século XX o rural podia considerar-se o oposto do urbano, mas no processo de urbanização as estruturas económico-sociais das regiões rurais e urbanas tornaram-se similares. Contudo, as percepções e atitudes sobrevivem por vezes por muito tempo após as condições que lhes deram forma terem sido alteradas.”

No caso das regiões em análise podemos verificar que, apesar de uma tendência para as freguesias predominantemente e mediantemente urbanas tenderem a aumentar o número de residentes e as predominantemente rurais a perderem, isso nem sempre aconteceu.

De acordo com o Quadro 12, no SUL, as freguesias predominantemente rurais, perderam, no seu conjunto, (-) 24 248 residentes, as freguesias mediantemente urbanas registaram um saldo praticamente nulo, cerca de (+) 160 residentes, e as freguesias predominantemente urbanas ganharam (+) 61 508 residentes. De notar que o Alentejo apresentou valores bastante elevados em termos de êxodo rural, tendo perdido população residente nas freguesias predominantemente rurais e mediantemente urbanas (39 793 habitantes deixaram de residir nestas áreas, enquanto mudaram residência para as mesmas áreas, apenas, 9 910). Se adicionarmos o número de residentes que abandonaram as áreas predominantemente urbanas, concluímos que, no Alentejo, o número de residentes perdidos em todas as freguesias que diminuíram a sua população foi igual a - 49 914.

Quadro 12

Crescimento da população residente nas zonas urbanas e nas rurais, no SUL, no Alentejo e no Algarve, entre 2001 e 2011

2001-2011	Sul	Alentejo	Algarve
APR (-)	-33 539	-30 169	-3 370
APR (+)	9 291	5 938	3 353
AMU (-)	-10 196	-9 624	-0 572
AMU (+)	10 356	3 972	6 384
APU (-)	-12 034	-10 121	-1 913
APU (+)	73 542	22 158	51 384
TOTAL	37 420	-17 846	55 266

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

* Alentejo sem a Lezíria do Tejo

Também no Alentejo, as áreas predominantemente urbanas atraíram novos residentes, em número superior àquele que perderam, aumentando por isso a sua população residente em (+) 12 037 indivíduos. De notar, todavia, que abandonou as zonas predominantemente urbanas quase 50% do efectivo que as mesmas conseguiu atrair.

Em oposição, o Algarve mostrou uma capacidade de atracção muito maior, em particular, nas freguesias predominantemente urbanas (registando um saldo de + 49 471 residentes) e mediantemente urbanas (com um saldo de + 5 812). A diferença entre a população perdida e ganha pelas freguesias rurais, no seu conjunto, foi quase nula (igual a -17 habitantes).

Em relação ao Alentejo podemos sintetizar as diferenças entre as diferentes NUTSIII através da análise do Quadro 14.

Quadro 13

Crescimento da população residente nas zonas urbanas e nas rurais, no SUL, no Alentejo e no Algarve, entre 2001 e 2011						
2001-2011	Alentejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
APR (-)	-30 169	-3 854	-7 450	-6 398	-7 297	-5 170
APR (+)	5 938	3 601	71	867	108	1 291
AMU (-)	-9 624	-3 434	-1 835	-1 022	-1 584	-1 749
AMU (+)	3 972	823	175	23	388	2 563
APU (-)	-10 121	-572	-1 471	-4 071	-2 053	-1 954
APU (+)	22 158	1 378	2 342	4 483	1 935	12 020
TOTAL	-17 846	-2 058	-8 168	-6 118	-8 503	7 001

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

A desertificação das zonas rurais do Alentejo é clara em todas as regiões, com particular evidência para as regiões do Alto (- 7 379) e do Baixo Alentejo (- 7 189). O Alentejo Central também conseguiu atrair apenas 14% relativamente ao total da sua perda populacional rural (- 6 398). O Alentejo Litoral é a única região onde se observou um balanço quase equilibrado (- 253) entre o crescimento no número de residentes das freguesias que ganharam população e o défice daquelas que perderam. A mobilidade para as zonas mediantemente urbanas revelou-se extremamente reduzida, com excepção para a Lezíria do Tejo (+ 2 563). Estas áreas diminuíram consideravelmente a sua população residente, nomeadamente, no Alentejo Litoral (- 2 611), no Alto (- 1 660), no Baixo Alentejo (- 1 196) e, também, no Alentejo Central (- 999).

Verificámos ainda que apenas a região do Baixo Alentejo perdeu, em termos de saldo, mais população residente nas freguesias predominantemente urbanas (as freguesias que ganharam residentes, aumentaram 1 935 residentes e as que perderam, viram sair 2 053 habitantes).

Em todas as outras regiões, as freguesias predominantemente urbanas, ganhadoras durante a última década, perderam, em média, 46% do número de residentes que ganharam, de acordo com a seguinte distribuição: 42% no Alentejo Litoral; 106% no Baixo Alentejo; 63% no Alto Alentejo; 91% no Alentejo Central; e, 16% na Lezíria do Tejo.

Da variação descrita nos pontos anteriores, respeitante à mobilidade da população entre áreas predominantemente rurais, mediantemente urbanas e predominantemente urbanas, entre 2001 e 2011, todas as NUTSIII do Alentejo, excluindo a Lezíria, registaram um crescimento negativo, evidenciando uma redução na capacidade de atracção da população. Todavia, esta fraca atractividade manifesta algum dinamismo, embora fraco, nas áreas predominantemente urbanas.

5. Evolução do número de famílias, alojamentos e edifícios

A dimensão média das famílias, ou seja, o número de indivíduos que, em média, constitui uma família, era em Portugal igual a 2,59. No SUL, a composição das famílias era ligeiramente menor (2,45), registando o Algarve um valor de 2,42 e o Alentejo 2,48 (ver Quadro 14).

Em todo o SUL, notamos que as famílias tinham uma menor dimensão no Alentejo Litoral (2,38) e no Algarve, tendo a Lezíria do Tejo apresentado uma dimensão ligeiramente superior e igual a 2,53.

Enquadrando estes valores no contexto nacional, constatou-se que a dimensão média da família sofreu uma redução próxima de 25%, entre 200 e 2011, passando de 2,83 para 2,59 residentes por família. No Alentejo e no Algarve a dimensão média da família já era menor em 2001 do que no País (ver Quadro 15).

De todas as regiões, o Alentejo foi aquela que diminuiu menos a dimensão média da família (-17,4%); a redução no Algarve foi de -23%; as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores foram aquelas que mais diminuíram o número de residentes por família

(-44,7% e -38,4%, respectivamente). A Madeira em 2001 era caracterizada por uma dimensão familiar média de 3,32 indivíduos tendo passado para 2,88 em 2011; os Açores passaram de 3,36 para 2,98.

Em 2001, o Algarve, o Alentejo (ambos com 2,65) e Lisboa com 2,64 pessoas por família, eram as regiões que tinham uma menor dimensão média da família.

Dez anos mais tarde, em 2011, o Algarve (2,42) e Lisboa (2,44), em conjunto com o Alentejo (2,48), continuavam a ter uma dimensão familiar média mais baixa.

Quadro 14

Número de famílias e dimensão média das famílias no SUL, em 2011			
	População residente	Famílias	Dimensão média das famílias
Portugal	10 555 853	4 079 577	2,59
SUL	1 209 223	492 663	2,45
Alentejo	758 739	306 207	2,48
Alentejo Litoral	97 918	41 214	2,38
Alto Alentejo	118 858	48 076	2,47
Alentejo Central	167 528	67 997	2,46
Baixo Alentejo	126 602	50 999	2,48
Lezíria do Tejo	247 833	97 921	2,53
Algarve	450 484	186 456	2,42

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Quadro 15

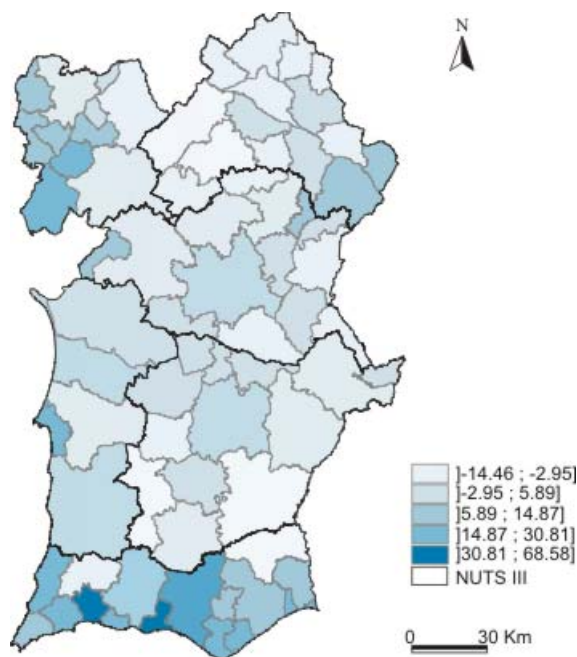
Número de famílias e dimensão média das famílias em Portugal, NUTS II, em 2011					
	Número de famílias 2001	Número de famílias 2011	Dimensão média das famílias 2001	Dimensão média das famílias 2011	Variação da imensão média 2001-11 (%)
Portugal	3 654 633	4 079 577	2,83	2,59	-25
Norte	1 211 590	1 341 445	3,04	2,75	-29
Centro	848 286	914 716	2,77	2,54	-22
Lisboa	1 006 810	1 154 904	2,64	2,44	-21
Alentejo	292 898	306 207	2,65	2,48	-17
Algarve	149 369	186 456	2,65	2,42	-23
Região Autónoma dos Açores	71 963	82 703	3,36	2,98	-38
Região Autónoma da Madeira	73 717	93 146	3,32	2,88	-45

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

A variação do número de famílias entre 2001 e 2011, de acordo com a Figura 20, mostra uma maior concentração das famílias no litoral da Região SUL, no Algarve (particularmente, nos municípios de Loulé, Faro, Portimão, Olhão, Albufeira, Silves) e nos restantes municípios capitais de distrito, como Santarém, Évora e Beja.

Figura 15

Variação do nº de famílias entre 2001 e 2011

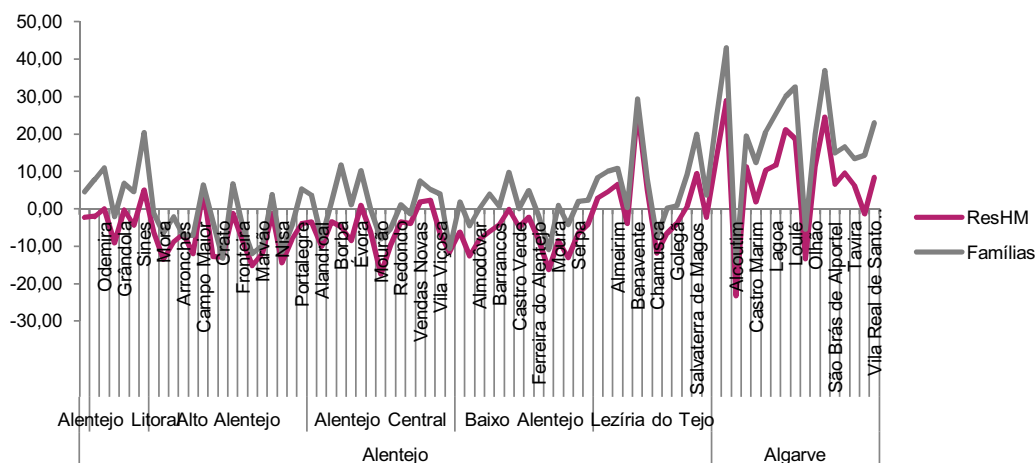


Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

A figura 19 evidencia a variação da população residente em contraste com a do número de famílias, no SUL. Enquanto a população residente aumentou entre 2001 e 2011, +3,19%, o número de famílias registou um acréscimo de 11,39%, cabendo ao Alentejo um aumento de 4,5% (em oposição a uma diminuição da população residente de -2,3%) e ao Algarve de 24,8% (contra um aumento de apenas 14,0% da população residente). No caso particular do Alentejo Litoral, observou-se um considerável acréscimo do número de famílias, +7,7% (tendo reduzido -2,1% na sua população residente); no Alto Alentejo, o número de famílias diminuiu cerca de -1,2% (enquanto a população diminuía -6,4%); no caso do Alentejo Central, o acréscimo foi aproximadamente de +3,7%, tendo a população residente registado um decréscimo igual a -3,5%; no Baixo Alentejo, o aumento no número de famílias foi de cerca de +1,8%, enquanto os residentes diminuíram cerca de -6,3%; finalmente, na Lezíria do Tejo as famílias cresceram em número cerca de +8,4% e os residentes cerca de +2,9%.

Figura 16

Evolução da variação, no SUL, por municípios, entre 2001 e 2011, da população residente (HM) e do número de famílias



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

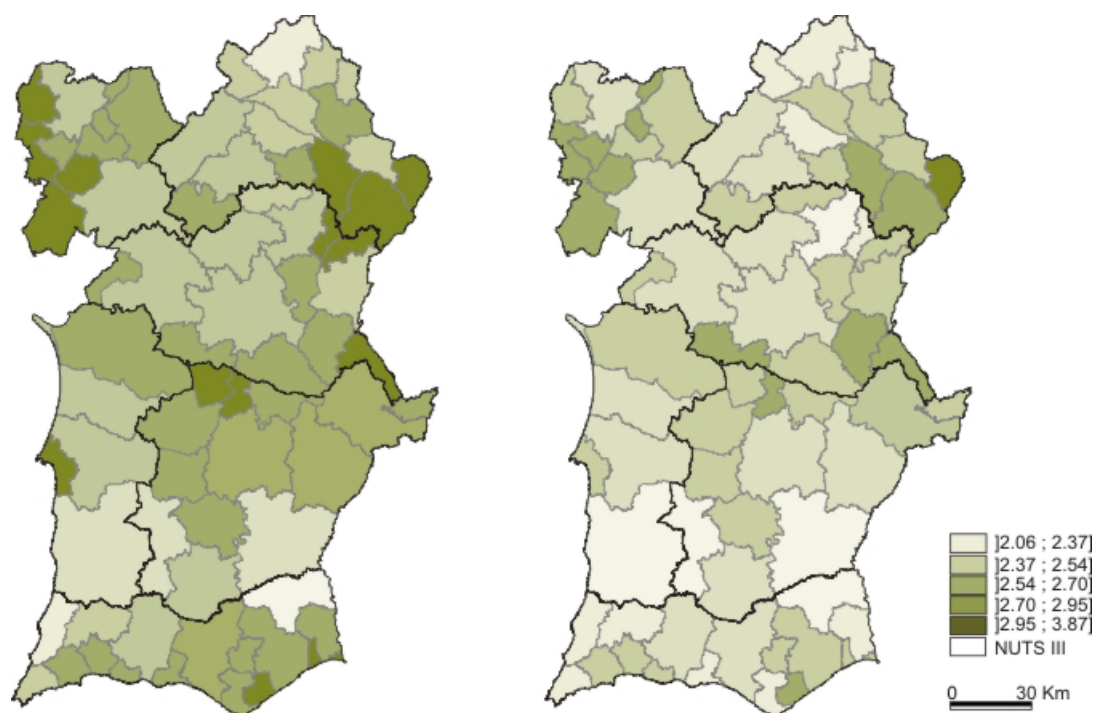
As maiores variações do número de famílias concentraram-se no Algarve (Albufeira, 43,0%, Portimão, 36,9%, Loulé, 32,6%, Lagos, 30,0%, Lagoa, 25,4%, Vila Real de Santo António, 22,9%, Faro, 20,5%, Olhão, 20,0% e Aljezur, 19,5%), destacando-se ainda Benavente (29,4%) e Salvaterra de Magos (20,0%), na Lezíria do Tejo, e Sines (20,4%), no Alentejo Litoral.

As maiores flutuações no sentido da diminuição do número de famílias verificaram-se nos municípios de Alcoutim no Algarve (-14,5%), Crato (-13,2%), Gavião (-12,1%), Nisa (-11,5%), Sousel (-10,7%), Marvão (-9,7%), todos localizados no Alto Alentejo e, ainda, em Mértola (-10,9%), no Baixo Alentejo.

A Figura 20, mostra-nos ainda que, na generalidade, a variação do número de famílias acompanha em termos de sentido o aumento de residentes. De notar que o aumento de famílias é sempre superior ao aumento da população residente. Nas situações em que ambos os indicadores declinam a redução da população residente é sempre superior à das famílias (por exemplo, em Alcoutim, Gavião, Nisa, Mértola, Sousel, Marvão, Mourão, Alandroal, Chamusca, Avis, Mora, Monchique, Portel, Fronteira e Aljustrel). Crato e Arronches são dois municípios do Alto Alentejo que contrariam esta tendência generalizada, dado que em ambos o decréscimo das famílias foi ligeiramente superior ao dos residentes.

Figura 17

Evolução da dimensão média das famílias no SUL, por municípios, 2001



Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

É notória a diminuição na dimensão média das famílias em todo o SUL na última década.

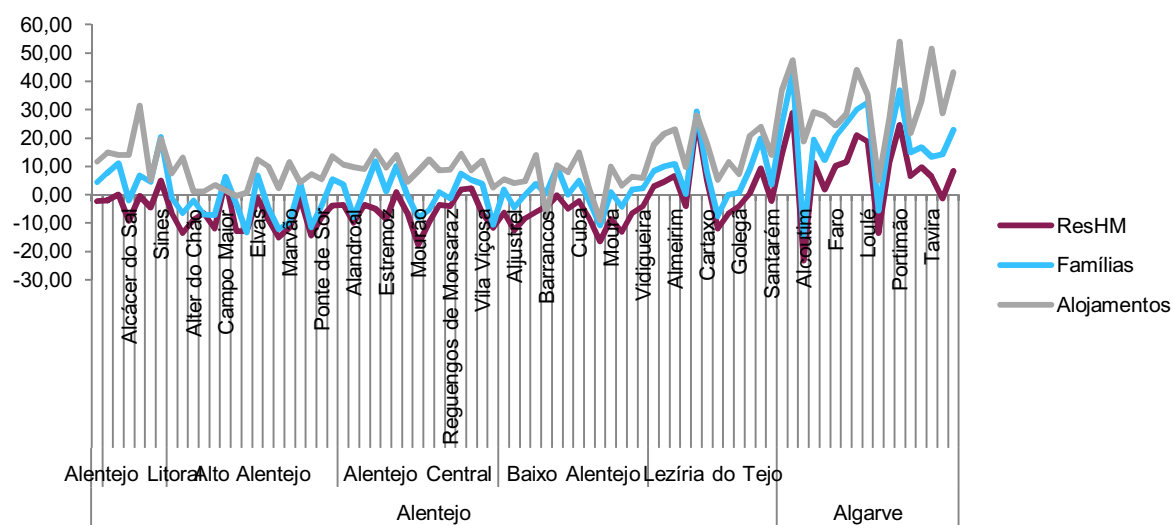
Relativamente ao nº de alojamentos, a Figura 23 mostra a evolução da variação entre 2001 e 2011

Como podemos comprovar, em todos os municípios se verificou uma variação positiva no número de alojamentos no período intercensitário, com excepção para os municípios de Mértola (-9,1%) e Barrancos (-7,3%) no Baixo Alentejo e Castelo de Vide (-0,3%) no Alto Alentejo.

Pelo contrário, os municípios algarvios de Portimão (54%), Tavira (51,5%), Albufeira (47,5%), Lagos (44%), Vila Real de Santo António (43,2%), Loulé (35,2%) e Silves (33%) e de Grândola (31,5%) no Alentejo Litoral, tiveram aumentos muito significativos.

Figura 18

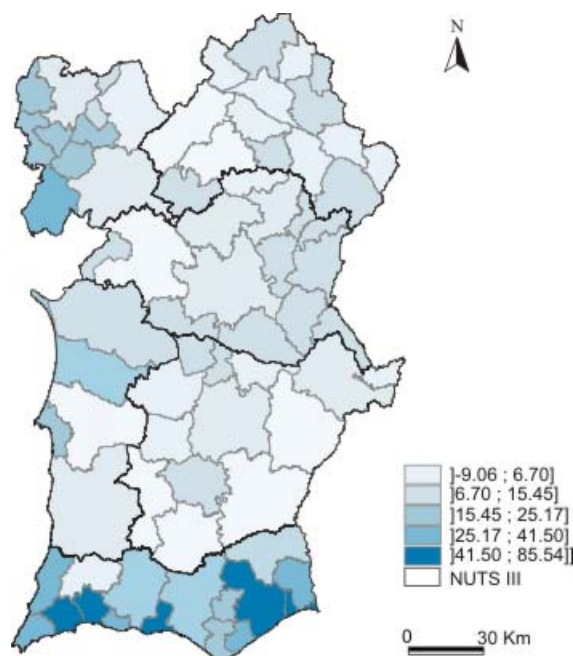
Evolução da variação no SUL, por municípios, entre 2001 e 2011, da população residente (HM), do nº de famílias, do nº de alojamentos recenseados



A Figura 22, mostra a variação sofrida pelo número de alojamentos, entre 2001 e 2011, em todos os municípios do SUL.

Figura 19

Variação no nº de alojamentos, no SUL, entre 2001 e 2011



Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

Em função do número de famílias recenseado na mesma data, constatámos que o número de alojamentos por família era igual a 1,73 enquanto que a média nacional rondava os 1,44. No Algarve esse valor elevava-se para 2,04 e no Alentejo reduzia-se para 1,54.

O número de alojamentos por família aumentou, no período compreendido entre os dois últimos censos, cerca de 4,2% em Portugal (tendo passado de 1,38 para 1,44). No Algarve o aumento foi de 9,6% (1,86 para 2,04) e de 6,7% no Alentejo (1,45 para 1,54), conforme pode ser observado no Quadro 16.

Quadro 16

Número de alojamentos e média por família, em Portugal, NUTSII, em 2011					
	Número de alojamentos 2001	Número de alojamentos 2011	Média de alojamentos por família 2001	Média de alojamentos por família 2011	Varição da média 2001-11 (%)
Portugal	5 054 922	5 879 845	1,38	1,44	4,20
Norte	1 613 781	1 849 181	1,33	1,38	3,50
Centro	1 254 701	1 450 268	1,48	1,59	7,20
Lisboa	1 295 832	1 486 927	1,29	1,29	0,03
Alentejo	423 641	472 831	1,45	1,54	6,80
Algarve	278 418	381 026	1,86	2,04	9,60
Região Autónoma dos Açores	93 308	110 038	1,30	1,33	2,60
Região Autónoma da Madeira	95 241	129 574	1,29	1,39	7,70

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

No espaço do SUL, o Alentejo detinha em 2011, de acordo com os dados preliminares dos censos, 62% das famílias, 55% dos alojamentos e 66% dos edifícios; complementarmente, o Algarve detinha 38% das famílias, 45% dos alojamentos e 34% dos edifícios.

O número de alojamentos por edifício era, em 2011, igual a 1,66 em Portugal, 1,90 no Algarve, 1,23 no Alentejo e 1,46 no SUL.

Entre 2001 e 2011, este indicador aumentou em todas as regiões do país (NUTSII). Em Portugal aumentou 3,5% (1,60 para 1,66), no Algarve 9,6% (1,73 para 1,90) e no Alentejo 1,5% (1,21 para 1,23), de acordo com o Quadro 17.

Quadro 17

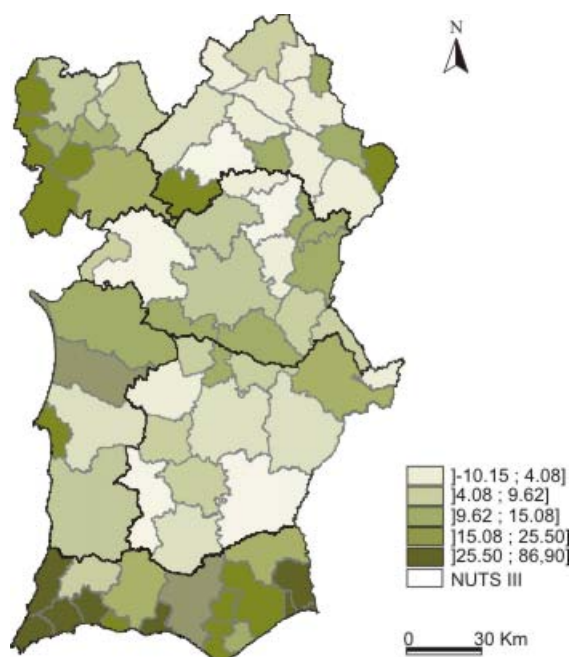
Número de edifícios e média de alojamentos por edifício, em Portugal, NUTSII, em 2011					
	Número de edifícios 2001	Número de edifícios 2011	Média de alojamentos por edifício 2001	Média de alojamentos por edifício 2011	Varição da média 2001-11 (%)
Portugal	3 160 043	3 550 823	1,60	1,66	3,5
Norte	1 100 329	1 210 720	1,47	1,53	4,1
Centro	992 321	1 113 420	1,26	1,30	3,0
Lisboa	394 520	450 574	3,28	3,30	0,5
Alentejo	349 946	384 791	1,21	1,23	1,5
Algarve	160 543	200 481	1,73	1,90	9,6
Região Autónoma dos Açores	87 585	98 850	1,07	1,11	4,5
Região Autónoma da Madeira	74 799	91 987	1,27	1,41	10,6

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

No SUL, o número de alojamentos é largamente superior ao número de famílias. O SUL possuía 492 663 famílias que residiam em 853 857 alojamentos; o Alentejo possuía 306 207 famílias residindo em 472 831 alojamentos e o Algarve possuía 186 456 famílias em 381 086 alojamentos.

Figura 20

Varição no nº de edifícios, no SUL, entre 2001 e 2011



Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

6. Análise de Clusters

Utilizámos a Análise de Clusters, considerando como variáveis de partida as duas variáveis principais: taxa de crescimento natural (TCN) e taxa de crescimento migratório (TCM), que retratam os dois tipos crescimento que estão na base do crescimento efectivo da população. Esta metodologia, apesar de exploratória, permite elaborar hipóteses cujos resultados serão posteriormente validados por aplicação de outros métodos estatísticos.

O objectivo deste exercício foi identificar regiões homogéneas quanto a comportamentos demográficos, de crescimento ou declínio, no espaço de todo o SUL. De acordo com os resultados da análise, a melhor opção mostrou-se a partição em 2 grupos, sendo o primeiro grupo (designado por Cluster 1) constituído por 55 municípios e o segundo (designado por Cluster 2) por 19.

O Cluster 1 distingue-se por apresentar valores das TCN extremamente baixos o que evidencia um significativo défice de nascimentos face ao número de óbitos ocorridos no período em análise (valor mínimo igual a -18,49% e máximo igual a -1,04%); relativamente às TCM, mostra uma fraca capacidade de atracção ou mesmo perda populacional por efeito das migrações, com uma taxa mínima de -10,22% e uma máxima de 9,97%.

Pelo contrário, o Cluster 2 é formado pelos municípios que se revelaram mais dinâmicos em função dos indicadores seleccionados, registando uma variação da relação entre os nascimentos e óbitos mais favorável (mínimo de -7,58% e máximo de 6,38%) e um saldo migratório bastante positivo (mínimo igual a 6,70% e máximo 22,88%) (ver Quadro 18).

Como é possível visualizar através da Figura 24, fazem parte do Cluster 2, os municípios alentejanos de Sines e Campo Maior; os municípios da Lezíria do Tejo de Azambuja, Almeirim, Benavente, Cartaxo e Salvaterra de Magos; e os algarvios de Albufeira, Aljezur, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila Real de Santo António.

Quadro 18

Resultados da Análise de Clusters ⁽¹⁾ , considerando as variáveis taxa de crescimento natural (TCN) e taxa de crescimento migratório (TCM), opção 2 clusters			
		Cluster 1	Cluster 2
Taxa de crescimento natural (TCN)	Total de municípios	55	19
	Média	-8,09	-0,71
	Mínimo	-18,49	-7,58
	Máximo	-1,04	6,38
Taxa de crescimento migratório(TCM)	Total de municípios	55	19
	Média	1,09	12,83
	Mínimo	-10,22	6,7
	Máximo	9,97	22,88

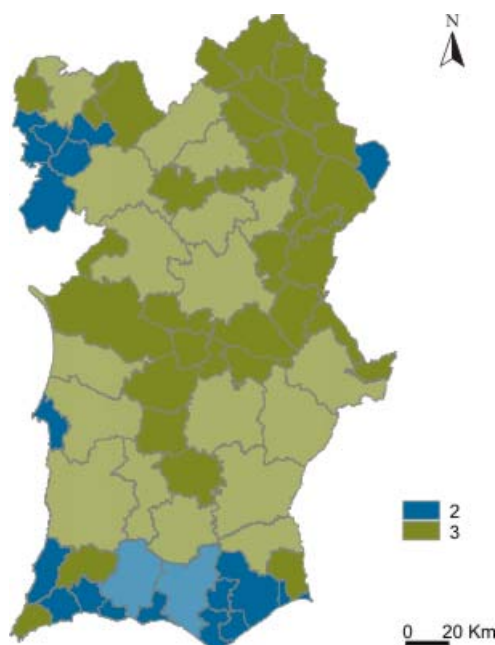
Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

⁽¹⁾ Utilização de métodos hierárquicos com optimização da solução com o k-means

Em termos de dinâmica demográfica em todo o Algarve somente os municípios de Alcoutim, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo são mais deprimidos quer em termos de saldo natural, quer migratório, daí não integrarem o Cluster 2.

Figura 21

Agrupamento de municípios, homogêneos, em função da conjugação de dois indicadores de dinâmica demográfica, taxas de crescimento natural e migratório (opção 2 clusters)



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria/INE

Também no que respeita à Lezíria do Tejo, apenas os municípios de Alpiarça, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior e Santarém se posicionam no cluster menos dinâmico, o Cluster 1.

Contrariamente, todo o Alentejo com excepção apenas para dois municípios, Sines e Campo Maior, se agrupa, de modo similar em torno de baixas taxas de crescimento natural e migratório, compondo o Cluster 1.

A enorme mancha perdedora em termos populacionais, no período entre os dois últimos censos realizados em Portugal, apesar de não surpreender não pode deixar de nos fazer reflectir sobre o futuro demográfico desta extensa área do País.

Parece não restar dúvida de que o SUL acolhe duas realidades demográficas: uma vasta região em declínio onde se morre em muito maior número de que se nasce, de onde se parte à procura de uma vida melhor, sendo igualmente muito pouco atractiva para os não naturais; uma outra, de menor extensão territorial, mas onde o saldo natural ainda é positivo, o número de entradas de novos residentes é muito superior ao de saídas, revelando-se uma região demograficamente activa e em pleno crescimento.

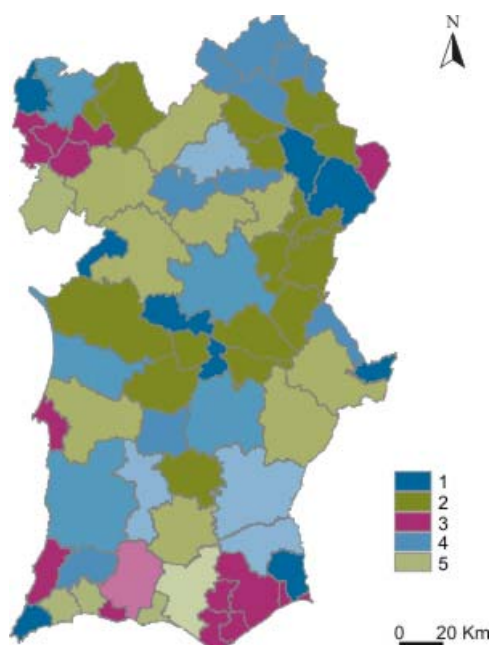
Olhando para o conjunto constitutivo de ambas, rapidamente concluímos que a quase totalidade dos municípios algarvios e toda a área da Lezíria do Tejo mais próxima do litoral, isto é, da região de Lisboa e do Oeste, formam uma mancha territorial caracterizada por uma realidade completamente distinta de todo o Alentejo ao qual podemos associar os municípios do interior do Algarve e da Lezíria do Tejo.

Notoriamente, estes dois conjuntos de municípios possuem características comuns que os tornam homogéneos e independentes um do outro. No entanto, levantou-se uma interrogação relativamente à possibilidade de distinguirmos neste espaço vastíssimo alguns comportamentos semelhantes entre si que permitam uma visão mais detalhada no interior destes dois grupos quase opostos em termos de crescimento demográfico.

Elaboraram-se novos cálculos, Usando a mesma metodologia, mas com uma opção de um maior número de clusters, analisámos como melhor opção a partição em 5 clusters (ver Figura 25).

Figura 22

Agrupamento de municípios, homogéneos, em função da conjugação de dois indicadores de dinâmica demográfica, taxas de crescimento natural e migratório (opção 5 clusters)



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria/INE

Na sequência desta nova análise, podemos diferenciar na região demograficamente mais activa, dois subgrupos, e, na mais deprimida, três (ver Quadro 19).

Começando por analisar a vasta região em declínio é possível distinguir um primeiro conjunto, cluster 1, com crescimento natural negativo (média de -5,0%) mas com migrações líquidas positivas (média +4,6%). Compõem este cluster os municípios de Odemira, Grândola, Elvas, Monforte, Évora, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Barrancos, Beja, Cuba, Rio Maior, Santarém, Castro Marim e Vila do Bispo. A maioria das capitais de distrito (com excepção de Portalegre e Faro) pertence a este grupo.

O Cluster 2, regista uma reduzida capacidade atractiva em termos de TCM's (média de +0,7%), mas o declínio da natalidade e a redução da mortalidade implicam TCN's muito gravosas (média -7,3%). Incluem-se neste cluster 27 dos 74 municípios: Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Alter do Chão, Arronches, Fronteira, Ponte de Sor, Portalegre, Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Montemor-o-Novo, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa, Almodôvar, Alvitto, Castro Verde, Ferreira do Alentejo, Moura, Serpa, Vidigueira, Alpiarça, Chamusca, Coruche, Golegã.

O Cluster 4 constitui o mais deprimido de todo o SUL, agrupando as TCN's mais baixas de todas (média -12,8%) e as únicas TCM's negativas de todo o conjunto (média de -1,6%). Este cluster agrupa os municípios de Mora, Avis, Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão, Nisa, Mourão, Sousel, Aljustrel, Mértola, Ourique, Alcoutim e Monchique.

Finalmente, a região de maior crescimento acolhe dois subgrupos que permitem alguma distinção, os clusters 3 e 5.

O cluster, designado por Cluster 3, caracteriza-se por TCM's elevadas (com uma média de +9,9%), mas com TCN's muito baixas ou, em alguns casos, até mesmo negativas (média de -2,0%). Fazem parte deste conjunto de municípios, Sines, Campo Maior, Azambuja, Almeirim, Cartaxo, Salvaterra de Magos, Aljezur, Faro, Lagoa, Olha, São Brás de Alportel, Silves, Tavira e Vila Real de Santo António.

Finalmente, um outro, denominado Cluster 5, regista as mais elevadas TCN's (média +3,0%) e TCM's (média +21,0%). Fazem parte deste último grupo os municípios de Benavente, Albufeira, Lagos, Loulé e Portimão.

Quadro 19

Resultados da Análise de Clusters, considerando as variáveis taxa de crescimento natural (TCN) e taxa de crescimento migratório (TCM), opção 5 clusters

		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5
Taxa de crescimento natural (TCN)	Total de municípios	14	27	14	14	5
	Média	-4,96	-7,3	-2,03	-12,75	2,96
	Mínimo	-8,99	-16,11	-7,58	-18,49	0,91
	Máximo	-1,04	-3,85	2,22	-7,24	6,38
Taxa de crescimento migratório(TCM)	Total de municípios	14	27	14	14	5
	Média	4,58	0,66	9,92	-1,56	20,96
	Mínimo	0,72	-4,44	6,7	-10,22	17,82
	Máximo	9,09	9,97	18,85	3,4	22,88

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

⁽¹⁾ Utilização de métodos hierárquicos com optimização da solução com o k-means

NOTAS FINAIS

A Região do País que designámos por SUL não se comportou demograficamente de modo homogéneo ao longo da última década. Pelo contrário, engloba duas NUTSII, Alentejo e Algarve, com características demográficas distintas, em termos de crescimento populacional, despovoamento, densidade e tendência migratória.

No entanto, estas duas NUTS com competências demográficas distintas entre si, acolhem no seu interior municípios que em termos populacionais se poderiam classificar de fronteira, aproximando-se comportamentalmente dos seus vizinhos pertencentes à outra NUTS.

De um modo geral, o Algarve cresceu a um ritmo acelerado, entre 2001 e 2011, sendo a região que, em todo o País, registou uma taxa de crescimento anual médio mais elevada, enquanto que o Alentejo continuou a exibir uma população em declínio, apresentando mesmo a maior diminuição de todas as regiões portuguesas naquele período. O SUL concentrou assim, o crescimento máximo e o cúmulo do declínio.

Deste contexto resulta uma região descrita por valores médios aos quais, pelo anteriormente exposto, reconhecemos pouco significado.

O Algarve teve, globalmente, um comportamento demográfico completamente distinto do Alentejo. Todavia, uma análise a uma escala mais desagregada, por exemplo, ao nível de município, permite identificar claramente que alguns municípios localizados nas regiões do interior se assemelhavam mais aos municípios alentejanos que lhes eram contíguos.

No Algarve, a população aumentou, o número de nascimentos ainda foi superior ao de óbitos ocorridos ao longo da década, os fluxos migratórios foram fortemente positivos, influenciados pela imigração, em particular, do sexo feminino, compensando os fluxos de entrada largamente os de saída. As zonas (predominantemente e medianamente) urbanas revelaram-se visivelmente ganhadoras em termos populacionais. Alguma transferência de residentes para as zonas rurais permitiu também ao Algarve contrabalançar o êxodo rural que se fez sentir ao longo da década.

As especificidades demográficas do Algarve, caracterizadoras de uma região dinâmica e acolhedora em termos populacionais, originaram que, em 2011, também a população presente fosse superior à residente.

Em oposição, no Alentejo a população presente era menor do que a residente, o que mostra, à partida, que um elevado número de residentes se teria ausentado da região, procurando fora da sua área de residência melhores condições de trabalho e de vida.

A população do Alentejo entrou em declínio ainda mais acentuado na primeira década do Séc. XXI, perdendo 3,1 vezes mais população do que na década anterior, maioritariamente por influência directa do desequilíbrio entre óbitos e nascimentos ocorridos na região, responsável por um défice de -38 511 habitantes.

A capacidade de atracção de imigrantes, internos e externos, relativamente à perda de residentes por efeito da emigração (quer dirigida ao estrangeiro, quer para outras regiões do País), apenas compensou em cerca de 54% aquela perda. Se excluirmos a Lezíria do Tejo desta análise, o saldo migratório positivo apenas reduziu o dano provocado pelo saldo natural negativo em aproximadamente 22%.

Com uma população em declínio, o Alentejo tornou-se ainda mais despovoado e a distribuição territorial da população agravou a tendência de uma muito baixa densidade populacional que, em termos médios, já o caracteriza.

Em contraposição, o crescimento populacional do Algarve favoreceu a concentração e fez aumentar globalmente a densidade.

No entanto, os acréscimos na densidade populacional do Algarve (15,8%) e na Lezíria (3,4%), foram superiores na década de 90. Pelo contrário, o despovoamento das restantes NUTSIII do Alentejo foi superior na década de 2001-2011. O Alentejo Litoral e o Central, inverteram um ligeiro aumento da densidade registado na década de 90 (1,5% e 0,2%, respectivamente) e diminuíram a sua densidade populacional (-2,3% e -3,5%). As regiões que mais perderam na última década foram o Alto e o Baixo Alentejo (-6,4% e -6,3%) acentuando as perdas já registadas na década de 90 (-5,6% e -5,5%).

Porém, como já foi referido, existiam realidades demográficas distintas no interior de cada NUTSII.

No Algarve persistiam alguns municípios cujo comportamento demográfico se identificava mais com o do Alentejo do que com a região a que pertencem: Alcoutim e Monchique constituíam um claro exemplo.

A região tradicionalmente designada por Alentejo até 2012, que incluía apenas as NUTSIII, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, revelou um comportamento demográfico muito semelhante, com exceções muito pontuais, como sejam os municípios de Sines e Campo Maior.

A NUTSIII, Lezíria do Tejo, pelo contrário, incluía apenas 6 municípios que se assemelhavam demograficamente ao restante Alentejo: Alpiarça, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior e Santarém.

Todos os outros municípios exibiam características demográficas distintas, de crescimento e vitalidade, por efeito de proximidade do litoral e da Área Metropolitana de Lisboa.

Na última década, primeira deste século, o conjunto formado pelas freguesias predominantemente e medianamente urbanas passou a representar uma proporção superior a 3/4 da população total residente no SUL enquanto que a constituída pelo número de habitantes das predominantemente rurais regrediu para menos de 25%.

No Alentejo, as freguesias predominantemente urbanas ganharam o dobro dos residentes que perderam (2,2 vezes mais); as medianamente urbanas perderam 2,4 vezes mais habitantes do que conseguiram atrair; e, as zonas predominantemente rurais perderam 5,1 vezes mais população do que captaram.

Nestes saldos entre entradas e saídas de população, designados por migrações líquidas, incluem-se as deslocações de residentes, a partir da região, de e para o estrangeiro, os movimentos inter-regiões, em ambos os sentidos, no interior da própria região, acrescidos, neste caso, pelo denominado êxodo rural versus atracção urbana, entre freguesias pertencentes às diferentes tipologias.

Comparativamente, em todo o SUL, o número de famílias aumentou muito mais do que o número de indivíduos residentes. Significa que se verificou uma desagregação das famílias numerosas em famílias de menor dimensão?

Entre 2001 e 2011, a região do Continente que mais aumentou o número de famílias foi o Algarve (25%) e a que teve o menor aumento foi o Alentejo (5%).

Contudo, a dimensão média das famílias, que em Portugal se reduziu em termos gerais, em 25%, no Algarve registou uma diminuição de 23% e no Alentejo de 17%.

Esta diminuição clara, permite antever um aumento do número de famílias unipessoais e de famílias constituídas por apenas dois elementos.

A redução verificada na dimensão média das famílias no nosso País, reflecte, para além de outros factores, o efeito do declínio da natalidade e um nível de fecundidade da população portuguesa feminina cada vez mais próximo de um filho, em média, por mulher. O corte de $\frac{1}{4}$ numa família clássica média composta por casal com dois filhos, implica a possibilidade de um incremento significativo do número de famílias constituídas por casal apenas com um filho.

Esta alteração na dimensão média da família, já vinha sendo constatada nas últimas décadas. No entanto, a quebra verificada nesta última década em regiões como o Norte do País (29%), ou as Regiões Autónomas dos Açores (38%) e da Madeira (45%), tradicionalmente diferenciados por famílias de maior dimensão, vem mudar o panorama nacional, tornando-o, neste aspecto, mais similar.

Em 2011, cada família possuía, em média, 2 alojamentos no Algarve enquanto que no Alentejo cada família dispunha, em média, de 1,5 alojamentos. Em Portugal, o número de alojamentos por família atingia, em média, um valor ligeiramente menor, 1,4.

Este antagonismo entre a região “mais” e a “menos” dinâmica, que lembramos começou no referente ao crescimento populacional, o mais elevado verificado no Algarve (14%) e o maior declínio no Alentejo (-2,3%), também se observou no aumento registado no número de alojamentos (37% versus 12%) e no crescimento do número de edifícios (25% contra 10%, respectivamente).

Se se observa um aumento maior no número de alojamentos do que de famílias, poder-se-ia admitir a possibilidade de um número crescente de segundas habitações ou um acréscimo do número de alojamentos devolutos. De notar ainda, que um maior aumento do número de alojamentos relativamente ao de edifícios poderá significar um aumento da construção em altura, nas diferentes regiões em estudo.

Apesar do número de alojamentos por edifício ser, obviamente, superior na região de Lisboa (3,3) o Algarve consolidou a segunda posição neste ranking (1,9) em 2011, tendo crescido cerca de 10% entre 2001 e 2011. O Alentejo apresentou neste rácio também o segundo valor mais baixo ao nível nacional (1,2) apenas superado pelos Açores (1,1).

O Algarve registou na última década a segunda maior taxa de crescimento do número de alojamentos por edifício, somente ultrapassada a nível nacional pela Região Autónoma da Madeira (11%). O Alentejo, contrariamente, ostentou a taxa de crescimento mais baixa do País (1,5%).

Em síntese, em 2011, observamos uma vasta região, a sul do País, caracterizada na sua maior extensão por um acentuado declínio demográfico, em contraste com uma faixa localizada no litoral algarvio que denota uma intensa vitalidade demográfica no contexto nacional. Acresce actualmente àquele litoral, um reduzido conjunto de municípios geograficamente contíguos que, devido à sua proximidade da Grande Lisboa, se comportam igualmente com grande dinamismo.

Alentejo e Algarve são assim realidades demográficas quase opostas coabitando na mesma região sul do País. Os resultados preliminares dos Censos 2011, revelaram o acentuar de velhas tendências e um agravar das descontinuidades territoriais, com um interior cada vez mais despovoado, que se estende agora até à costa atlântica. A dicotomia litoral versus interior parece tender a desaparecer, tal como a importância das cidades “capitais regionais” desvanece comparativamente às décadas passadas. Em particular, a expectativa de recuperação de algum dinamismo originado pelas migrações na última década do século passado parece perdida. Somente alguns municípios algarvios contrariam vigorosamente esta tendência.



*PORTUGAL
(des)continuidades
demográficas
- Norte e Centro
litoral 2011*

Autora: Maria Cristina Sousa Gomes

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, Unidade de Investigação GOVCOPP, Universidade de Aveiro.

mcgomes@ua.pt

Resumo:

Estando Disponíveis os Resultados Preliminares do Censo 2011 importava caracterizar os principais aspectos da evolução populacional. Numa perspectiva regional, procurou-se desenvolver um primeiro exercício de caracterização, com vista a apreender as continuidades e descontinuidades demográficas. Esta análise foi estruturada com base nos eixos litoral – interior.

Desta primeira leitura, dos Resultados Preliminares do Censo 2011, ressalta no Norte Centro Litoral uma heterogeneidade crescente de que decorrem continuidades e rupturas.

Palavras Chave: População, Dinâmica populacional, Crescimento natural, Crescimento migratório, Dinâmicas populacionais regionais.

Abstract:

Being available the Preliminary Results of Census 2011 it was important to characterize the main features of the population evolution. In a regional perspective one tries to develop a first characterization exercise in order to understand the demographic continuities and discontinuities. This analysis was structure based on the comparison of the interior and the coastal area.

At a first glance, from the Preliminary Results of the Census, the North Central coastal region highlights a growing heterogeneity arising continuities and ruptures.

Key words: Population, Population dynamics, Natural growth, Migration growth, Regional population dynamics.

*Portugal demographic
- (dis)continuities in 2011
- North and Central
coastal Regions*

Introdução

Estando disponíveis os Resultados Preliminares do Censo de 2011, um primeiro desafio que se colocou, para uma análise demográfica, foi o de apreender as continuidades e descontinuidades que os processos/dinâmicas das populações envolvem. Assim, importava perceber se em 2011 a litoralização se acentuava ou diluía, se as contiguidades se afirmavam ou se emergiam novas configurações/novos padrões de relacionamento dos comportamentos demográficos no território.

Considerando o Norte e Centro do País a opção de análise procurou caracterizar e compreender as assimetrias e rupturas da evolução da população que percorrem estas regiões. A dicotomia norte-sul foi-se progressivamente reconfigurando numa assimetria litoral-interior que marca estas regiões em análise. A divisão das Nuts II e III foi feita, por isso, considerando esta fractura, daí a opção de análise decorrer centrada no litoral e no interior separadamente. Mais do que definir um critério de delimitação, o interesse era o de proceder a uma caracterização estruturada nos eixos litoral e interior, abarcando assim a continuidade que a transposição de Nuts II interrompe. Portanto, o litoral, que é considerado na análise que agora se apresenta, integrou do Norte as Nuts III Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga; do Centro as Nuts III Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Dão-Lafões, Oeste e Médio Tejo.

Convém ainda referir que embora, nesta primeira perspectiva de análise, se tenha previsto um tratamento específico das áreas metropolitanas, ao abordar o Norte litoral, não era possível deixar de considerar a Nuts III Entre Douro e Vouga apesar de integrar a área metropolitana do Porto. A sua ligação territorial com as Nuts contíguas e relação funcional levaria a um hiato que dissiparia algumas das mudanças demográficas que entretanto se foram delineando.

Embora a análise tenha recaído, principalmente, no período temporal 2001-2011, foi introduzida informação relativa ao período 1991-2001, para uma melhor contextualização dos dados apresentados. Quanto à delimitação das Nuts III foi utilizada a do Censo 2011, tendo sido compatibilizados, nesta organização, os dados dos Censos anteriores.

Não queria terminar sem deixar o meu agradecimento ao INE e aos seus Técnicos, que acompanharam a preparação da Conferência e em muito contribuíram para a organização da informação que agora se apresenta.

1. Distribuição Espacial e Crescimento da População Residente

1.1 Evolução da População Residente

Um primeiro comentário global, recai, necessariamente, sobre a evolução do volume da população, tanto mais que se trata do que, à partida, ressalta de um dos primeiros apuramentos de dados do Censo.

Considerando o volume da população residente pode referir-se que, entre 1991 e 2011, na NUTS II Norte a população aumentou ao longo do tempo, o mesmo não aconteceu no Centro que registou uma diminuição do total de residentes em 2011, relativamente a 2001, após ter visto a sua população aumentar nesta data

relativamente a 1991. No entanto, nas Nuts III que integram o litoral verificou-se, nos 3 momentos censitários, um aumento da população residente. Assim, apesar de globalmente na Nuts II Norte se verificar um aumento populacional esse aumento foi sobretudo devido ao crescimento das Nuts III do Litoral, uma vez que as Nuts III do interior viram o número de residentes diminuir. No Centro, as Nuts III do Litoral registam sempre um aumento populacional, enquanto as do interior registam um decréscimo.

Quadro 1

Evolução da população residente no Norte em 1991, 2001 e 2011			
População residente	1991	2001	2011
Norte	3 472 715	3 687 293	3 689 713
Norte litoral	1 830 979	1 981 427	1 992 779
Norte interior	473 936	445 186	410 795

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Quadro 2

Evolução da população residente Centro em 1991, 2001 e 2011			
População residente	1991	2001	2011
Centro	2 258 768	2 348 397	2 327 026
Centro litoral	1 721 887	1 828 137	1 844 403
Centro interior	536 881	520 260	482 623

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

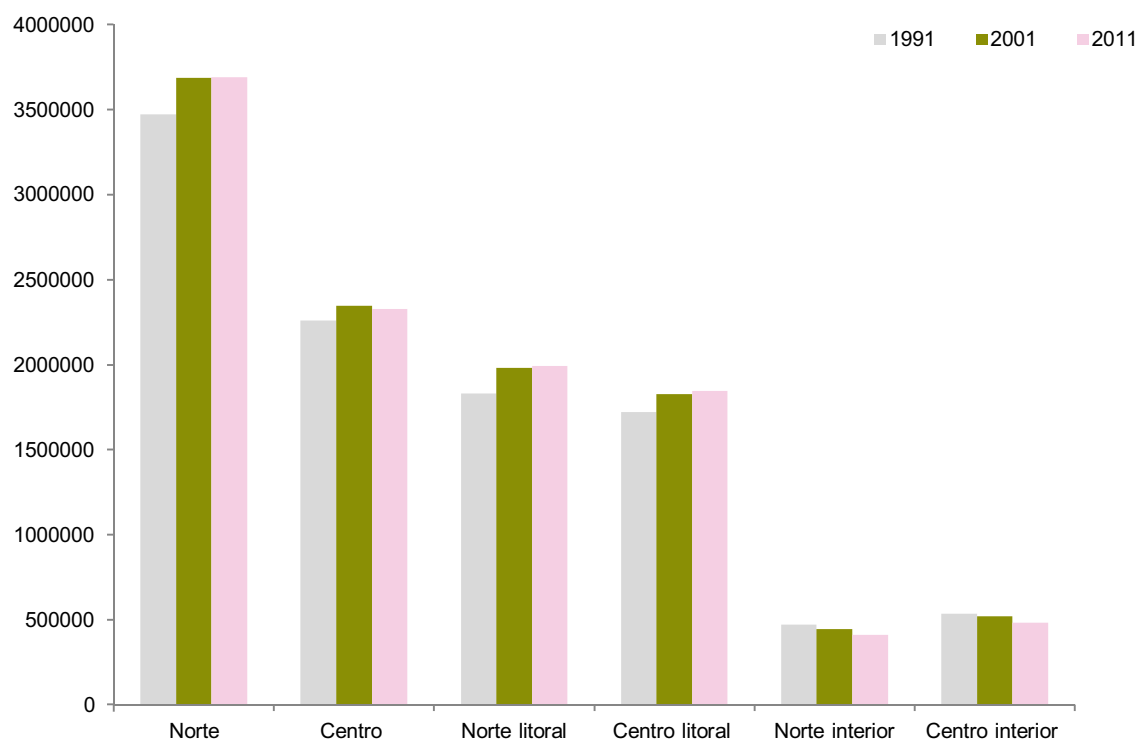
Vouga a população residente para além de ter, no seu conjunto, aumentado foi, progressivamente, compreendendo uma maior proporção do total da população residente no Norte. Assim, em 1991 correspondia a 52.7% do total da população, em 2001 correspondia a 53.7% e em 2011 a 54%.

Numa leitura de contrastes, um primeiro contraste destaca-se no crescimento da população com a tendência de perda no interior e de aumento no litoral, Norte e Centro.

Nas Nuts III do Norte Litoral: Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Entre Douro e

Figura 1

População Residente nas Nuts II Norte/ Centro, Norte e Centro litoral, Norte e Centro interior em 1991, 2001 e 2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Quadro 3

População residente (HM) NUTS III Norte litoral em 1991, 2001 e 2011			
População residente	1991	2001	2011
Minho-Lima	250 059	250 275	244 947
Cávado	353 267	393 063	410 608
Ave	466 074	509 968	511 303
Tâmega	509 209	551 309	550 804
Entre Douro e Vouga	252 370	276 812	275 117
Total NUTS III (litoral)	1 830 979	1 981 427	1 992 779
Percentagem da população litoral relativamente ao Norte	52,70%	53,70%	54,00%

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Importa salientar algumas diferenças entre as várias Nuts III, embora de 1991 para 2001 a tendência seja a de um aumento generalizado da população residente, em 2011 o mesmo não acontece. Em três (Minho-Lima, Tâmega e Entre Douro e Vouga) das cinco Nuts há perda de residentes, perda essa mais intensa no Minho-Lima que rondou os 5328 indivíduos, seguindo-se Entre Douro e Vouga com uma perda de cerca de 1695 indivíduos e, por fim, o Tâmega com menos 505 residentes.

Quadro 4

População residente (HM) NUTS III Centro litoral em 1991, 2001 e 2011			
População residente	1991	2001	2011
Baixo Vouga	350 424	385 724	390 707
Baixo Mondego	328 858	340 309	332 153
Pinhal Litoral	224 334	250 990	261 378
Dão-Lafões	282 462	286 313	278 015
Oeste	314 390	338 711	361 134
Médio Tejo	221 419	226 090	221 016
Total NUTS III (litoral)	1 721 887	1 828 137	1 844 403
Percentagem da população litoral relativamente ao Centro	76,20%	77,80%	79,30%

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

À semelhança do Norte Litoral, também no Centro litoral se verifica uma tendência de a população aumentar abrangendo, sucessivamente, uma maior proporção de população relativamente ao Centro. Assim, em 1991 representava cerca de 76.2% da população, em 2001 77.8% e em 2011 79.3%.

Porém, a concentração no Litoral faz-se de forma desigual. Se de 1991 para 2001, tal como aconteceu no Norte Litoral, em todas as Nuts se regista um acréscimo populacional, de 2001 para 2011, três das seis Nuts III perderam população, nomeadamente: Baixo-Mondego, com menos 8156 residentes, Dão-Lafões com menos 8298 residentes, e Médio Tejo, com menos 5074 residentes.

1.2 População Residente e Presente

Neste primeiro apuramento dos dados do Recenseamento é facultada informação relativa à população presente e residente. Esta informação é sobretudo interessante pelas hipóteses que suscita, por indiciarem movimentações da população com reflexos na composição da população por sexos. Trata-se, por isso, de uma primeira reflexão com necessidade de aprofundamento e comparação com os dados definitivos do Recenseamento, mas que reveste o interesse inerente à percepção das alterações de dinâmicas.

Relativamente à variação da população residente entre 1991-2001 regista-se um acréscimo, entre os recenseados, mais intenso no Norte que no Centro, de destacar ainda que o acréscimo foi mais ténue entre as mulheres no Norte e entre os homens no Centro. Já entre 2001 e 2011 o Norte regista um ligeiro aumento de população, enquanto o Centro perde residentes. Nas duas regiões, entre 2001 e 2011, verifica-se uma perda de homens, contudo mais intensa no Centro. No Centro regista-se, ainda, uma perda entre as mulheres. Considerando estas diferenças importa, então, analisar o contraste entre as Nuts no litoral. Entre 1991 e 2001 quer o Norte quer o Centro litorais têm um crescimento global positivo, porém, mais intenso no Norte. Os homens apresentam um crescimento mais intenso no Norte e as mulheres no Centro. No interior verifica-se uma perda generalizada de população.

Quanto à população presente no Norte litoral em 2001, por comparação com o que acontecia em 1991, assiste-se a uma variação positiva de homens (7.50%), enquanto nas mulheres esse crescimento é menor. No Centro litoral verifica-se o contrário, é nas mulheres que o acréscimo, entre as presentes, é mais elevado (5.23%) relativamente aos homens (4.50%).

Entre 2001-2011 a variação da população presente regista valores inferiores aos da década anterior. No Norte litoral e no Centro litoral a presença das mulheres é mais intensa que a dos homens.

Da atracção desigual entre os sexos pode depreender-se a existência deslocamentos que podem indiciar migrações. Suposição que pode ser reforçada quando ponderadas as diferenças entre a população residente e a população presente. Assim, considerando a variação da população residente e da população presente, entre 1991 e 2001, notam-se os valores mais significativos na população residente o que se altera na década seguinte, sendo mais significativas as variações entre a população presente. Por outro lado as perdas entre os homens residentes podem consubstanciar alterações de tendências com a possibilidade de, entretanto, se terem desencadeado deslocamentos – migrações.

Quadro 5

Variação da População Residente e Presente Nuts II, Norte e Centro litoral entre 1991-2001 e 2001-2011												
População residente	Residente 1991-2001			Residente 2001-2011			Presente 1991-2001			Presente 2001-2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Norte	6.18	6.30	6.07	0.07	-0.75	0.83	4.67	4.50	4.84	1.29	0.48	2.03
Norte Litoral	8.22	8.71	7.75	0.57	-0.21	1.31	7.09	7.50	6.71	1.09	0.11	2.00
Norte Interior	-6.07	-7.05	-5.12	-7.73	-8.63	-6.88	-5.30	-6.19	-4.46	-6.87	-7.22	-6.54
Centro	3.97	3.95	3.98	-0.91	-1.73	-0.15	2.64	2.33	2.93	-0.09	-0.94	0.68
Centro Litoral	6.17	6.12	6.22	0.89	-0.00	1.72	4.88	4.50	5.23	1.55	0.59	2.42
Centro Interior	-3.10	-3.06	-3.13	-7.23	-7.83	-6.68	-4.57	-4.73	-4.43	-5.89	-6.40	-5.43

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

1.3 Concentração Populacional versus Despovoamento

Da evolução da população ressalta a concentração da população residente no litoral. Tal como se referiu, o conjunto de Nuts III que integram o Norte litoral, comparativamente com a Nuts II Norte, em 1991, 2001 e 2011 representa 52.7%, 53.7 e 54.0%, respectivamente. No entanto, do ponto vista territorial, estas Nuts III, corresponde a 42.3% da área do Norte. O oposto do que se verifica com as Nuts III do interior Norte que compreende cerca de 57.7% da área da Nuts Norte.

No Centro a diferença quanto às áreas não é tão pronunciada (48.3% litoral, 51.7% interior), contudo, do ponto de vista populacional, o litoral reúne cerca de 76.2% em 1991, 77.8% em 2001 e 79.3% da população em 2011 contra os cerca de 20% que nos 3 momentos censitários o interior representava.

Este aumento populacional e concentração no litoral manifestam-se num aumento da densidade média, mais intenso entre 1991 e 2001 que entre 2001 e 2011. No Norte a densidade aumenta de cerca de 163 habitantes por Km² em 1991, para os cerca de 173.2 em 2001 e 173.3 em 2011. No Norte Litoral a expressão e aumento da densidade ganham maior intensidade passando de cerca de 223.5 residentes por Km² em 1991, para 241.9 em 2001 e 243.3 em 2011.¹

Quadro 6

Densidade Média (habitantes por km ²) 1991, 2001 e 2011			
NUTS III	1991	2001	2011
Norte	163.15	173.23	173.34
Norte litoral	223.52	241.89	243.27
Norte interior	38.60	36.25	33.45
Centro	80.10	83.28	82.52
Centro litoral	126.38	134.17	135.37
Centro interior	36.84	35.70	33.11

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

¹ Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado). INE 2006

No Centro (Nuts II) depois do aumento da densidade entre 1991 e 2001 verificou-se um decréscimo de 83.28 habitantes por Km² para 82.52, o que não se verificou nas Nuts do litoral em que a densidade aumentou, de 1991 para 2001 de 126.38 para 134.17 habitantes por Km² e para 135.17 em 2011.

No Norte litoral é na Nuts III do Ave que se encontra a maior densidade média, considerando os três momentos censitários, atingindo em 2011 os 410 habitantes por Km². Também em 2011 é a Nuts do Cávado que se segue quanto à densidade populacional, tendo suplantado, neste conjunto, a Nuts de Entre Douro e Vouga que, em 1991 e 2001, tinha uma densidade que lhe conferia uma posição relativa superior. A Nuts do Minho-Lima é a que apresenta, nos três momentos, a menor densidade média tendo-se mantido quase que inalterada de 1991 para 2001 e decrescendo de 112.8 para 110.4 habitantes por Km² em 2011. No Tâmega também se verifica uma ligeira diminuição, de 2001 para 2011, de 210.45 para 210.26 habitantes por Km².

Quadro 7

Densidade Média (habitantes por km ²) 1991, 2001 e 2011, Nuts III Norte			
NUTS III	1991	2001	2011
Norte	163.15	173.23	173.34
Norte litoral	223.52	241.89	243.27
Norte Interior	38.60	36.25	33.45
Minho-Lima	112.70	112.80	110.40
Cávado	283.57	315.51	329.60
Ave	374.09	409.32	410.39
Tâmega	194.38	210.45	210.26
Entre Douro e Vouga	292.99	321.37	319.40

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

No Centro é no Baixo Vouga que a densidade média é mais elevada em 1991, 2001 e 2011, verificando-se um crescimento constante nos três momentos, o mesmo acontece no Pinhal litoral e no Oeste. Se de 1991 para 2001 em todas as Nuts houve um aumento da densidade média, de 2001 para 2011 verificam-se alterações com inversão das tendências verificadas. Assim, em Dão-Lafões e no Médio Tejo além da diminuição da densidade média de, respectivamente, 82.06 para 79.69 e de 98.05 para 95.85 habitantes por Km², importa salientar que esta densidade, em 2011, é inferior à registada em 1991. No Baixo Mondego também se verificou uma diminuição da densidade média mas que não teve um impacto tão acentuado como nas Nuts anteriormente mencionadas.

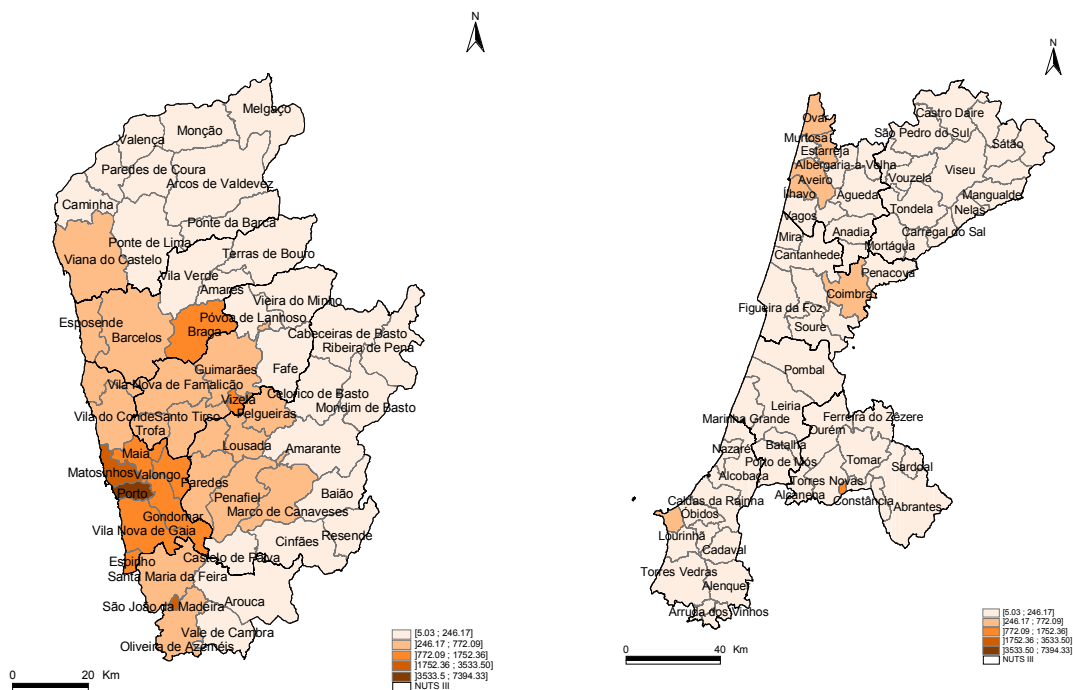
Quadro 8

Densidade Média (habitantes por km ²) 1991, 2001 e 2011, Nuts III Centro			
NUTS III	1991	2001	2011
Centro	80.10	83.28	82.52
Centro Litoral	126.38	134.17	135.37
Centro interior	36.84	35.70	33.11
Baixo Vouga	194.29	213.87	216.63
Baixo Mondego	159.42	164.97	161.02
Pinhal Litoral	128.66	143.95	149.90
Dão-Lafões	80.96	82.06	79.69
Oeste	141.61	152.56	162.66
Médio Tejo	96.02	98.05	95.85

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 2

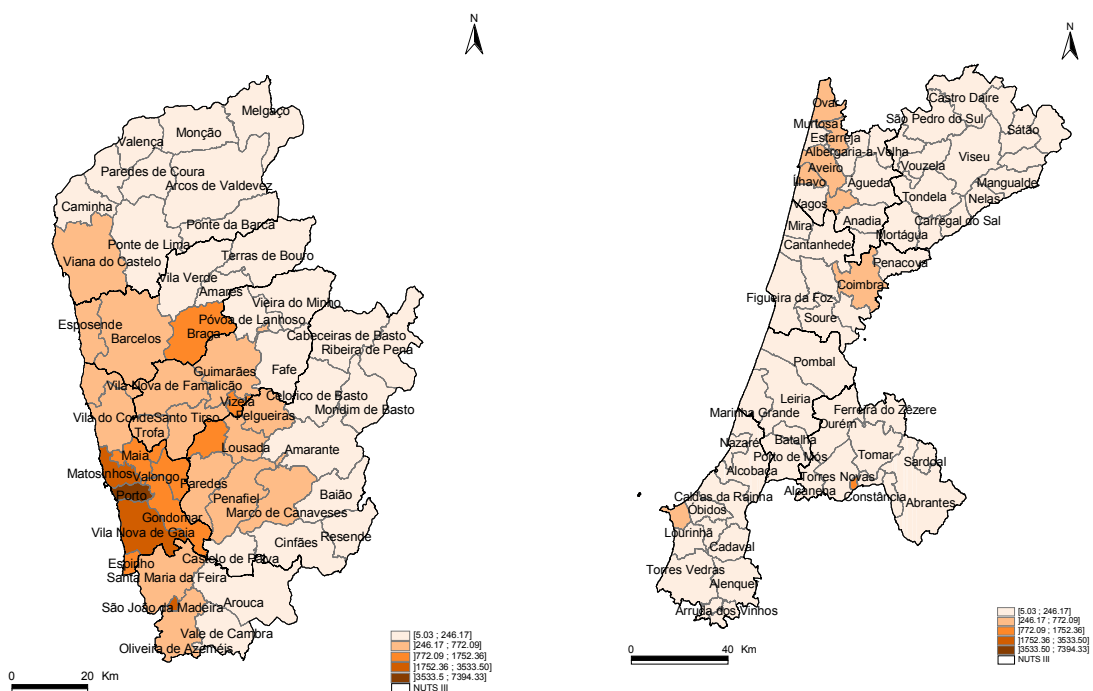
População residente: densidade populacional, 2001



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001

Figura 3

População residente: densidade populacional, 2011



Fonte INE-Resultados Preliminares do Recenseamento da População 2011

Dos Cartogramas concelhios depreende-se a concentração urbana que se sobrepõe e acompanha a rede urbana e redes viárias sugerindo a continuidade de um efeito de atracção e fixação.

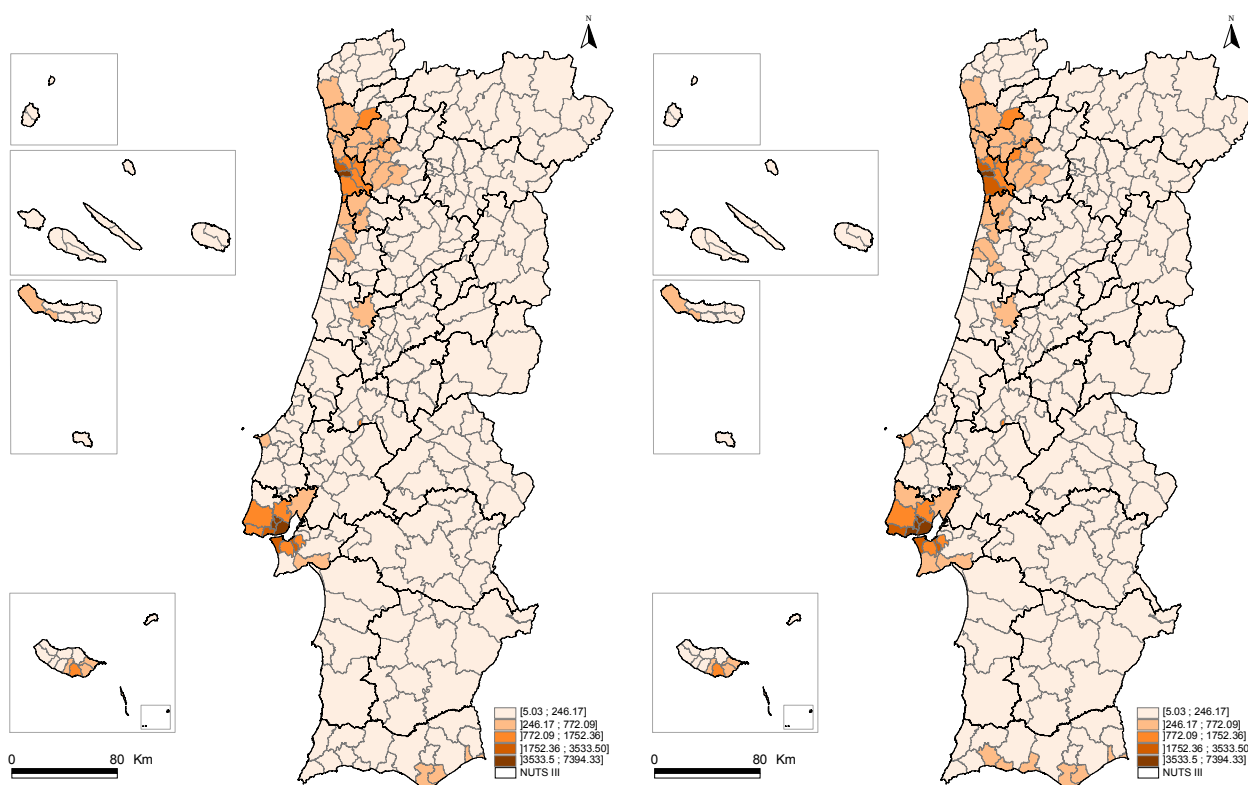
No Norte litoral há uma coroa que parte do Grande Porto e que progressivamente se esbate, sobressaindo, depois, Braga, Vizela, Santo Tirso e S. João da Madeira.

No Centro litoral há um ponteadado, a norte, que engloba os concelhos de Ílhavo, Aveiro, Estarreja e Ovar que surge na continuidade de Entre Douro e Vouga. Depois, ressaltam Coimbra, Entroncamento e Peniche.

Convém notar que utilizando uma escala que acompanhe o país se esbatem dinâmicas que são importantes, a uma escala local/regional, por reflectirem pólos de dinâmica ou atractividade. Estes pólos podem ser indutores de crescimento ou de uma actividade que, mesmo sem crescimento, e não menos importante, podem ter capacidade de retenção de população. No entanto, numa visão de conjunto nacional relativizam-se as densidades e torna-se óbvia a concentração urbana.

Figura 4

Densidade populacional em Portugal, 2001 e 2011



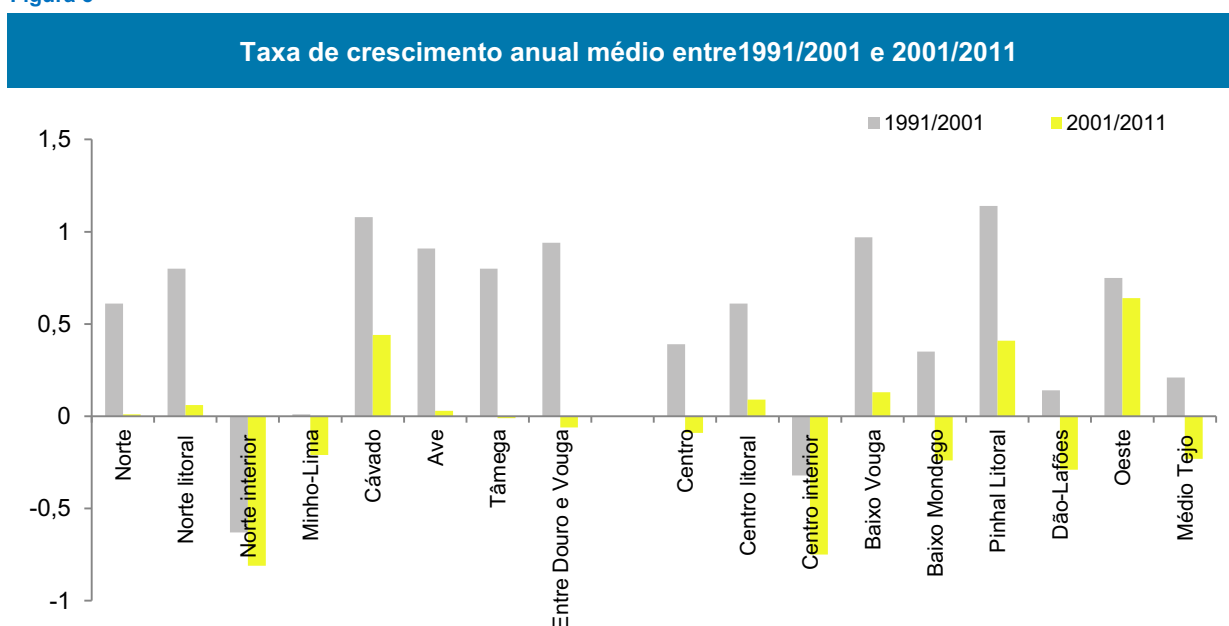
Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

2. Crescimento Populacional

2.1 Crescimento Anual Médio

A evolução da taxa de crescimento anual médio (tcam) expressa o sentido do crescimento populacional.

Figura 5



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

O crescimento entre 1991/2001 foi mais intenso na Nuts II Norte que o registado no País e mais intenso, também, que o registado no Centro que, por sua vez, foi inferior ao do País. No entanto, considerando a distinção litoral/interior nos conjuntos das Nuts litorais as taxas de crescimento são mais intensas do que a da NUTS II respectiva, sendo particularmente mais significativa no Norte litoral 0.80% contra os 0.61% do Centro litoral².

Entre 2001 e 2011 o crescimento foi globalmente menor, reflectindo o abrandamento da dinâmica populacional, tendo-se mesmo verificado uma perda populacional no Centro (Nuts II). O Centro litoral tende a apresentar, novamente, uma tcam positiva, ainda que próxima de zero, contudo mais intensa do que a Nuts II em que se insere.

Quadro 9

Taxa de crescimento anual médio 1991/2001 e 2001/2011		
	1991/2001	2001/2011
Portugal	0.49	0.19
Norte	0.61	0.01
Norte litoral	0.80	0.06
Norte interior	-0.63	-0.81
Minho-Lima	0.01	-0.21
Cávado	1.08	0.44
Ave	0.91	0.03
Tâmega	0.80	-0.01
Entre Douro e Vouga	0.94	-0.06
Centro	0.39	-0.09
Centro litoral	0.61	0.09
Centro interior	-0.32	-0.75
Baixo Vouga	0.97	0.13
Baixo Mondego	0.35	-0.24
Pinhal Litoral	1.14	0.41
Dão-Lafões	0.14	-0.29
Oeste	0.75	0.64
Médio Tejo	0.21	-0.23

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

² Taxa de Crescimento Anual Médio – $\log P_n/P_0 = n \log (1+a)$ (Nazareth:1988, 165)

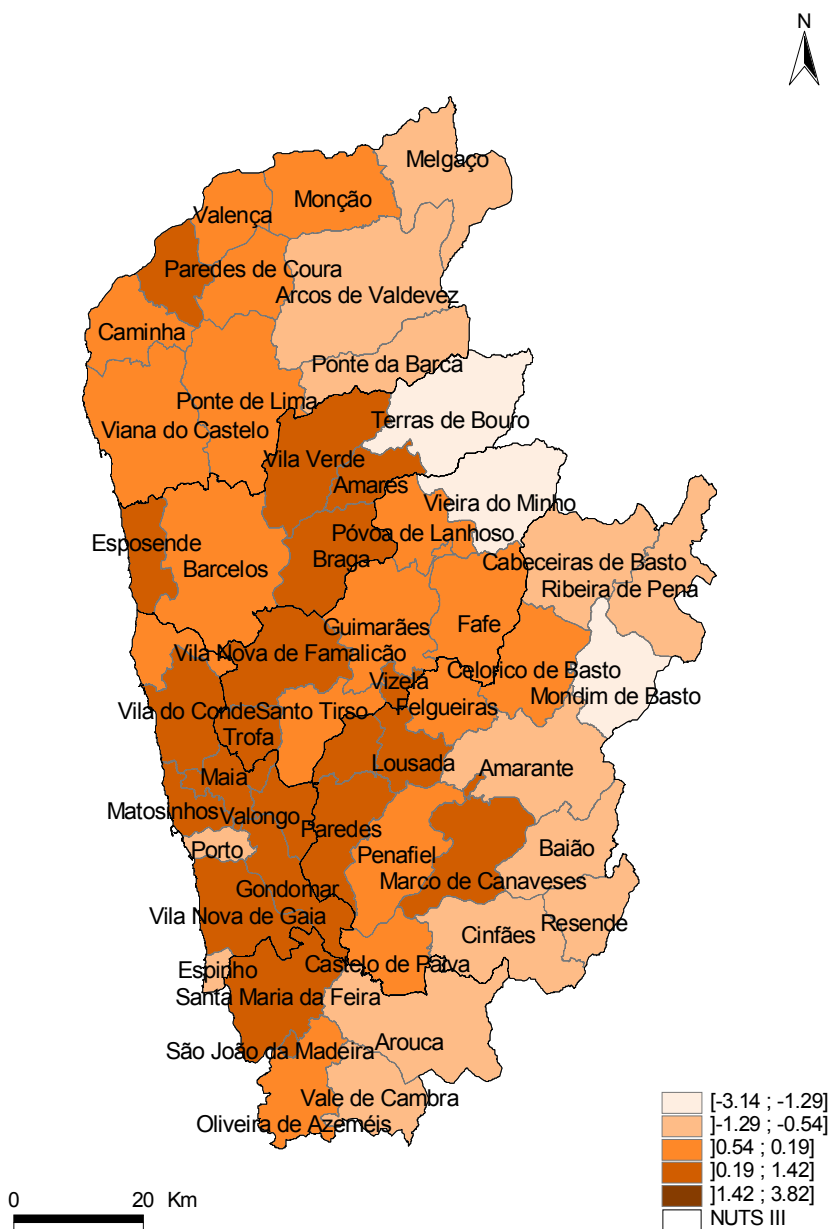
Uma apreciação mais desagregada da tcam permite apreender oscilações que pressupõem dinâmicas populacionais com intensidades diferentes, assim como movimentos de atracção e repulsão da população.

De facto, ainda que o litoral possa apresentar uma dinâmica mais intensa encontra-se marcado por contrastes, por descontinuidades, que comportam uma perda de dinamismo populacional. O litoral não é, por isso, uniforme e esta heterogeneidade representa uma diversidade de padrões de ganhos e perdas populacionais assim como de algum abrandamento do crescimento populacional.

Entre 1991 e 2001, a tcam varia entre 0.01% no Minho-Lima e 1.08% no Cávado. De salientar a divergência do Minho-Lima, neste conjunto, já que as outras Nuts (Tâmega, Ave e Entre Douro e Vouga) registaram crescimentos superiores a 0.8%, isto é um crescimento médio superior a 0.8 por cada cem pessoas e por cada ano.

Figura 6

Taxa de crescimento anual médio Norte Litoral 2001-2011



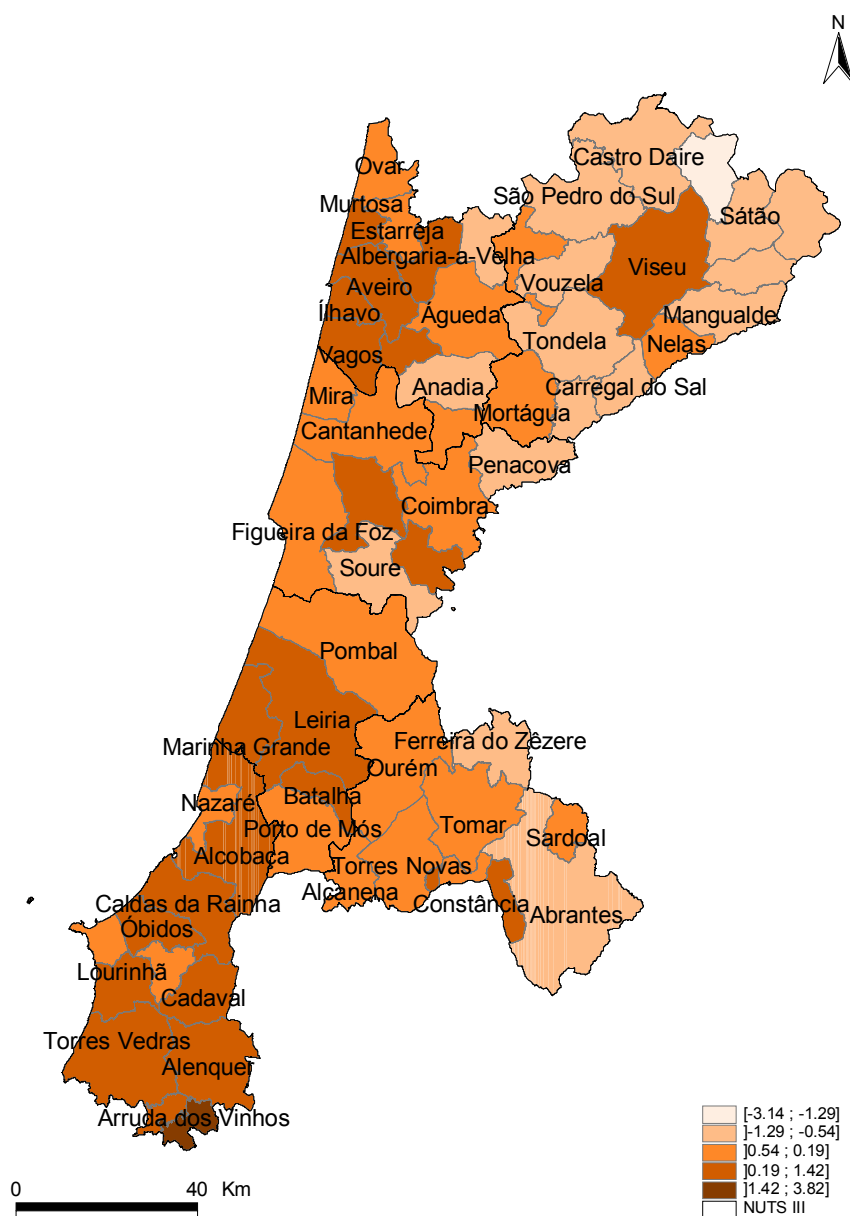
Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

Entre 2001 e 2011, três Nuts III têm uma tcam negativa, sendo a mais baixa a registada no Minho-Lima (-0.21%). Ou seja, verifica-se uma perda populacional que surge na continuidade de um menor crescimento registado na década anterior. Também o Tâmega e Entre Douro e Vouga têm tcam negativas de -0.01 e -0.06%, respectivamente. Deste indicador ressalta a mudança de tendência em Nuts, que em períodos anteriores, se mostravam dinâmicas e atractivas. Mesmo no Ave o crescimento é próximo de zero (0.03%) e no Cávado ronda os 0.44%.

No Centro litoral, entre 1991 e 2001, todas as Nuts III têm um crescimento positivo, contudo as três que registam as taxas mais ténues, inferiores ao conjunto das Nuts do litoral, são: Dão-Lafões, Médio Tejo e Baixo Mondego que, na década seguinte 2001/2011, apresentam uma tcam negativa. A Nuts III do Oeste é a que apresenta o maior crescimento.

Figura 6 a)

Taxa de crescimento anual médio Centro Litoral 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

Em 1991/2001 dos 44 concelhos que integram o Norte litoral, 29 registam uma tcam positiva e 15 negativa (Baião, Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira, Valença, Cinfães, Celorico de Basto, Vieira do Minho, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Monção, Melgaço, Resende, Mondim de Basto, Terras de Bouro e Ribeira de Pena). É relevante salientar a sua localização: são concelhos mais exógenos situados na Nuts Minho-Lima, ou, os que situados nos limites das Nuts, se encontram na ligação com os concelhos do interior.

Em 2001/2011 o número de concelhos que regista uma tcam positiva diminui dos 29 para 16. São por isso 27 os concelhos com crescimento negativo, isto é quase tantos como os que, na década anterior, registaram um crescimento positivo.

No Centro, dos 62 concelhos que integram o litoral, 37 tiveram uma tcam positiva entre 1991 e 2001, diminuindo para 26 em 2001/2011. Ou seja, nesta última década são 36 os concelhos com uma tcam negativa, valor ainda inferior ao registado no período anterior.

Para melhor ilustrar esta diversidade de contrastes, perceptível nos cartogramas, pode referir-se que nos concelhos do litoral, entre 1991 e 2001 os valores vão dos -1.38% em Ribeira de Pena (menos de cerca de 1.38 habitantes por cada 100 residentes e por cada ano) aos 2.5% no Entroncamento (mais 2.5 habitantes por cada 100 pessoas e cada por ano) e entre 2001 e 2011, -1.70% em Vila Nova de Paiva e 2.62% em Arruda dos Vinhos.

Entre 2001 e 2011, os concelhos que apresentam um crescimento mais intenso são os litorais/urbanos com funções administrativas, sedes de concelho/distrito ou na confluência de eixos viários que prolongam o crescimento que se encontra em áreas contíguas.

No Norte litoral, na Nuts Minho-Lima, Vila Nova de Cerveira é o concelho que apresenta a tcam mais elevada (0.49%) da unidade territorial, mesmo superior a Viana do Castelo (0.02%) apresentando uma inflexão face ao que acontecia na década anterior em que o concelho tinha perdido população (-0.33%).

Braga regista, no Norte litoral, o crescimento mais intenso em 2011 com cerca de 1.02%, mesmo assim, relativamente à década anterior, esse crescimento é menor uma vez que tinha sido de 1.53%. Na continuidade, e em torno de Braga, conjuga-se um cordão de concelhos, das Nuts Cávado e Ave, que registam elevados crescimentos, nomeadamente Vila Verde (0.25%), Amares (0.20%), Vila Nova de Famalicão (0.48%) e Esposende (0.31%), este último não de forma contígua. No seguimento do Grande Porto surge um outro cordão integrando: Paredes (0.43%), Paços de Ferreira (0.61%), Lousada (0.55%), Vizela (0.48%) e Marco de Canaveses (0.22%). Este conjunto marca uma separação relativamente aos concelhos envolventes que registam crescimentos inferiores, ou mesmo perdas populacionais como é o caso de Amarante (-0.55%), Baião (-0.85%), Resende (-0.84%) e Cinfães (-0.93%).

Na ligação com o Centro litoral e Grande Porto sobressaem ainda, em Entre Douro e Vouga, Santa Maria da Feira (0.25%) e S. João da Madeira (0.27%). No Baixo Vouga, Aveiro (0.68%), Ílhavo (0.36%), Vagos (0.33%) e Murtosa (1.12%) constituem um contínuo em que se regista um crescimento intenso. Na Nuts contígua: Dão-Lafões apenas Viseu em uma tcam positiva (0.63%), todos os concelhos da Nuts, e envolventes deste último, apresentam perdas populacionais.

No Baixo Mondego crescem os concelhos de Condeixa-a-Nova (1.13%) e Montemor-o-Velho (0.29%), Coimbra perde população invertendo o que acontecia entre 1991 e 2001.

No Pinhal Litoral perdem população os dois concelhos mais interiores da Nuts Pombal e Porto de Mós. Os restantes apresentam um crescimento que, no actual quadro de crescimento nacional, não pode deixar de ser considerado significativo: Batalha 0.54%, Leiria 0.62%, Marinha Grande 0.83%. Quanto a este último concelho importa ainda salientar que este crescimento de 2001-2011 é superior ao registado entre 1991-2001 (0.59%).

No Oeste, com excepção do concelho do Bombarral que tem uma ligeira perda populacional de -0.13%, todos os concelhos registam crescimento e em cinco deles um crescimento superior ao registado no anterior período intercensitário (Nazaré 0.01%, Óbidos 0.72%, Arruda dos Vinhos 2.62%, Lourinhã 1.01%, Sobral de Monte Agraço 1.30% e Torres Vedras 0.96%). No caso da Nazaré e de Óbidos houve uma recuperação face à década anterior em que se tinha verificado uma perda de população. Sem dúvida que este cenário se deve à continuidade e contiguidade de Lisboa, bem como às mudanças que decorrem da abertura de novos eixos viários.

O Médio Tejo apresenta uma perda generalizada de população com excepção dos concelhos de Constância e Entroncamento que têm crescimento populacional intenso, na ordem, de 0.62 e 1.06% ao ano.

2.2 Crescimento Natural, Migratório e Efectivo 2001-2011

Que as dinâmicas populacionais se atenuaram e são profundamente contrastantes no Portugal de 2011 é o que resulta da análise das taxas de crescimento natural e migratório³.

Quadro 10

Saldos natural e migratório, crescimento efectivo e respectivas taxas entre 2001 – 2011						
	Saldo natural	Saldo migratório	Crescimento efectivo	Taxa de crescimento efectivo	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório
Portugal	17 527	182 209	199 736	1.93	0.17	1.76
Norte	48 062	-45 642	2 420	0.07	1.30	-1.24
Minho-Lima	-8 369	3 041	-5 328	-2.13	-3.34	1.22
Cávado	15 350	2 195	17 545	4.46	3.91	0.56
Ave	13 339	-12 004	1 335	0.26	2.62	-2.35
Tâmega	18 786	-19 291	-0 505	-0.09	3.41	-3.50
Entre Douro e Vouga	5 572	-7 267	-1 695	-0.61	2.01	-2.63
Centro	-62 625	41 254	-21 371	-0.91	-2.67	1.76
Baixo Vouga	1 184	3 799	4 983	1.29	0.31	0.98
Baixo Mondego	-8 055	-0 101	-8 156	-2.40	-2.37	-0.03
Pinhal Litoral	1 981	8 407	10 388	4.14	0.79	3.35
Dão-Lafões	-8 030	-0 268	-8 298	-2.90	-2.80	-0.09
Oeste	-3 739	26 162	22 423	6.62	-1.10	7.72
Médio Tejo	-7 981	2 907	-5 074	-2.24	-3.53	1.29

Fonte INE-Recenseamento da População em 2001, Resultados Preliminares 2011 e Estatísticas Demográficas 2001-2011

Em Portugal o crescimento efectivo deve-se sobretudo ao crescimento migratório, uma vez que o crescimento natural é muito ténue. Na Nuts II Norte o crescimento efectivo é próximo de zero, sendo o crescimento natural que mais contribui para esse crescimento, uma vez que o crescimento migratório é negativo. Já no Centro o crescimento efectivo é negativo tendo particular importância a diminuição do crescimento natural.

No entanto, entre as várias Nuts III há algumas diferenças. Em três o crescimento efectivo é negativo Minho-Lima, Tâmega e Entre Douro e Vouga, sendo particularmente mais intensa a diminuição de população no Minho-Lima (-2.13%), principalmente devido à diminuição do crescimento natural. Pelo contrário, no Tâmega e Entre Douro e Vouga a diminuição de crescimento deve-se ao crescimento migratório de -3.5 e -2.63%. No Ave as perdas registadas no saldo migratório foram ainda compensadas pelo crescimento natural. Apenas no Cávado se registou um crescimento natural e migratório positivos, sendo mais intenso o natural.

3 Saldo Natural “Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo”.(INE, 2006)

Saldo Migratório” Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo”. (INE, 2006)

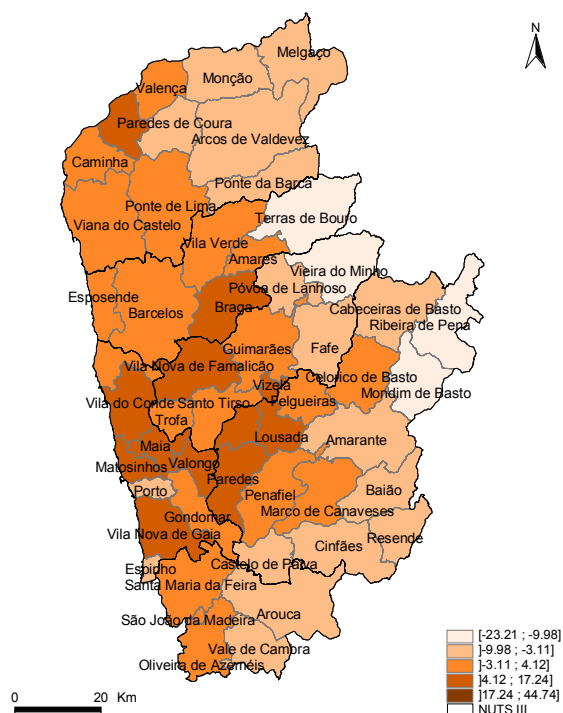
Taxa de Crescimento Efectivo “Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes)”. (INE, 2006)

Taxa de Crescimento Migratório “Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes)”- (INE,2006)

Taxa de Crescimento Natural “Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²)ou 1000 (10³) habitantes)”. (INE, 2006)

Figura 7

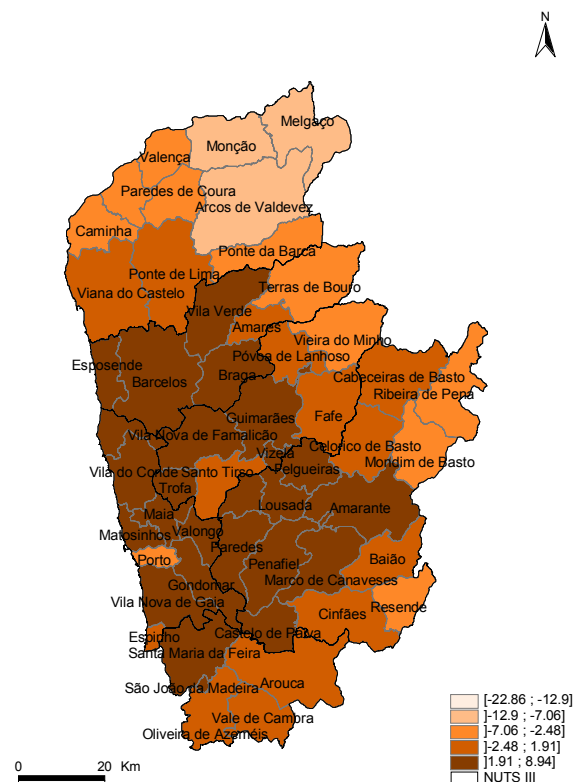
População residente: taxa de crescimento efectivo no Norte Litoral, 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001, Resultados Preliminares 2011

Figura 7 a)

População residente: taxa de crescimento natural no Norte Litoral, 2001-2011

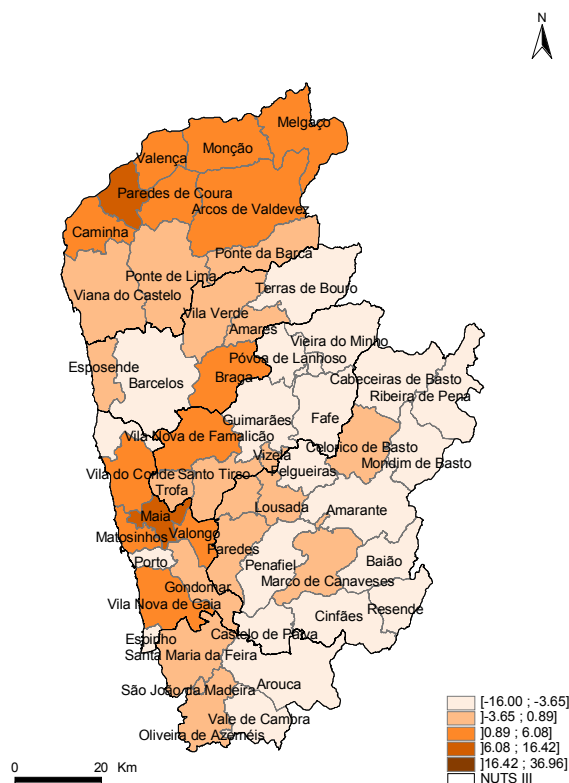


Fonte INE-Recenseamento da População em 2001, Resultados Preliminares 2011 e Estatísticas Demográficas 2001-2011

No Centro litoral só as Nuts do Baixo Vouga e do Pinhal Litoral registam crescimento natural e migratório positivo mas, em ambas, o crescimento migratório é mais intenso, particularmente no Pinhal Litoral que atinge os 3.35%. O Oeste que regista o crescimento efectivo mais intenso, 6.62%, deve-o ao crescimento migratório que compensa movimento natural negativo. No Baixo Mondego e Dão-Lafões verifica-se uma perda de população que resulta da combinação do saldo natural e migratório negativos, sendo mais intenso em Dão-Lafões. No Médio Tejo, o saldo migratório positivo não foi suficiente para ultrapassar o saldo natural negativo e assim garantir o crescimento populacional. A existência de saldos migratórios negativos e em contrapartida alguns positivos denotam a repulsão e atractividade que os concelhos exercem, o que é importante para compreensão

Figura 7 b)

População residente: taxa de crescimento migratório no Norte Litoral, 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001, Resultados Preliminares 2011 e Estatísticas Demográficas 2001-2011

dos impactos populacionais e das mudanças recentes em curso. Esta atractividade/repulsão pode fazer ressaltar a importância de dinâmicas locais e dinâmicas sócio económicas que importará estudar.

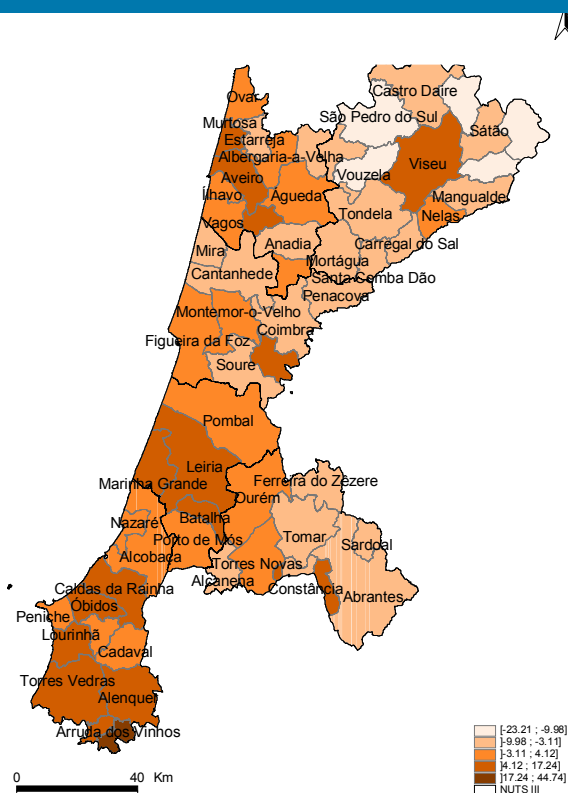
Dos 44 concelhos que se agrupam no Norte litoral 27 apresentam um crescimento efectivo positivo, contra os 27 com taxa crescimento efectivo negativo. Cerca de 23 concelhos apresentam uma taxa crescimento natural positiva, enquanto que 21 a têm negativa, 15 concelhos têm uma taxa crescimento migratório positiva e 28 negativa.

Os concelhos com crescimento natural mais intenso situam-se no centro do Norte litoral, constituindo um centro bem demarcado compreendendo Paredes, Paços de Ferreira, Lousada, Braga, Vizela, Felgueiras Penafiel, Marco de Canaveses e Vila Nova de Famalicão que se vai diluindo à media que se nos deslocamos para os concelhos do Minho-Lima e em direcção ao interior.

Com crescimento migratório intenso distingue-se Vila Nova de Cerveira com 10.27% seguindo-se Braga com 5.27%, Monção 4.99%, Valença 4.44%, Melgaço 2.35% e Caminha 2.04%. De facto, o crescimento migratório apresenta maior intensidade nos concelhos do Minho-Lima e entre alguns do Cávado e Ave, sendo o contraste com os concelhos limítrofes mais nítido do que acontecia com o crescimento natural.

Figura 8

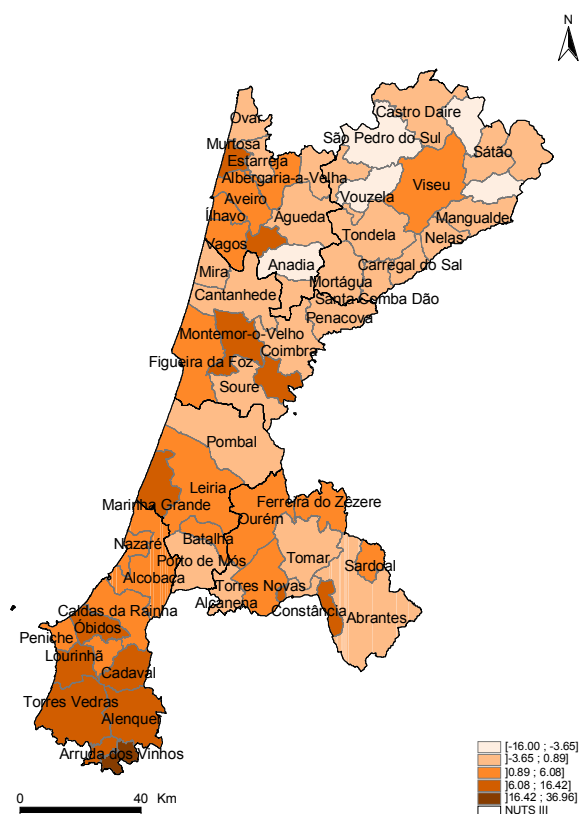
População residente: taxa de crescimento efectivo no Centro Litoral, 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001, Resultados Preliminares 2011

Figura 8 a)

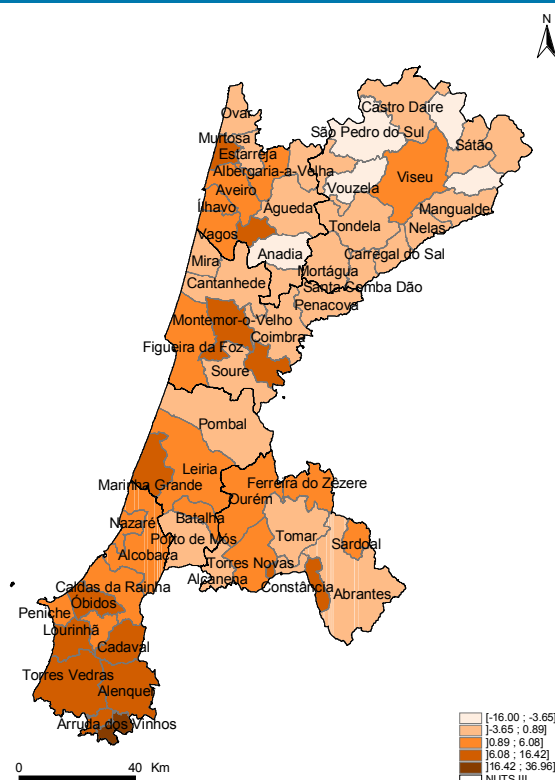
População residente: taxa de crescimento natural no Centro Litoral 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001, Resultados Preliminares 2011 e Estatísticas Demográficas 2001-2011

Figura 8 b)

População residente: taxa de crescimento migratório no Centro Litoral, 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001, Resultados Preliminares 2011 e Estatísticas Demográficas 2001-2011

Dos 62 concelhos que se agrupam no Centro litoral 26 apresentam uma taxa crescimento efectivo positiva, mas em 36 é negativa. 14 concelhos têm uma taxa crescimento natural positiva, contra os 48 em que é negativa. O crescimento migratório é positivo em 36 concelhos e negativo em 26 concelhos.

No Centro litoral os concelhos que fazem fronteira com o interior, ou que mais se afastam do litoral, apresentam uma dinâmica populacional substancialmente mais ténue, com mais perdas populacionais. No entanto, alguns concelhos litorais também apresentam perdas populacionais acentuadas como acontece nomeadamente com Mira ou Cantanhede. O crescimento é mais intenso nos concelhos em que há uma dinâmica social e administrativa implantada. Assim, sobressai o concelho de Viseu que na Nuts Dão-Lafões cresce quando todos os outros perdem população. No Baixo Vouga há um crescimento intenso que se prolonga de Aveiro para norte até à Murtosa, compreendendo Albergaria-a-Velha e que se alarga, de forma mais atenuada, até Ovar, Ílhavo e Vagos. No Baixo Mondego o concelho de Coimbra perde população, registando-se um crescimento nos concelhos limítrofes de Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho.

No Pinhal Litoral regista-se, globalmente, um intenso crescimento com perdas localizadas nos concelhos de ligação: Pombal na ligação com o Baixo Mondego e Porto de Mós na ligação com o Médio Tejo.

No Oeste o crescimento é também globalmente intenso, mas é o, particularmente, nos concelhos de ligação à Grande Lisboa: Arruda dos Vinhos (29.55%, concelho com o crescimento mais intenso do Centro litoral), Sobral de Monte Agraço (13.79%), Torres Vedras (10.03%), Lourinhã (10.55%), Óbidos (7.49%) e Caldas da Rainha (5.73%). Não deixa de ser interessante notar que, neste sentido de sul para norte, se verifica uma diminuição da intensidade do crescimento. Nesta Nuts só no Bombarral se registou uma perda de população devido à diminuição da dinâmica natural.

No Médio Tejo há uma divisão entre os concelhos que ligam ao Pinhal Litoral e os que ligam ao interior, sendo esta divisão responsável pelo sentido do crescimento. De qualquer forma destacam-se pelos aumentos populacionais os concelhos do Entroncamento (11.15%) e Constância (6.37%) na ligação com a Lezíria do Tejo

2.3 Comportamento das Zonas Rurais e Atractividade Populacional das Zonas Urbanizadas

Na região Norte litoral verifica-se que em 2001 há uma maior proporção de população em áreas urbanas (Mediamente ou Predominantemente Urbanas) 49.9% contra os 3.8% que reside em áreas Predominantemente Rurais⁴. Proporções que expressam um “peso urbano” mais significativo que na Região Norte (excluindo a Nuts III do Grande Porto). Em 2011 esta tendência de concentração urbana foi reforçada pelo que 50.6% da população se situa em áreas urbanas e 3.4% em áreas rurais.

Ainda que a proporção de famílias a residir em áreas consideradas urbanas, comparativamente a toda a Nuts II, tenha diminuído (de 61.5% para 47.6%) a atracção pelo urbano foi acompanhada pela maior concentração de alojamentos e de edifícios em Áreas Mediamente e Predominantemente Urbanas. Paralelamente, há uma menor proporção de famílias em Áreas Predominantemente Rurais.

Quadro 11

População residente, famílias, alojamentos e edifícios em 2011 Áreas Predominantemente rurais e Áreas urbanas (Áreas predominantemente Urbanas e Mediamente Urbanas) em 2001 e 2011								
	2001				2011			
	População residente (HM)	Famílias	Alojamentos	Edifícios	População residente (HM)	Famílias	Alojamentos	Edifícios
Norte	3 687 293	1 211 590	1 613 781	1 100 329	3 689 713	1 341 445	1 849 181	1 210 720
Norte litoral	1 981 427	802 404	807 634	604 993	1 992 779	684 670	934 567	690 082
APR	140 657	56 743	76 175	74 402	124 095	45 578	82 983	81 435
AMU+APU	1 840 770	745 661	731 459	530 591	1 868 684	639 092	851 584	608 647
%APR Norte	3.8	4.7	4.7	6.8	3.4	3.4	4.5	6.7
%AMU+APU	49.9	61.5	45.3	48.2	50.6	47.6	46.1	50.3
%APR Norte Litoral	7.1	7.1	9.4	12.3	6.2	6.7	8.9	11.8
%AMU+APU Norte Litoral	92.9	92.9	90.6	87.7	93.8	93.3	91.1	88.2

Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

Na região Centro litoral verifica-se, igualmente, uma maior atracção pelo urbano, tendência que se acentua de 2001 para 2011. A população residente em áreas urbanas aumenta de 62.3% para 64.8%. Simultaneamente, a população a residir em Áreas Predominante Rurais diminui de 15.6% para 14.5%. As famílias também tendem a concentrar-se nas áreas urbanas passado de 61.0 em 2001 para 64.8% em 2011, diminuindo nas áreas rurais de 15.7% para 14.3%. Os alojamentos apresentam um acréscimo nas áreas urbanas de 56.7% para 78.7% e uma diminuição, nas Áreas Predominantemente Rurais de 16.4 para 15.8%. Os edifícios, ainda que com uma variação muito ligeira, tendem a ter maior expressão nas Áreas Mediamente e Predominantemente Urbanas.

Quadro 12

População residente, famílias, alojamentos e edifícios em Áreas Predominantemente rurais e Áreas urbanas (Áreas predominantemente Urbanas e Mediamente Urbanas) em 2001 e 2011								
	2001				2011			
	População residente (HM)	Famílias	Alojamentos	Edifícios	População residente (HM)	Famílias	Alojamentos	Edifícios
Centro	2 348 397	848 286	1 254 701	992 321	2 327 026	914 716	1 450 268	1 113 420
Centro litoral	1 828 137	650 263	917 162	706 156	1 844 403	716 534	1 078 164	802 904
APR	366 226	133 200	206 069	197 264	337 132	130 842	229 559	219 293
AMU+APU	1 461 911	517 063	711 093	508 892	1 507 271	585 692	848 605	583 611
%APR Centro	15.6	15.7	16.4	19.9	14.5	14.3	15.8	19.7
%AMU+APU Centro	62.3	61.0	56.7	51.3	64.8	61.7	78.7	72.7
%APR Centro litoral	20.0	20.5	22.5	27.9	18.3	18.3	21.3	27.3
%AMU+APU Centro litoral	80.0	79.5	77.5	72.1	81.7	81.7	78.7	72.7

Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

⁴ Conferir com as definições de Áreas Predominantemente Rurais (APR), Mediamente Urbanas (AMU) e Predominantemente Urbanas (APU) disponíveis no INE na meta informação <http://metaweb.ine.pt>

Quadro 13

Variação da População Residente, Famílias, Alojamentos e Edifícios em Áreas Predominantemente rurais e Áreas urbanas (Áreas predominantemente Urbanas e Mediamente Urbanas) entre 2001 e 2011				
	População residente (HM)	Famílias	Alojamentos	Edifícios
	%			
Norte	0.1	10.7	14.6	10.0
Norte litoral	0.6	-14.7	15.7	14.1
APR	-11.8	-19.7	8.9	9.5
AMU+APU	1.5	-14.3	16.4	14.7
Centro	-0.9	7.8	15.6	12.2
Centro litoral	0.9	10.2	17.6	13.7
APR	-7.9	-1.8	11.4	11.2
AMU+APU	3.1	13.3	19.3	14.7

Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

Considerando, complementarmente, a variação percentual da população residente, famílias, alojamentos e edifícios, torna-se clara a perda de população e famílias nas Áreas Predominantemente Rurais, perda mais intensa no Norte litoral que no Centro litoral. É também evidente a tendência de concentração nas Áreas Mediamente e Predominantemente Urbanas em todas as variáveis, com excepção das famílias que, no Norte, sofreram uma diminuição, mesmo assim mais intensa nas Áreas Predominantemente Rurais.

2.4 Evolução de Alojamentos, Edifícios e Famílias

Tal como se verificou com os outros indicadores, o litoral tende a apresentar maior dinamismo. A variação mais intensa é a que se verifica nos alojamentos, comparativamente com as variações entre o número de famílias e edifícios. Embora só entre a população residente se encontrem variações negativas, que traduzem perda populacional, entre as Nuts que perderam população encontra-se uma tendência para o crescimento das famílias ser menos intenso. No entanto, este crescimento do número de famílias pressupõe a continuação da diminuição da sua dimensão média, tendência que acompanha a evolução da população de censos anteriores.

Globalmente verifica-se que o maior ou menor dinamismo regional se repercute em todas as variáveis. Como é perceptível no gráfico⁵.

⁵ Embora o gráfico de linhas não seja a melhor opção considerando o tipo de variáveis, manteve-se pela visibilidade que permite

Quadro 14

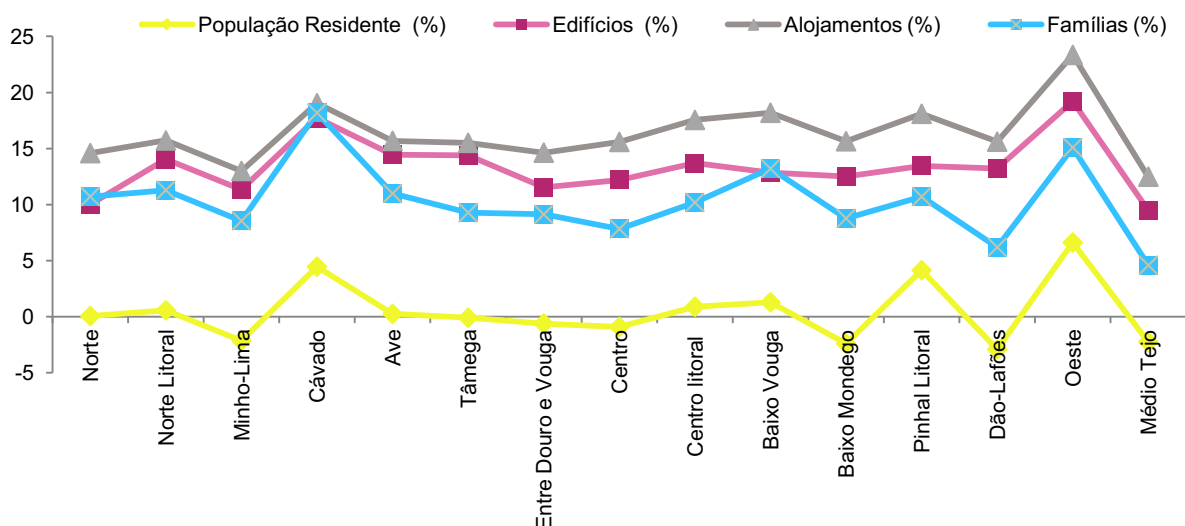
Varição Percentual, entre 2001-2011, da População Residente, Edifícios, Alojamentos e Famílias

	População residente (HM)	Famílias	Alojamentos	Edifícios
	%			
Norte	0.07	10.03	14.59	10.72
Norte Litoral	0.57	14.06	15.72	11.29
Minho-Lima	-2.13	11.35	13.00	8.55
Cávado	4.46	17.72	19.04	18.18
Ave	0.26	14.44	15.68	10.99
Tâmega	-0.09	14.40	15.51	9.28
Entre Douro e Vouga	-0.61	11.54	14.63	9.13
Centro	-0.91	12.20	15.59	7.83
Centro litoral	0.89	13.70	17.55	10.19
Baixo Vouga	1.29	12.86	18.19	13.21
Baixo Mondego	-2.40	12.51	15.65	8.77
Pinhal Litoral	4.14	13.46	18.10	10.71
Dão-Lafões	-2.90	13.21	15.61	6.20
Oeste	6.62	19.22	23.35	15.09
Médio Tejo	-2.24	9.48	12.49	4.59

Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 9

Varição Percentual, entre 2001-2011, da População Residente, Edifícios, Alojamentos e Famílias



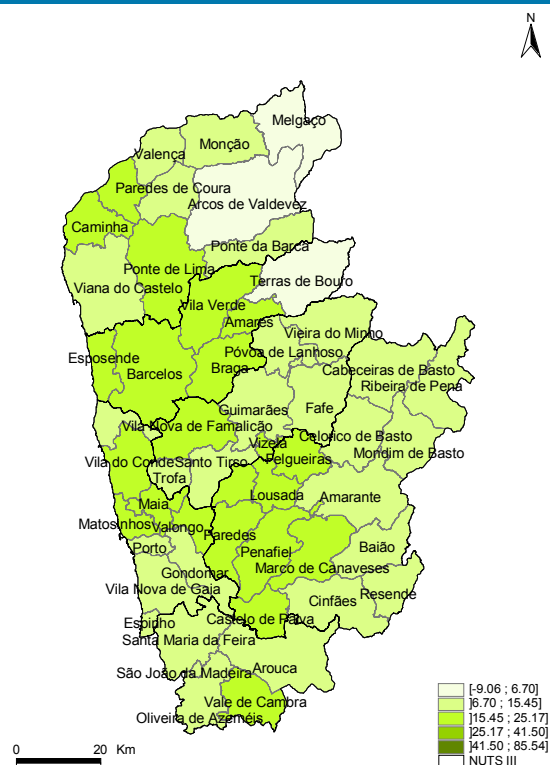
Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

Do ponto de vista territorial a análise dos cartogramas permite a percepção da heterogeneidade crescente que se encontra em 2011.

Quanto aos alojamentos a concentração acompanha a rede urbana e redes viárias sugerindo o prolongamento de uma urbanização difusa.

Figura 10

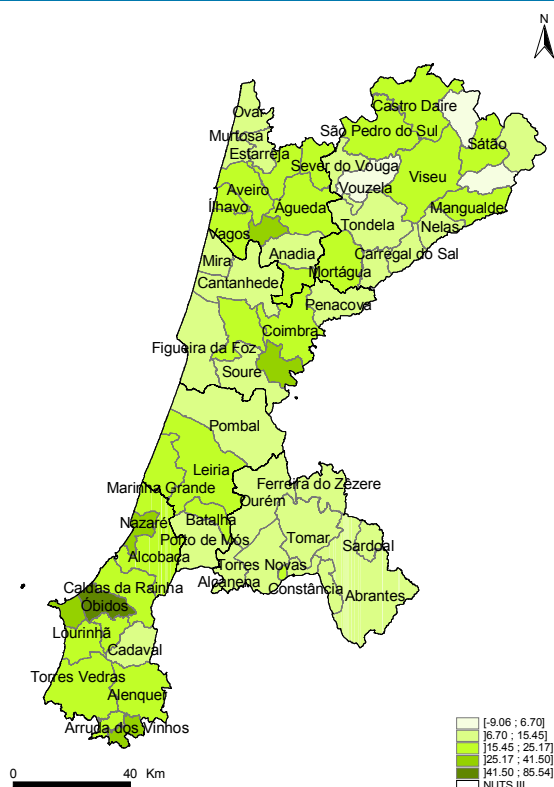
Variação em percentagem do nº. de alojamentos no Norte Litoral, 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 10 a)

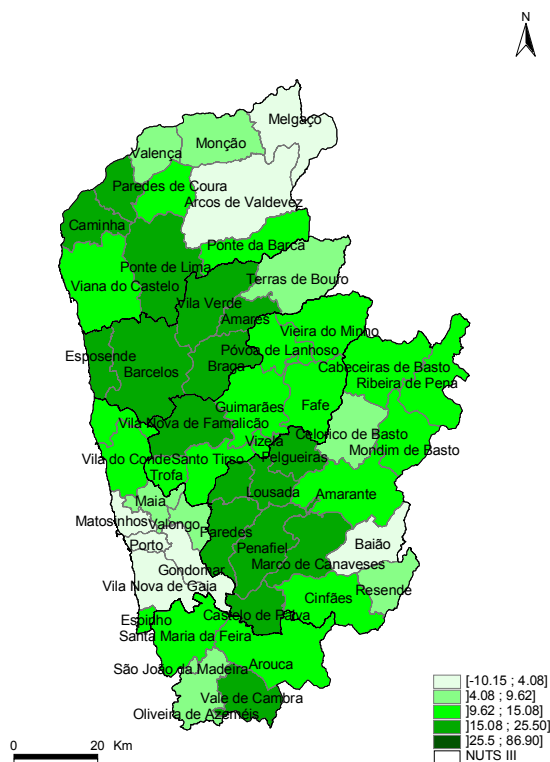
Variação em percentagem do nº. de alojamentos no Centro Litoral, 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 11

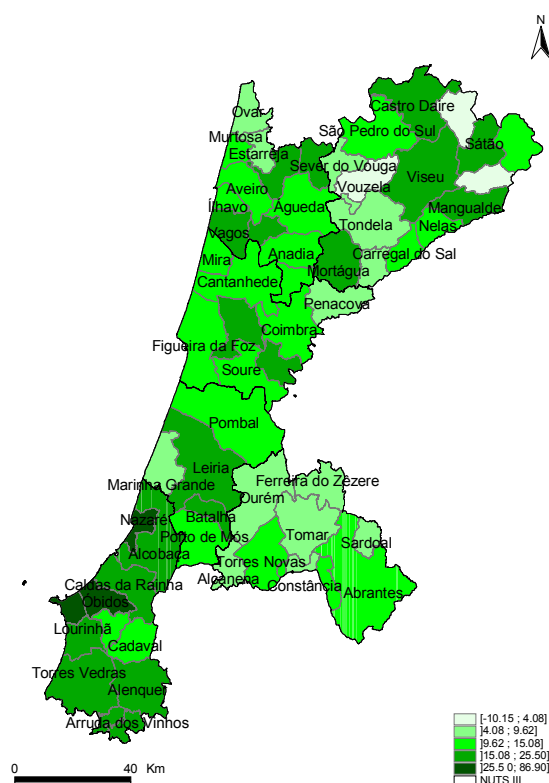
Variação em percentagem do nº. de edifícios no Norte Litoral, 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 11 a)

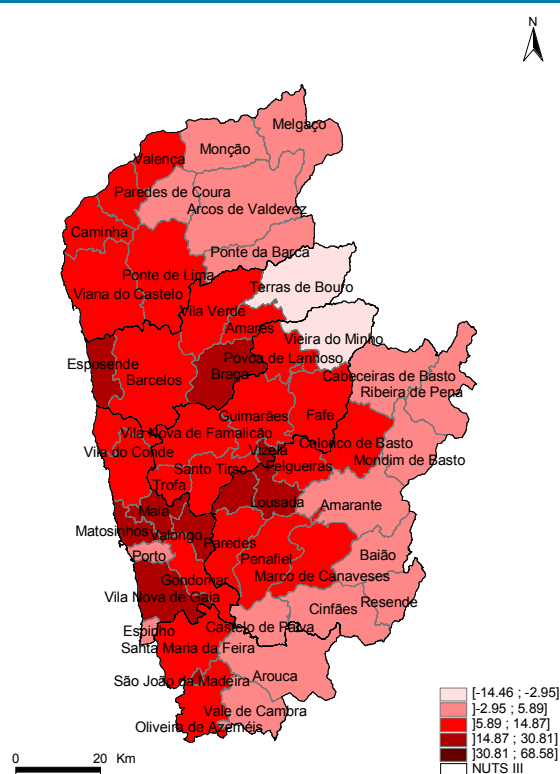
Variação em percentagem do nº. de edifícios no Centro Litoral, 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 12

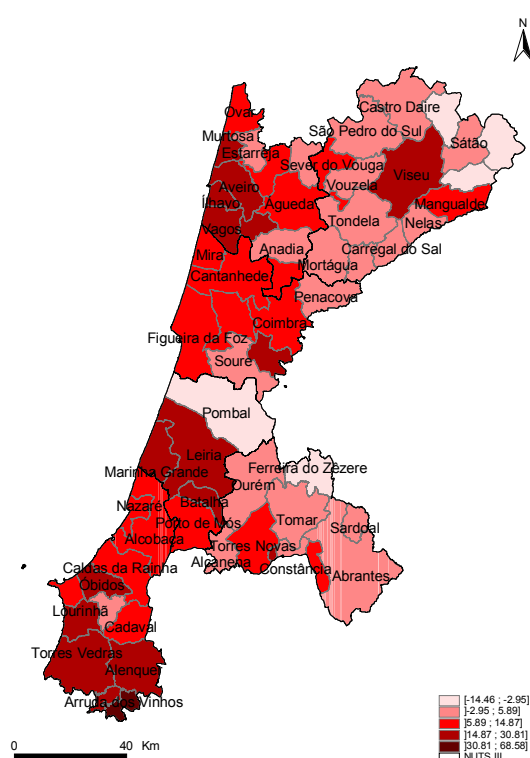
Variação em percentagem do nº. de famílias no Norte Litoral, 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 12 a)

Variação em percentagem do nº. de famílias no Centro Litoral, 2001-2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001 e Resultados Preliminares 2011

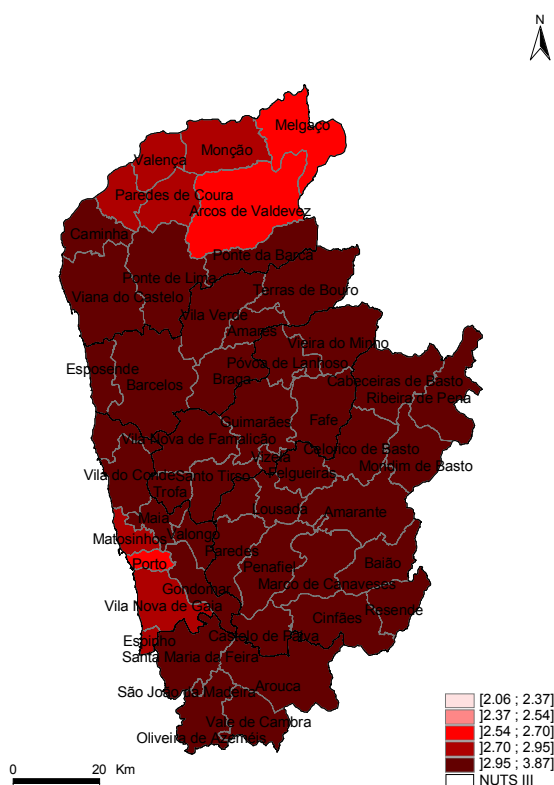
A variação de Edifícios apresenta uma definição territorial menos difusa, mas que acompanha o mesmo padrão. É interessante verificar a sobreposição com a rede viária e os concelhos que apresentam as variações mais intensas. Também a contiguidade com o interior, ou posição mais excêntricas podem ser importantes para alinhar os concelhos que apresentam os menores acréscimos ou perdas na variação dos edifícios.

A variação percentual das famílias para além de reconfirmar os concelhos com maior capacidade de atracção ou retenção populacional, também identifica os de maior repulsão.

A variação do número de famílias torna-se mais significativo quando comparada com a dimensão média familiar.

Figura 13

Dimensão média das famílias em 2001 no Norte Litoral

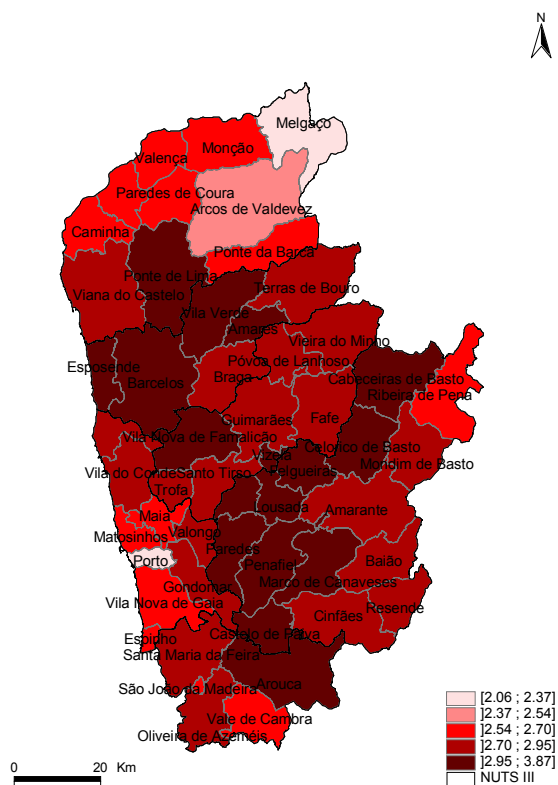


Fonte INE-Recenseamento da População em 2001

Através dos cartogramas é clara, por um lado, a diminuição média das famílias, por outro a persistência de alguns dos traços da dicotomia norte/sul. Esta continuidade verifica-se com a manutenção de famílias, com maior dimensão, em alguns concelhos a norte e em torno de Ponte de Lima, Vila Verde, Amares, Esposende, Barcelos e Vila Nova de Famalicão e ainda de Cabeceiras de Basto, Celorico, Felgueiras, Lousada, Paredes, Penafiel, Marco de Canaveses, Castelo de Paiva e Arouca. No Centro litoral há uma maior diluição no entanto sobressai um conjunto de concelhos que envolvem Aveiro, Ovar, Murtosa, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Águeda e Vagos, assim como, numa forma dispersa, Sátão e Condeixa-a-Nova.

Figura 13 a)

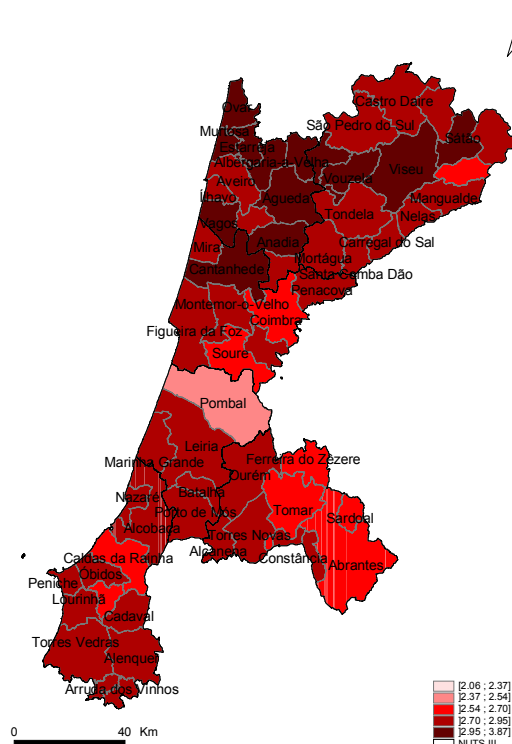
Dimensão média das famílias em 2011 no Norte Litoral



Fonte INE-Recenseamento da População, Resultados Preliminares 2011

Figura 14

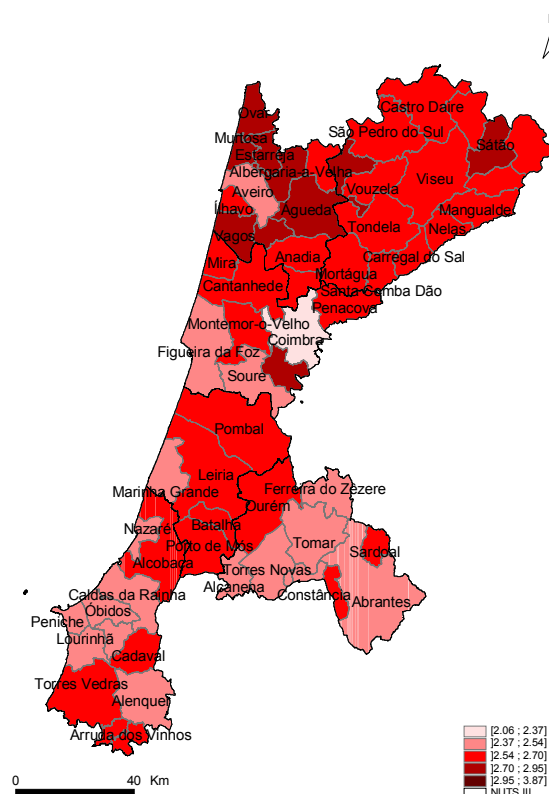
Dimensão média das famílias em 2001 no Centro Litoral



Fonte INE-Recenseamento da População em 2001

Figura 14 a)

Dimensão média das famílias em 2011 no Centro Litoral



Fonte INE-Recenseamento da População, Resultados Preliminares 2011

Embora faltando ainda quase tudo do censo, estas variações deixam antever a consolidação de um conjunto de tendências que têm vindo a marcar a evolução da sociedade portuguesa, nomeadamente a procura de casa própria, ou a diminuição da dimensão da família. No entanto, alguns aspectos sobressaem com novas expressões territoriais que deixam antever um significativo envelhecimento populacional e uma maior diversificação dos padrões demográficos.

3. (Des) Continuidades Demográficas

Numa perspectiva de síntese e de integração das diferenças, que emergem com estes resultados preliminares do Censo de 2011, foram construídos clusters com base no crescimento natural, migratório e efectivo. Procurava-se encontrar uma resposta para as des - ou - continuidades no Norte e Centro litoral.

Quadro 15

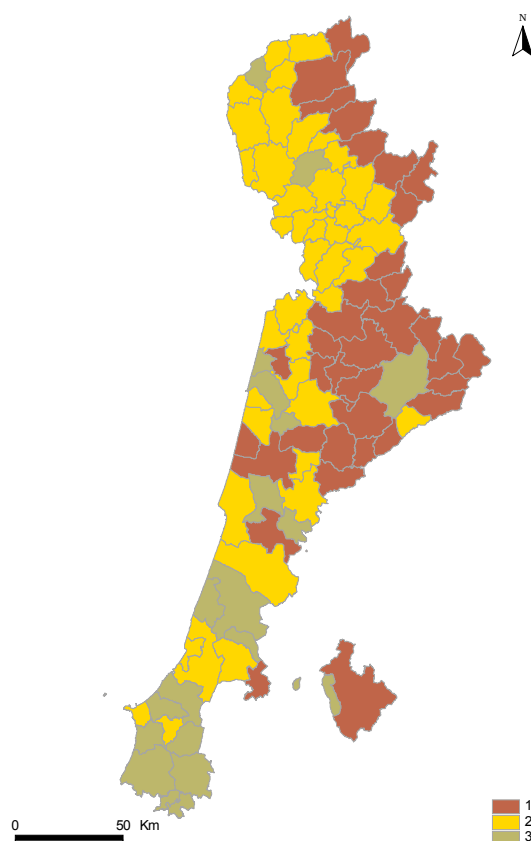
Matriz da Análise de Clusters											
		Taxa de crescimento efectivo				Taxa de crescimento natural			Taxa de crescimento migratório		
		Count	Mean	Minimum	Maximum	Mean	Minimum	Maximum	Mean	Minimum	Maximum
Ward method	1	38	-7.84	-15.75	-3.20	-4.61	-10.44	-0.14	-3.23	-10.85	2.35
	2	47	0.08	-5.35	6.31	0.35	-9.41	6.29	-0.27	-7.51	5.60
	3	21	9.05	2.12	29.55	-0.20	-6.06	5.47	9.25	3.86	28.70

a. Litoral.Interior =
Litoral

Fonte INE-Recenseamento da População, Resultados Preliminares 2011

Figura 15

Clusters Norte Centro Litoral



Fonte INE-Recenseamento da População, Resultados Preliminares 2011

Assim, podem-se assinalar 3 tipos de clusters que resultam das dinâmicas populacionais expondo contiguidades e contrastes que resultam do crescimento ou decréscimo da população.

Um primeiro conjunto (1) distingue-se por reunir os concelhos com perdas populacionais. São 35 os concelhos que integram este cluster, correspondendo aos concelhos que apresentam as maiores perdas populacionais entre os 100 concelhos em análise, do Norte e Centro litoral. São concelhos que se localizam sobretudo na ligação com o interior, ou que prolongam uma continuidade do interior, ou concelhos que pronunciam quebras na linha do litoral, como são o caso de Cantanhede e Mira.

Esta perda populacional decorre da conjugação das perdas em termos de crescimento natural e migratório. Em apenas 4 dos concelhos se verificou um crescimento migratório positivo (Arcos de Valdevez 1.22%, Melgaço 2.35%, Cantanhede 0.22 % e Mortágua 0.59%) que não foi suficiente para compensar as perdas no saldo natural.

Um segundo conjunto reúne concelhos com crescimento positivo sobretudo determinado pelo crescimento migratório (assinalado no cartograma com o número 3). Constitui, por isso, um cluster que contrasta com o primeiro.

Em 10 destes concelhos o saldo natural foi negativo (Vila Nova de Cerveira -5.24%, Murtosa -1.84%, Montemor o Velho -3.67%, Caldas da Rainha -0.35%, Óbidos -4.19%, Cadaval -6.06%, Lourinhã -1.08%, Sobral de Monte

Agraço -1.28% Torres Vedras -0.16% e Constância -1.07%), porém foi compensado pelo saldo migratório. Ou seja, este cluster reúne os concelhos que registaram os crescimentos migratórios mais intensos: Vila Nova de Cerveira, Braga, Aveiro, Murtosa, Oliveira do Bairro, Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Viseu, Caldas da Rainha, Óbidos, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Constância e Entroncamento.

Finalmente pode referir-se um terceiro cluster que reúne 44 concelhos de transição (assinalado 2 – no Cartograma).

Esta agregação tem uma caracterização mais heterógena que as anteriores, reúne concelhos que apresentam crescimentos efectivos menores que os do cluster anterior, perdas de população não tão acentuadas como os do primeiro e, ainda, concelhos com crescimento positivo, principalmente devido ao crescimento natural. Sem dúvida que um dos traços importantes para a diferenciação neste cluster resulta do crescimento natural positivo. Este cluster reúne, por isso, concelhos que na “descontinuidade” têm traços de continuidade, de outras continuidades, nomeadamente da que decorre da dicotomia norte/sul. Ou seja integram este cluster concelhos que estiveram na base da ruptura norte/sul associada à forte dinâmica natural. No entanto, actualmente, em muitos casos a dinâmica natural, mesmo que significativa, não é suficiente para contrabalançar as perdas migratórias.

Assim pode referir-se, quanto aos concelhos que crescem, que 16 o fazem devido à dinâmica natural: Amares, Esposende, Vila Verde, Vila Nova de Famalicão, Vizela, Trofa, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Ílhavo e Ovar.

Em Alcobaça, Nazaré e Peniche o crescimento migratório contrabalançou as perdas naturais, em Vagos e em Albergaria-a-Velha potenciou o crescimento natural quase nulo. Em Viana do Castelo o crescimento migratório compensou as baixas perdas do crescimento natural registando-se um crescimento muito ténue. Não deixa, ainda, de ser importante mencionar um conjunto de concelhos que dispoem de um crescimento natural positivo o vêem diluído pelas perdas do crescimento migratório: Barcelos, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Castelo de Paiva, Amarante e Oliveira de Azeméis.

Delineadas linhas de continuidade e descontinuidade, esboçadas diversidades que caracterizam as dinâmicas populacionais, importa aguardar pelo apuramento do Censo para se desenvolver e aprofundar os processos na base destas transformações.

Conclusão

Uma primeira reflexão recai sobre a estrutura de análise utilizada. Se por um lado se mostrou interessante compreender as continuidades do litoral nas Nuts Norte e Centro, por outro, ficaram a faltar as contiguidades regionais/locais na ligação litoral-interior. São leituras complementares que vêm a sua pertinência acrescida face à diversidade e descontinuidade das dinâmicas populacionais. Importa compreender as relações e inter-relações do tecido económico e social que, naturalmente, interferem nas dinâmicas demográficas. Importa também apreender os efeitos das políticas e das várias actuações de diferentes instituições e agentes na população, assim como os efeitos que advêm pela ausência de intervenção.

O tema desta Conferência “(des) continuidades Demográficas” sintetiza bem esta primeira análise a partir dos Resultados Preliminares. Continuam e permanecem um conjunto de características, que de alguma forma se consolidam, mas com novas configurações.

As migrações continuam a ser determinantes para o crescimento da população, face ao abrandamento da dinâmica natural. As redes viárias e polos urbanos são decisivos enquanto estruturantes do crescimento populacional. Mas nota-se uma heterogeneidade crescente de que decorrem contiguidades e rupturas. Da diversidade de dinâmicas emergem novos polos de dinamismo.

Importa, por isso, na análise da população conjugar diferentes escalas que, contextualizadas na realidade nacional, contemplem as dinâmicas locais e regionais.

No actual quadro de baixos níveis de crescimento populacional, que 2011 nos demonstra, teremos de recentrar a análise demográfica na diversidade e no dinamismo populacional sem que se pressuponha, necessariamente, crescimento.

Os próximos apuramentos de resultados deste censo serão importantes para a caracterização do Portugal contemporâneo e das especificidades locais/regionais.

Bibliografia

Bandeira, Mário. (2004). *Demografia Objecto, teorias e métodos*. Escolar Editora: Lisboa

INE. (1991). *XIII Recenseamento Geral da População*

INE. (2001). *XIV Recenseamento Geral da População*

INE. (2006) *Documento Metodológico – Indicadores Demográficos*. Disponível em <http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/>

INE. (2011). *XV Recenseamento Geral da População – Resultados Preliminares*

Nazareth, J. Manuel. (1988). *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Editorial Presença: Lisboa

Nazareth, J. Manuel. (2004). *Demografia a Ciência da População*. Editorial Presença: Lisboa



*PORTUGAL
(des)continuidades
demográficas
- Norte e Centro
Interior 2011*

Autora: Maria João Guardado Moreira

Professora Coordenadora na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco e Investigadora do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE)

mjgmoreira@ipcb.pt

Resumo:

O Portugal que emerge dos dados preliminares do Censo 2011 remete-nos para a continuidade das assimetrias litoral/interior e no acentuar, em alguns casos das características que habitualmente se associam ao interior. A tendência recessiva da maior parte das regiões do interior mantém-se, em alguns casos acentua-se diminuindo o número de pólos regionais que actuavam como dinamizadores à escala local/regional, mesmo no caso de alguns centros urbanos de média dimensão.

Palavras Chave: Dinâmica populacional, Crescimento natural, Crescimento migratório, Dinâmicas demográficas regionais.

Abstract:

Portugal, the country which rises out from the preliminary data of Censos 2011 sends us to the continuity of interior/coast asymmetries and stresses, in some cases, the characteristics which we usually associate with the interior. The recessive tendency of most interior regions is maintained, in some cases it is stressed, diminishing the number of regional poles that developed the local/regional areas, even some urban medium size centres.

Key words: Population dynamics, Natural growth, Migration growth, Regional population dynamics.

Portugal demographic
- (dis)continuities in
2011- North and Inner
Central Regions

Introdução

As regionalidades do território nacional são com frequência analisadas sob a perspectiva das dualidades norte/sul, litoral/interior, análise cujas origens se podem remontar à organização territorial que vem dos primórdios da nacionalidade¹, e que a evolução demográfica regional, ao longo das últimas décadas, reflecte. Até porque o comportamento do potencial demográfico se interrelaciona profundamente com as variáveis socioeconómicas. A geografia dos recursos, dos centros de decisão política e dos equipamentos sociais não pode ser separada dos espaços e do perfil demográfico das populações que a habitam. Crescimento demográfico, natalidade, mortalidade e movimentos migratórios são, assim, objecto de análise e reflexão e indicadores a ter em conta quando se pretende fazer o diagnóstico sobre o desenvolvimento de regiões.

O Portugal que emerge dos dados preliminares do Censo de 2011 remete-nos para a continuidade das assimetrias litoral/interior, no acentuar, em alguns casos, das características que habitualmente se associam ao interior (despovoamento, ruralidade), ainda que seja possível observar a permanência de alguns centros de média dimensão que mantêm algum dinamismo, o que lhes confere um importante papel na organização regional. Nestas assimetrias e rupturas que sobressaem da evolução da população destas regiões do Centro/ Norte, podemos reconhecer uma caracterização estruturada nos eixos litoral e interior² que só uma análise a partir de núcleos territoriais mais desagregados pode perceber. As(des)continuidades são deste modo identificadas através de um interior que agrupa o Douro, Alto Trás-os-Montes, no Norte, e o Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, no Centro. A delimitação destas NUTS III também seguiu a dos Censos 2011.

Finalmente, também uma palavra de agradecimento ao INE e aos seus Técnicos que acompanharam a preparação da Conferência e cujo contributo foi fundamental para a organização da informação que aqui se apresenta.

1. Distribuição Espacial e Crescimento da População Residente

1.1 Evolução da População Residente

Uma das primeiras questões passa por tornar inteligíveis os principais traços da evolução dos quantitativos populacionais das diferentes regiões, perceber se actuais tendências seguem, ou não, direcções que já vêm de anos anteriores.

O que desde logo se destaca, olhando para os volumes das populações das regiões do interior, é uma quebra já observável entre 1991 e 2001 e que se acentua em 2011. Esta tendência para a diminuição progressiva da população registou valores mais acentuados no Norte também desde 1991-2001, embora tenha sido o Centro que conheceu a maior variação no período considerado. O resultado é que no Norte interior, em 2011, são recenseados menos 63141 indivíduos do que em 1991 e no Centro menos 54258.

A observação das NUTS III do interior permite, por outro lado, verificar que a população do Douro e Alto Trás-os-Montes vai perdendo peso no contexto do Norte como resultado da progressiva diminuição dos seus efectivos, em comparação com as outras NUTS do Norte Litoral.

Quadro 1

Evolução da população residente Norte			
População residente	1991	2001	2011
Norte	3 472 715	3 687 293	3 689 713
Norte litoral	1 830 979	1 981 427	1 992 779
Norte interior	473 936	445 186	410 795

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Quadro 2

Evolução da população residente Centro			
População residente	1991	2001	2011
Centro	2 258 768	2 348 397	2 327 026
Centro litoral	1 721 887	1 828 137	1 844 403
Centro interior	536 881	520 260	482 623

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Quadro 3

Variação da população residente		
	1991-2001	2001-2011
Norte	6,18	0,07
Centro	3,97	-0,91
Norte interior	-6,07	-7,73
Centro interior	-3,10	-7,23

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

1 Moreira :2009, 13.

2 Ver artigo de Cristina Sousa Gomes, editado neste número da Revista de Estudos demográficos

Quadro 4

População residente (HM) NUTS III Norte			
	1991	2001	2011
Douro	238 695	221 853	205 947
Alto Trás-os-Montes	235 241	223 333	204 848
Total NUTS III	473 936	445 186	410 795
% da população interior relativamente ao Norte	13,6	12,1	11,1

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Quadro 5

População residente (HM) NUTS III Centro			
	1991	2001	2011
Pinhal Interior Norte	139 413	138 535	131 199
Pinhal Interior Sul	50 801	44 803	40 724
Serra da Estrela	54 042	49 895	43 721
Beira Interior Norte	118 513	115 325	104 371
Beira Interior Sul	81 015	78 123	74 861
Cova da Beira	93 097	93 579	87 747
Total NUTS III	536 881	520 260	482 623
% da população interior relativamente ao Centro	23,8	22,2	20,7

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

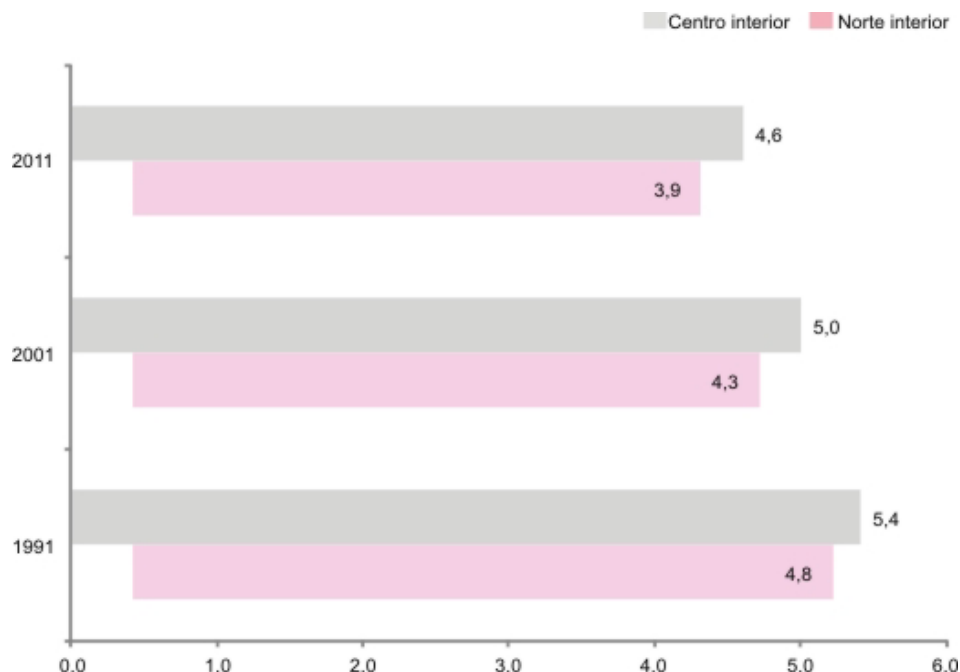
Verifica-se a mesma tendência regressiva no Centro, com todas as NUTS III a perderem população, de forma mais ou menos acentuada, desde 1991. A excepção é a Cova da Beira que entre 1991 e 2001 registou um aumento dos seus efectivos. O Pinhal Interior Norte, Serra da Estrela e, principalmente, a Beira Interior Norte foram as NUTS que tiveram uma quebra mais acentuada em 2001-2011 quando comparado com a década anterior.

A evolução dos quantitativos populacionais das diferentes regiões do interior mostra, portanto, continuidade na tendência que se desenha entre 1991 e 2011, na generalidade das regiões: perda progressiva de dinâmica, indiciadora de alguma incapacidade para manter ou atrair população. Mesmo a Cova da Beira conhece, nesta última década, uma tendência regressiva.

Na continuidade da tendência regressiva, já assinalada, os dados de 2011 apontam para um agravamento dessa tendência. Nesta trajectória destaca-se o Alto Trás-os-Montes com uma perda, entre 2001 e 2011, de 18 485 indivíduos, o Douro com menos 15 906, a Beira Interior Norte menos 10 954 e o Pinhal Interior Norte com uma perda de 7 336 residentes.

Figura 1

Proporção no total da população residente no País, 1991, 2001 e 2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Esta evolução reflecte-se não só no peso demográfico das regiões no contexto das NUTS II Norte (em 1991 representavam cerca de 13.6% da população, em 2001 12.1% e em 2011 11.1%) e Centro, (respectivamente 23.5%, 22,2% e 20.7%), como também na importância relativa da população do interior no total da população portuguesa (Gráfico 1).

1.2 População Residente e Presente

Os contrastes entre o interior e o litoral mantêm-se. O interior, tanto a Norte como no Centro, perde população residente, de ambos os sexos, nas duas décadas em observação.

É possível, todavia verificar que em 1991-2001, o Norte se apresenta como uma região mais repulsiva do que o Centro, diferença que se esbate na década seguinte, uma vez que se acentua no Centro a perda de população. A Norte a perda de Homens é superior, situação que já era uma realidade em 1991-2001, tanto quando comparado com as Mulheres, como com os Homens/Mulheres do Centro. No Centro, praticamente, não existe diferença significativa entre o decrescimento dos Homens e das Mulheres.

A desigual variação entre os sexos pode ser indiciador de movimentos migratórios, principalmente de saída, já que no caso destas sub-regiões, como já foi referido, as variações são de sinal negativo, tanto no que diz respeito aos residentes, como da população presente.

Podemos, no entanto, verificar que a variação da população presente é mais significativa no caso dos Homens, tanto em 2001, como em 2011, no Norte interior. No Centro interior, em 2001, os valores da variação são muito semelhantes entre os dois sexos, embora em 2011 aumente a diferença entre Homens e Mulheres, com uma perda superior entre os Homens.

Quadro 6

Variação população Residente – Presente Nuts II												
	Residente 1991-2001			Residente 1991-2001			Presente 1991-2001			Presente 2001-2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Norte	6.18	6.30	6.07	0.07	-0.75	0.83	4.67	4.50	4.84	1.29	0.48	2.03
Norte Litoral	8.22	8.71	7.75	0.57	-0.21	1.31	7.09	7.50	6.71	1.09	0.11	2.00
Norte Interior	-6.07	-7.05	-5.12	-7.73	-8.63	-6.88	-5.30	-6.19	-4.46	-6.87	-7.22	-6.54
Centro	3.97	3.95	3.98	-0.91	-1.73	-0.15	2.64	2.33	2.93	-0.09	-0.94	0.68
Centro Litoral	6.17	6.12	6.22	0.89	-0.00	1.72	4.88	4.50	5.23	1.55	0.59	2.42
Centro Interior	-3.10	-3.06	-3.13	-7.23	-7.83	-6.68	-4.57	-4.73	-4.43	-5.89	-6.40	-5.43

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Quando descemos ao nível de análise das NUTS III do interior verifica-se um acentuar de perda de residentes em relação a 2001, principalmente na Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Pinhal Interior Sul, em que por cada 100 residentes em 2001 havia menos 12, 10 e 9, respectivamente. A Beira Interior Sul foi a NUT que perdeu menos população face a 2001. Mais a Norte, tanto o Douro como Alto Trás-os-Montes seguiram esta tendência de perda de população, com valores semelhantes aos das NUTS do centro (-7,17% e -8,28%). Todas estas sub-regiões perderam mais residentes masculinos do que femininos.

Como já notámos, esta tendência repulsiva já era visível em 1991, o que indica uma continuidade no que diz respeito à evolução da população do interior. Se em 2001 a Cova da Beira se destacava pela positiva, a década seguinte veio acentuar as perdas na generalidade das NUTS que já estavam a perder população, ou fazer inverter a tendência de crescimento da Cova da Beira. Na generalidade, a perda de Homens residentes é superior à das Mulheres, salvo, com uma pequena diferença, no Pinhal Interior Norte entre 1991-2001 (Homens, -0,25% e Mulheres -0,97%).

As variações da população presente das NUTS do interior acompanha o registo da população residente, ou seja, há maiores perdas de Homens do que de Mulheres. Registe-se, novamente, o caso da Cova da Beira onde entre 1991 e 2001, década em que houve uma variação positiva da população, há uma maior perda de mulheres, situação que se inverte em 2011, altura em que esta NUT passa também a registar perda de população.

1.3 Despovoamento versus Concentração Populacional

Quando se consideram as NUTS do interior a tendência é para uma diminuição constante das densidades em todas as sub-regiões, semelhante ao que se passa no Centro interior, com valores que não chegam aos 40 habitantes por Km²

Quadro 7

Densidade Média (habitantes por km ²) 1991, 2001 e 2011			
NUTS III	1991	2001	2011
Portugal	107,01	112,31	114,48
Norte	163,15	173,23	173,34
Norte litoral	223,52	241,89	243,27
Norte interior	38,6	36,25	33,45
Centro	80,1	83,28	82,52
Centro Litoral	126,38	134,17	135,37
Centro interior	36,84	35,7	33,11

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

No Norte, é a NUTS III do Douro que tem a maior densidade média, embora com uma quebra continuada, considerando os três momentos censitários. Mas é no Centro que encontramos as NUTS mais densamente povoadas do interior, Cova da Beira, Serra da Estrela e Pinhal Interior Norte

Quadro 8

Densidade Média (habitantes por km ²) 1991, 2001 e 2011, Nuts III Norte			
NUTS III	1991	2001	2011
Norte interior	38,6	36,25	33,45
Douro	58,1	54	50,13
Alto Trás-os-Montes	28,79	27,33	25,07

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Quadro 9

Densidade Média (habitantes por km ²) 1991, 2001 e 2011, Nuts III Centro			
NUTS III	1991	2001	2011
Centro Interior	36,84	35,7	33,11
Pinhal Interior Norte	53,28	52,95	50,14
Pinhal Interior Sul	26,67	23,52	21,38
Serra da Estrela	62,28	57,5	50,38
Beira Interior Norte	29,17	28,39	25,69
Beira Interior Sul	21,61	20,84	19,97
Cova da Beira	67,73	68,08	63,84

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Quadro 10

Municípios mais densamente povoados 1991, 2001 e 2011 Nuts III,			
Município	1991	2001	2011
Peso da Régua	227,36	198,52	180,23
Mesão Frio	207,1	184,85	165,97
Lamego	182,35	169,75	161,45
Santa Marta de Penaguião	140,05	123,68	105,71
Vila Real	122,23	131,88	137,85
Covilhã	97,19	98,1	93,18
Lousã	97,16	113,82	125,58

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Quadro 11

Municípios em que a densidade aumenta			
Município	1991	2001	2011
Bragança	28,17	29,61	30,1
Vila Real	122,23	131,88	137,85
Lousã	97,16	113,82	125,58
Miranda do Corvo	92,37	103,41	103,66
Castelo Branco	37,76	38,73	38,96

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

A diminuição das densidades em todos os concelhos acompanha a diminuição da população, embora se possa depreender alguma concentração urbana, visto ser nos concelhos onde se localizam centros urbanos com algum dinamismo onde as densidades aumentam, como é o caso de Bragança, Vila Real, Lousã, Miranda do Corvo e Castelo Branco.

A diminuição do peso relativo deste interior revela, pois, uma vasta região onde o despovoamento alastra. Veja-se que em 2011, a população do Norte interior não representava mais de 11% do total da NUTS II Norte, embora ocupe uma área de 57,5%.

Quanto ao Centro, o panorama não é muito diferente, uma vez que em 2011 a sua população não representava mais de 21 % da população da NUTS III Centro, ocupando 51,7% da área desta região.

Importa notar que uma escala que acompanha o país acaba por fazer esbater as dinâmicas locais (ver cartogramas) que, todavia, são fundamentais para compreender essa mesmas realidades locais/regionais. Veja-se que no interior as densidades podem oscilar, em 2011, entre os cerca de 180 habitantes por km² de Peso da Régua e os 7 habitantes por km² de Idanha-a-Nova.

Figura 2

Densidade populacional, Norte, 2001



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 2 a)

Densidade populacional, Centro, 2001



Figura 3

Densidade populacional, Norte, 2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 3 a)

Densidade populacional, Centro, 2011



2. Crescimento Populacional

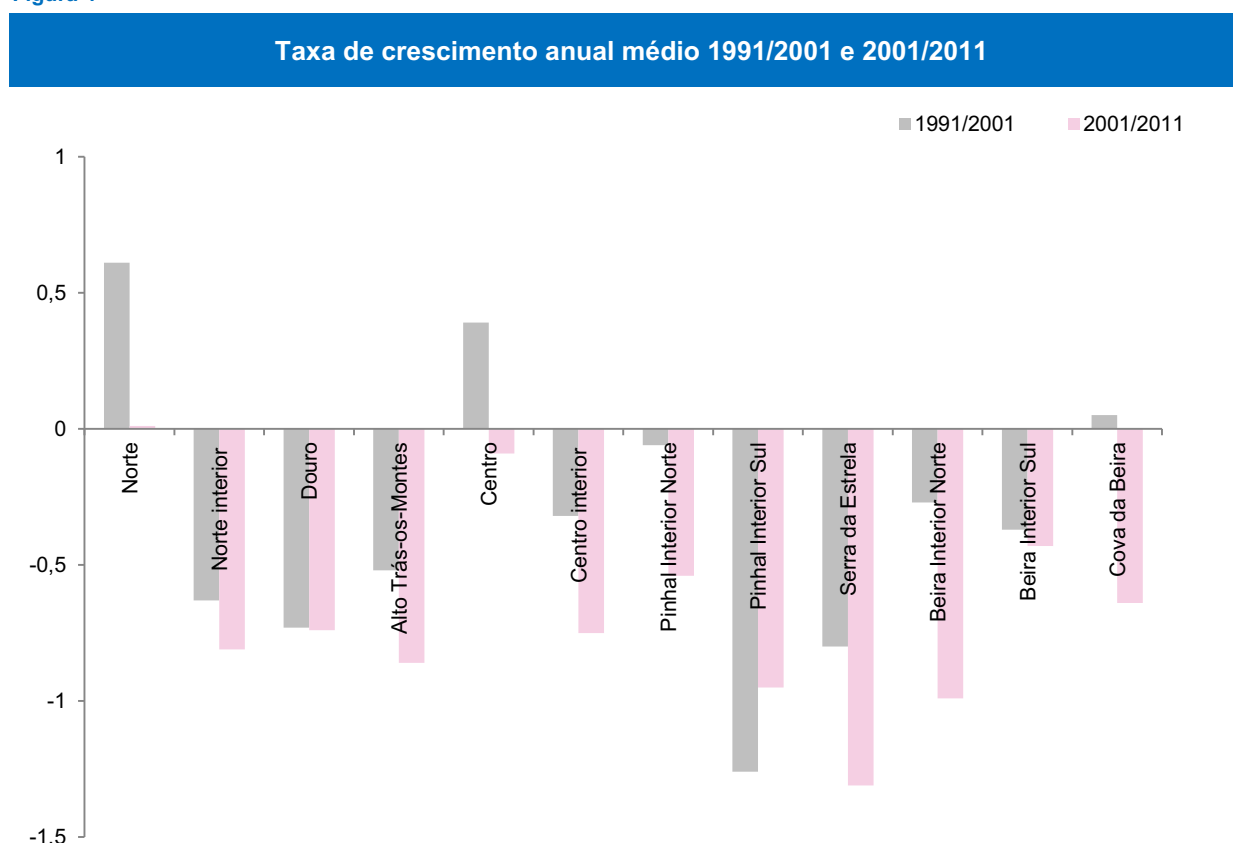
2.1 Crescimento Anual Médio

Quadro 12

Taxa de crescimento anual médio 1991/2001 e 2001/2011		
	1991/2001	2001/2011
Portugal	0.49	0.19
Norte	0.61	0.01
Norte litoral	0.80	0.06
Norte interior	-0.63	-0.81
Douro	-0,73	-0,74
Alto Trás-os-Montes	-0,52	-0,86
Centro	0.39	-0.09
Centro litoral	0.61	0.09
Centro interior	-0.32	-0.75
Pinhal Interior Norte	-0,06	-0,54
Pinhal Interior Sul	-1,26	-0,95
Serra da Estrela	-0,80	-1,31
Beira Interior Norte	-0,27	-0,99
Beira Interior Sul	-0,37	-0,43
Cova da Beira	0,05	-0,64

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 4



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Conhecida a distribuição dos volumes populacionais pelo território, bem como a sua variação ao longo das últimas duas décadas, importa conhecer os ritmos do seu crescimento.

As desigualdades internas que temos vindo a evidenciar ao compararmos o interior e o litoral do Centro/Norte, são bem evidentes quando analisamos os valores da taxa de crescimento anual médio (tcam)³. A leitura comparativa deste indicador revela a existência de dinâmicas regionais específicas, com um interior cuja evolução se caracteriza por uma tendência inversa à observada no todo nacional e ao resto do Centro e do Norte. Registe-se, pois, que entre 2001 e 2011 as NUTS do interior acentuam a continuidade do crescimento negativo face ao período anterior.

Esta tendência para a perda de efectivos populacionais ganha maior expressividade quando descemos a um nível territorial mais desagregado, ou seja, considerando as NUTS III e respectivos concelhos.

³ Taxa de Crescimento Anual Médio – $\log P_n/P_0 = n \log (1+a)$ (Nazareth:1988, 165)

No Norte interior, as variações do crescimento anual médio observadas no Douro e Alto Trás-os-Montes não diferem muito entre os dois períodos em análise. Veja-se o caso do Douro, que decresce praticamente ao mesmo ritmo, enquanto no Alto Trás-os-Montes há um acentuar dos valores negativos da tcam entre 2001-2011. Dos 33 concelhos que integram o Norte interior, apenas 4 têm um crescimento positivo em 1991-2001 (Vila Real, Bragança, Mirandela e Chaves), valor que desce para 2 em 2001-2011 (Vila Real e Bragança).

No Centro interior entre 1991 e 2001 só a Cova da Beira tem um crescimento positivo, ainda que muito perto do zero, sendo que, à excepção do Pinhal Interior Sul que já regista nesta década uma tcam de -1,26%, todas as outras têm taxas inferiores a -1% ao ano. Na década seguinte acentua-se a tendência regressiva com todas as NUTS a terem um crescimento negativo mais acentuado, com valores que oscilam entre os -0,43% da Beira Interior Sul e -1,31% da Serra da Estrela. Integram o Centro interior 38 concelhos dos quais 8 (Lousã, Vila Nova de Poiares, Guarda, Miranda do Corvo, Castelo Branco, Belmonte, Covilhã, Celorico da Beira) tiveram um crescimento positivo, número que se reduziu na década seguinte. Em 2001-2011 só já 5 concelhos mantiveram o crescimento positivo, Lousã, Vila Nova de Poiares, Miranda do Corvo, Castelo Branco e Vila de Rei. Não deixa de ser relevante salientar o caso de Vila de Rei, concelho que na década anterior registou uma taxa negativa e que agora vê a sua população aumentar. Todavia, não podemos esquecer que este é um concelho com um volume de população pequeno (3687 habitantes em 1991, 3354 em 2001 e 3449 em 2011), pelo que a análise de qualquer alteração no volume da sua população deve ter em consideração as oscilações aleatórias próprias de agregados com poucos efectivos populacionais. Por outro lado, note-se que este aumento não é suficiente para alcançar os valores de 1991.

Nestas duas sub-regiões há, portanto, um número significativo de concelhos que mantêm uma tendência de crescimento negativo entre as duas décadas, além de que em 2001-2011 os valores negativos são mais pronunciados. Se considerarmos o Norte e o Centro interiores como um todo (71 concelhos), apenas cerca de 17% e 10% dos concelhos tiveram uma dinâmica positiva, nos dois períodos considerados, o que é indiciador de uma continuidade recessiva que atinge grande parte dos concelhos do interior do país.

Apesar da crescente homogeneização do interior no que diz respeito aos ritmos de crescimento, é possível encontrar alguma diversidade de contrastes, tanto no que diz respeito a uma certa dinâmica positiva, como dentro daqueles que registaram os valores mais baixos.

Veja-se que em 1991-2001 encontramos valores de tcam que oscilam entre os -2,12% de Boticas e 1,61% da Lousã, concelho que em 2001-2011 continua a ser o que cresce a um ritmo mais elevado, ainda que de forma menos intensa (0,99%). O que regista a tcam mais baixa na última década é Armamar que perde quase 2,5 habitantes por cada 100 e por ano.

Aliás é notória a existência de um abrandamento do ritmo de crescimento positivo, bem como o aumento do número de concelhos cujas taxas são superiores a -1%, ou seja, acentua-se a perda de população nas regiões do interior. Enquanto em 1991-2001 havia 35 concelhos com taxas negativas superiores a 1%, em 2001-2011 o seu número ascende a 42.

Também os concelhos que mantêm um crescimento positivo em 2011 são, por um lado, os que albergam centros urbanos com funções administrativas, sedes de concelho/distrito, ou que beneficiam da proximidade de centros urbanos de maior dimensão. No primeiro caso podemos incluir Vila Real, Bragança e Castelo Branco e, no segundo, Lousã, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo, sendo que Vila de Rei é um caso atípico. Veja-se que a Lousã, o concelho com o crescimento mais elevado do Norte/Centro Interior nas duas décadas consideradas, possivelmente beneficiará da continuidade e contiguidade da influência de Coimbra, o que aliás também poderá explicar o crescimento de Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo, aliado à confluência de eixos viários.

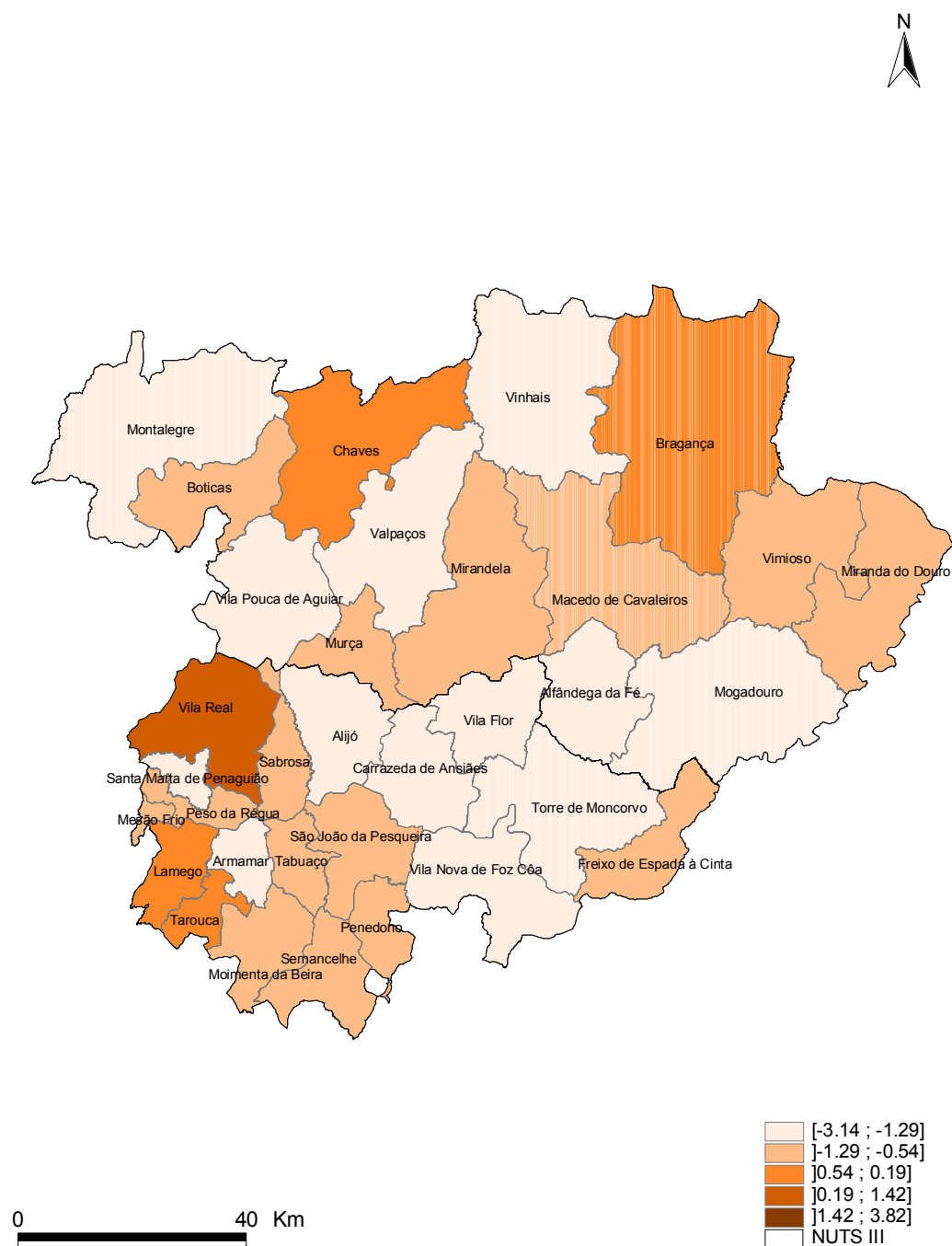
No entanto, em relação à década anterior, é evidente a perda de dinamismo de alguns concelhos, que se mostraram incapazes de atrair e reter iniciativas e recursos das áreas envolventes, caso da Guarda, apesar da condição de centro urbano sede de concelho/distrito, ou de Mirandela, Chaves, Belmonte, Covilhã e Celorico da Beira.

A permanência de alguma diversidade, mas também de continuidades territoriais, no que diz respeito aos ritmos de (de)crescimento, revela uma linha que junta os concelhos da raia do Norte e Centro (Cartograma 2), que partilham um passado marcado pelos movimentos migratórios de saída, o que foi coartando a sua dinâmica demográfica e capacidade de recuperação. São concelhos, principalmente no Centro, que registam taxas anuais médias negativas superiores a 1%. Todavia, esta é uma realidade que vai avançando para além das regiões raianas, como se pode observar na representação cartográfica deste indicador, até mesmo para eixos que nos

anos 90 revelavam alguma vitalidade (caso do eixo que liga Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Belmonte e Guarda, no Centro, e Mirandela e Chaves mais a norte). Por outro lado, os concelhos que estão mais próximos do Baixo Mondego beneficiam da proximidade de Coimbra.

Figura 5

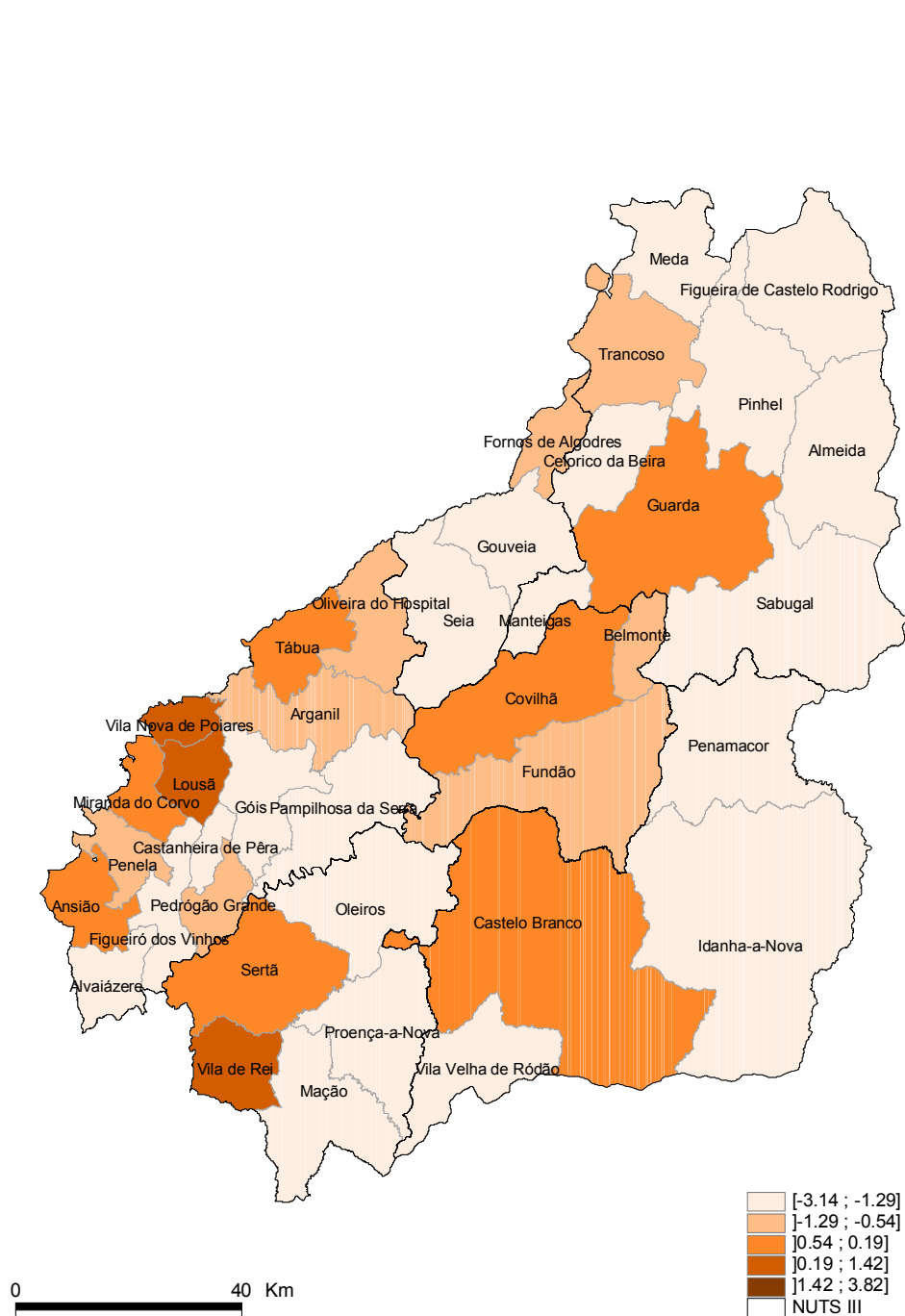
Taxa de crescimento anual médio (HM), Norte



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 5 a)

Taxa de crescimento anual médio (HM), Centro



2.2 Crescimento Natural, Migratório e Efectivo 2001-2011

Estas dinâmicas populacionais só podem ser totalmente inteligíveis quando consideramos o crescimento migratório e natural que ajudam a explicar os contrastes das regionalidades do Portugal de 2011.

Sabe-se que o crescimento efectivo do país é consequência principalmente do crescimento migratório, já que actualmente o crescimento natural tem cada vez menos expressão ⁴.

Apesar de nas regiões do interior encontrarmos ritmos intensos de declínio populacional, é possível distinguir duas realidades. Enquanto no Norte o crescimento efectivo, acentuadamente negativo, é acompanhado pelo natural e migratório, no Centro é possível observar a existência de algumas NUTS III com crescimento migratório que, todavia, não foi suficiente para compensar os valores negativos do crescimento natural. Apenas a Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira registam saldos migratórios negativos. Os valores acentuadamente negativos do crescimento natural revelam pouco dinamismo demográfico o que influencia a sustentabilidade demográfica destas regiões.

art9_qd13

Quadro 13

Saldos natural e migratório, crescimento efectivo e respectivas taxas entre 2001 – 2011						
	Saldo natural	Saldo migratório	Crescimento efectivo	Taxa de crescimento efectivo	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório
Portugal	17 527	182 209	199 736	1.93	0.17	1.76
Norte	48 062	-45 642	2 420	0.07	1.30	-1.24
Norte interior	-23 116	-11 275	-34 391	-7,73	-5,19	-2,53
Douro	-9 196	-6 710	-15 906	-7,17	-4,15	-3,02
Alto Trás-os-Montes	-13 920	-4 565	-18 485	-8,28	-6,23	-2,04
Centro	-62 625	41254	-21 371	-0,91	-2,67	1,76
Centro interior	-37 985	348	-37 637	-7,23	-7,3	0,07
Pinhal Interior Norte	-8 922	1586	-7 336	-5,3	-6,44	1,14
Pinhal Interior Sul	-5 243	1164	-4 079	-9,1	-11,7	2,6
Serra da Estrela	-4 390	-1 784	-6 174	-12,37	-8,8	-3,58
Beira Interior Norte	-8 773	-2 181	-10 954	-9,5	-7,61	-1,89
Beira Interior Sul	-6 557	3295	-3 262	-4,18	-8,39	4,22
Cova da Beira	-4 100	-1 732	-5 832	-6,23	-4,38	-1,85

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

É possível, portanto, tendo em conta o sentido dos saldos migratórios, descobrir dinâmicas que mostram alguma atractividade em oposição à repulsão de outros territórios. Daqui ressalta a existência de diferentes dinâmicas locais e regionais, provavelmente com origens diversificadas, mesmo no contexto de regiões deprimidas. Quando se compara as NUTS com saldos migratórios positivos com os concelhos que viram a sua população crescer verificamos uma coincidência em termos territoriais, bem como o facto de haver o efeito de alguma atracção urbana que justifica esta relação (caso da Lousã, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo, Castelo Branco). Noutros casos, a atractividade destes concelhos não foi suficiente para contrariar as tendências recessivas das regiões envolventes. É assim nos concelhos de Vila Real, que regista tanto crescimento natural como migratório, sendo este último mais intenso, e em Bragança, cujo crescimento migratório compensou a descida do saldo natural.

⁴ Saldo Natural “Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo”. (INE, 2006)

Saldo Migratório “Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo”. (INE, 2006)

Taxa de Crescimento Efectivo “Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (102) ou 1000 (103) habitantes)”. (INE, 2006)

Taxa de Crescimento Migratório “Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (102) ou 1000 (103) habitantes)”. (INE, 2006)

Dos concelhos que constituem o Norte interior, só dois apresentam crescimento efectivo, Vila Real e Bragança, o que representa 6% do total dos concelhos (33). Há todavia mais 3 concelhos com taxas de crescimento migratório positivas, mas bastante insuficientes para compensar os intensos saldos naturais negativos (Freixo de Espada à Cinta, Tabuaço, Miranda do Douro).

No Centro, encontramos um maior número de concelhos com saldos migratórios positivos, 16, sendo que Vila de Rei (20,93%), Vila de Velha de Ródão (10,20%) e a Lousã (8,56%) são os que têm as taxas com valores mais elevados. Porém, estamos perante realidades bem distintas, pois enquanto Vila Velha de Ródão associa a este crescimento migratório uma muito elevada taxa de crescimento natural negativo (-22,86%) que está na origem de uma taxa de crescimento efectivo de -12,66, Vila de Rei com uma taxa de crescimento migratório de 20,93%, que compensa o saldo natural (-18,10%), a Lousã é o único concelho do centro que apresenta taxas de crescimento migratório e natural positivas (1,77% e 8,56%, respectivamente). Aliás, em toda esta sub-região o único concelho com saldo natural é a Lousã. Por outro lado, não podemos deixar de ressaltar o facto daqueles dois primeiros concelhos terem volumes de população reduzidos (3579 e 3449, respectivamente), quando comparados com a Lousã (17380).

Dos 38 concelhos do Centro interior só 5 apresentam crescimento efectivo, o que corresponde a 13% dos concelhos, crescimento esse que se deve, como se viu, principalmente aos saldos migratórios positivos (Lousã, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares, Vila de Rei e Castelo Branco).

A existência de saldos migratórios negativos e de alguns positivos revela, pois, dinâmicas migratórias específicas que desempenham um papel determinante na evolução da população destas regiões. Esta atractividade/repulsão pode fazer ressaltar a existência de coincidências entre zonas economicamente atractivas e zonas repulsivas e processos de redistribuição da população com impactos nas dinâmicas locais e regionais. Processos que importa analisar para compreender as mudanças em curso, mas também para possibilitar o desenvolvimento de ferramentas de apoio à definição de políticas de desenvolvimento a regiões demograficamente deprimidas.

Figura 6

Taxa de crescimento migratório, Norte



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 6 a)

Taxa de Crescimento natural, Norte



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 6 b)

Taxa de Crescimento Efectivo, Norte



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 7

Taxa de Crescimento natural, Centro

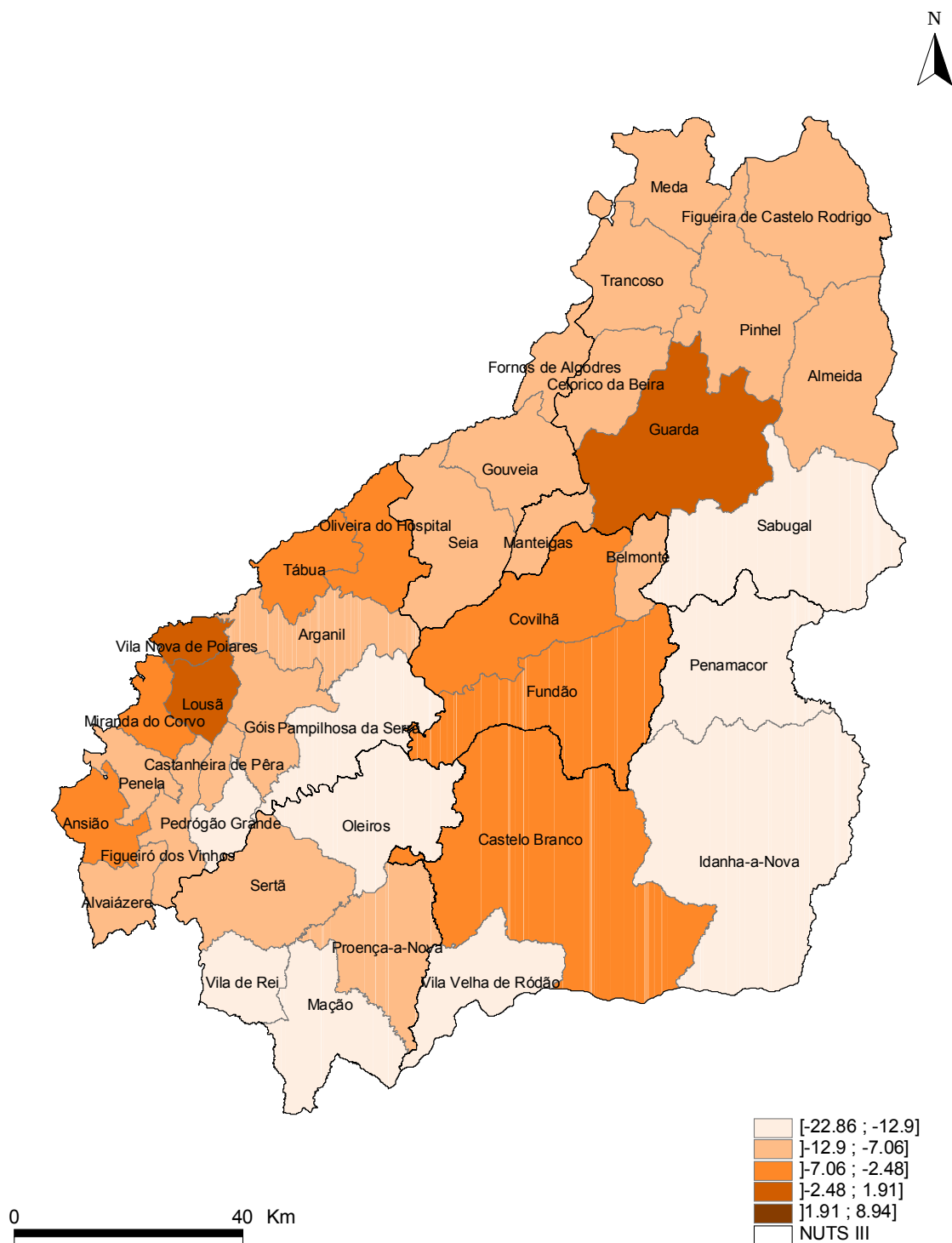
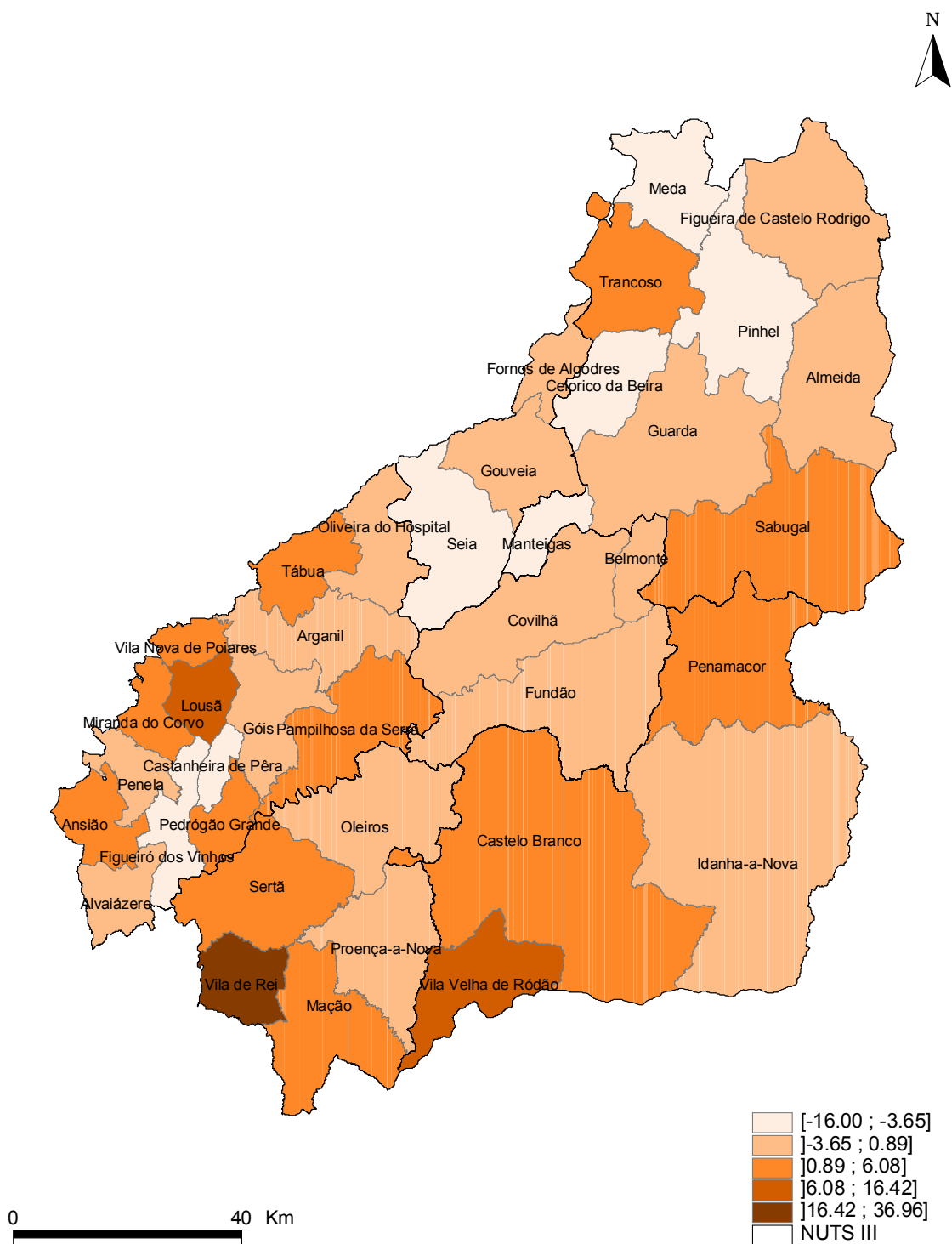


Figura 7 a)

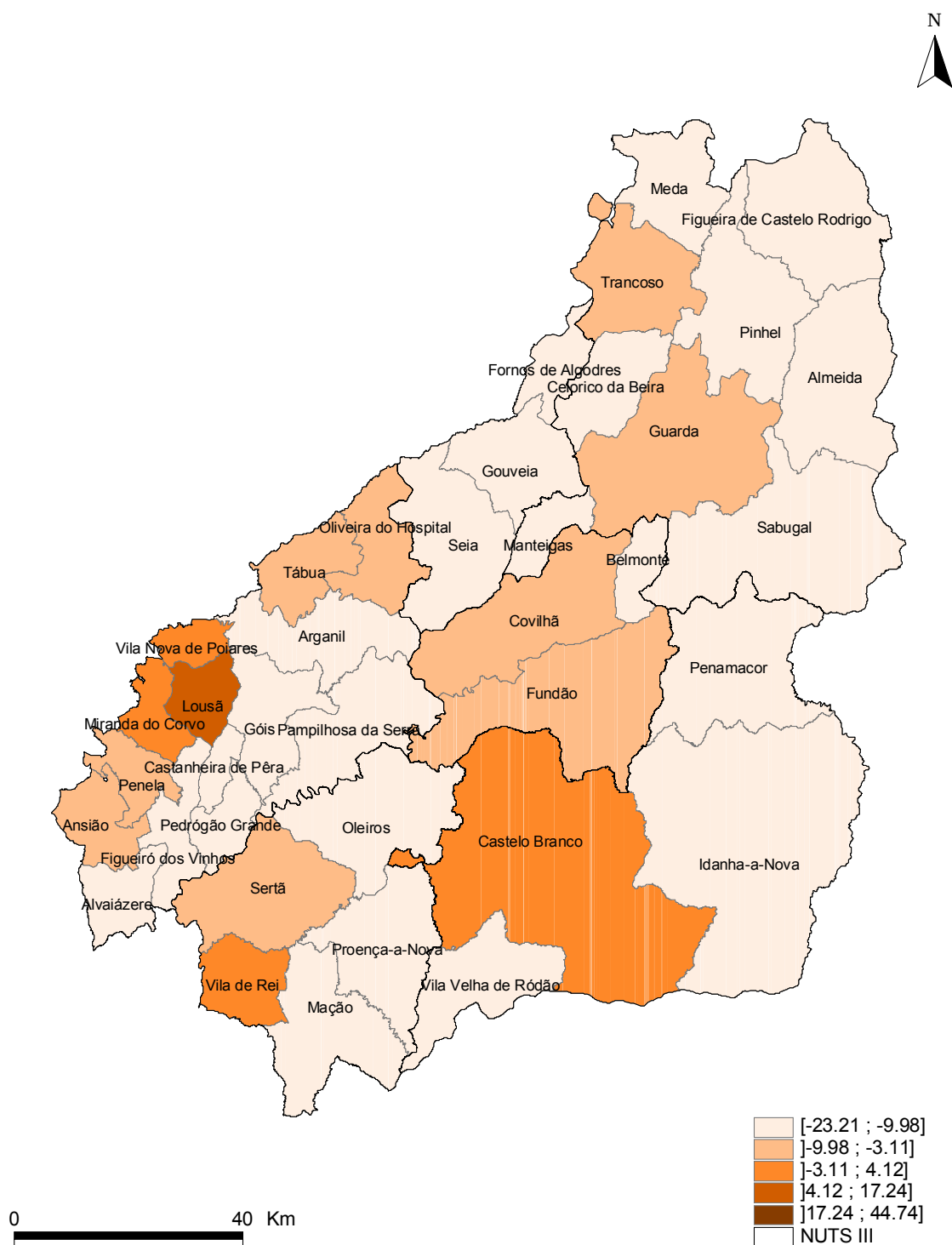
Taxa de crescimento migratório, Centro



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 7 b)

Taxa de Crescimento Efectivo, Centro



2.3 Comportamento das Zonas Rurais e Atractividade Populacional das Zonas Urbanizadas

Os diferentes indicadores que referenciámos têm vindo a apontar para uma evolução regressiva da população destas regiões do interior. Evidência que também pode ser comprovada quando consideramos a ocupação do território, nomeadamente no que diz respeito à concentração urbana e/ou esvaziamento das zonas rurais. Numa primeira análise veja-se que, no contexto das NUTS II Norte e Centro, as regiões do interior têm um peso reduzido (quadros 14 e 15), tanto quando consideramos as áreas predominantemente rurais (APR), como quando consideramos as áreas urbanas (AMU e APU) ⁵. No Norte, a população que reside em freguesias APR representa, em 2001, 6,2% e a que reside em APU e AMU, 5,8%, enquanto que no Centro as percentagens são ligeiramente superiores, 10,9% e 11,3%, respectivamente, apesar de, como já dissemos, as sub-regiões em análise ocuparem um pouco mais de metade da área do Norte e do Centro. Em 2011, o peso relativo destas freguesias não se altera de forma significativa. Note-se, no entanto, que tanto no Norte como no Centro interior a população das freguesias predominante rurais diminui, sendo que nas regiões do Norte as freguesias urbanas superam a percentagem das rurais, enquanto a população das AMU e APU aumenta. Apesar de uma generalizada perda de população, sobressai pois o despovoamento rural e uma tendência para a concentração urbana.

Quadro 14

População residente, famílias, alojamentos e edifícios em Áreas Predominantemente Rurais e Áreas Urbanas (Áreas predominantemente Urbanas e Mediamente Urbanas) em 2001 e 2011								
	2001				2011			
	População residente (HM)	Famílias	Alojamentos	Edifícios	População residente (HM)	Famílias	Alojamentos	Edifícios
Norte	3 687 293	1 211 590	1 613 781	1 100 329	3 689 713	1 341 445	1 849 181	1 210 720
Norte interior	445 186	159 699	265 037	230 592	410 795	163 005	291 727	246 851
APR	230 221	87 112	155 166	152 953	191 306	78 716	160 085	158 289
AMU+APU	214 965	72 587	109 871	77 639	219 489	84 289	131 642	88 562
%APR Norte	6,2	7,2	9,6	13,9	5,2	5,9	8,7	13,1
%AMU+APU Norte	5,8	6	6,8	7,1	5,9	6,3	7,1	7,3
%APR Norte interior	51,7	54,5	58,5	66,3	46,6	48,3	54,9	64,1
%AMU+APU Norte interior	48,3	45,5	41,5	33,7	53,4	51,7	45,1	35,9

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Esta maior atracção pelo urbano torna-se mais visível quando consideramos o peso das freguesias urbanas no contexto do Norte e Centro interiores. Assim, no Norte a população a viver em AMU e APU aumenta de 48,3%, em 2001, para 53,4%, em 2011 a par do decréscimo das freguesias predominantemente rurais. Comparando o Douro com Alto-Trás-os Montes, esta última sub-região apresenta-se como aquela onde é menor a concentração urbana, apesar de as áreas urbanas terem aumentado o seu peso relativo.

Já no Centro acentua-se a proporção de população em áreas urbanas, embora no Pinhal Interior Sul e Beira Interior Norte se mantenha o predomínio das áreas predominante rurais. Em todas as outras NUTS III é evidente a tendência para a concentração nas Áreas Mediamente e Predominantemente Urbanas entre 2001 e 2012.

Quadro 15

População residente, famílias, alojamentos e edifícios em Áreas Predominantemente Rurais e Áreas Urbanas (Áreas predominantemente Urbanas e Mediamente Urbanas) em 2001 e 2011								
	2001				2011			
	População residente (HM)	Famílias	Alojamentos	Edifícios	População residente (HM)	Famílias	Alojamentos	Edifícios
Centro	2 348 397	848 286	1 254 701	992 321	2 327 026	914 716	1 450 268	1 113 420
Centro interior	520 260	198 023	361 420	312 076	482 623	198 182	372 104	310 516
APR	255 346	102 289	216 389	211 297	217 461	92 825	205 088	200 774
AMU+APU	264 914	95 734	145 031	100 779	265 162	105 357	167 016	109 742
%APR Centro	10,9	12,1	17,2	21,3	9,3	10,1	14,1	18
%AMU+APU Centro	11,3	11,3	11,6	10,2	11,4	11,5	11,5	9,9
%APR Centro interior	49,1	51,7	59,9	67,7	45,1	46,8	55,1	64,7
%AMU+APU Centro interior	50,9	48,3	40,1	32,3	54,9	53,2	44,9	35,3

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

⁵ Conferir com as definições de Áreas Predominantemente Rurais (APR), Mediamente Urbanas (AMU) e Predominantemente Urbanas (APU) disponíveis no INE na meta informação <http://metaweb.ine.pt>

A análise da variação percentual da população residente, edifícios, alojamentos e famílias vem confirmar a perda de população e famílias nas Áreas Predominantemente Rurais, a que juntam os alojamentos e edifícios no Centro (Quadro 16).

Quadro 16

Variação Percentual, entre 2001-2011, da População Residente, Famílias, Edifícios e Alojamentos				
	População residente (HM)	Famílias	Alojamentos	Edifícios
	%			
Norte	0,1	10,7	14,6	10,0
Norte interior	-7,7	2,1	10,1	7,1
APR	-16,9	-9,6	3,2	3,5
AMU+APU	2,1	16,1	19,8	14,1
Centro	-0,9	7,8	15,6	12,2
Centro interior	-7,2	0,1	3	-0,5
APR	-14,8	-9,3	-5,2	-5,0
AMU+APU	0,1	10,1	15,2	8,9

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

2.4 Evolução de Alojamentos, Edifícios e Famílias

Ainda que, como temos vindo a referir, o interior Norte e Centro revelem alguma homogeneidade quanto à sua evolução, é possível detectar diferenças regionais que denotam dinanismos desiguais, fruto de mais intensas perdas de população ou de alguma capacidade em as atrair/manter.

A par da tendência recessiva da população que temos vindo a observar, há um abrandamento do crescimento das outras variáveis, famílias, alojamentos e edifícios, entre 2001 e 2011 (Quadro 19). Todavia, o Pinhal Interior Sul, a Serra da Estrela e a Beira Interior Norte, como resultado de intensas perdas populacionais entre 2011 e 2011, conhecem também uma variação negativa do número de famílias, que se prolonga da década anterior no caso das duas primeira sub-regiões.

Quadro 17

Variação Percentual, da População Residente, Famílias, Edifícios e Alojamentos								
	População		Famílias		Alojamentos		Edifícios	
	1991-2001	2001-2011	1991-2001	2001-2011	1991-2001	2001-2011	1991-2001	2001-2011
Norte	6,18	0,07	20,01	10,72	25,32	14,59	12,49	10,03
Norte interior	-6,07	-7,73	4,78	2,07	13,74	10,07	8,32	7,05
Douro	-7,06	-7,17	2,37	3,70	12,63	11,03	7,24	8,36
Alto Trás-os-Montes	-5,06	-8,28	7,18	0,52	14,78	9,19	9,34	5,85
Centro	3,97	-0,91	12,59	7,83	16,64	15,59	8,79	12,20
Centro interior	-3,10	-7,23	2,90	0,08	10,09	10,24	4,35	8,51
Pinhal Interior Norte	-0,63	-5,30	6,16	1,11	14,65	13,04	8,88	11,21
Pinhal Interior Sul	-11,81	-9,10	-5,74	-2,58	9,87	11,79	6,41	10,59
Serra da Estrela	-7,67	-12,37	-0,22	-4,27	4,95	8,41	1,81	8,30
Beira Interior Norte	-2,69	-9,50	2,55	-3,98	7,83	7,89	3,48	7,03
Beira Interior Sul	-3,57	-4,18	0,49	2,20	10,59	7,82	2,49	5,55
Cova da Beira	0,52	-6,23	7,39	5,36	9,23	11,88	0,23	7,83

Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Se em 2001 ainda é possível encontrar uma clara dicotomia norte/sul, com as famílias do Norte interior de maior dimensão média, em 2011 esta é uma realidade que se esbate, mas não desaparece por completo, até porque há uma generalizada diminuição da dimensão média das famílias. As maiores dimensões, nesta última década, situam-se num núcleo a sul de Vila Real que junta Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Moimenta da Beira, Tabuaço, S. João da Pesqueira, Sabrosa, Lamego, Sernancelhe, Penedono e de forma mais dispersa, a Norte, Murça e Chaves. No Centro são os concelhos mais próximos do Baixo Mondego cujas famílias registam dimensões médias mais elevadas (Vila Nova de Poiares, Tábua, Oliveira do Hospital, Miranda do Corvo), a que se junta a Guarda e Vila de Rei, embora este último concelho deva ser considerado com especial atenção pelas razões anteriormente apontadas. A diminuição da dimensão das famílias nestas regiões do interior acompanha, portanto, a tendência que se vem verificando no todo nacional, fruto da quebra da fecundidade, a par do envelhecimento das estruturas etárias que seguramente os resultados deste censo virão confirmar.

No que diz respeito à variação dos edifícios e alojamentos, os cartogramas mostram uma relativa concentração, principalmente dos edifícios, nos concelhos com maior dinamismo (Vila Real, Lousã e concelhos circunvizinhos).

Figura 8

Dimensão média das famílias, no Centro em 2001

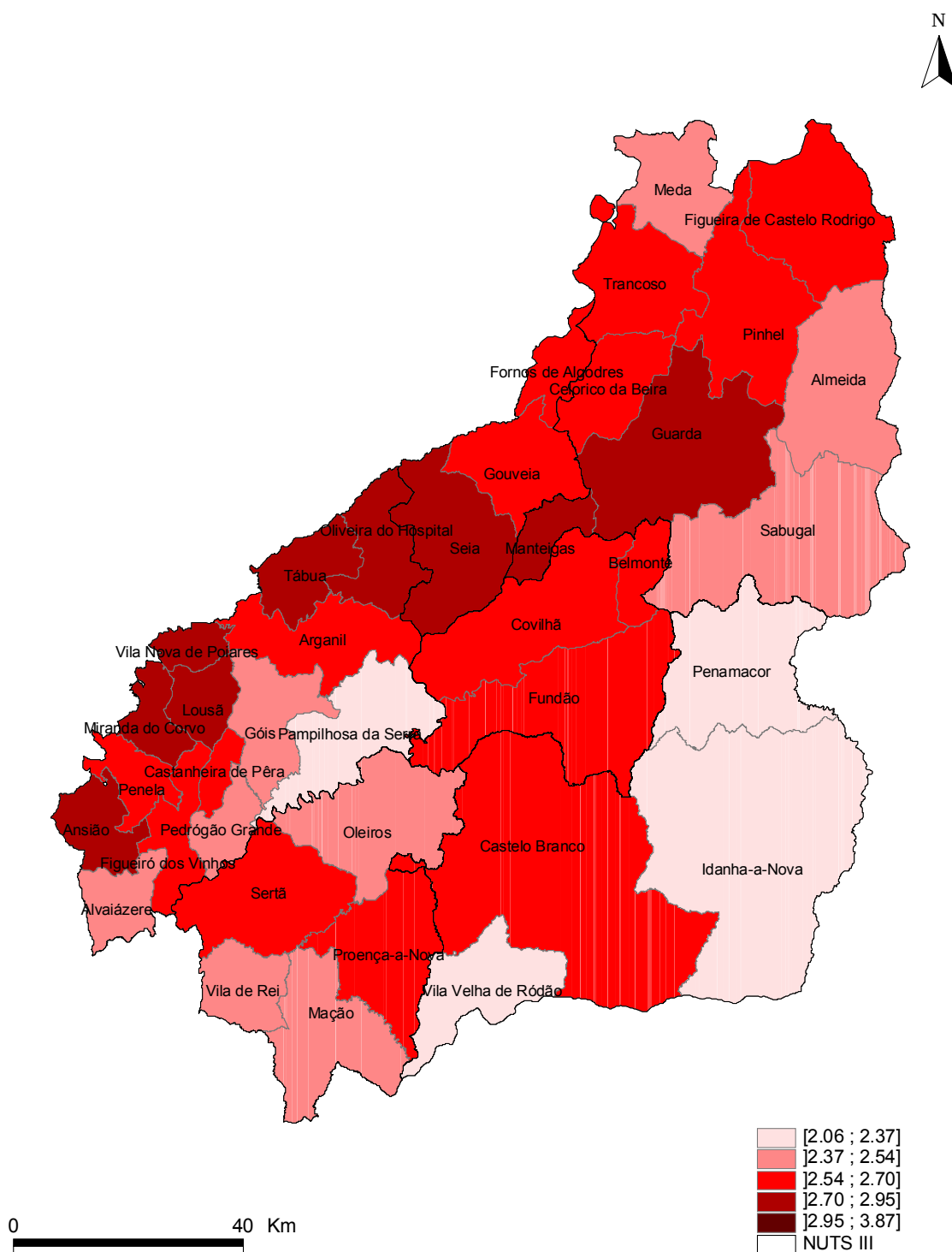
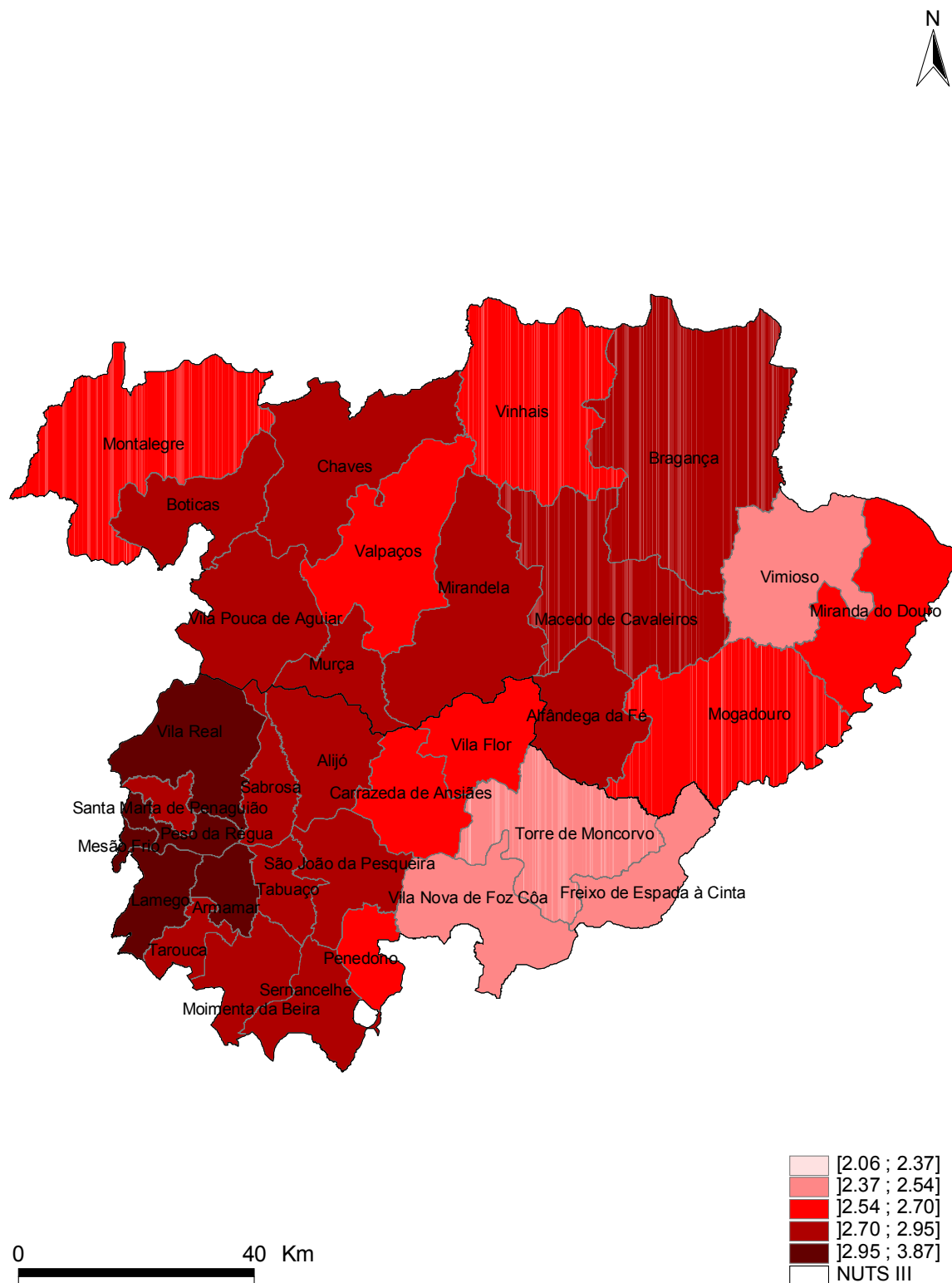


Figura 8 a)

Dimensão média das famílias, no Norte, em 2001



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 9

Dimensão média das famílias, no Centro em 2011

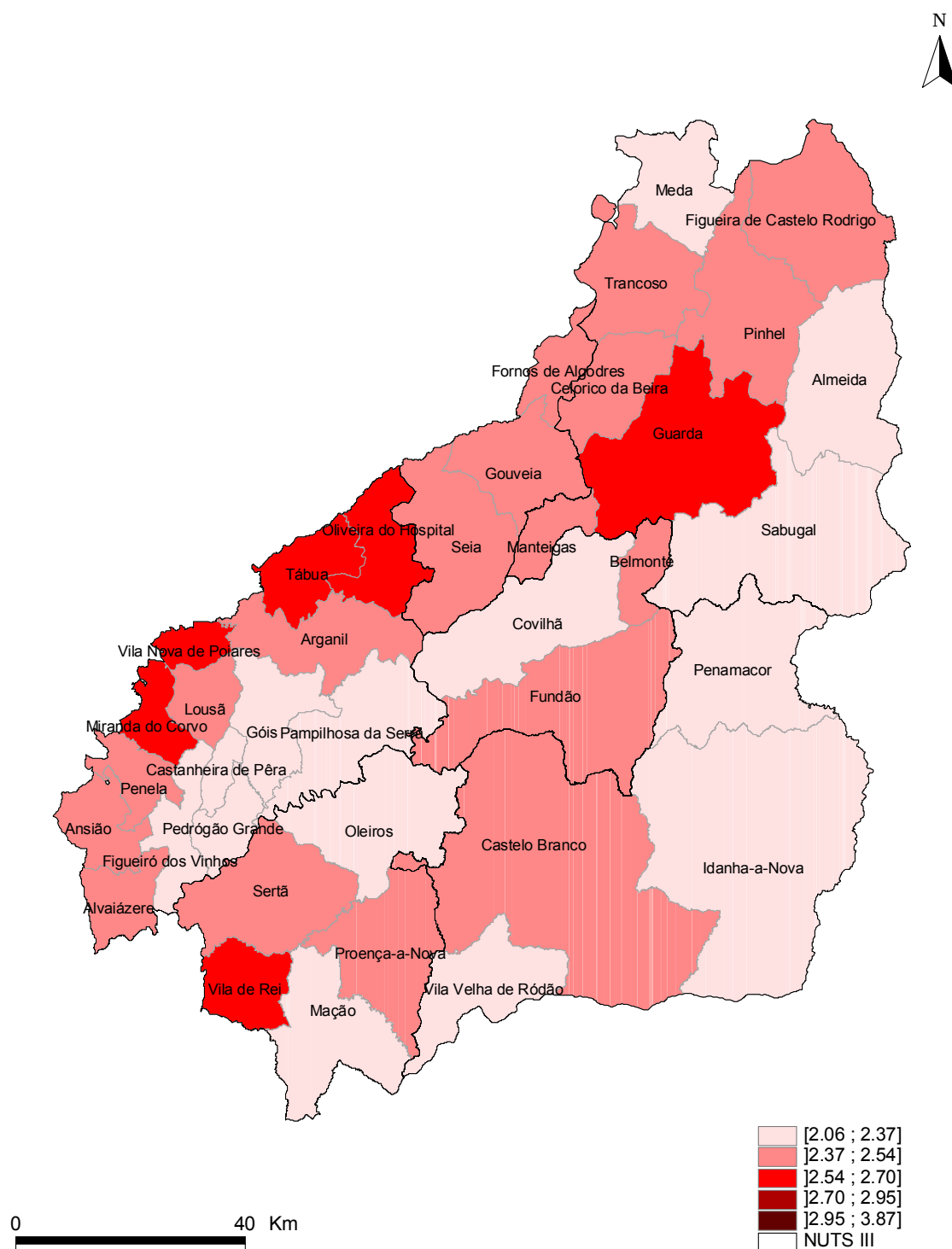
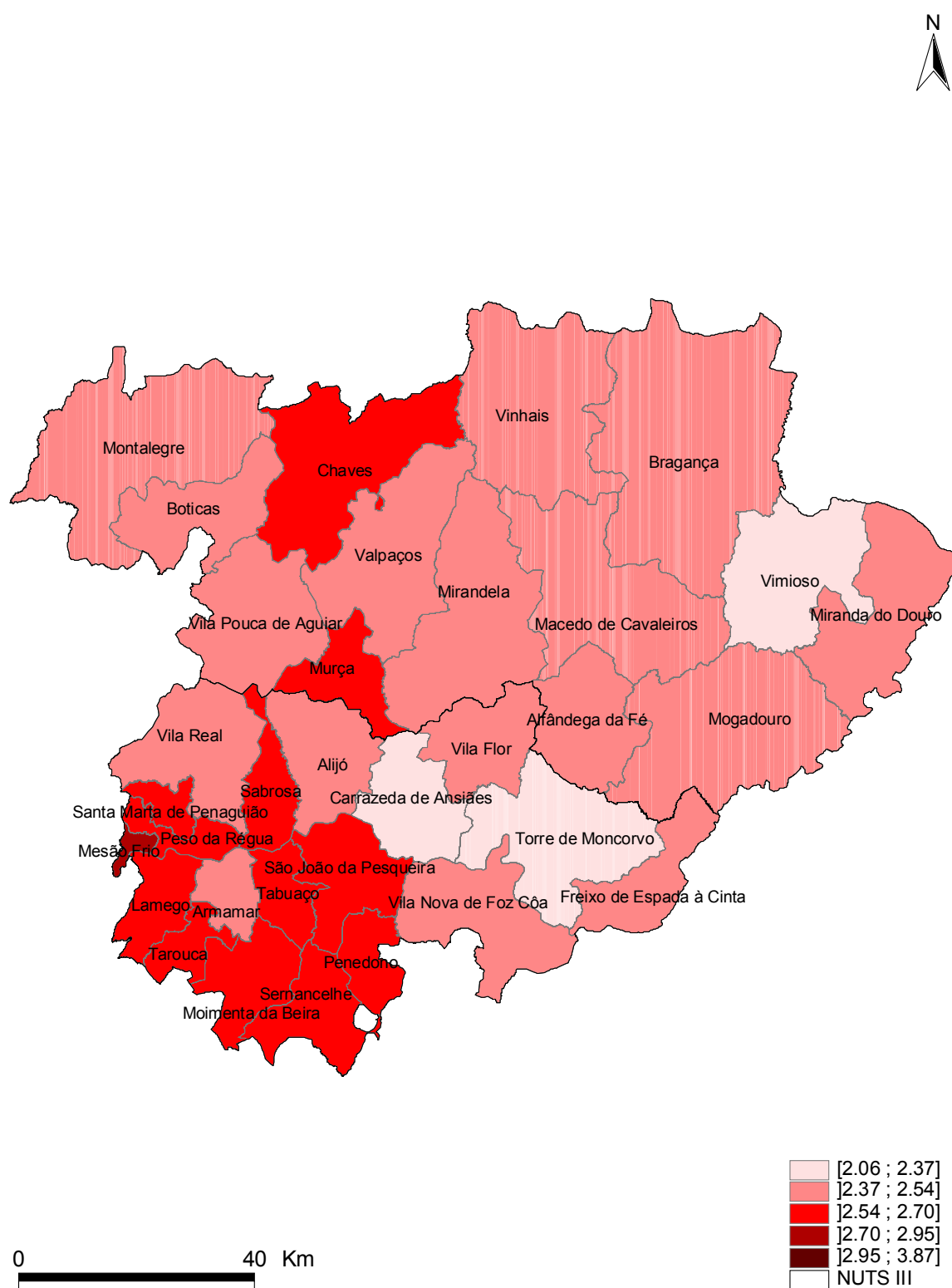


Figura 9 a)

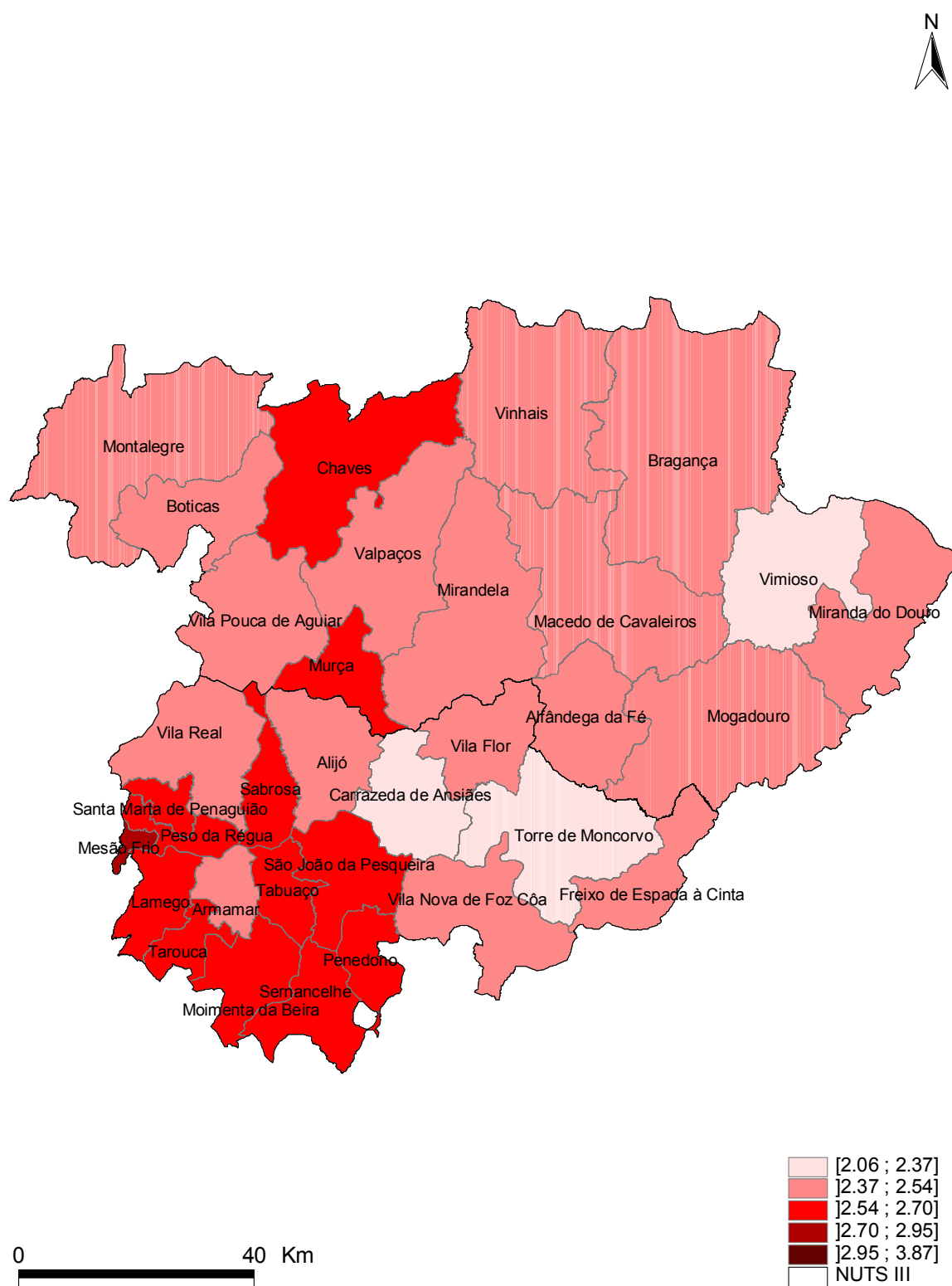
Dimensão média das famílias, no Norte, em 2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 9 a)

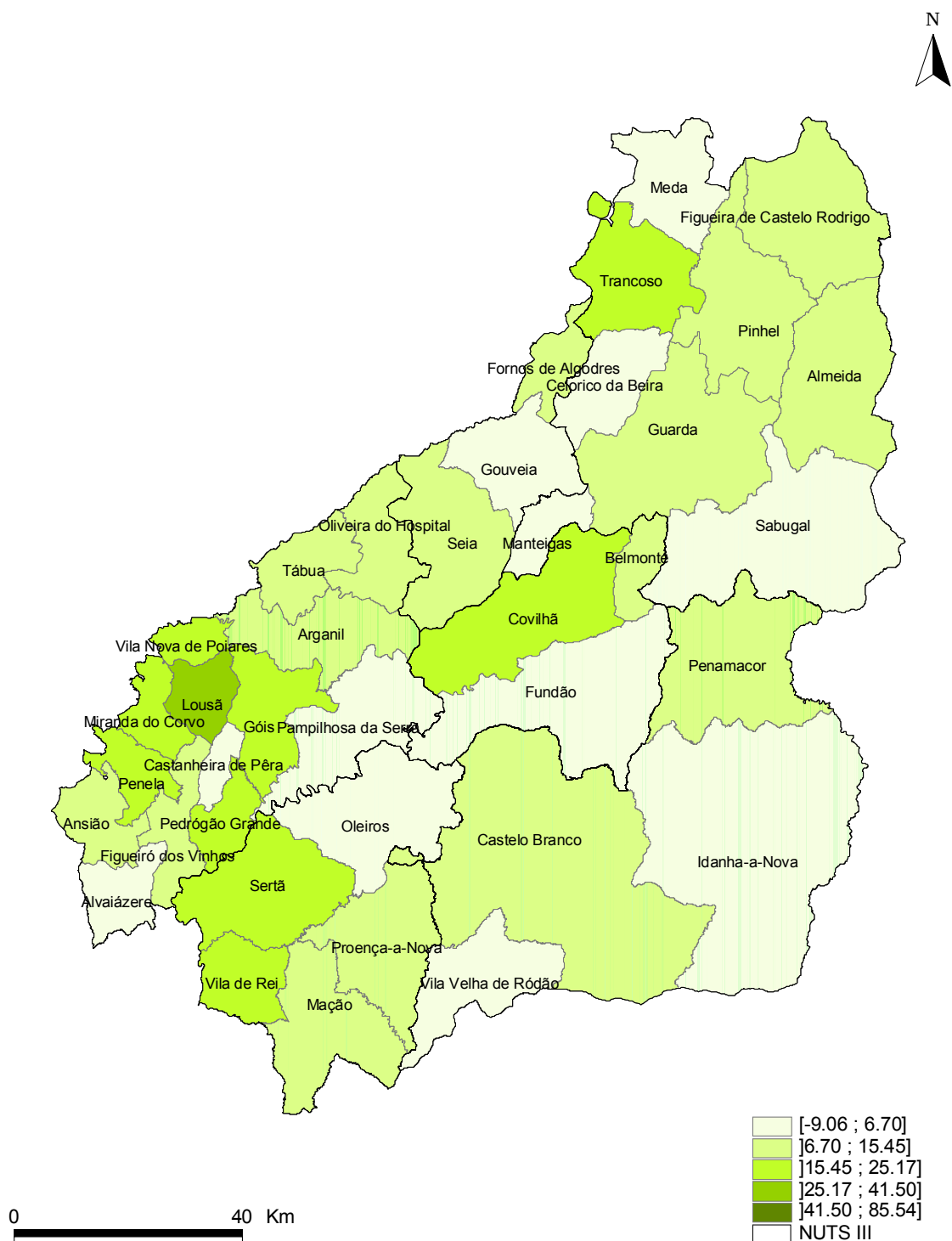
Dimensão média das famílias, no Norte, em 2011



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 10

Variação do número de alojamentos, Centro (%)



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

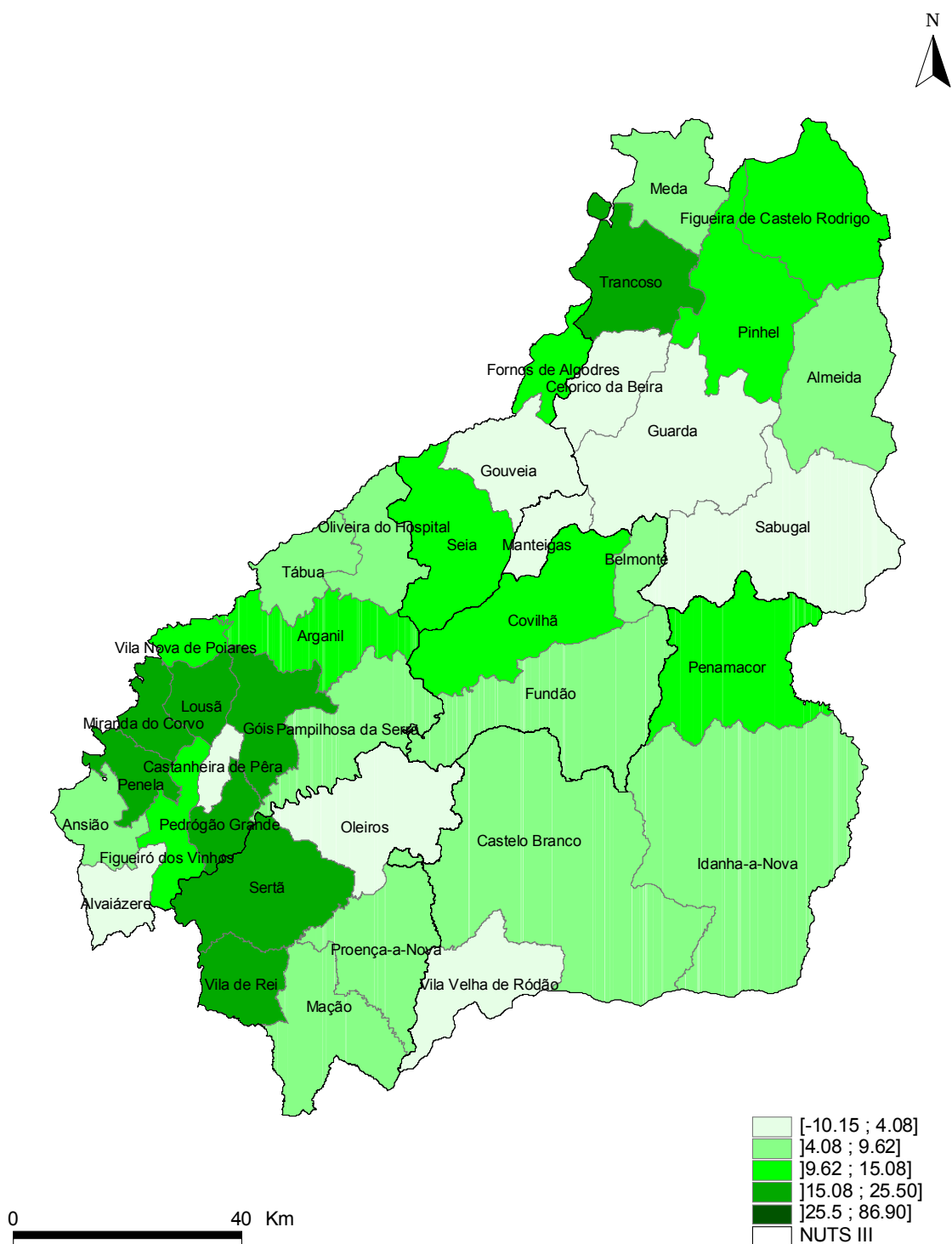
Figura 10 a)

Variação do número de alojamentos, Norte (%)



Figura 11

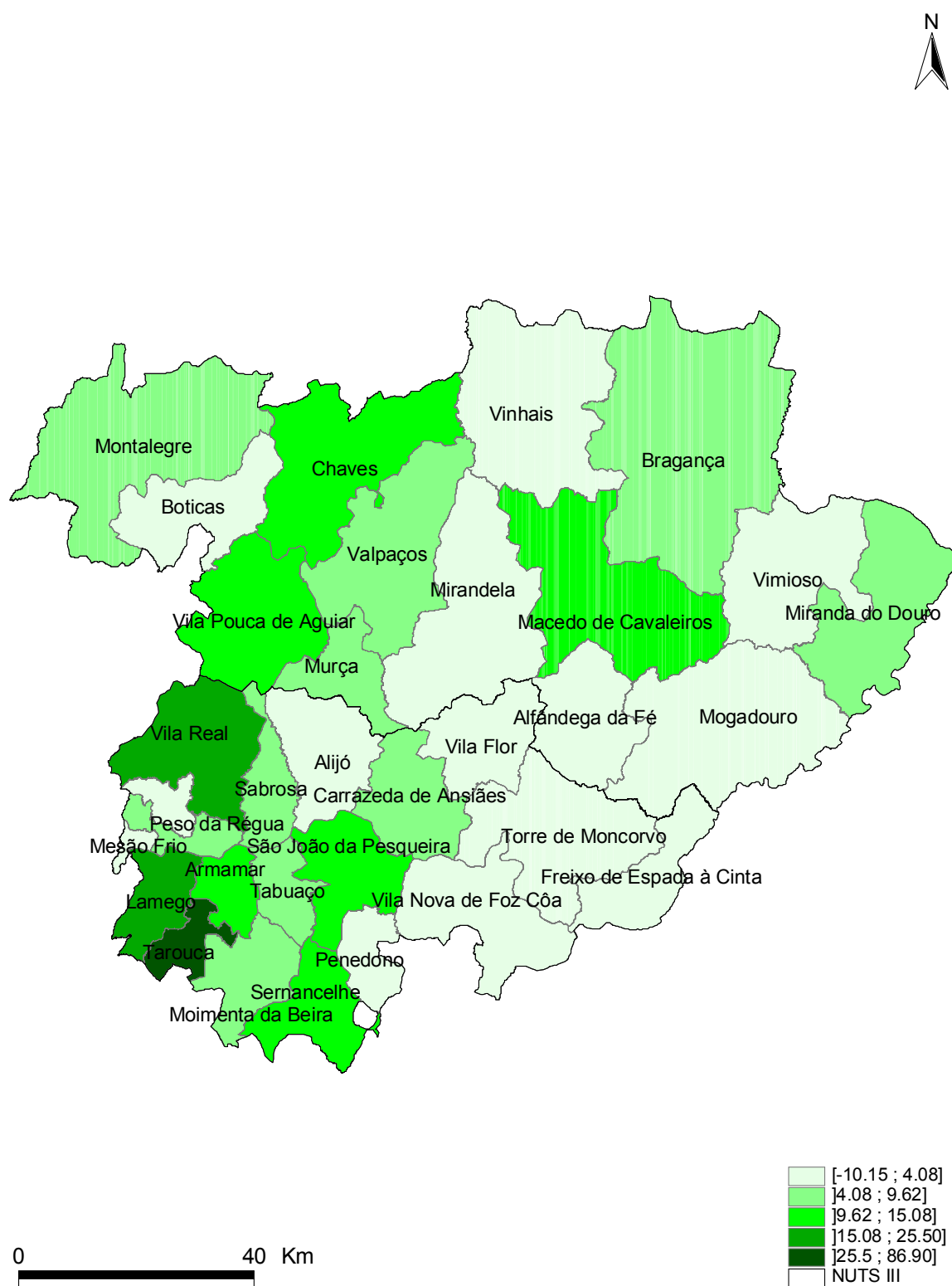
Variação do número de edifícios, no Centro (%)



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Figura 11 a)

Variação do número de edifícios, no Norte (%)



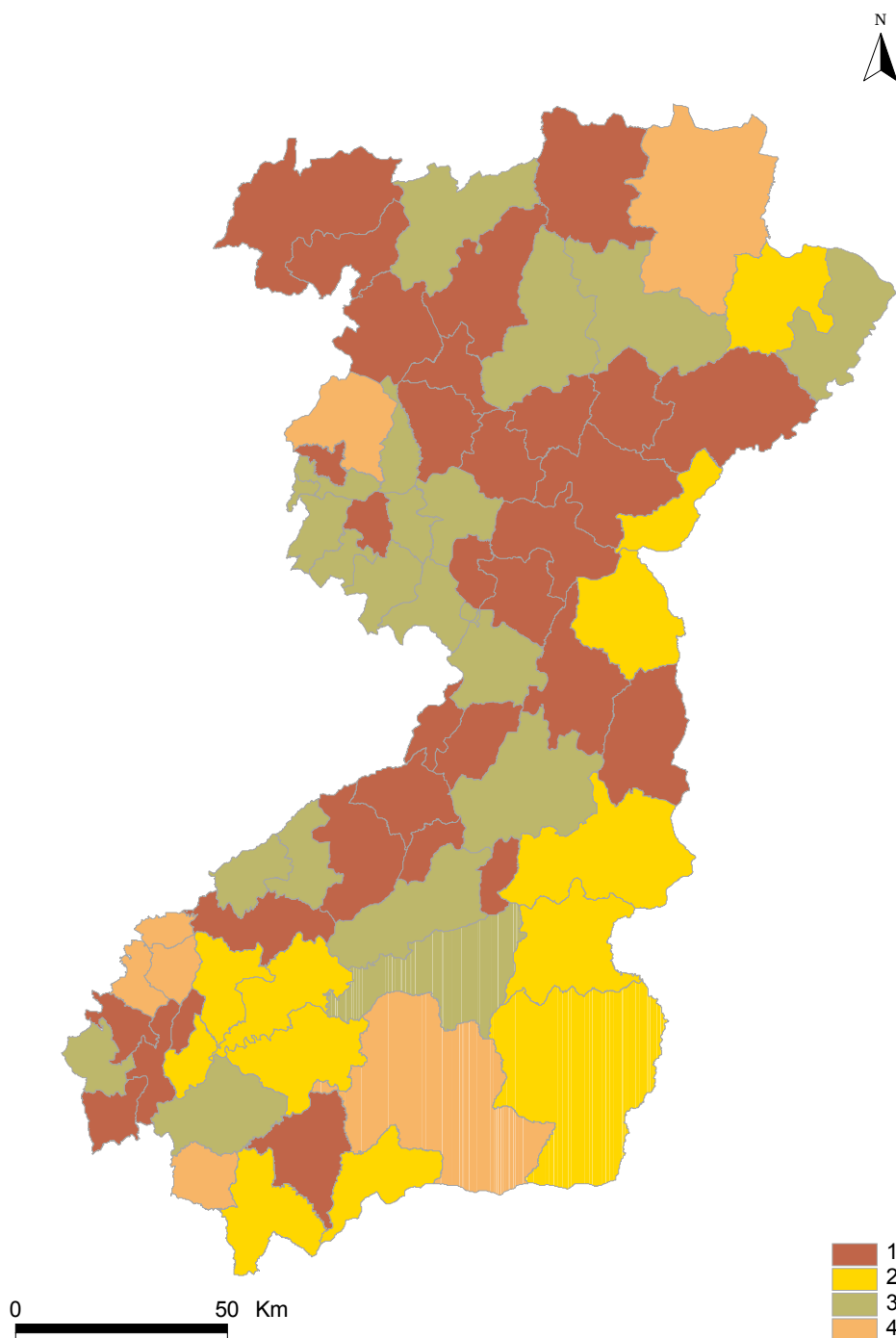
Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

3. (Des) Continuidades Demográficas

Apesar da progressiva uniformização de comportamentos demográficos que ressaltam destes primeiros resultados do recenseamento de 2011, subsistem, como temos vindo a sublinhar, algumas diversidades a uma escala de observação mais fina que importa precisar. Com este objectivo recorreu-se à análise de clusters, procedimento que nos permitiu detectar grupos homogéneos que partilham características semelhantes em relação a variáveis escolhidas (crescimento natural, migratório e efectivo), ou seja, distinguir as (des)continuidades que têm marcado a dinâmica demográfica do Norte/Centro interior nesta última década.

Figura 12

Clusters Norte Centro Interior



Fonte INE-Recenseamento da População em 1991, 2001 e Resultados Preliminares 2011

Uma das primeiras conclusões prende-se com a concentração dos concelhos (cerca de 61%) nos grupos 1 e 2, identificados como sendo os mais recessivos.

O cluster 1, que junta 31 concelhos, é o mais acentuadamente recessivo, com grandes perdas de população que resultam da combinação de um crescimento migratório e natural intensamente negativos. Exemplo desta realidade é Armamar, o concelho com a taxa de crescimento efectivo mais baixa, -21,88%, de todo este território. Os concelhos deste cluster estão repartidos, de forma quase igual pelo Norte e Centro, numa linha relativamente difusa que avança em direcção ao litoral. O grupo 2, que agrega 12 concelhos, predomina no Centro, mais Freixo de Espada à Cinta e Vimioso, a Norte. Caracteriza-se por um crescimento efectivo e natural acentuadamente negativos, embora em alguns concelhos se registe crescimento migratório. É o caso de Freixo de Espada à Cinta (3,30%), Pampilhosa da Serra (3,16%), Pedrogão Grande (2,77%), Oleiros (0,18%), Mação (3,21%), Sabugal (81,07%), Penamacor (2,36%) e Vila Velha de Ródão (10,20%). Todavia, este crescimento não foi suficiente para compensar as perdas registadas no saldo natural do que resultaram taxas de crescimento efectivo que oscilam entre os -15,11% de Penamacor e os -9,23% de Freixo de Espada à Cinta.

O cluster 3 reúne 21 concelhos cujos comportamentos se revelam menos recessivos no contexto do interior. Embora tenham valores de crescimento efectivo e natural negativos, são valores menos intensos do que nos grupos anteriores (taxas de crescimento efectivo inferiores a -10%), além de que em alguns concelhos é possível observar saldos migratórios positivos (Mirando do Douro, Tábua, Ansião, Sertão e Trancoso). Com excepção de Miranda do Douro e de Chaves, que são concelhos fronteiriços, os outros formam uma linha com alguma continuidade mais próxima das NUTS III que formam o grupo do litoral.

Por último o grupo mais pequeno junta os 7 concelhos mais dinâmicos do Norte/Centro interior, ou seja, os únicos que na última década tiveram crescimento efectivo positivo, que decorre principalmente dos saldos migratórios, e aqueles que registaram menos perdas na dinâmica natural. Todavia, Vila Real e Lousã associam ao saldo migratório dinâmica natural, sendo mesmo os únicos concelhos, de todo o interior, que tiveram um saldo natural positivo (Vila Real, 0,57% e a Lousã, 1,77%). Fazem parte deste cluster, os concelhos com cidades capitais de distrito, Vila Real, Bragança e Castelo Branco, ou aqueles que beneficiam da proximidade de Coimbra e de eixos viários, Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares. Vila de Rei é, como já anteriormente dissemos, um caso atípico até pelo pequeno número de efectivos (registou um crescimento efectivo de 95 indivíduos).

Conclusão

Uma primeira observação decorre da divisão territorial utilizada que, como já salientou Cristina Sousa Gomes, permitiu detectar continuidades de tendências em regiões onde até agora estaria mais marcada a sua condição de interior e de litoral. Estas continuidades, nomeadamente no que diz respeito ao processo de perda de dinamismo demográfico, mostra como a linha que separa regiões é mais fluida, imprecisa em muitos casos, com um interior que avança para o litoral, revelando novas realidades feitas de rupturas.

A tendência recessiva da maior parte das regiões do interior que já vem de décadas anteriores, principalmente as mais rurais, mantém-se, em alguns casos acentua-se, diminuindo o número de pólos regionais que actuavam como dinamizadores à escala local/regional, mesmo no caso de alguns centros urbanos de média dimensão. Num contexto de baixo crescimento populacional, os movimentos migratórios explicam quase todos os casos de crescimento efectivo, até porque o número de concelhos com saldos naturais é muito reduzido, apenas dois. Teremos que aguardar pelos próximos apuramentos de resultados para percebermos o significado e impacto destes saldos migratórios em regiões actualmente já com índices de envelhecimento elevados.

As configurações regionais que o censo de 2011 actualiza, mas que também reconfigura, sobressaindo alguma diversidade, ficarão mais perceptíveis com a ponderação da totalidade dos resultados deste censo em inter-relação com questões económicas e sociais resultantes de opções políticas, no que diz respeito ao planeamento e desenvolvimento regional.

Bibliografia

Bandeira, Mário. (2004). Demografia Objecto, teorias e métodos. Escolar Editora: Lisboa

INE. (1991). XIII Recenseamento Geral da População

INE. (2001). XIV Recenseamento Geral da População

INE. (2006) Documento Metodológico – Indicadores Demográficos. Disponível em <http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/>

INE. (2011). XV Recenseamento Geral da População – Resultados Preliminares

Moreira, Maria João Guardado. (2009), “As divisões do território: das grandes permanências à modernidade” in Rodrigues, Teresa, Lopes, Baptista, João Teixeira, Luís, Moreira, Maria João Guardado (coord.), Regionalidade Demográfica e Diversidade Social, Porto, Ed. Afrontamento, pp.11-20.

Nazareth, J. Manuel. (1988). Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa.

Editorial Presença: Lisboa

Nazareth, J. Manuel. (2004). Demografia a Ciência da População. Editorial Presença: Lisboa



Lista dos artigos divulgados

Lista de artigos divulgados nos números 32 a 50 da Revista de Estudos Demográficos

A evolução na mortalidade da população idosa portuguesa, por sexos e por causas de morte: Identificação de aglomerados espaço-temporais por NUTSIII, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013

Autoras: Sandra Lagarto, Carla Nunes, Dulce Gomes e Maria Filomena Mendes

Associando a privação socioeconómica e a escassez de recursos locais na Área Metropolitana de Lisboa - estudo e considerações sobre o “modelo de amplificação da privação”, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013

Autora: Helena Nogueira

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013

Autoras: Maria José Carrilho e Lourdes Craveiro

A Freguesia do Smo. Sacramento de Lisboa no 1º Quartel do Séc. XVIII - Ensaio de Demografia Histórica, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013

Autores: Jorge Borges de Macedo Maria, Lourdes Akola da Cunha Meira do Carmo da Silva Neto e Maria Margarida Rodrigues Remédio

O fenómeno da migração internacional de retorno como consequência da Crise Mundial, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011

Autores: Duval Fernandes, Carolina Nunan e Margareth Carvalho

Crescimento da População em Angola; “Um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda”, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011

Autor: João Baptista LUKOMBO Nzatuzola

A Comportamento Demográfico e desafios de Desenvolvimento sócio-económico em Moçambique, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011

Autores: Carlos Arnaldo e Ramos Muanamoha

A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011

Autor: António Alberto da Silva Francisco

Casar na Lisboa do séc. XIX – Duas freguesias em análise, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autoras: Maria Helena Santos; Maria Isabel Baptista; Sónia Cardoso; Susana Clemente

Primeira Reflexão Sobre a Fecundidade, as Condições de Trabalho e as Políticas de Apoio à Maternidade Numa Perspectiva Regional, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autoras: Maria Luís Rocha Pinto; Maria Cristina Sousa Gomes

Mortalidade: Compressão, Deslocamento e Causas de Morte (Portugal 1950-2005), in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autora: Isabel Tiago de Oliveira

O papel dos Espaços Verdes Urbanos no bem-estar e saúde das populações?, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autoras: Paula Santana; Cláudia Costa; Rita Santos; Adriana Loureiro

Mulheres, homens e usos do tempo – quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010

Autora: Heloísa Perista

Nos 15 anos da Plataforma de Pequim, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010

Autora: Maria do Céu da Cunha Rêgo

A situação das mulheres no mundo: que progressos no caminho da igualdade 15 anos depois da Plataforma de Acção de Pequim?, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010

Autora: Maria Regina Tavares da Silva

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

A situação económica e social na União Europeia: análise de alguns indicadores, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autora: Patrícia Pereira

O Adiamento da Fecundidade em Portugal (1980-2008), in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autora: Isabel Tiago de Oliveira

Impact of parental ages at childbearing on infant morbidity and mortality. An overview of epidemiologic and demographic evidence, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autora: Catherine Gourbin and Guillaume Wunsch

A População 15 anos após o Cairo, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009

Autora: Maria José Carrilho

Pessoas pobres, lugares pobres, saúde pobre. Territórios amplificadores do risco na Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009

Autora: Helena Nogueira

Pessoas Migrantes, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009

Autora: Maria do Céu da Cunha Rêgo

Immigrant women's labour force participation. The cases of Italy and France, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autora: Giovanna Tattolo

Polarização Demográfica e Densificação Urbana no Município de Ponta Delgada, entre 1981 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autor: Eduardo Costa Duarte Ferreira

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

O poder da estatística e a estatística do poder. Apontamentos sobre o contributo de António de Almeida Garrett para os estudos de população em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autora: Rosalina Costa

The impact of different migratory scenarios in the demographic ageing in Portugal, 2009-2060, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autores: Maria Magalhães e João Peixoto

Vulnerabilidades do ambiente local – impactes no estado de saúde auto-avaliado da população residente na Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008

Autora: Helena Nogueira

Panorama das populações estrangeiras nos estados-membros da União Europeia (*composição por nacionalidades*), in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008

Autor: Humberto Moreira

Padrões de Casamento entre os Imigrantes em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008

Autoras: Ana Cristina Ferreira e Madalena Ramos

Estrutura do saldo migratório na Região Alentejo de 1991 a 2001 e sua influência na dinâmica populacional, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autora: Maria Filomena Mendes

O Recasamento: Tendências Actuais, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autoras: Ana Cristina Ferreira, Cristina Lobo, Isabel Tiago de Oliveira e Madalena Ramos

União Europeia: um espaço compartilhado por diferentes populações (*convivência das diversidades*), in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autor: Humberto Moreira

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

A contribuição da imigração na natalidade: a experiência italiana, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autor: Antonio Cortese

Sinistralidade rodoviária: contextualização e análise, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autores: Cunha, G.; Brito, B.; Leal, A. e Torgal, J.

Comportamentos de Saúde de Adolescentes Migrantes e o Efeito Protector da Relação com os Avós, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: Tania Gaspar e Margarida G. Matos

Medidas de Discriminação Étnica em Portugal: uma análise exploratória, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: Maria José Carrilho e Maria Cidália Mesquita Figueiredo

Seminário Homens e Mulheres em Portugal – Comentários Finais, 23 de Novembro 2005, in Revista de Estudos Demográficos nº41, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2007

Autor: Paulo Machado

Fecundidade e Educação, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.

Autora: Isabel Tiago de Oliveira

Envelhecimento crescente mas espacialmente desigual, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: Maria José Carrilho e Cristina Gonçalves

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Estatísticas Demográficas – Acção desenvolvida no âmbito do Conselho Superior de Estatística, in Revista de Estudos Demográficos nº40, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2007

Autor: Humberto Moreira

Dinâmicas escolares: um exemplo de análise transversal da escolarização em Portugal, in *Revista de Estudos Demográficos* nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: Mário Leston Bandeira

Liberdade de escolha, autonomia de escola e indicadores de desempenho “If you don’t have data, you’re just another person with an opinion” [Andreas Schleicher (OCDE)], in *Revista de Estudos Demográficos* nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: Rodrigo Eiró de Queiroz e Melo

Mobilidade internacional no Ensino superior, in *Revista de Estudos Demográficos* nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: Humberto Moreira

Educação e Formação: uma perspectiva de género, in *Revista de Estudos Demográficos* nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: Carla Silva

A população feminina e as transições familiares através da demografia, in *Revista de Estudos Demográficos* nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autora: Piedade Lalanda

Imigrantes de Leste em Portugal, in *Revista de Estudos Demográficos* nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autores: Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis

Emigração Portuguesa (*Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas*), in *Revista de Estudos Demográficos* nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autor: Humberto Moreira

A mortalidade por VIH/SIDA em Portugal: alterações da estrutura etária, in *Revista de Estudos Demográficos* nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autora: Maria dos Anjos Leitão de Campos

Fecundidade e nupcialidade em Moçambique: análise de calendários, in *Revista de Estudos Demográficos* nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autora: Sónia Cardoso

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in *Revista de Estudos Demográficos* nº36, INE, Lisboa, 2006.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Indicadores Demográficos nas Regiões Portuguesas entre 1890 e 1981, in *Revista de Estudos Demográficos* nº38, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2006.

Autora: Isabel Tiago de Oliveira

Metodologias de cálculo das projecções demográficas: aplicação em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.

Autora: Maria José Carrilho

O Método de Lee-Carter para Previsão da Mortalidade, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.

Autora: Edviges Coelho

A contagem dos estrangeiros em 2001: algumas reflexões sobre os resultados recenseamento italiano da população, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.

Autor: Antonio Cortese

Eurostat Population Projections 2004-based: main results from the Trend scenario, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005

Autor: Giampaolo Lanzieri

Projecções de Famílias para Portugal: que viabilidade?, in Revista de Estudos Demográficos nº37, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2005

Autora: Sofia Leite

O ESTADO DE SAÚDE DOS PORTUGUESES. Uma perspectiva espacial, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autores: Paula Santana

A mortalidade por tuberculose em Portugal, no período de 1985 a 2002 - I Parte, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Maria dos Anjos Leitão de Campos

Tábuas de mortalidade em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Caracterização da População Residente em Alojamentos não Clássicos, nos Censos de 1991 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Cristina Gonçalves

A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autores: Jorge Mcacaísta Malheiros e Francisco Vala

A tuberculose: concepção de um modelo econométrico para a taxa bruta de mortalidade, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autor: José Henrique Dias Gonçalves

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Estimativas provisórias de população residente por estado civil, sexo e idades, Portugal, 2001-2003, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Sofia Leite

Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: Cristina Gonçalves e Maria José Carrilho

Movimentos Pendulares e Organização do Território Fronteiriço: Portugal 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.

Autores: INE Auditoria Ambiental e Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes Habitação

O país e a família através das crianças – ensaio exploratório, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: Ana Nunes de Almeida e Isabel Margarida André

Núcleos familiares monoparentais, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Maria da Graça Magalhães

Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Sofia Leite

Os encargos e as rendas das famílias com a habitação, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Maria dos Anjos Campos

Padrões de consumo das famílias numerosas em Portugal - caracterização com base no inquérito aos orçamentos familiares, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: Rute Cruz e Carla Machado

Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Cristina Gonçalves

Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador - algumas reflexões globais, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Teresa Rodrigues Veiga e Filipa de Castro Henriques

Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991- 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autor: João Ferrão

Censos 2001 versus Recenseamento Eleitoral, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autores: Fernando Simões Casimiro e Paula Paulino

As pessoas idosas nas famílias institucionais segundo os Censos, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Cristina Gonçalves

Migrações inter NUTS II e projecções regionais de População Residente, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Maria da Graça Magalhães

Evolução da pobreza e da desigualdade em Portugal no período 1995 a 1997, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autor: Teresa Bago d'Uva e Paulo Parente

Consistência entre os Censos 2001 e o Inquérito ao Emprego e entre os Censos e o respectivo Inquérito de Qualidade: uma análise comparativa, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autor: Jorge Manuel Garcia Mexia Pinheiro

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

A população de nacionalidade espanhola residente em Portugal: uma caracterização com base nos Censos 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº34, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Paula Paulino

Metodologias de cálculo do saldo migratório interno anual: Três metodologias e a sua aplicação ao caso português, in Revista de Estudos Demográficos nº34, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2003.

Autor: José Henrique Dias Gonçalves

Os Conceitos de Família e Núcleo Familiar nos Recenseamentos da População em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autor: Fernando Simões Casimiro

Famílias em Portugal: breve caracterização socio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Sofia Leite

A actividade e inactividade económica nas famílias, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Maria dos Anjos Leitão de Campos

Quem vive só em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003

Autora: Maria da Graça Magalhães

Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001, in Revista de Estudos demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Cristina Gonçalves

A União de Facto em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Sofia Leite

População Presente e População Residente segundo o Sexo e Idades através dos Censos, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: Sofia Leite

Projecções de População Residente, Portugal, 2000/2050 - Que tendências de base para a construção de hipóteses?, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: Maria da Graça Magalhães

Projecção das taxas de fecundidade específicas por idades no horizonte de longo prazo (2001-2050): Estudo de um modelo de previsão com séries temporais, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: Filipa Silva

O Suicídio em Portugal nos Anos 90, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autoras: Maria dos Anjos Campos e Sofia Leite

A Mortalidade “evitável” em Portugal Continental, 1989 a 1993, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: Paula Santana

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº32, INE, Lisboa, 2002.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Previsões demográficas para o ano 2002, in Revista de Estudos Demográficos nº32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.

Autor: Departamento de Estatísticas Censitárias e de População

O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.

Autor: Departamento de Estatísticas Censitárias e de População

Estimativas mensais de população residente, segundo o sexo e por NUTS III - Aspectos Metodológicos, in Revista de Estudos Demográficos nº32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.

Autores: Maria dos Anjos Leitão de Campos e Francisco Covas



Divulgação da RED 50

O número 50 da RED divulga o estudo das taxas de mortalidade da população idosa no território continental português, a nível de NUTS III, entre 1992 e 2006, atribuídas a neoplasias, doenças endócrinas, doenças do sistema circulatório, doenças do sistema respiratório e doenças do sistema digestivo, identificando aglomerados espaço-temporais homogéneos, estatisticamente significativos, que traduzem a ocorrência simultânea, em diferentes regiões, de elevadas taxas de mortalidade.

Outro estudo procura confirmar a ligação entre a pobreza individual e as situações de privação ambiental, tendo como ponto de partida a disponibilidade de alguns recursos locais na Área Metropolitana de Lisboa (AML), caracterizados por diferentes níveis de privação socioeconómica nefastos para a saúde. Divulga a situação demográfica do país destacando as mudanças mais relevantes e as potenciais causas que as determinam, sendo este um artigo sistemático no segundo semestre de cada ano.

3 Finalmente, apresenta um estudo de demografia histórica, através de uma descrição socio económica da Freguesia do Smo Sacramento de Lisboa no 1º Quartel do séc. XVIII assente nos livros de registo paroquial tendo como fonte de informação os batismos, casamentos e óbitos da época.